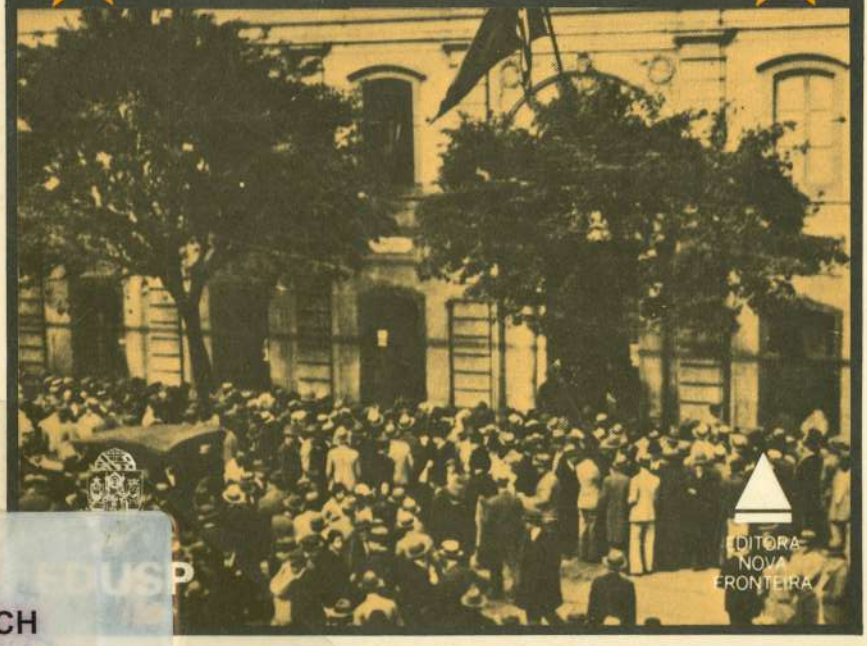
BRASIL - SÉCULO 20

John W. F. Dulles

A FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO E A RESISTÊNCIA ANTI-VARGAS

1938-1945



62
336/IFCH

A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945), *de John W.F. Dulles, é a pesquisa mais documentada que se fez sobre a tradição liberal dessa escola que, hoje mais do que nunca, simboliza a luta contra todo e qualquer poder cuja origem não seja genuinamente democrática.*

Dulles mostra em seu livro por que nasceu e se cristalizou como um dos baluartes contra a ditadura o espaço que permanece o "Território Livre do Largo de São Francisco". Espaço que nesse momento se transforma em consciência nacional, na busca do único caminho aceitável para legitimação do poder: a livre expressão da soberania da vontade popular.

De John W.F. Dulles
leia também:

Anarquistas e comunistas no Brasil

EDITORA
NOVA
FRONTEIRA

SEMPRE
UM BOM
LIVRO

A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)

Filho do Secretário de Estado Foster Dulles, cuja época (a guerra fria) no Departamento de Estado foi das mais agitadas da política externa dos Estados Unidos, John W.F. Dulles nasceu em Auburn, Nova Iorque (20.05.1913). Formado em filosofia pela Universidade de Princeton e em metalurgia pela Universidade do Arizona, chegou ao Brasil em 1959 para trabalhar na Hanna Mining Co. (Minas Gerais). Em 1962 voltou a seu país para dar aulas sobre assuntos latino-americanos, nas Universidades do Texas e do Arizona.

Em A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945), *Dulles reconstitui, com sua habitual precisão, o papel decisivo que essa escola e seus líderes desempenharam na luta contra o período mais sinistro da ditadura Vargas: "Hoje todos confirmam o que então já era dito sem contestação: a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo foi o reduto democrático mais atuante, mais combativo e mais consciente do Brasil durante todo o período do Estado Novo."*

Coleção
Brasil Século 20

A Faculdade de Direito de São Paulo

e a resistência anti-Vargas (1938-1945)

Unidade IFCH
Proc. 104/84
N.F. 556
N Empenho Conv. 432-1
Agente Leivraria Argumento Ltda
Preço Cr$ 11.960,00
Data Emissão 28/07/84
Data 19/09/84

SBU
Esta pub
devolvida na
28 NOV 2006
16 MAR 2009
07 AGO 2012
012
11 SET 2012
02 OUT 2012
10 ABR 2013
13 OUT 2014

As palavras de Luís Arrobas Martins, um daqueles líderes, traduzem o objetivo de Dulles: mostrar como e por que as melhores raízes de nosso liberalismo estão fincadas nessa instituição. E também como, a partir dela ou em torno dela, se organizaram outros baluartes de oposição (o Centro XI de Agosto, por exemplo) que, mais do que nunca, hoje configuram uma imagem veemente da luta pela institucionalização definitiva da democracia em nosso país, apesar das artimanhas e dos casuísmos pseudolegais de que se serviu o ditador gaúcho. Trata-se, portanto, de leitura obrigatória nos dias que correm.

Capa: Victor Burton e Cláudia Braga

Obra publicada
com a colaboração da
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Antônio Hélio Guerra Vieira

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri

Comissão Editorial:

Presidente: Prof. Dr. Mário Guimarães Ferri (Instituto de Biociências). **Membros:** Prof. Dr. Antonio Brito da Cunha (Instituto de Biociências), Prof. Dr. Carlos da Silva Lacaz (Faculdade de Medicina), Prof. Dr. Oswaldo Fadigas Fontes Torres (Escola Politécnica) e Prof. Dr. Oswaldo Paulo Forattini (Faculdade de Saúde Pública).

John W. F. Dulles

A Faculdade de Direito de São Paulo

e a resistência anti-Vargas (1938-1945)

Tradução de
VANDA MENA BARRETO DE ANDRADE

EDITORA NOVA FRONTEIRA

EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

© 1984 by John W. F. Dulles

Direitos adquiridos para a língua portuguesa pela
EDITORA NOVA FRONTEIRA S/A
Rua Maria Angélica, 168 — Lagoa — CEP: 22.461 — Tel.: 286-7822
Endereço Telegráfico: NEOFRONT — Telex: 34695 ENFS
Rio de Janeiro — RJ

Revisão
NEIDE ROMANA MOREIRA
EDNA DA SILVA CAVALCÂNTI
UMBERTO FIGUEIREDO PINTO

Classif. 320.98106 2
Autor D888f
V. Ex.
Tombo BC/ 142336
IFCH/33547
BN0001255 12

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Dulles, John W. F.
D917f A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas: 1938-1945 / John W. F. Dulles ; trad. de Vanda Mena Barreto de Andrade. — Rio de Janeiro : Nova Fronteira ; São Paulo : Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.
(Coleção Brasil século 20)

1. Brasil — Política e governo, 1937-1945. 2. Faculdade de Direito de São Paulo — História I. Título II. Série

CDD — 320.9810624
378.8155
CDU — 32(81)"1937-1945"
378.096(816.11)

84-0285

Sumário

Introdução, *11*

Parte I — SUMÁRIO PRÉ-1930 (1827-1930) *15*

1. Os primórdios (1827-1831), *17;* 2. A Bucha (criada em 1831), *23;* 3. A abolição e a República (1888-1889), *27;* 4. O Centro Onze de Agosto (criado em 1903), *31;* 5. A liga Nacionalista (criada em 1917), *37;* 6. Oposição estudantil à Liga Nacionalista e à Bucha (1918-1927); *43;* 7. O fim da Liga Nacionalista (1924), *48;* 8. O Partido Democrático (1926), *53;* 9. A reação da Faculdade de Direito ao assassinato de João Pessoa (agosto de 1930), *58*.

Parte II — SÃO PAULO E VARGAS (1930-1938) *63*

1. Um partido democrático descontente (1930-32), *65;* 2. A malograda Revolução Constitucionalista de São Paulo (1932), *69;* 3. A constitucionalização do Brasil (1934), *74;* 4. Nas arcadas (1935-37), *80;* 5. 10 de novembro de 1937, *86;* 6. Reações de alguns paulistas (1938), *90*.

Parte III — PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES ANTI-ESTADO NOVO (1938-39) *95*

1. A União Cultural Brasil-Estados Unidos (criada em 1938), *97;* 2. Gás sulfídrico para o ditador (23-24 de julho de 1938), *100;* 3. Uma vitória do conservador (novembro de 1938), *103;* 4. O nascimento da UNE (Rio de Janeiro, dezembro de 1938), *107* 5. A demissão de alguns professores de Direito (janeiro 1939), *110;* 6. *Folha Dobrada* (23 de maio de 1939), *113;* 7. Os 'amigos de Rui Barbosa' denunciam Vargas (23 de maio de 1939), *116;* 8. Pupo Netto, presidente da UNE (1939-40), *119*.

Parte IV — O Primeiro Ano dos Libertadores *125*

1. Ativistas da resistência provocam cismas nos partidos (agosto-novembro 1939), *127;* 2. Uma derrota para a resistência ativista (18 de novembro de 1939), *132;* 3. Os infortúnios de *O Estado de S. Paulo* e *Revista Universitária* (março-abril de 1940), *136;* 4. Lançando o Partido Acadêmico Libertador (abril-junho de 1940), *139;* 5. As arcadas durante a presidência de Quintanilha Ribeiro (1940), *140;* 6. O rapto de Chico Elefante (setembro de 1940), *147;* 7. Uma vitória anti-Vargas, graças a Pavan e Cherkaski (novembro de 1940), *151*.

Parte V — O Centro nas Mãos do Libertador (1941) *159*

1. Trote, peruada e caravanas (abril-junho de 1941), *161;* 2. A volta dos professores demitidos e outras mudanças (maio-junho de 1941), *166;* 3. Conservadores infiltram-se na prévia dos libertadores (30 de agosto de 1941), *171;* 4. Um doutorado honorário para Vargas (setembro de 1941), *174;* 5. Aulas suspensas por tempo indeterminado (29 de setembro de 1941), *179;* 6. Capanema, o conciliador diplomático (início de outubro de 1941), *184;* 7. Vitória esmagadora dos conservadores sobre os libertadores (novembro de 1941), *188*.

Parte VI — O Brasil Entra na Guerra (1942) *191*

1. A Liga Acadêmica de Defesa Nacional (maio-junho de 1942), *193;* 2. Um novo manifesto do Libertador (11 de agosto de 1942), *196;* 3. O comício na praça da Sé (18 de agosto de 1942), *198;* 4. A campanha nacionalista e sua caravana (setembro-outubro de 1942), *203;* 5. O V Conselho Nacional de Estudantes (setembro de 1942), *206;* 6. Outra derrota do Libertador (novembro de 1942), *209*.

Parte VII — Arrobas e a Frente pela Democracia (1943) *215*

1. O discurso de Arrobas à Sociedade Amigos da América (22 de maio de 1943), *217;* 2. O cisma do Partido Libertador (junho de 1943), *221;* 3. Hélio Mota, presidente da UNE (julho de 1943), *226;* 4. Reale enfrenta os estudantes (21 de julho de 1943), *230;* 5. Declarações de Reale põem fim à greve (31 de julho-2 de agosto de 1943), *235;* 6. O manifesto incisivo da Frente Acadêmica pela Democracia (1.º de setembro de 1943), *239;* 7. Prelúdio às eleições do Centro (setembro-outubro de 1943), *242*.

Parte VIII — Repressão pela Polícia Especial (1943) *247*

1. O Baile das Américas (30-31 de outubro de 1943), *249;* 2. O manifesto de Arrobas condenando o Estado Novo (1.º de novembro de 1943), *253;* 3. A Polícia Especial invade o Centro (2 de novembro de 1943), *257;* 4. Dias de prisão (2-5 de novembro de 1943), *262;* 5. Reações aos saques e prisões (5-8 de novembro de 1943), *267;* 6. A passeata do silêncio (9 de novembro de 1943), *272;* 7. Coriolano de Góis envia a Polícia Especial (9 de novembro de 1943), *275;* 8. Tiroteio pela Polícia Especial (9 de novembro de 1943), *278*.

Parte IX — Conseqüências do Tiroteio (1943-44) *283*

1. Demissões (9-13 de novembro de 1943), *285;* 2. Reações dos estudantes de Direito (13-16 de novembro de 1943), *289;* 3. Magano, presidente eleito do Centro (fins de novembro de 1943), *293;* 4. Encerramento do ano letivo (dezembro 1943-março 1944), *296*.

Parte X — Resistência a Todo Vapor *303*

1. Chamadas para o serviço militar (1944), *305;* 2. A resistência e o proletariado (abril-agosto de 1944), *309;* 3. Os libertadores e a frente em busca da democracia (abril-agosto de 1944), *314;* 4. O caso Mota Filho (junho-agosto de 1944), *318;* 5. Arrobas aconselha (julho de 1944), *321;* 6. Autoridades reagem à propaganda eleitoral do Centro (outubro-novembro de 1944), *324;* 7. O Centro elege Nazareth e expulsa Célio Costa (novembro de 1944), *329;* 8. Atividades anti-Vargas (de dezembro de 1944 a janeiro de 1945), *332*.

Parte XI — O Crepúsculo do Estado Novo *337*

1. Juventude paulista a favor de uma frente unida com Eduardo Gomes (fevereiro de 1945), *339;* 2. Fracasso de comícios estudantis em São Paulo e Recife (início de março de 1945), *344;* 3. A União Democrática Socialista (junho de 1945), *348;* 4. As arcadas e a eleição nacional (fins de 1945), *353;* 5. Eleição nas arcadas (novembro de 1945), *359*.

Parte XII — Epílogo: O Fracasso de Pós-Estado Novo *365*

1. As eleições nacionais de 1945, *367;* 2. A aliança dos antigetulistas com Quadros (1960-61), *370;* 3. A aliança dos antigetulistas com os militares (1964), *375*.

INTRODUÇÃO

O Brasil não se inclui entre os países (como Portugal, Espanha e União Soviética) em que governos autoritários continuaram a prevalecer depois de 1945; tampouco deve ser classificado entre aqueles cujas ditaduras chegaram ao fim com a ajuda de forças invasoras. O colapso de 1945 da ditadura brasileira, conhecida como 'Estado Novo', foi uma questão interna, determinada principalmente pelo descontentamento geral que influenciou líderes militares e convenceu civis influentes a abandonarem planos de manter a Constituição autoritária de novembro de 1937, mesmo modificada.

Durante o Estado Novo (1937-45), a voz da resistência levantou-se corajosamente em épocas e lugares diferentes, como deixam claro os documentos do Tribunal de Segurança da ditadura. No entanto, sua persistência com clareza se fez sentir, mais do que em qualquer outro lugar, na Faculdade de Direito de São Paulo. Luís Arrobas Martins, um dos líderes da resistência, escreveu em 1973 que "hoje... todos confirmam o que então já era dito sem contestação: a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo foi o reduto democrático mais atuante, mais combativo e mais consciente do Brasil durante todo o período do Estado Novo!"[1]

Razões para este papel da Faculdade de Direito de São Paulo, por muito tempo o principal centro de treinamento para líderes

[1] Luís Arrobas Martins, 'Os trinta anos do 9 de novembro', duas páginas datilografadas.

políticos do Brasil, são mencionadas em alguns capítulos que se seguem e incluem a tradição liberal da faculdade, profundamente enraizada, e as relações, freqüentemente acrimoniosas, entre líderes de São Paulo e Getúlio Vargas (criador do Estado Novo) antes de novembro de 1937. Nem as razões para o movimento de resistência da faculdade, nem a acusação de que era 'romântico', nem as diferenças de opinião entre estudantes acerca de métodos a serem empregados depreciam o idealismo e coragem dos participantes nem a eficácia final do movimento que, depois de um início lento, contribuiu enormemente para a queda do Estado Novo.

Durante o movimento de resistência, as autoridades exilaram oposicionistas políticos, invadiram lares e locais de negócios, apoderaram-se de papéis e correspondência pessoal (como a que o estudante José Bonifácio Coutinho Nogueira enviou a seu pai em Buenos Aires), demitiram e prenderam professores, depredaram impressoras, efetuaram prisões com freqüência (o estudante Germinal Feijó foi preso 29 vezes) e fizeram uso de uma série de favores numa tentativa de influenciar estudantes (pobres, em muitos casos). Indubitavelmente, o apoio popular dado ao movimento de resistência foi intensificado, em grande parte, devido à natureza bárbara da repressão exercida pela Polícia Especial de São Paulo em novembro de 1943. Como Arrobas Martins escreveu 30 anos depois, "o sangue dos moços, derramado em praça pública", levantou o país inteiro.[2]

Depois que as autoridades recrutaram alguns dos estudantes da resistência para servirem como soldados na Força Expedicionária Brasileira na Itália, um deles escreveu, dos Apeninos, tentando expressar o quanto "a nossa escolinha representa para mim". Disse também que "os meus amigos daí e as lutas que junto travamos são talvez o pedaço mais importante da minha vida".[3] *Para os estudantes da resistência, o trabalho em sala de aula era muito menos importante do que as lutas políticas, as amizades que nasciam e as idéias recebidas de professores que desafiavam a ditadura.*

[2] Idem, ib.

[3] Naldo Caparica, carta a Ruy Nazareth, Itália, 11 de dezembro de 1944, publicada no *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1945.

Parece que os álbuns de recortes e coleções de papéis, preservados durante quarenta anos, assim como os registros de incidentes escritos pelos participantes no início da década de 40 e posteriormente, esperaram para serem reunidos numa história do esforço de se propagar pelo país os princípios democráticos louvados e exercidos no 'território livre do largo de São Francisco' (a Faculdade de Direito de São Paulo). É a história de um grupo de jovens (nem todos anti-Vargas ativos) que se engajavam em eleições estudantis com disputas acirradas e que, depois de 1945, ocuparam posições proeminentes na política, comércio e outras profissões do Brasil. Quando Jânio Quadros, estudante de Direito durante os primeiros anos do Estado Novo, foi eleito presidente do Brasil em 1960, José Bonifácio Coutinho Nogueira, secretário da Agricultura de São Paulo, saudou "o triunfo da mensagem renovadora pela qual lutou a nossa geração desde os bancos escolares".[4]

É lamentável que os papéis de Roberto Victor Cordeiro, profundamente envolvido na história da resistência, tenham sido destruídos depois de sua morte em 1979. Também é lamentável que o aplicado João Nery Guimarães, um dos principais participantes, tenha desistido da intenção de escrever a história porque um estrangeiro como eu, face a tudo o que aconteceu, é passível de falhas sob muitos aspectos. Minhas falhas teriam sido até mesmo mais numerosas e graves do que são — a tarefa, na realidade, teria sido impossível — não fosse a calorosa e inestimável colaboração de um grande número de participantes. Agradeço também à Fundação Andrew W. Mellon e ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade do Texas, em Austin, por um coleguismo que forneceu a assistência financeira para ajudar-me a empreender pesquisas em São Paulo.

Cabe aqui um agradecimento especial ao Dr. Flávio Galvão por sua cuidadosa revisão do manuscrito.

J. W. F. D.

Austin, Texas, maio de 1983.

[4] José Bonifácio Coutinho Nogueira, 'Redenção Política do Brasil', *O Globo*, 9 de outubro de 1960.

Parte I

Sumário Pré-1930
(1827-1930)

1. OS PRIMÓRDIOS
(1827-1831)

A Faculdade de Direito de São Paulo, a mais antiga instituição de ensino superior no Brasil, é famosa pelos relacionamentos pessoais duradouros e idéias que foram lá desenvolvidas, dentro e fora das salas de aula, por um verdadeiro 'quem é quem' da História do Brasil. A faculdade também é conhecida como o berço de movimentos que influenciaram essa história.

O imponente prédio da Faculdade de Direito, quatro andares no coração de uma metrópole de arranha-céus, tem uma história ainda mais antiga do que a da escola. Data de uma autorização expedida em 1624 pela Ordem Seráfica de São Francisco de Assis, para a criação de um mosteiro na zona rural da então conhecida como a Vila de São Paulo. A construção original, empreendida 15 anos mais tarde, foi logo abandonada em favor de uma nova localidade, onde os membros da ordem começaram a construir seu espaçoso mosteiro e uma igreja adjacente em 1643. O mosteiro de dois andares, do mais simples estilo barroco e firmemente construído com madeira e um material durável extraído do solo local, foi inaugurado em 17 de setembro de 1647. Ocasionalmente, o prédio sofria reformas, como a que se seguiu a um incêndio em 1880. Maiores modificações, empreendidas entre 1932 e 1941 (principalmente em 1934), aumentaram para quatro o número de andares do prédio e deram à estrutura sua vistosa fachada atual.[1]

[1] Spencer Vampré, *Memórias para a história da academia de São Paulo* (2ª edição, São Paulo: Instituto Nacional do Livro com a colaboração do Conselho Federal de Cultura, Ministério da Educação e Cultura, 1977). I,

Em 1823, quando a população de quase dez mil habitantes transformou São Paulo na décima maior cidade do Brasil, questões educacionais foram discutidas no Rio de Janeiro, na Assembléia Constituinte do recém-formado Império brasileiro. A proposta de José Feliciano Fernandes Pinheiro para uma universidade em São Paulo foi seguida por outras, favoráveis a Olinda, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e outros lugares. A preocupação com a falta de acesso e moradia em São Paulo e com a alegada má pronúncia dos paulistas foi aparentemente relevada, considerando-se o bom clima e o baixo custo de vida da cidade. Assim, em 4 de novembro de 1823, a Assembléia Constituinte sancionou uma lei para a criação de universidades em São Paulo e em Olinda. A dissolução da Assembléia Constituinte pelo Imperador D. Pedro I em 12 de novembro de 1823 foi um revés para São Paulo, assim como um decreto para se iniciar, provisoriamente, um curso de Direito no Rio de Janeiro. O decreto, entretanto, não foi executado e, em meados de 1826, os representantes da Câmara dos Deputados do país consideraram a decisão da Assembléia Constituinte.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, deputado de Minas Gerais, era de opinião que os cursos de Direito deveriam ser oferecidos na capital nacional, Rio de Janeiro, a fim de assegurar a preponderância da lealdade ao governo imperial. Temia, nas províncias, o ressurgimento do espírito autonomista e liberal como o que os bandeirantes haviam manifestado no passado. Talvez venha a ser necessário, dizia ele, que os governadores das províncias mandem, acorrentados, professores e alunos para que sejam detidos nas fortalezas do Rio como "republicanos e incendiários".[2]

13-14. Ricardo Severo, 'A Casa da Faculdade de Direito de S. Paulo — 1643-1937', *A Balança*, Ano VII, n.º 26 (Faculdade de Direito, janeiro de 1945). Humberto de Campos Filho, *Convento de São Francisco* (São Paulo: Convento de São Francisco, 1975), pp. 1-8. A drástica remodelação de 1934 é discutida em *A Gazeta* (jornal de São Paulo), 11 de agosto, 1954.

[2] Vampré, pp. 14-29. Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal* (3ª edição. São Paulo: Editora Parma, Ltda., 1982), p. 63. Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932' (palestra dada em junho de 1957 no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cópia em posse de Pedro Brasil Bandecchi).

Apesar desse aviso, a Câmara dos Deputados, em 11 de agosto de 1826, elaborou uma legislação para a criação de instituições em São Paulo e Olinda, oferecendo cursos de cinco anos de ensino legal. A legislação, que também descrevia, em linhas gerais, cursos preparatórios ou cursos anexos, foi ligeiramente alterada por emendas subseqüentes e promulgada pelo Imperador Pedro I em 11 de agosto de 1827, uma data por muito tempo lembrada.[3]

José Arouche de Toledo Rendon, general brasileiro abastado de 71 anos, com muito treinamento e experiências legais, pois antes de abraçar as armas doutorara-se em leis em Coimbra e fora advogado e juiz, foi nomeado diretor da Faculdade de Direito de São Paulo em outubro de 1827. Na mesma época, o primeiro cargo de professor foi entregue a José Maria de Avellar Brotero, doutor em leis, português, 29 anos de idade, cujo envolvimento em uma conspiração política o havia forçado a deixar Lisboa.[4] Brotero, liberal vociferante que tinha bons contatos na corte real brasileira, era também orador eloqüente e suas aulas pareciam discursos de um veterano político. Era tão belicoso que logo se malquistou com Rendon, diretor da Faculdade de Direito, e aterrorizou o segundo professor a ser indicado, dr. Baltazar da Silva Lisboa, baiano de 67 anos, que chegou em São Paulo em 1828.[5]

Em novembro de 1827, antes de o ensino ter sido iniciado, Rendon notificou José Feliciano Fernandes Pinheiro, então ministro do Império com o título de visconde de São Leopoldo, de que desejava dar aulas no abandonado mosteiro de São Francisco que, na época, estava sendo utilizado por apenas seis frades. Rendon escreveu, dizendo que seria possível ter-se três aulas em cima e quatro embaixo, para os estudos preparatórios, sem demolir nada e sem vexame dos frades, e acrescentou que o mosteiro possuía uma "boa livraria" de cerca de cinco mil

[3] Vampré, I, 14-31.

[4] Afonso Schmidt, *A sombra de Júlio Frank* (São Paulo: Editora Clube do Livro Ltda., 1950), p. 168. Waldemar Ferreira, *A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927*. (São Paulo: Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo), pp. 33-34. Vampré, 1, 63.

[5] Vampré, 1, pp. 63-71.

volumes. Embora o mosteiro só se tenha transferido para a Faculdade de Direito em fins de 1828, o ensino para os primeiros 33 alunos matriculados começou cedo, em março daquele mesmo ano. Isto aconteceu dois meses e meio antes que as aulas começassem na Faculdade de Direito de Olinda (transferida para Recife em 1854).[6]

O número de alunos matriculados a cada ano na Faculdade de Direito de São Paulo atingiu a média de um pouco mais de trinta durante os primeiros oito anos, à exceção de 1830, quando entraram 99. A maioria dos primeiros alunos vinha de outras províncias.[7] Devido à escassez de moradias em São Paulo, alguns dos alunos moravam em cubículos no mosteiro. Quando grupos de estudantes encontravam acomodações em casas, chamavam a estas de 'repúblicas', talvez porque, como ressaltou um escritor, adotassem um método democrático para a escolha dos dirigentes de seus grupos.[8]

Nos primórdios da escola de Direito, o pátio do mosteiro, ou átrio interno, era conhecido como os 'gerais', de acordo com o costume da Universidade de Coimbra, em Portugal. Em 1885 o pátio ficou conhecido como as 'arcadas do antigo convento', nome dado por Lúcio de Mendonça, o escritor e ministro do Supremo Tribunal, que se formou em 1877. A partir de então, a expressão 'as arcadas' passou a designar a própria Faculdade de Direito.[9]

As arcadas, ou Faculdade de Direito, vieram a ser consideradas, para a polícia, como zona 'fora dos seus limites'. Isto se refletiu em 1850, quando o diretor da Faculdade de Direito, Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, se recusou a permitir que

[6] Id., I, 39-42. Ricardo Severo, 'A Casa da Faculdade de Direito de S. Paulo — 1643-1937'. Almeida Nogueira, *A academia de São Paulo: tradições e reminiscências* (3ª edição. São Paulo: Saraiva S.A., 1977), I, 41. Otto Cyrillo Lehmann, *XI de agosto: abertura das festividades comemorativas de sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil* (discurso no Senado brasileiro, 11 de agosto de 1976, publicado como folheto).
[7] Almeida Nogueira, 1, 228. A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas* (Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1965), p. 13.
[8] Almeida Júnior, pp. 15-16, citando José Vieira Couto de Magalhães.
[9] Almeida Júnior, p. 10. Vampré, 2, 225.

a polícia o ajudasse a pôr fim a um tumulto de alunos envolvidos no trote a calouros. A 11 de agosto de 1930 os estudantes, movidos pelo mesmo sentimento daquela época, aprovaram resolução apresentada por Adriano Marrey, filho de José Adriano Marrey Júnior, líder político paulista. Esta resolução, relativa à praça pública onde se situa a faculdade, proclamava-a 'território livre do largo de São Francisco'.[10]

Nem a praça nem a entrada do prédio da faculdade que dava para aquela existiam quando os primeiros alunos assistiam às aulas. Tinham que entrar na faculdade pela igreja porque a extensa propriedade agrícola dos frades era demarcada por um muro bem em frente à escola. Rendon pediu às autoridades da província de São Paulo para abrirem duas ruas no terreno agrícola. O senador Rafael Tobias de Aguiar, encantado com a idéia, também insistiu para que o muro viesse abaixo, de modo que o público pudesse ter acesso à praça e fazer uso de um poço que, anteriormente, havia fornecido água exclusivamente aos frades.[11]

Antes que Rendon finalmente persuadisse as autoridades no Rio a aceitarem sua demissão do cargo na Faculdade de Direito em 1833, envolveu-se em uma controvérsia com a igreja de São Francisco sobre o badalar do sino, que estava a serviço tanto da igreja como das atividades educacionais. O sineiro da igreja entusiasmava-se tanto com a profissão que acabava por aborrecer os professores cujas aulas interrompia. Rendon também se viu envolvido em disputas exaustivas e acrimoniosas com o professor Brotero.[12]

Brotero agradava os alunos que, nas palavras de Antônio de Toledo Piza, eram "espíritos eminentemente brasileiros e liberais numa sociedade de portugueses retrógrados e de franceses indi-

[10] Almeida Júnior, p. 11. Paulo Duarte, *Agora nós! Crônica da revolução paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda* (São Paulo, 1927), pp. 282-283. Glauco Carneiro, 'Bucha: um poder secreto que mudou a História', *Manchete*, 2 de maio de 1981 (vide p. 115). *Folha da Manhã*, São Paulo, 12 de agosto de 1930. 'O Território Livre do Largo de São Francisco', trabalho mimeografado sobre o 'trote', 'arcadas', maio de 1942.
[11] Schmidt, p. 153.
[12] Schmidt, pp. 155-158, 168. Vampré, 1, 64-65.

ferentes", e que eram "considerados um elemento perigoso".[13] Os estudantes, formando um grupo pequeno, homogêneo e intelectual, que não era adverso a pregar peças como roubar o badalo do sino nas 'arcadas', encontraram um advogado e um amigo em João Baptista Badaró. Sua oferta para ensinar geometria no Curso Anexo sem remuneração foi aceita por Rendon em 1828, pois o professor contratado não aparecera. Líbero Badaró, como o jovem professor chamava-se a si próprio, era um médico de idéias avançadas que veio da Itália para o Brasil em 1826, mudando-se, dois anos depois, do Rio para São Paulo, onde assumiu a frente na distribuição de vacina contra a varíola. Em 1829 fundou o *Observatório Constitucional*, que defendia alunos acusados de infringir a lei, e maldosamente atacava os representantes de Pedro I, que estava se tornando um autocrata. O assassínio de Badaró em novembro de 1830 e o julgamento subseqüente, inocentando um juiz que havia sido alvo de seus comentários mordazes, suscitou muita animosidade contra Pedro I em Minas Gerais e em outras províncias. Quando o imperador abdicou em abril de 1831, em favor do seu filho de cinco anos, os alunos de Direito de São Paulo regozijaram-se.[14]

[13] Antônio de Toledo Piza, 'Recordações históricas', *Correio Paulistano*, 2 de setembro de 1905, citado em Almeida Nogueira, I, 87-88.
[14] Almeida Nogueira, I, 85-88, 156-164. João Pandiá Calógeras, *A History of Brazil* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1939), pp. 115-116.

2. A BUCHA
(criada em 1831)

Spencer Vampré, na sua história sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, descreveu o general Rendon como mais interessado em questões militares do que nas letras. Também se interessava pelo cultivo do chá e, usando algumas de suas imensas propriedades para esse fim, foi o primeiro a iniciar tal cultivo em São Paulo. Em 1834, desfrutando de sua aposentadoria na casa do Morro do Chá, Rendon disse a Júlio Frank, professor de história do Curso Anexo: "Dentro de um século São Paulo será o maior exportador de chá do mundo inteiro!"[1]

Rendon conhecera Frank (protestante liberal, nascido na Alemanha em 1808) alguns anos antes por causa da grande admiração com que os alunos haviam falado dele. Frank chegou ao Brasil em 1828; todavia, não se teria estabelecido na cidade de São Paulo não fosse por uns rapazes, seus alunos em Sorocaba (vila do interior da província), que o persuadiram a acompanhá-los após terem passado nos exames necessários para a matrícula no Curso Anexo. Em São Paulo, Frank dava aulas na república da rua São José, participava da vida dos estudantes e tinha a amizade de Rafael Tobias de Aguiar, um liberal que veio a ser presidente da província após a abdicação de Pedro I.[2]

[1] Spencer Vampré, *Memórias para a história da academia de São Paulo*, I, 63. Afonso Schmidt, *A sombra de Júlio Frank*, p. 152.
[2] Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, pp. 81-82, 135-136. Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937; *copyright*, 1937, pela Agência Minerva), II, 36-65. Schmidt, pp. 117-119. A alegação de Barroso de que Frank era, na realidade, Carlos Luiz Sand, assassino de Augusto Frederico Fernando

Em 1833, Frank aceitou a idéia dos alunos de se candidatar ao cargo de professor de história e geografia no 'curral dos bichos' (como os alunos chamavam o Curso Anexo); assim, apresentou-se a Carlos Carneiro de Campos, sucessor do general Rendon. Consta que a comemoração que se seguiu à aprovação de Frank no teste durou sete dias e sete noites.[3]

Júlio Frank é considerado sucessor de Líbero Badaró no que diz respeito a difundir idéias liberais no Brasil. Uma única sugestão feita por Frank em 1831 deu-lhe a reputação de ter contribuído, mais do que qualquer outro, para o avanço de idéias liberais no Brasil, no século XIX e início do século XX. Tal sugestão foi feita quando em uma das 'repúblicas', à noite, estudantes discutiam os problemas financeiros de colegas menos afortunados. Frank falou das *Burschenschaften*, associações estudantis secretas na Alemanha que assistiam estudantes necessitados e que tinham "um código moral e uma espécie de ritual que, em rigor, servem para atrair pelo esoterismo os rapazes". Assim, a *Burschenschaft* de idéias avançadas, ou "bucha", como é freqüentemente chamada, passou a existir nas 'arcadas' em 1831, com Frank relatando: "Os que estiverem na academia continuarão a obra de assistência; os que terminarem o curso terão nela uma sociedade de ex-alunos, tão útil, e se auxiliarão mutuamente através do tempo. E, ainda mais tarde, essa sociedade poderá governar o país."[4]

Quando Júlio Frank morreu de pneumonia em 1841, aos 32 anos, seus amigos estudantes insistiram para que fosse sepultado na própria Faculdade de Direito, como ele havia sugerido uma vez. Frank não era pessoa religiosa, mas sua formação protestante impossibilitava o enterro em um cemitério católico. Brotero, diretor interino da Faculdade de Direito, liberal e agressivo, não deu atenção às objeções do bispo que, segundo consta, comentara que os solos do velho mosteiro continham "despo-

de Kotzebue em Mannheim, Alemanha, em 1819, é refutada por Bandecchi. Schmidt, Barroso e Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora e Editora da Universidade de São Paulo, 1973), I, 24-28, contém passagens da vida de Frank.

[3] Schmidt, p. 146.

[4] Id., pp. 131-132, 137. Bandecchi, p. 84, dá a data de criação da Bucha.

jos de homens tementes a Deus e cujos ossos se sentiriam mal ao pé do herege".[5] O monumento sobre o túmulo de Júlio Frank, com um obelisco de quatro metros de altura no topo, continuou no seu lugar original nas 'arcadas' apesar das alterações no prédio. Resistiu também a tentativas de depredação na década de 30, por membros do movimento militar e integralista, quase fascista.[6]

O historiador Brasil Bandecchi descreve a Bucha como um tipo de maçonaria da escola, secreta, filantrópica e liberal, e acrescenta que ela apoiava idéias republicanas e abolicionistas. Bandecchi escreve que "a comunhão geral da Bucha, sob a chefia do 'chaveiro', possuía um Conselho de Apóstolos, havendo, também, o Conselho dos Invisíveis". O professor Ernesto Leme, um líder bucheiro, declarou que "não havia estudante pobre, em dificuldades para prosseguir no curso, que não recebesse, nos momentos de maior necessidade, um auxílio pecuniário, que mão invisível lhe trazia". Afonso Arinos de Melo Franco escreve que os membros da Bucha não excediam dez por cento do corpo discente e consistiam da elite intelectual e moral.[7]

Em suas reuniões secretas, os membros da Bucha vestiam mantos e usavam faixas que exibiam uma cruz azul (representando a fé), uma âncora verde (representando a esperança) ou um coração vermelho (representando a caridade).[8] A idéia de Frank obteve tanto êxito que sociedades secretas semelhantes, às vezes também chamadas de 'buchas', organizaram-se em outros lugares: a *Tugendbund* na Faculdade de Direito de Recife, a *Landmanschaft* na Escola Politécnica de São Paulo (criada em

[5] Schmidt, p. 171.

[6] Bandecchi, entrevistas, São Paulo, 2 de julho de 1981, 9 de agosto de 1982. Ernesto Leme (entrevista, São Paulo, 8 de agosto de 1982) disse que os militares desejavam investigar a Bucha e causar danos à sepultura de Júlio Frank. Bandecchi disse que soldados da revolução de 1930 queriam "destruir a velha ordem".

[7] Bandecchi, pp. 87, 88, 85, 86 e 82 (n.º 45, citando Ernesto Leme). Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves*, I, 29 (nota n.º 20).

[8] João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982. Barroso, II, 80.

1895) e a *Jugendschaft* na Faculdade de Medicina de São Paulo (criada em 1913).[9]

Como a Faculdade de Direito de São Paulo formou tantos líderes nacionais, entre eles sete presidentes da República Velha (1889-1930), não é de se surpreender que os ex-alunos da escola, introduzidos na Bucha como estudantes, tenham sido considerados braços da 'sociedade secreta', influenciando acontecimentos nacionais. Embora tal influência tenha se enfraquecido ao final da década de 20 e se extinguindo no início da de 30, consta que o presidente Getúlio Vargas, ao ver a lista parcial dos membros da Bucha, mostrada por Ademar de Barros ao final da década de 30, disse ao interventor em São Paulo: "Não se pode governar o Brasil sem essa gente." Carlos Lacerda declarou que "é impossível escrever a história da República sem escrever a história da Bucha".[10]

[9] Barroso, II, 80. Bandecchi, p. 85. Melo Franco, I, 26 (nota 14). Para a criação de faculdades, vide Joseph L. Love, *São Paulo in the brazilian federation, 1889-1937*, pp. 93-94.
[10] Carlos Lacerda, *Depoimento*, pp. 89, 87.

3. A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA (1888-1889)

Um dos 'bucheiros' foi Rui Barbosa, transferido da escola de Direito de Recife e aceito como aluno do terceiro ano nas arcadas em 1868. Sua carreira oratória começou quando ele e o jovem poeta Antônio de Castro Alves, também transferido de Recife, uniram-se a seus novos colegas de curso (dentre eles Joaquim Nabuco e Afonso Pena) em um banquete em honra do popular professor José Bonifácio de Andrada e Silva. Este havia pedido regeneração política em um eloqüente discurso na Câmara dos Deputados, em julho de 1868. Também conhecido como José Bonifácio, o Moço (para diferenciar de seu tio, o Patriarca da Independência do Brasil, com o mesmo nome), o professor já se havia distinguido como legislador liberal, ministro do gabinete imperial, jornalista e professor de Direito Civil. Após sua morte em 1886, a estátua de José Bonifácio, o Moço, a primeira em uma praça pública em São Paulo, foi erigida no largo de São Francisco. Hoje ela se encontra dentro do prédio da Faculdade de Direito.[1]

Rui Barbosa, líder da oratória política pró-democracia do Clube Radical e Ateneu Paulistano em 1869 e 1870, uniu-se a colegas como Joaquim Nabuco e Castro Alves no que dizia respeito a

[1] Antônio Gontijo de Carvalho, *Rui, estudante* (Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949), pp. 9-19. Spencer Vampré, *Memórias para a história da academia de São Paulo*, II, 151, 183, 26. Pedro Ferraz do Amaral, *No sesquicentenário de José Bonifácio, o Moço* (discurso de 4 de outubro de 1977, publicada na *Revista da Academia Paulista de Letras*, n.º 93). Waldemar Ferreira, *A congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927*, pp. 56-57.

dirigir uma ofensiva abolicionista. Trabalhou ativamente na Fraternidade Primeira, uma versão pública do grupo secreto Fraternidade, que havia tentado promover a liberdade de escravos por muitos anos. Em 1870 juntou-se a Rui Barbosa nesse trabalho seu colega conservador Francisco de Paula Rodrigues Alves. Rui e Rodrigues Alves defendiam negros mantidos como escravos ilegalmente ou abandonados por seus senhores.[2]

A ofensiva abolicionista e a campanha para implantar no Brasil um regime republicano tornaram-se vigorosas no período entre 1870 e o final da década de 80. Em 1876 foi criado o Clube Republicano Acadêmico na Faculdade de Direito de São Paulo, juntamente com o seu órgão *A República.* No ano seguinte, estudantes de Direito criaram o Clube Liberal Acadêmico, que defendia a causa da abolição e a da república; dentre os que escreviam para seu órgão, *O Liberal,* estavam os bucheiros Pedro Lessa e Júlio Mesquita (ambos associados igualmente com *A República*). O Centro Abolicionista Acadêmico dos estudantes passou a existir em 1883 e começou por publicar *A Onda.*[3]

Segundo Afonso de Carvalho, estudante de Direito nos fins da década de 1880, as vozes dos alunos antiescravidão, na Faculdade de Direito e em outros lugares, tornaram-se "o fator preponderante na emoção popular" durante os meses que antecederam à completa emancipação, alcançada com um decreto real em maio de 1888. Do ponto de vista mais prático, o professor de história Joseph L. Love ressalta que "repetidas insurreições dos escravos interferiram com o bem-sucedido programa de São Paulo de usar a intensa imigração para fornecer mão-de-obra boa e barata". Ele acrescenta ainda que o papel de Antônio Prado, um líder do Partido Conservador de São Paulo e ministro

[2] Antônio Gontijo de Carvalho, *Rui, estudante,* pp. 13-35. Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves,* pp. 19-24. Luiz Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa* (7ª edição. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965), pp. 26-27.

[3] Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas,* p. 25. Vampré, II, 238-239, 243, 309-310, 317. Duílio Crispim Farina menciona (entrevista, São Paulo, 7 de agosto de 1982) que Júlio Mesquita pertencia à Bucha.

da Agricultura em 1888, ficou crítico "ao declarar a abolição nacional".[4]

A abolição sem indenização acarretou para o Trono a perda de muito do seu apoio anterior. E em 15 de novembro de 1889, a República, apenas uma visão em um bom número de publicações de estudantes de Direito, tornou-se realidade. Quando isso ocorreu, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, professor de Direito Comercial e filho do estadista do mesmo nome, presidiu uma reunião do corpo docente, 13 professores presentes, para decidir-se como a escola de Direito deveria reagir. Após uma sugestão para oferecer-se o apoio da escola ao novo governo, João Mendes de Almeida Júnior, um professor novo, monarquista e católico devoto, sugeriu que o governo republicano deveria ser reconhecido simplesmente porque existia. Outros, incluindo o professor Pedro Lessa, recém-nomeado, concordaram que não cabia ao corpo docente tomar posição, embora seus membros pudessem fazê-lo como indivíduos. Foi este o ponto de vista que prevaleceu. Posteriormente se decidiu que os exames marcados para novembro seriam suspensos por três dias para permitir que os alunos participassem nas comemorações de boas-vindas à nova República. Em outras áreas da cidade de São Paulo, Prudente José de Morais Barros e Francisco Rangel Pestana assumiram o governo do Estado e nomearam um gabinete estadual que incluía Júlio Mesquita como secretário e Bernardino de Campos como chefe de polícia. Todos esses homens, formados pela Faculdade de Direito de São Paulo, eram associados ao jornal *A Província de S. Paulo,* que mais tarde recebeu o nome de *O Estado de S. Paulo.*[5]

Durante cinco anos líderes militares ocuparam a presidência do Brasil e então os civis assumiram. Os primeiros quatro presidentes civis do Brasil eram membros da *Burschenschaft,* assim como o barão do Rio Branco, cujos feitos como ministro das Relações Exteriores foram concluídos com êxito logo após a

[4] Almeida Júnior, *Sob as arcadas,* pp. 24-25 (com citações de Afonso de Carvalho). Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation,* 1889-1937, pp. 107-108.

[5] Vampré, II, 334-335, 333, 231. *O Estado de S. Paulo,* folheto do centenário, 1976 (sem título), p. 10.

virada do século. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, em 1906 o barão fez referências indiscretas à Bucha quando conversava com velhos amigos; foi, por isso, severamente advertido pelo chefe da comunhão geral da sociedade secreta.[6]

[6] Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves*, I, 30.

4. O CENTRO ONZE DE AGOSTO (criado em 1903)

O chamado *ensino livre*, que tornava opcional a freqüência às aulas de modo que os estudantes pudessem ganhar conhecimento onde desejassem, foi decretado em 1879 e vigorou na Faculdade de Direito de São Paulo na década de 1880 e início da de 90. Quase não havia *quorum* nas aulas, os alunos mal se viam e as publicações e organizações estudantis entraram em declínio. As 'repúblicas' praticamente deixaram de existir.[1]

Foi predominante a influência do ensino livre em 1891 e 1892, quando o governo da nova República expediu regulamentos para as instituições de ensino superior que estivessem sob a jurisdição do Ministério da Justiça: as faculdades de Direito de São Paulo e Recife, as faculdades de Medicina da Bahia e da capital federal, a Politécnica da capital federal e a Escola de Minas, de Minas Gerais. Esses regulamentos possibilitaram, segundo Pedro Dória, que os estudantes de Direito se formassem "em período às vezes não superior a dois anos. Freqüentemente o faziam quase sem conhecer a Academia e os colegas de curso". Dória acrescenta que as revoltas durante as épocas agitadas dos primeiros anos da República também contribuíram para a dispersão dos estudantes de Direito de São Paulo.[2]

[1] Flávio de Almeida Prado Galvão, 'Observações' (datilografado para JWFD, agosto de 1982), p. 1. Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 23-24.

[2] Pedro Dória, 'Notas enviadas por Pedro Dória, referentes à fundação do Centro Acadêmico Onze de Agosto, e seus antecedentes' (oito longas folhas datilografadas e uma folha de rosto, Jaboticabal, 29 de maio de 1944, para Renato Macedo). Vide pp. 1-2.

A lei 314, de 30 de outubro de 1895, continha cláusulas mais rígidas para os estudantes de ciências sociais e jurídicas que desejavam se formar. Os estudantes de Direito achavam que tinham que dedicar cinco anos aos cursos e freqüentar aulas regularmente. Como a nova lei se aplicava somente aos alunos que entravam na escola após ela ter sido posta em vigor, foi apenas em 1900 que as faculdades de Direito, sujeitas às disposições da lei 314, passaram a ter alunos em todos os cinco anos.[3]

O espírito associativo ressurgiu nas arcadas no início de 1899, quando alguns estudantes do segundo ano formaram uma associação para sua turma. Esta associação publicou uma revista durante dois ou três anos. Estudantes do segundo ano em 1900 criaram, por sua vez, um Clube Acadêmico, que, entretanto, teve vida curta. Seus organizadores, dentre eles Plínio Barreto e Pedro Dória, publicaram um número de *A Luta* e elegeram Dória presidente do clube. Em 1902, estudantes do segundo e terceiro anos criaram o Círculo Jurídico Acadêmico que publicou *A Época,* com a contribuição de José Carlos de Macedo Soares, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, José de Paula Rodrigues Alves e outros. Cada vez mais surgiam publicações estudantis, porém todas de curta duração.[4]

A época parecia propícia para a organização de uma associação comum aos membros de todas as cinco turmas do curso. Assim, um grupo bastante grande apressou os planos para a criação do Centro Acadêmico Onze de Agosto. O grupo incluía Luís Pereira de Campos Vergueiro, José Carlos de Macedo Soares, Joaquim de Souza Pinheiro, César Lacerda de Vergueiro, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, José de Paula Rodrigues Alves, Pedro Dória e Júlio Prestes de Albuquerque. Em assembléias nas arcadas aprovaram-se estatutos e elegeu-se uma chapa de membros da diretoria. Pedro Dória tornou-se o primeiro presidente do Centro Onze de Agosto, em parte porque estava no quinto ano, um dos requisitos para o presidente da organização. José de Paula Rodrigues Alves foi eleito o primeiro orador e o

[3] Idem, ib.
[4] Ibid., pp. 2-3, 5. Spencer Vampré, *Memórias para a história da academia de São Paulo,* I, 239, 401.

professor Pedro Lessa foi escolhido como advogado do Centro. Para a produção do órgão do Centro, *O Onze de Agosto,* foi eleita uma junta editorial composta de cinco membros, dentre eles Pedro Dória e José Bento Monteiro Lobato.[5]

João Pereira Monteiro, diretor da Faculdade de Direito, prestou tamanha colaboração que foi instalada luz elétrica no salão nobre da Faculdade de modo que a reunião inaugural oficial do Centro pudesse ser realizada na noite de 11 de agosto de 1903. Até então apenas lampiões a gás haviam sido usados na escola e nenhuma grande reunião havia sido lá realizada à noite.[6]

Para a ocasião, foi distribuído o primeiro número de *O Onze de Agosto,* contendo uma homenagem ao barão de Ramalho, diretor da Faculdade de Direito na época, falecido aos 93 anos, em agosto de 1902. No decorrer de sua carreira política e magistério, além da maçonaria, Joaquim Ignácio Ramalho residiu apenas dois anos fora da cidade de São Paulo — quando presidiu a província de Goiás.[7]

O primeiro número de *O Onze de Agosto* recordava as épocas em que "a voz do tribuno acadêmico, na praça pública, concitava o povo à revolta contra as instituições sociais que consagravam injustiça". Expressava a esperança de que "marcando, talvez, o início do ressurgimento completo do antigo esplendor da vida acadêmica, forma-se agora o Centro Acadêmico Onze de Agosto que procura formar verdadeiros combatentes para as lutas em prol dos interesses da sociedade brasileira". Havia também a esperança de que o novo Centro rompesse as barreiras entre alunos dos diferentes anos de estudo e fortalecesse as relações entre professores e estudantes.[8]

[5] Pedro Dória, 'Notas...', p. 3. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Centro Acadêmico Onze de Agosto, *Diretorias, 1903-1949* (folheto).
[6] Pedro Dória, 'Notas...', pp. 3-5.
[7] *O Onze de Agosto,* Ano I, n.º 1 (Faculdade de Direito de S. Paulo, 11 de agosto de 1903). Vampré, I, 185-192, II, 401. Waldemar Ferreira, *A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927,* pp. 19-21.
[8] *O Onze de Agosto,* Ano I, n.º 1.

Enquanto Pedro Dória era presidente do Centro, iniciou-se uma campanha para levantar fundos para o novo estandarte da Faculdade de Direito, pois o antigo já estava em condições decrépitas. Antes de a compra ser efetuada em 1904, Dória passou a presidência a Luís Campos Vergueiro, vitorioso em uma eleição que não pôde ser contestada na medida em que o candidato rival se havia retirado.[9] Este fato, um passo dado para se preservar a harmonia, não foi típico do que estava para se seguir. No decorrer dos anos, campanhas para a eleição de membros da diretoria do Centro, geralmente envolvendo partidos estudantis e seus jornais, acabavam por se tornar competições freqüentemente bem acirradas. Os membros da diretoria do Centro, eleitos a cada ano no mês de novembro, passavam a ser, com efeito, diretores do corpo discente.

Quando os jovens fundadores do Centro chegavam ao seu último ano na Faculdade, qualificavam-se para a presidência. José Carlos de Macedo Soares foi presidente de março de 1905 (quando tinha início o ano letivo) até março de 1906, sendo sucedido por Joaquim de Souza Pinheiro. Dentre os outros que começaram a trabalhar na diretoria em março de 1906 estavam César Lacerda de Vergueiro, vice-presidente; Victor Konder, primeiro orador, e Waldemar Ferreira, segundo orador.[10]

César Lacerda de Vergueiro, um dos fundadores do Centro, durante seu primeiro ano na Faculdade foi responsável pelo estabelecimento do patrimônio inalienável da entidade.[11] O patrimônio ajudava a manter próspero o Centro Onze de Agosto, ao contrário da maior parte dos centros acadêmicos. Como Pedro Dória ressaltou em 1939, o Centro finalmente passou a ser conhecido como a mais antiga associação estudantil do Brasil. Conforme os estatutos do Centro, de 1913 (ainda em vigor em 1946), o patrimônio inalienável deveria receber a renda das

[9] Pedro Dória, 'Notas...', pp. 7-8.

[10] Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Centro Acadêmico Onze de Agosto, *Diretorias, 1903-1949*. Waldemar Ferreira dirigiu o periódico estudantil *O Santelmo* (vide biografia de Waldemar Martins Ferreira nos arquivos de *O Estado de S. Paulo*).

[11] João Nery Guimarães, entrevistas, São Paulo, 16 de agosto de 1981, 31 de julho de 1982. Notas biográficas no arquivo de César Lacerda de Vergueiro em *O Estado de S. Paulo*.

assinaturas de *O Onze de Agosto* e investi-la, bem como a de suas outras fontes, em ações de duas companhias ferroviárias: a Paulista e a Mojiana.[12]

Quando o vice-presidente César Lacerda de Vergueiro assumiu a presidência, em 9 de maio de 1906, ficou interino até chegar ao quinto ano de faculdade quando, então, assumiu como presidente eleito para um mandato que terminou em março de 1908. O primeiro orador da chapa vitoriosa que Vergueiro encabeçava foi um grande amigo do escritor Monteiro Lobato, Ricardo Gonçalves, o poeta que se suicidou.[13]

Durante toda a sua vida, César Vergueiro, homem solteiro, manteve profundo interesse pelo Centro Onze de Agosto. Como José Carlos de Macedo Soares, ele veio a ser um benfeitor do Centro e exerceu o direito, dado a todos os presidentes anteriores, de votar nas eleições para os membros da diretoria. O outro grande interesse de César Vergueiro estava no Partido Republicano Paulista (PRP), que governou o Estado durante a República Velha, até o fim desta em 1930.[14]

Durante a luta de 1909-1910 pela presidência do Brasil, César Vergueiro participou, juntamente com a maioria do PRP, da campanha civilista para a eleição de Rui Barbosa, embora sem obter êxito. O oponente de Rui, marechal Hermes da Fonseca, não era popular em São Paulo, mas tinha o apoio do influente congressista paulista Pedro de Toledo e de uns poucos estudantes de Direito (entre os quais Aureliano Leite).[15] Imediatamente após a eleição do marechal, César Vergueiro pôs-se à

[12] Pedro Dória, 'Centro Acadêmico Onze de Agosto', *A Balança*, Ano I, n.º 2 (Faculdade de Direito, agosto de 1939). 'Estatutos Atuais do Centro Acadêmico Onze de Agosto aprovados a 18 de outubro de 1913 e publicados em junho de 1914', *O Onze de Agosto*, 1946.

[13] Faculdade de Direito..., *Diretorias, 1903-1949*. Vampré, II, 408.

[14] Trajano Pupo Netto, entrevistas, São Paulo, 19 e 22 de agosto, 1981. Notas biográficas no arquivo de César Lacerda de Vergueiro em *O Estado de S. Paulo*. Grandes doações de ações da Companhia Paulista ao Centro Onze de Agosto por José Carlos de Macedo Soares são mencionadas por José Gomes Talarico em gravações (1978-1979) no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (de ora em diante referido como CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

[15] Aureliano Leite, *Páginas de uma longa vida* (São Paulo: Livraria Martins Editora, 1967), pp. 33-35.

frente da organização de centros antiintervencionistas, uma parte do programa do PRP para impedir a intervenção federal no Estado. O programa, que levou uma missão militar francesa a transformar a polícia do Estado (Força Pública) em um pequeno exército, obteve êxito, em parte devido às negociações do irmão do marechal e em parte porque o PRP habilmente escolheu um novo chefe, o ex-presidente do Brasil Francisco de Paula Rodrigues Alves, a quem o marechal muito considerava.[16]

César Vergueiro serviu como congressista federal quase continuamente de 1914 até o fechamento do Congresso como resultado da revolução de 1930. Vergueiro foi diretor do *Correio Paulistano*, órgão do PRP e, ao final da década de 30, secretário da Justiça do Estado. Um dos fundadores do PSD (Partido Social Democrático) em 1945, César Vergueiro foi eleito senador federal no início da década de 50, seguindo, assim, os passos de seu avô, o senador e regente do Império, Nicolau Pereira dos Campos Vergueiro.[17]

[16] Idem, pp. 35-37. Pedro Calmon, *História do Brasil*, VI, pp. 2.134-2.135.
[17] Câmara dos Deputados, *Deputados brasileiros, 1826-1976* (Brasília: Câmara dos Deputados, 1976), p. 59. *Correio Paulistano*, 8 de janeiro, 1947. *O Dia*, 11 de junho, 1952. Joaquim Canuto Mendes de Almeida, entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982.

5. A LIGA NACIONALISTA (criada em 1917)

Por volta de 1915, explica um artigo em *O Estado de S. Paulo*, o corpo discente da Faculdade de Direito de São Paulo se tinha dividido em uma ala conservadora e outra ativista, que queria "levar a mocidade acadêmica a assumir as mesmas responsabilidades que em outros momentos históricos, como o da abolição e o da República". Dentre os líderes da ala ativista estavam os filhos de Júlio Mesquita, diretor de *O Estado de S. Paulo*: Júlio de Mesquita Filho (Julinho) e seu irmão mais atlético, um ano mais moço, Francisco Mesquita (Chiquinho).[1]

A ala ativista teve sua oportunidade quando o poeta Olavo Bilac, de 50 anos, retornou da Europa devastada pela guerra, em 1915, com idéias para revitalizar o Brasil. Bilac, após entrar em contato com Júlio de Mesquita Filho, 'chaveiro' da escola de Direito, expressou suas idéias em um discurso nas arcadas em 9 de outubro de 1915.[2] "O grande poeta e patriota lança um apelo fervoroso à mocidade" feito em "palavra mágica", de acordo com *O Estadinho*, jornal vespertino no qual Júlio de Mesquita Filho fazia estágio em jornalismo. Bilac clamava por uma renovação da fé no Brasil e argumentava a favor do serviço militar obrigatório como sendo "o primeiro passo para a convalescença". Negando ser militarista, afirmou que sua reco-

[1] 'Com Bilac, na teoria e na ação', *O Estado de S. Paulo*, 13 de julho de 1969. A habilidade de Francisco Mesquita no futebol é mencionada em *O Estado de S. Paulo*, 8 de novembro de 1979.
[2] Ibidem, 13 de julho de 1969.

mendação era "o melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar".[3]

O apelo de Olavo Bilac aos estudantes para "cerrar fileiras em torno do pendão nacional" foi o início de uma campanha nacionalista em São Paulo liderada pela escola de Direito e apoiada por outras escolas e por *O Estado de S. Paulo*. Abriu-se inscrição para voluntários que treinariam no Campo Gericinó do Exército, perto do Rio de Janeiro. Os quarenta lugares destinados a voluntários tiveram que ser aumentados para trezentos a fim de acomodar todos os da Faculdade de Direito, Escola Politécnica e Faculdade de Medicina.[4]

Bilac continuou a fazer discursos em prol de um Brasil mais forte. Chamadas similares eram feitas por Afonso Arinos de Melo Franco, escritor em Minas, e Miguel Calmon, jovem ex-ministro, baiano, que havia estado na Europa há pouco tempo. Miguel Calmon, com a ajuda de Pedro Lessa (um bucheiro), ministro do Supremo Tribunal Federal, criou a Liga de Defesa Nacional no Rio, no Dia da Independência (7 de setembro), em 1916.[5] O presidente do Brasil, Wenceslau Brás (outro bucheiro), foi nomeado presidente da Liga, e a 10 de novembro de 1916 o Exército tomou medidas para implementar o serviço militar obrigatório.[6] Quando Olavo Bilac voltou para São Paulo em março de 1917, a diretoria da Liga de Defesa Nacional do Estado foi organizada, tendo o governador Altino Arantes (um bucheiro) como presidente. Em abril, Arantes nomeou Antônio Prado, Carlos de Campos (líder do PRP) e Júlio Mesquita para dirigirem os trabalhos.[7]

Enquanto isso, um movimento mais dinâmico, a Liga Nacionalista, estava sendo fomentado entre os estudantes por Frederico Vergueiro Steidel, professor de Direito em São Paulo, após Olavo Bilac ter adiantado a idéia em uma carta escrita a Júlio de Mesquita Filho em 25 de outubro de 1915.[8] Steidel, de 50 anos, era um professor austero e sério, magro e freqüentemente de ombros caídos, cuja educação havia sido completada com ajuda financeira externa devido à pobreza de sua família. Era maçom e um líder da Bucha; considerava a Liga Nacionalista um projeto por meio do qual a Bucha poderia reunir alunos brilhantes para empreender um movimento patriota e humanitário de grande escala e de visões liberais.[9] Quando a Liga Nacionalista começou a operar, no início de 1917, Steidel tornou-se seu presidente. As vice-presidências foram entregues a líderes da *Landmanschaft* (da Escola Politécnica) e da *Jugendschaft* (da Faculdade de Medicina). O bucheiro José Carlos de Macedo Soares foi nomeado tesoureiro e Abelardo Vergueiro César, estudante de Direito e também bucheiro, nomeado secretário. O grande número de membros da diretoria da Liga Nacionalista incluía o conselheiro Antônio Prado; o professor de Direito Luís Barbosa da Gama Cerqueira; os advogados Waldemar Ferreira, Antônio de Sampaio Dória, Spencer Vampré, Roberto Moreira e Prudente de Morais Neto; Júlio de Mesquita Filho e Plínio Barreto, de *O Estado de S. Paulo*; o estudante de Direito Joaquim Sampaio Vidal e Arnaldo Vieira de Carvalho Filho, fundador da Faculdade de Medicina e da *Jugendschaft*. A diretoria

[3] *O Estadinho*, 10 de outubro de 1915, 28 de dezembro de 1918.

[4] Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932', conferência de junho de 1957 no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (cópia em posse de Pedro Brasil Bandecchi).

[5] Francisco Pati, *O espírito das arcadas* (São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, 1950), p. 195. Pedro Calmon, *História do Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961), VI, 2.153. Pedro Calmon escreve, na nota n.º 5, p. 2.153, que "na verdade, Miguel Calmon foi o criador da Liga" (de Defesa Nacional).

[6] 'Resenha do mês: Liga de Defesa Nacional', *O Estadinho*, 7 de dezembro de 1915. *Estatutos da Liga de Defesa Nacional*, 24 de março de 1924, aponta o dia da fundação no artigo 1. *O Estado de S. Paulo*, 16 de dezembro de 1965, afirma que o Exército iniciou o recrutamento a 10 de novembro de 1916. (Vide arquivo de Olavo Bilac em *O Estado de S. Paulo*.)

[7] *O Estadinho*, 14 de março de 1917, 24 de abril de 1917 (no arquivo da Liga de Defesa Nacional em *O Estado de S. Paulo*).

[8] Júlio de Mesquita Filho, 'Olavo Bilac, guia da nacionalidade', *O Estado de S. Paulo*, Suplemento literário, 18 de dezembro de 1965.

[9] Ernesto Leme, *À sombra das arcadas* (São Paulo: Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Faculdade de Direito de São Paulo, 1979), p. 198. Pati, *O espírito das arcadas*, p. 187. Spencer Vampré, *Memórias para a história da academia de São Paulo*, II, 403. Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, pp. 92-93. Gustavo Barroso, *História secreta do Brasil*, II, 65, diz que o apelido de Steidel era 'o corvo triste'. Ainda sobre a Liga Nacionalista, vide Glauco Carneiro, 'A Bucha: um poder secreto que mudou a História', *Manchete*, 2 de maio de 1981 (p. 115).

da Liga também contava com o presidente do Centro Onze de Agosto, o alto e bem-apessoado Antônio Pereira Lima, que durante sua época na Faculdade de Direito vivia do que ganhava trabalhando em *O Estado de S. Paulo*.[10] Paulo Duarte, estudante de Direito de São Paulo durante o início e meados da década de 20, descreveu a Liga Nacionalista como o 'órgão oficial' da Bucha.[11]

Assim como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista era adepta da preparação militar; todavia demonstrava maior interesse pela reforma política e pelo combate às doenças e ao analfabetismo existentes em todo o país. Seu programa para pôr fim à fraude eleitoral continha a sugestão de que o voto deveria ser secreto e obrigatório, segundo a resolução de Waldemar Ferreira em uma reunião da Liga Nacionalista em julho de 1917. A questão do voto também era freqüentemente defendida por Mário Pinto Serva, membro da diretoria da Liga. Como parte de sua campanha pelo voto secreto, que continuou com toda a força no início da década de 20, a Liga divulgou muitas publicações, inclusive discursos de Roberto Moreira e João Sampaio, políticos do PRP. Também persuadiu cidadãos a se registrarem para votar nas eleições.[12]

A Liga Nacionalista deu grande assistência aos paulistas abatidos pela devastadora epidemia de gripe em 1918 e expressou a esperança de que o ensino de História do Brasil e da língua portuguesa viessem a ser requisitos para escolas particulares estrangeiras no Brasil.[13]

Uma escola noturna, na qual os estudantes de Direito ensinavam leitura e composição aos menos afortunados, havia sido

[10] Brasil Bandecchi, *Liga Nacionalista* (São Paulo: Editora Parma Ltda., 1980), pp. 23-24. Antônio Pereira Lima, entrevista, São Paulo, 9 de julho de 1981.

[11] Paulo Duarte, *Memórias* (São Paulo: Editora Hucitec, 1979), IX, 310.

[12] Bandecchi, *Liga Nacionalista*, pp. 24, 59-68. A respeito do papel de Mário Pinto Serva, vide Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930* (São Paulo: Editora Anhambi, 1958), I, 109, 144. O trabalho da Liga Nacionalista é discutido em *Justiça; a revolta militar em São Paulo*, de José Carlos de Macedo Soares (Paris, 1925), pp. 58-68.

[13] Bandecchi, *Liga Nacionalista*, pp. 33-36, 27.

fundada pelo recém-criado Grêmio Literário Álvares de Azevedo, da Faculdade de Direito. Tal projeto educacional, idéia do estudante Paulo Nogueira Filho, veio a ser parte importante e de muito sucesso no programa da Liga Nacionalista, descrito posteriormente por Pedro Lessa como "a mais preciosa jóia da Liga Nacionalista".[14]

Com o objetivo de promover educação cívica, em 1919 a Liga Nacionalista publicou (com um prefácio de Steidel) um manual, *O que o cidadão deve saber*, de Antônio de Sampaio Dória, bucheiro importante que se havia formado pelas arcadas em 1908, após ter chegado de Alagoas. Sampaio Dória começou a lecionar na Faculdade de Direito em 1919 e, em 1920, foi nomeado diretor da Instrução Pública do Estado pelo novo governador, o bucheiro Washington Luís Pereira de Souza. Neste posto, Sampaio Dória foi capaz de aumentar consideravelmente o número de estudantes matriculados nas escolas públicas, atingindo, assim, um dos objetivos da Liga Nacionalista.[15]

Com a declaração de guerra do Brasil à Alemanha em outubro de 1917 (seguindo-se ao afundamento de navios brasileiros por alemães), os estudantes que pertenciam à Liga Nacionalista criticaram o congressista federal do PRP, José Valois de Castro, que se abstivera de votar pela guerra e a quem eles consideravam a favor dos alemães. Quando o PRP o nomeou em 1918 para preencher uma vaga no senado do Estado, a Liga Nacionalista iniciou uma campanha política com a indicação de um candidato de oposição: o erudito médico Luís Pereira Barreto, que havia presidido o Congresso da Mocidade Brasileira, realizado em 1917, seguindo-se a sugestão de Antônio Pereira Lima, presidente do Centro Onze de Agosto, e Abelardo Vergueiro César, secretário da Liga Nacionalista. A campanha para a elei-

[14] Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 62-63. *Paulo Nogueira Filho, cidadão emérito de São Paulo* (São Paulo, 1961), p. 25. Comissão Promotora das homenagens ao dr. Paulo Nogueira Filho, biografia de Paulo Nogueira Filho (nove folhas datilografadas) com folha de rosto, 19 de dezembro de 1960, por Elis Antunes ao diretor de *O Estado de S. Paulo* (em arquivo em *O Estado de S. Paulo*).

[15] Bandecchi, Liga Nacionalista, pp. 45-47. Waldemar Ferreira, *A Congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na Centúria de 1827 a 1927*, pp. 130-131. Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*, p. 94.

ção de Pereira Barreto, solidamente apoiada por *O Estado de S. Paulo,* notabilizou-se pelo trabalho entusiástico de jovens membros da Liga Nacionalista. Todavia o candidato da máquina política dominante do PRP foi o vitorioso.[16]

[16] Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 78, 81-87. Bandecchi, *Liga Nacionalista,* pp. 69-73.

6. OPOSIÇÃO ESTUDANTIL À LIGA NACIONALISTA E À BUCHA (1918-1927)

Paulo Nogueira Filho, estudante de Direito e membro de família abastada, bem conhecida em círculos do PRP e de produção de açúcar, participou ativamente da malograda campanha da Liga Nacionalista em favor de Pereira Barreto. Embora Nogueira Filho pertencesse à Bucha,[1] tornou-se líder de um movimento nas arcadas de protesto contra o domínio da Liga Nacionalista por Steidel e seu grupo de bucheiros. Discutindo a respeito da diretoria da Liga nas arcadas e da forma pela qual era escolhida, Nogueira Filho escreveu que os oniscientes da Liga, que se consideravam onipotentes e "senhores de todas as virtudes", defendiam o voto secreto "só para uso externo" e não davam atenção à questão social a despeito da greve geral dos trabalhadores em São Paulo em 1917.[2]

O grupo Steidel representava apenas uma minoria dos alunos. Isso ficou claro em fins de 1917 com a seleção do sucessor do presidente do Centro, Antônio Pereira Lima, que estava para se formar e iria exercer um cargo de promotor público no nordeste do Estado.[3] A chapa do grupo Steidel, encabeçada por Joaquim Sampaio Vidal, foi derrotada pelos chamados 'plebeus' (que descreviam os perdedores como 'aristocratas').[4]

A eleição do ano seguinte ocorreu após o governo federal ter decretado que, em vista da gripe de 1918 que assolava o país,

1 Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal,* p. 84.
2 Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 65-76.
3 Antônio Pereira Lima, entrevistas, São Paulo, 9 de julho de 1981.
4 Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 67, 79-80.

os estudantes poderiam passar de ano sem ter de prestar exames. O grupo Steidel não se fez popular ao decretar que os estudantes associados à Liga Nacionalista deveriam, não obstante, prestar os exames. Enquanto dissidentes protestavam contra a forma não democrática pela qual se havia chegado a tais normas, a presidência do Centro foi conquistada, em fins de 1918, por Antônio Carlos de Abreu Sodré, que tinha reservas quanto ao grupo Steidel.

Em janeiro de 1919, após o grupo Steidel ter tomado providências para expulsar da Liga Nacionalista todos os alunos que se tinham recusado a prestar os exames, Abreu Sodré foi um dos cinco membros da diretoria recém-eleita do Centro que se uniram a Nogueira Filho, Cândido Mota Filho e Oswald de Andrade na assinatura de um manifesto. Neste, sessenta jovens que haviam trabalhado para a Liga atacavam Steidel e deixavam aquela. Steidel foi logo defendido por *O Estado de S. Paulo* e em um manifesto assinado por partidários leais da Liga, tais como Antônio Pereira Lima, Vergueiro César, Antônio de Sampaio Dória, Armando de Sales Oliveira, Plínio Barreto, Waldemar Ferreira, Luís de Toledo Piza Sobrinho, Nestor Rangel Pestana, Roberto Moreira, Mário Pinto Serva, João Sampaio, Arnaldo Vieira de Carvalho, Júlio Mesquita, Francisco Mesquita e Reynaldo Porchat, professor de Direito que contava cinqüenta anos.[5]

Antônio Carlos de Abreu Sodré foi um bem-sucedido 'presidente de conciliação'.[6] Ao recapitular o trabalho por ele presidido em 1919, falou sobre a campanha do Centro e da Liga Nacionalista para levantar fundos para um monumento em homenagem a Olavo Bilac, que morrera em dezembro de 1918, e sobre uma outra, contra bebidas alcoólicas.[7] Ao contrário de Pereira Lima, Abreu Sodré não tinha boa saúde; sofria de tuberculose. Algumas pessoas eram de opinião que sua decisão,

[5] Ibid. pp. 92-100. Bandecchi (A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal, pp. 89-92), citações e comentários não lisonjeiros sobre observações acerca da Bucha feitas por Oswald de Andrade em *Um homem sem profissão* (3ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976), p. 120.

[6] Francisco Pati, *O espírito das arcadas*, p. 184.

[7] *O estadinho*, 31 de dezembro de 1919 (no arquivo do Centro Onze de Agosto em *O Estado de S. Paulo*). Brasil Bandecchi, *Liga Nacionalista*, pp. 53-56.

após a formatura, de assumir o cargo de promotor público em Olímpia e Botucatu, no interior do Estado, foi influenciada pela esperança de que a altitude lhe propiciaria um clima saudável.

O sucessor de Abreu Sodré na presidência do Centro foi Alcides de Araújo Sampaio, escolhido em uma eleição divisória que reviveu as altercações entre o partido de cima (governante) e o partido de baixo. Entretanto, tendo início com a eleição de Rafael Corrêa de Sampaio Filho em 1920, a política estudantil acalmou-se por alguns anos por ser totalmente dominada por Antônio Gontijo de Carvalho. O bucheiro Gontijo de Carvalho, defensor de Steidel e da Liga Nacionalista, era um estudante baixo e magro, de Minas Gerais, que nunca buscou um cargo político, mas que fez funcionar a máquina encarregada da distribuição de favores, como passes ferroviários. Nos bolsos, Gontijo de Carvalho levava listas com nomes de estudantes e cópias de discursos de Rui Barbosa.[8]

Em 1923 Gontijo de Carvalho ajudou a organizar os estudantes de Direito em um movimento de apoio a Joaquim Francisco de Assis Brasil que combatia a reeleição, questionável, de Antônio Augusto Borges de Medeiros a um quinto mandato como governador do Rio Grande do Sul. Mais tarde, naquele mesmo ano, Gontijo de Carvalho passou a ser o 'chaveiro' da Faculdade de Direito, recebendo a famosa chave de seu antecessor (Frederico Martins da Costa Carvalho) na tradicional e anual Festa da Chave, patrocinada pela Bucha. Gontijo de Carvalho foi descrito como sábio e honrado, um jovem e altruísta Maquiavel, profundamente "devotado à causa dos seus amigos".[9]

Em 1923, assim como em 1918-1919, um grupo de estudantes dirigiu ataques contra Steidel. O professor, efetivado em 1919 (tornando-se professor catedrático), foi acusado de tomar parte na política do Centro Onze de Agosto e de contribuir para a eleição, em 1922, do presidente do Centro, Aguinaldo de Melo Junqueira (candidato de Gontijo de Carvalho e da Liga), fazendo uso de uma máquina política que, assim como o PRP, pro-

[8] Pati, *O espírito das arcadas*, pp. 174, 184, 187, 201, 208-210.

[9] Ibid., Hermann de Morais Barros, entrevistas, São Paulo, 14 de agosto de 1982.

metia cargos em departamentos governamentais controlados por seus amigos. Em 1923, após Aguinaldo de Melo Junqueira ter sido criticado por ignorar os protestos da oposição, uma assembléia do Centro foi convocada para se discutir a respeito de Steidel e da Liga; houve até brigas de socos.[10]

Paulo Duarte, estudante de Direito anti-Bucha, que considerava Gontijo de Carvalho "pouco inteligente, rancoroso, mandão e insolente",[11] dirigiu o jornal da oposição nas arcadas, *A Chave*, da época de sua organização, em novembro de 1923, até a sua formatura, em fins de 1926. *A Chave* declarava que a Liga Nacionalista não havia conseguido elevar sua voz contra as atitudes autoritárias do presidente do Brasil Artur Bernardes, como, por exemplo, o prolongamento do estado de sítio.[12] *A Chave* também protestava por ter Aguinaldo de Melo Junqueira telegrafado a Bernardes, um bucheiro, dando seu apoio, em virtude de o Centro lhe dever favores.[13] Quando o congressista federal César Lacerda de Vergueiro conseguiu contribuições de políticos para o patrimônio inalienável do Centro, Paulo Duarte, escrevendo em *A Chave*, argumentou que isso impossibilitava o Centro de censurar atitudes repreensíveis que viessem a ser tomadas por tais políticos.[14]

Segundo o irreverente Paulo Duarte, Odécio Bueno de Camargo, sucessor de Aguinaldo na presidência do Centro, era um jovem perfumado, incapaz de dizer duas palavras sem três erros de gramática, que devia sua eleição a seu pai, secretário da Fazenda do Estado. A 17 de dezembro de 1923, Duarte e seus amigos, procurando reduzir o prestígio da Bucha e de seus 'fariseus', promoveram a primeira de uma série de festas anuais em oposição à Festa da Chave. Na nova festa, a Festa da Ba-

[10] Pati, pp. 200-203. Alpheu Canniço (Paulo Duarte), *Sob as arcadas: crônica de um lustro acadêmico* (São Paulo: Edição Comemorativa do Centenário da Faculdade de Direito de São Paulo, 1927) pp. 148-149, 309 (nota 1).
[11] Paulo Duarte, *Memórias*, IX, 310.
[12] *A Chave*, Ano I, N.º 10 (22 de maio de 1924) p. 1.
[13] 'Juventude decadentek, *A Chave*, Ano I, N.º 3 (15 de janeiro de 1924), p. 1.
[14] Paulo Duarte, ' O novo Zumbik, *A Chave*, Ano I, N.º 4 (2 de abril de 1924), p. 1.

nana, um espécime decorado da "fruta nacional, símbolo da dignidade acadêmica", foi passado das mãos de um brilhante aluno do quinto ano, o 'bananeiro', para seu sucessor.[15]

A Oposição Acadêmica subsistiu até depois de 26 de outubro de 1925, quando os membros do Centro, com uma vitória de 79 votos sobre 19, adotaram o voto secreto para suas eleições.[16] Na eleição de 22 de novembro de 1925, Afonso Martins Ribeiro, da Oposição (escolhido democraticamente em uma prévia por membros da Oposição), conquistou a presidência do Centro, derrotando Paulo Mesquita, da Situação, por 118 votos a 115; Paulo Duarte foi eleito primeiro orador.[17] A Bucha perdeu de novo um ano depois, quando a Oposição, chamando-se agora de Antiga Oposição, elegeu o corredor Joviro Gonçalves Foz para a presidência do Centro.[18] O então presidente Afonso Martins Ribeiro, em uma referência à Bucha, respondeu a uma pergunta afirmando que nenhum membro do seu partido, a Antiga Oposição, era filiado a uma certa sociedade secreta "que já exercera influência nefasta no seio dos estudantes".[19]

[15] Paulo Duarte, *Agora nós! Crônica da Revolução Paulista, com os perfis de alguns heróis da retaguarda* (São Paulo, 1927), pp. 284-287. 'Festa da Banana', *A Chave*, Ano I, N.º 2 (19 de dezembro de 1923), p. 1, e Ano II, N.º 19 (21 de fevereiro de 1925), p. 1. Paulo Duarte, *Memórias*, IX, 310. Alpheu Canniço (Paulo Duarte), *Sob as arcadas*, p. 311 (nota 21).
[16] 'O voto secreto', *A Chave*, Ano III, N.º 22 (18 de novembro de 1925), p. 12. Alpheu Canniço (Paulo Duarte), *Sob as arcadas*, p. 310 (nota 9).
[17] *A Chave*, Ano III, N.º 23 (15 de abril de 1926), p. 2. Alpheu Canniço (Paulo Duarte), *Sob as arcadas*, p. 1.
[18] Hermann de Morais Barros, entrevista, 14 de agosto de 1982. *A Chave*, Ano IV, N.º 29 (14 de julho de 1927), p. 1.
[19] *A Chave*, Ano IV, N.º 28 (30 de abril de 1927), p. 1.

7. O FIM DA LIGA NACIONALISTA (1924)

Em 1924 a Liga Nacionalista defrontou-se com problemas mais sérios do que os causados por estudantes de Direito. Os problemas cresceram durante uma revolta de militares em São Paulo, conhecidos como 'tenentes'; estes desejavam reformar os meios políticos e eleitorais bem como depor o presidente brasileiro Artur Bernardes (1924-1926), natural de Minas Gerais.

Durante três semanas em julho de 1924, os rebeldes controlaram a cidade de São Paulo. Apesar do seu programa reformista, Júlio de Mesquita Filho informou ao chefe dos rebeldes, general Isidoro Dias Lopes, que seu pai não podia concordar com um movimento que repousava no poder das armas. "Ele é um civilista."[1] Tanto Júlio Mesquita como o presidente da Associação Comercial de São Paulo, José Carlos de Macedo Soares (primeiro tesoureiro da Liga Nacionalista), rejeitaram sugestões dos revolucionários para formar uma junta de três membros a fim de governar o Estado na ausência do governador Carlos de Campos, que havia partido da capital do Estado.[2]

Liderada pelo professor Steidel, a Liga Nacionalista distribuiu declarações condenando os tiroteios provocados pelos rebeldes e os subseqüentes bombardeios da cidade por forças leais a Bernardes, "com sacrifício de vidas de mulheres, crianças e pessoas alheias à luta política". A Liga e Macedo Soares estavam entre os que começaram a trabalhar para aliviar o so-

[1] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, 1976 (sem título), p. 12.
[2] José Carlos de Macedo Soares, *Justiça*, pp. 65, 74.

frimento dos paulistas: mantinham hospitais em funcionamento, forneciam abrigos, promoviam a evacuação de civilistas, contornavam problemas de trânsito e trabalhavam com os líderes rebeldes, buscando soluções. O estudante Paulo Duarte, a pedido de Macedo Soares, organizou a Brigada Acadêmica, de cerca de duzentos alunos, para ajudar a fornecer proteção policial durante a emergência. Assim como Duarte, Abelardo Vergueiro César, da Liga, também prestou auxílio a Macedo Soares.[3]

Após Isidoro, chefe dos rebeldes, ter concordado que seus canhões não seriam usados para causar danos à cidade, um debate entre líderes da Liga (incluindo Steidel, Macedo Soares, João Sampaio, Roberto Moreira, professor Reynaldo Porchat e Joaquim Sampaio Vidal) resultou na formação de uma comissão para negociar com o governo federal. Em nome da comissão (constituída do arcebispo dom Duarte Leopoldo e Silva, do prefeito Firmiano Pinto, Steidel, Júlio Mesquita e Macedo Soares), Steidel redigiu um telegrama pedindo ao presidente Bernardes para suspender o bombardeio federal; a resposta do Rio, porém, foi desfavorável. Isidoro, chefe dos rebeldes, colaborando com Macedo Soares, concordou em libertar bombeiros presos, após um devastador incêndio na fábrica têxtil Crespi, causado pelo bombardeio federal.[4]

Aviões federais, que haviam deixado cair bombas sobre São Paulo, distribuíam agora folhetos nos quais o ministro da Guerra pedia aos paulistas que saíssem da cidade para escapar de um novo e intenso bombardeio de artilharia. A retirada das 400 mil pessoas restantes (o número habitual se elevava a mais de 700 mil) era impossível; assim, Macedo Soares, depois de negociar com Isidoro, apelou para os federais em 27 de julho, visando a que estes aceitassem a oferta de Isidoro de um acordo pacífico, sob o qual os rebeldes de 1922 e 24 receberiam total anistia. Após os federais terem ignorado a oferta, Isidoro e seus revolucionários deixaram a cidade.[5]

As negociações dos paulistas com os rebeldes não foram vistas com bons olhos pelo governo de Bernardes e isso depois foi

[3] Ibid., pp. 61, 66, 73, 79, 95, 106. Paulo Duarte, *Agora nós!*, pp. 288-291.
[4] Macedo Soares, *Justiça*, pp. 64-71, 103-111.
[5] Ibid., pp. 105, 116-126.

motivo de maior aborrecimento quando, após a partida dos rebeldes, *O Estado de S. Paulo* e outros jornais criticaram o comportamento das tropas vitoriosas de Bernardes na cidade. No início de agosto, Júlio Mesquita e Macedo Soares foram presos e transferidos para o Rio para serem interrogados. *O Estado de S. Paulo,* assim como a *Folha de S. Paulo* (que fora recentemente criada), foi forçado a suspender suas publicações. A 7 de agosto, o presidente Bernardes decretou o fechamento da Liga Nacionalista de São Paulo por seis meses, por incorrer em "atos nocivos ao bem público".[6]

Devido a esses acontecimentos, os estudantes de Direito dividiram-se em três grupos. Um deles era a favor dos rebeldes tenentes (que haviam ido para oeste do rio Paraná); o segundo exigia profundas mudanças no Brasil, embora sem violência; e o terceiro grupo era pequeno e constituído de amigos e parentes de membros da administração de Bernardes. Este último grupo uniu-se a estudantes afins da Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Escola de Engenharia Mackenzie na publicação de uma mensagem, expressando a satisfação dos estudantes pelo "restabelecimento da ordem", levado a cabo pelo governador Carlos de Campos. Como a mensagem trazia as assinaturas da diretoria do Centro Onze de Agosto, um grupo de estudantes de Direito redigiu um manifesto repudiando-a.[7]

Macedo Soares, acusado de vários 'crimes', inclusive a tentativa de negociar uma anistia para rebeldes,[8] foi finalmente posto em liberdade no Rio, a 22 de setembro de 1924. Os 71 estudantes de Direito de São Paulo, que assinaram um telegrama expressando contentamento pela soltura, representavam uma grande parte do corpo discente (293) uma vez que cerca de cem alunos raramente freqüentavam as arcadas. Contudo, a diretoria do Centro Onze de Agosto, naquela época ainda nas mãos da Situação acadêmica, estava cautelosa. Não protestou contra as prisões de Mesquita, de Macedo Soares (seu ex-presidente), ou de um estudante de Direito que havia assinado um comunicado em prol dos rebeldes; também não protestou contra o fechamento da Liga Nacionalista. Quando o presidente eleito do Centro, Odécio Bueno de Camargo (escolhido em novembro de 1924 para suceder Mário Tavares Filho), retirou-se de uma comissão de estudantes de Direito encabeçada por Paulo Duarte, que estava se preparando para receber Macedo Soares no seu retorno a São Paulo, *A Chave* encontrou mais uma razão para atacar a Situação acadêmica.[9]

O governo estadual de São Paulo convocou um comício prólegalidade na mesma hora e local marcados para a recepção a Macedo Soares. Este, então, informou a Paulo Duarte que seus planos se haviam alterado, estando agora indefinidos; não haveria, portanto, nenhuma reunião de boas-vindas. Mesmo assim, porém, Macedo Soares foi novamente preso no Rio antes que pudesse retornar a São Paulo, sendo forçado a viajar para a Europa.[10]

No Congresso, o bucheiro César Lacerda de Vergueiro procurava defender o governo de Bernardes que, por ser um dos doze 'apóstolos' do Conselho da Bucha, havia recebido o apelido tétrico de Irmão Santo Sepulcro.[11] Em uma declaração que não agradou aos amigos de Macedo Soares, César Vergueiro explicou que as medidas impedindo a viagem de Macedo Soares (também um bucheiro importante) a São Paulo haviam sido tomadas "para evitar uma manifestação política" a ser realizada "contra a vontade" do próprio Macedo Soares. Quando, pouco depois, Bernardes empreendeu uma reforma constitucional para fortalecer o poder executivo, César Vergueiro atribuiu pouca importância a um voto da assembléia do Centro Onze de Agosto em favor

6 Ibid., pp. 62, 134. *O Estado de S. Paulo,* folheto do centenário. Carlos Guilherme Mota e Maria Helena Capeleto, *História da Folha de S. Paulo* (1921-1981) (São Paulo: IMPRES, 1980), p. 13. De acordo com Aureliano Leite, *Páginas de uma longa vida,* p. 41, Artur Bernardes explicou posteriormente que o bombardeio de São Paulo e o fechamento da Liga Nacionalista foram executados pelo governo federal a pedido do governador Carlos de Campos.

7 Paulo Duarte, *Agora nós!,* pp. 294-300.

8 Macedo Soares, *Justiça,* p. 187.

9 Duarte, *Agora nós!,* pp. 291-293, 301-308.

10 Ibid., pp. 308-319.

11 Joaquim Canuto Mendes de Almeida (entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982) mencionou o apelido de Bernardes: Santo Sepulcro. Gustavo Barroso (*História Secreta do Brasil,* II, 83) escreve que "o tétrico apelido de Irmão Santo Sepulcro" foi designado a um dos doze apóstolos da Bucha que se tornou presidente do Brasil.

de um manifesto dos estudantes de Direito opondo-se à reforma. Vergueiro informou à Câmara dos Deputados que a juventude de São Paulo estava esmagadoramente do lado do presidente Bernardes.[12]

O primeiro passo havia sido dado para a divisão da Bucha, o que, de acordo com o professor Bandecchi, ocorreu em 1926.[13]

[12] Duarte, *Agora nós!*, pp. 319-330 (nota 75).
[13] Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, p. 95.

8. O PARTIDO DEMOCRÁTICO (1926)

O Partido Democrático (PD), fundado em São Paulo em fevereiro de 1926, tem sido considerado, com freqüência, o sucessor da Liga Nacionalista. Sem dúvida, os fundadores do PD eram, em grande parte, ativistas da Liga, tendo sido inspirados por esta no que diz respeito ao voto secreto e a eleições honestas. Entretanto alguns líderes da Liga, tais como Antônio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro César, Roberto Moreira e João Sampaio, permaneceram fiéis ao PRP. Também nem todos os fundadores do PD vieram de círculos da Liga. Paulo Nogueira Filho, mais voltado para o lado dos rebeldes tenentistas do que para o da Liga, afirmou que "o fechamento da Liga Nacionalista... não influiu na ação do nosso grupo", quando este decidiu participar da criação do PD.[1]

Reynaldo Porchat, professor de Direito Romano aposentado em 1925 (sendo sucedido por Spencer Vampré), demitiu-se do senado estadual em dezembro de 1925, após expressar seu desgosto pela submissão dos legisladores ao Poder Executivo. Salientando que as adversidades políticas do Brasil o lembravam da situação que havia levado à queda da Roma antiga, o professor pediu aos jovens que reagissem. Waldemar Ferreira, um dos fundadores do Instituto de Advogados de São Paulo em 1917 e professor substituto de Direito Comercial nas arcadas desde 1920,

[1] Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 141. Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal*, p. 91. Brasil Bandecchi, *Liga Nacionalista*, pp. 89-93. Aureliano Leite, *Memórias de um revolucionário* (1ª edição, São Paulo, 1931), p. 7.

era de opinião que a missão de salvar o Brasil não devia se limitar aos jovens; assim, no início de 1926, fundou o Partido Liberal. Aproximadamente na mesma época, José Adriano Marrey Júnior, deputado estadual, fundou o Partido Evolucionista e o envelhecido Antônio Prado formou o Partido Popular.[2]

Na casa de Antônio Prado, em fevereiro de 1926, os fundadores dos três novos partidos uniram suas forças, criando o PD. O documento legal, na caligrafia bem cuidada de Waldemar Ferreira, foi assinado por eles e por representantes do Partido da Mocidade, criado anteriormente por estudantes de Direito principalmente.[3] A ata também foi assinada pelos seguintes professores de Direito: Steidel, Porchat, Francisco Antônio de Almeida Morato, José Joaquim Cardoso de Melo Neto e Luís Barbosa da Gama Cerqueira (sessenta anos, professor de Direito Criminal, que ajudara a fundar o PRP). Dentre os demais que assinaram o documento, estavam Paulo Nogueira Filho, Joaquim Sampaio Vidal, Mário Pinto Serva, Luís Aranha, Paulo de Morais Barros e Prudente de Morais Neto (sobrinho de João Sampaio, líder do PRP).[4]

O advogado e jornalista Vicente Ráo, que foi um dos que primeiro trabalharam para o PD, formara-se na Faculdade de Direito em dezembro de 1912 e era filho de imigrantes italianos. Em julho de 1927, Ráo foi nomeado professor catedrático de Direito Civil após ganhar o concurso (julgado por professores) em que Waldemar Ferreira foi um candidato malsucedido. Alguns meses mais tarde, Ferreira tornou-se professor catedrático de Direito Comercial — o único candidato inscrito para preencher a vaga aberta pela morte de Frederico Steidel em agosto de 1926.[5]

Em fevereiro de 1927, o PD, com Paulo Nogueira Filho como secretário-geral, elegeu três congressistas federais: Marrey Júnior, Paulo de Morais Barros e o austero professor Francisco Morato,

2 Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 147-151.
3 Paulo Duarte, *Júlio Mesquita* (São Paulo: Editora Hucitec, 1977), p. 61.
4 Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 153-155. Waldemar Ferreira, *A congregação da Faculdade de Direito de S. Paulo na centúria de 1827 a 1927*, pp. 108-109 (sobre Luís Barbosa da Gama Cerqueira). Ernesto Leme, *A Casa de Bragança: memórias*, p. 118.
5 Ferreira, *A congregação...*, pp. 132-133. Hermann de Morais Barros, entrevista, São Paulo, 14 de agosto de 1982.

59 anos. O professor Gama Cerqueira, derrotado, passou a ser o chefe das ações legais do PD contra a fraude eleitoral, estando ocupadíssimo durante as eleições locais de 1928 pois, nas palavras de Paulo Duarte, do PD, "a Academia da Fraude atingiu a sua maior perfeição" no PRP.[6] O PD ganhou apenas algumas cadeiras na Assembléia, nenhuma delas, entretanto, na cidade de São Paulo.[7] Em Botucatu, Antônio Carlos de Abreu Sodré conquistou uma surpreendente vitória para o PD na disputa de uma cadeira na Câmara Municipal.[8]

Júlio Mesquita, escrevendo para *O Estado de S. Paulo* pouco antes de sua morte em março de 1927, elogiou o PD e denunciou os meios políticos corruptos.[9] Contudo, nem ele nem Júlio de Mesquita Filho (seu sucessor como diretor em *O Estado)*, nem os diretores de outros jornais transformaram seus diários em órgãos do PD. Assim, em julho de 1927, *O Diário Nacional* foi lançado nos escritórios de *O Estado de S. Paulo*. O principal acionista do novo jornal era Joaquim Sampaio Vidal, o candidato malsucedido do grupo Steidel à presidência do Centro Onze de Agosto dez anos antes. Paulo Nogueira Filho e Marrey Júnior eram os diretores e o poeta Sérgio Milliet, administrador. Os redatores-chefes eram Amadeu Amaral, presidente da Academia Paulista de Letras, e Pedro Ferraz do Amaral (Pedrinho), 27 anos, que havia trabalhado em *O Estado de S. Paulo* por um curto período de tempo. A circulação de *O Diário Nacional* cresceu tanto a ponto de ultrapassar a de *O Estado de S. Paulo*.[10]

Segundo Paulo Duarte, o PD "inaugurou caravanas e cartazes políticos no Brasil".[11] Caravanas de natureza não política haviam sido, por muitos anos, parte da vida da Faculdade de Di-

6 Paulo Duarte, *Que é que há?* (2ª edição, São Paulo, 1931) pp. 52, 50.
7 Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation, 1889-1937*, p. 118.
8 *Jornal da Tarde*, 13 de novembro de 1976 (no arquivo de Antônio Carlos de Abreu Sodré em *O Estado de S. Paulo*).
9 Duarte, *Júlio Mesquita*, pp. 162-163.
10 Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, pp. 179, 185, 189-190. Comissão promotora das homenagens ao dr. Paulo Nogueira Filho, biografia. Pedro Ferraz do Amaral, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981. *O Estado de S. Paulo*, 4 de julho, 1971 (no arquivo de Pedro Ferraz do Amaral em *O Estado de S. Paulo*).
11 Duarte, *Que é que há?*, p. 50.

reito, com suas embaixadas de emissários estudantis viajando e falando em cidades e povoados brasileiros. Em 1927, a esmerada Caravana Acadêmica do Centenário da Faculdade de Direito foi organizada para difundir o centésimo aniversário da escola.[12] Caravanas políticas haviam constituído um dos aspectos da campanha de Luís Pereira Barreto, promovida por muitos estudantes paulistas, em 1918. Porém, as caravanas democráticas do PD, iniciadas a 14 de julho de 1927 para visitar cada uma das 243 municipalidades do Estado, foram as mais ambiciosas que o Brasil jamais havia visto.[13]

Em setembro de 1927, o PD transformou-se em um partido nacional com a formação de um novo diretório que incluía alguns congressistas da oposição vindos do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul. Em fevereiro de 1928, Waldemar Ferreira e Paulo Nogueira Filho participaram de uma caravana que visitou o Rio Grande do Sul a fim de fortalecer os laços com o Partido Libertador, da oposição, chefiado por Joaquim Francisco de Assis Brasil (colega de classe de Júlio Mesquita na Faculdade de Direito). Nogueira Filho foi com Assis Brasil para Buenos Aires a fim de visitar tenentes exilados, tais como o ex-capitão do Exército Luís Carlos Prestes, envolvido em revoltas contra o governo do presidente Bernardes. Retornando a São Paulo, porém, Nogueira encontrou os líderes do PD sem disposição para revoluções.[14]

Em 1929, o presidente brasileiro Washington Luís Pereira de Souza (1926-30) escolheu o governador de São Paulo, Júlio Prestes de Albuquerque (bucheiro e líder do PRP), para ser o candidato oficial à presidência na eleição de março de 1930. O governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, candidato presidencial da Aliança Liberal, apresentou uma plataforma que incluía pontos sustentados pelo PD, tais como o voto secreto, o direito de as minorias políticas terem representação e anistia para todos os rebeldes da década de 20. Luís Barbosa da Gama Cerqueira, professor de Direito e presidente do PD, estava adoen-

[12] Joaquim Canuto Mendes de Almeida, entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982.
[13] Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, I, 186.
[14] Ibid., I, 216-238.

tado em 31 de agosto de 1929, quando o partido se reuniu para decidir se apoiaria a Aliança Liberal ou não. Assim, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, também professor de Direito e vice-presidente do PD, presidiu a reunião. Por 341 votos a três, os líderes do PD optaram por apoiar a Aliança Liberal.[15]

Na Faculdade de Direito de São Paulo, Roberto Victor Cordeiro, estudante do segundo ano, 18 anos, cujas raízes de família se encontravam no Rio Grande do Sul, ajudou a organizar o Partido Liberal Acadêmico para representar os estudantes (dentre os 685 da escola de Direito) que se opunham ao domínio do Brasil pelo PRP.[16]

[15] Brasil Bandecchi, *Partido Democrático de São Paulo — sua fundação e seu apoio aos candidatos da Aliança Liberal* (Comunicação; III Encontro Regional da Associação dos Professores Universitários de História, realizado em Santos, São Paulo, de 6 a 12 de setembro de 1976).
[16] João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1981. *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1979 (na pasta de Roberto Victor Cordeiro no arquivo de *O Estado de S. Paulo*). Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 36, fornece o número de estudantes em 1930.

9. A REAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO AO ASSASSINATO DE JOÃO PESSOA (agosto de 1930)

O professor Waldemar Ferreira referiu-se com orgulho à reação da Faculdade de Direito quando da notícia do assassínio, em julho de 1930, de João Pessoa, companheiro de chapa de Vargas na malograda tentativa de derrocar o sistema vigente nas urnas eleitorais de março.[1] A reação foi fortemente manifestada a 7 de agosto e vivamente relembrada por Hermann de Morais Barros, estudante que participou dos tão citados conflitos entre alunos e polícia naquele dia.[2]

O protesto contra o assassínio teve início com discursos pela manhã, perto da estátua de José Bonifácio, o Moço, erigida sobre um elegante pedestal no largo de São Francisco, a uns poucos metros da majestosa porta do prédio de dois andares da Faculdade de Direito. Na hora do discurso final e inflamado de Romeu de Andrade Lourenção, primeiro orador do Centro, todos os alunos que lá estavam (cerca de cem) haviam recebido o apoio de quase o mesmo número de curiosos, que aplaudiam sem cessar.[3]

[1] Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932', palestra dada em junho de 1957 no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (cópia em posse de Pedro Brasil Bandecchi).

[2] Hermann de Morais Barros, 'Reparos a um livro de J. F. Dulles', *O Estado de S. Paulo*, 7 de junho de 1981.

[3] Ibid. Ferreira, "A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932", lista os porta-vozes dos estudantes: José Dias de Menezes, João Batista de Arruda Sampaio, Lauro Cerqueira Cesar, Romeu Lourenção, Henrique Brito Viana, Fernando de Martino, Darcy Miranda e Paulo Marzagão.

A polícia, emboscada em grande número ao lado da empresa funerária Rodovalho, nas proximidades, havia persuadido alguns estudantes a concordar que nenhuma manifestação se seguiria à assembléia. Entretanto o estudante José Augusto Costa, declarando não ter feito acordo algum, apoderou-se da bandeira brasileira da Faculdade e começou a liderar uma manifestação. A polícia, com seus cassetetes, combateu os estudantes. Quando estes finalmente se retiraram para dentro do prédio da Faculdade, muitos estavam machucados e com as roupas rasgadas. A bandeira encontrava-se em farrapos e seu mastro, quebrado.

Paulo de Almeida Sales e Hermann de Morais Barros foram escolhidos para aceitar o convite de dois delegados de polícia para negociar em frente à Faculdade. Mesmo cauteloso, Paulo foi agarrado, forçado a entrar dentro de um carro da polícia e levado embora. Hermann, após trocar socos com a polícia num vão esforço para salvar Paulo, conseguiu chegar até o abrigo da Faculdade que, àquela altura, estava repleto de alunos, professores, amigos e parentes, muitos dos quais tinham entrado por uma porta lateral do porão, na rua Riachuelo. Companheiros do PRP, politicamente dominante, uniram-se à resistência contra a polícia, representada por um esquadrão de cavalaria e um grande grupo de infantaria perto da Faculdade.[4]

No início da tarde, estudantes irromperam pela Sala do Tiro de Guerra da Faculdade onde acharam trezentos fuzis, baionetas e caixas de munição; os cartuchos, porém, eram de festim, inofensivos, usados para treinamento. Todavia, enquanto Hermann de Morais Barros e o orador Romeu de Andrade Lourenção saíam do prédio para atirar pedras na tropa de cavalaria, as inócuas armas eram brandidas ameaçadoramente nas janelas e porta central. Quando elas foram disparadas, a polícia retrocedeu em alvoroço; os estudantes e seus amigos ocuparam, assim, o largo do Ouvidor e várias ruas vizinhas, sendo aclamados pelo povo.[5] Muitos exultaram com a retirada do delegado de polícia Laudelino de Abreu, formado pela Faculdade em dezembro de

[4] Morais Barros, 'Reparos a um livro de J. F. Dulles'.

[5] Idem, ib.

1919, e ao qual se imputava maltratar prisioneiros nos calabouços da prisão de Cambuci.[6]

Depois que a polícia trouxe reforços para a vizinhança, os estudantes recuaram para as arcadas e o diretor da escola, Antônio Januário Pinto Ferraz, telefonou para o quartel-general da Segunda Região Militar do Exército pedindo ajuda. Explicou ao primeiro-tenente do Exército, Euryale de Jesus Zerbine, que a Faculdade, propriedade do governo federal, necessitava de proteção.[7]

Meia hora mais tarde, os estudantes saudavam a chegada de um pequeno caminhão trazendo um grupo de combate com soldados bem armados da Região Militar. Enquanto os soldados guardavam a porta principal da faculdade, estudantes furtavam seus cartuchos e carregavam os fuzis da escola. Aureliano Leite, ex-aluno, e outros que se haviam unido aos defensores da Faculdade também forneceram armas e munições.

O impetuoso Romeu Lourenção e vários colegas de Faculdade, no caminho em direção à rua Senador Paulo Egídio, não pavimentada, atiravam pedras na cavalaria da polícia. Com pistolas, os cavalarianos atacavam a Faculdade. Um tiro feriu a mão do segundo-tenente do Exército Wallenstein de Mendonça, enquanto ele acenava com os braços pedindo à polícia para suspender o ataque. A batalha continuou, os estudantes protegidos atrás de janelas e disparando cartuchos reais. Um sargento do Exército foi gravemente ferido na coxa e um soldado, João Villela, morto. O estudante Antônio Grassi Mamana, ferido no joelho, foi ajudado a escalar um muro alto (façanha difícil devido ao seu peso) e levado de carro a um médico na rua São Bento por seus colegas Aloísio Ramalho Foz e Francisco de Morais Barros.

A polícia, com maior número de feridos, finalmente retrocedeu pela rua José Bonifácio abaixo, deixando uns poucos ca-

[6] Aureliano Leite, 'Memórias de um Revolucionário', p. 10. Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, II, 482. João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 22 de agosto de 1982.
[7] Morais Barros, 'Reparos...' Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932'. Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, II, 481.

valos sem cavaleiros. Os estudantes comemoraram na praça do Patriarca, onde o povo os aplaudia com brados de "Viva São Paulo".[8]

À tardinha, o corpo docente da Faculdade de Direito reuniu-se com autoridades do governo estadual e, assim, à noite, os estudantes envolvidos foram convocados até o pomposo salão nobre da escola para enfrentar os membros do corpo docente, envergando suas vestes talares. Pinto Ferraz, o bondoso diretor da Faculdade,[9] pediu ao professor Waldemar Ferreira que falasse. Sentado ao lado do aluno Paulo de Almeida Sales (já libertado pelas autoridades), o professor explicou com emoção que os oficiais do Estado "acabaram por compreender a legítima reação dos estudantes".[10]

Durante a reunião, os estudantes receberam os restos esfarrapados da bandeira brasileira, que se encontravam em poder da polícia, e decidiram colocá-los ao redor de um pedestal, no salão nobre, que sustentava a estátua do barão do Rio Branco. Waldemar Ferreira, prosseguindo com a sua exposição, lamentou a violência e enfatizou sua admiração pela coragem dos estudantes "defendendo as tradições da nossa querida Faculdade de Direito". "Retornai a vossos lares", concluiu ele, "com a certeza de terem cumprido com vossos deveres." Seu ponto de vista foi compartilhado pelos outros professores.[11]

Os conflitos de 7 de agosto com a polícia foram discutidos em uma reunião do Centro Onze de Agosto, a 11 de agosto. O presidente do Centro, José Edgard Pereira Barreto, pediu a João Batista de Arruda Sampaio, um dos oradores da manhã do dia 7, para relatar minuciosamente os acontecimentos daquele dia. Paulo Marzagão, outro que falara no dia 7, apresentou uma resolução lamentando a morte do soldado João Villela. Paulo Lauro, 2º orador do Centro, propôs que uma comissão fosse visitar o estudante ferido, Antônio Grassi Mamana. A resolução apresentada por Paulo de Almeida Sales pedia a *O Onze de Agosto*

[8] Morais Barros, 'Reparos...'.
[9] Hermann de Morais Barros, entrevista, 14 de agosto de 1982.
[10] Morais Barros, 'Reparos...'.
[11] Ibid. Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932'.

que expressasse o apreço dos estudantes pelo apoio recebido da imprensa e do povo de São Paulo.

Foi durante os momentos finais da reunião que os alunos aprovaram a proposta de Adriano Marrey proclamando 'território livre' o largo de São Francisco.[12]

[12] 'O Centro Acadêmico Onze de Agosto e o conflito no largo de São Francisco', *Folha da Manhã*, 12 de agosto de 1930.

Parte II

São Paulo e Vargas (1930-1938)

1. UM PARTIDO DEMOCRÁTICO DESCONTENTE (1930-32)

Aureliano Leite escreve que o conflito nas arcadas a 7 de agosto de 1930 talvez tenha acarretado a revolução de outubro de 1930.[1] O conflito, de fato, foi uma das muitas manifestações, incitadas em todo o Brasil por adeptos da Aliança Liberal, para protestar contra o assassínio de João Pessoa. Todas as manifestações provocaram apoio popular para a bem planejada revolução de outubro, tão vitoriosa que, no Rio, no dia 24 daquele mês, o presidente Washington Luís foi deposto.

O PRP, que vinha usando eficazmente a polícia de São Paulo, perdeu o controle da capital do Estado naquele dia. Estudantes de Direito puseram-se à frente na invasão das luxuosas sedes do PRP no prédio Martinelli[2] e entraram em choque com policiais que tentavam, em vão, evitar que grupos tomassem de assalto os jornais que apoiavam o PRP. Multidões invadiram a empresa funerária Rodovalho, no largo de São Francisco, e dali roubaram caixões e coroas, bem adequados para celebrar o funeral do PRP.[3]

Na manhã seguinte, os professores Vicente Ráo e Braz de Souza Arruda, juntamente com os livres-docentes Mário Mazagão e Honório Fernandes Monteiro, organizaram estudantes de Direito, exultantes com a reviravolta política dos acontecimentos, em um grande contingente de policiais para a emergência. Seus membros incluíam Romeu Lourenção, Paulo Marzagão, Hermann

1 Aureliano Leite, *Memórias de um revolucionário*, pp. 10, 13.
2 José Gomes Talarico, entrevista, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1982.
3 Leite, *Memórias de um revolucionário*, pp. 126, 141.

de Morais Barros, Antônio Grassi Mamana e Roberto Victor Cordeiro (organizador do Partido Liberal Acadêmico). Paulo Duarte assumiu a frente na assinatura de uma requisição para que os prisioneiros políticos fossem libertados das prisões de São Paulo, com o que o comandante da Força Pública concordou.[4]

A obra do Partido Democrático, participante na Aliança Liberal, parecia ter atingido seu clímax. Enquanto o professor de Direito Francisco Morato, chefe do PD, aguardava um convite do vitorioso Getúlio Vargas para assumir o governo do Estado de São Paulo, seu partido nomeava um gabinete estadual (secretariado) que incluía o redator-chefe de *O Estado de S. Paulo,* Plínio Barreto (Justiça), e José Maria Whitaker (Fazenda). Francisco Mesquita foi nomeado secretário do governo do Estado e o professor de Direito Vicente Ráo, presidente do influente Instituto dos Advogados de São Paulo, passou a ser o chefe de polícia. O professor de Direito Cardoso de Melo Neto, genro do ex-presidente brasileiro Francisco de Paula Rodrigues Alves, foi nomeado prefeito de São Paulo.

Embora Gastão da Costa Vidigal, outro formado pela Faculdade de Direito, tivesse se oposto à Revolução de 1930, foi designado para o cargo de diretor do Banco do Estado. Entretanto Antônio Pereira Lima, criador da ala reformista do PRP, a Ação Nacional, foi punido pela sua oposição à Revolução de 30, tendo sido demitido da direção da Guarda Civil (fundada por ele na capital do Estado em 1926) e detido por algum tempo.[5]

A origem da longa luta entre o grupo da Faculdade de Direito de São Paulo e Getúlio Vargas teve início antes mesmo de Vargas ter chegado ao Rio de Janeiro, em fins de outubro de 1930, para assumir o governo nacional. Vindo do Sul e passando por São Paulo, Vargas revelou planos para fazer com que o recém-formado secretariado de Estado administrasse ao lado de João Alberto Lins e Barros, tenente e pernambu-

[4] Ibid., p. 144. Paulo Duarte, *Que é que há?*, pp. 70-71.

[5] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, 1976, p. 14. 'Constituintes brasileiros: Cardoso de Melo Neto' (uma folha na pasta de Cardoso de Melo Neto no arquivo de *O Estado de S. Paulo*). Cardoso de Melo Neto, 'Gastão Vidigal', *Digesto Econômico*, julho de 1951. *Jornal da Tarde*, 6 de março de 1979 (na pasta de Antônio Pereira Lima em *O Estado de S. Paulo*). Paulo Duarte, *Que é que há?*, p. 67.

cano, que deveria ter plenos poderes "para consolidar a obra revolucionária em São Paulo". O professor Morato, sondado quanto a tornar-se ministro da Fazenda no gabinete nacional, replicou que não estava procurando emprego e, sim, apoiando o direito de São Paulo de governar a si próprio, e defendendo a posição do seu partido, sem a ajuda do qual, acrescentou, a revolução não teria obtido êxito.[6] Whitaker tornou-se ministro da Fazenda no Rio e, portanto, o secretariado escolheu Plínio Barreto como seu representante chefe. Entretanto, antes do final de 1930, o secretariado de paulistas demitiu-se com desgosto (passando a ser conhecido como "o governo dos quarenta dias") porque João Alberto, nomeado interventor em novembro, estava governando o Estado com o apoio do governo de Vargas e dos tenentes.

João Alberto tentou, em vão, governar um São Paulo agitado pela imprensa e por políticos que o viam com maus olhos, bem como pela proletária Legião Revolucionária de Miguel Costa, herói do tenentismo, que comandava a Força Pública. Quando João Alberto se demitiu, em julho de 1931, Plínio Barreto, antipatizado pelos tenentes, parecia ser a única escolha para sucedê-lo. Estudantes, apoiando Barreto, envolveram-se em brigas de rua com membros da Legião e da Força Pública.[7] Sob tais circunstâncias, Miguel Reale e José Augusto Costa, estudantes de Direito e líderes de um movimento marxista independente, assinaram um manifesto (juntamente com Adriano Marrey e outros estudantes de Direito) de apoio a Barreto. O manifesto explicava que os estudantes de Direito eram a favor das justas exigências dos operários em greve, mas se opunham, juntamente com os marxistas convictos, à exploração do proletariado. O manifesto também denunciava agitadores profissionais, comunistas estouvados e outros elementos que pretendiam atirar a

[6] Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: o Partido Democrático...*, p. 583. Paulo Duarte, *Que é que há?*, p. 81. Aureliano Leite, *Memórias de um revolucionário*, p. 176.

[7] Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica, 1932: ocupação militar*, pp. 196-197.

classe operária contra a estudantil, "única que a tem defendido nos momentos precisos".[8]

Plínio Barreto, incapaz de convencer o Rio de que as atividades de Miguel Costa deveriam ser refreadas, retirou-se de cena. Os que sucederam João Alberto como interventores, tentando dirigir o Estado em nome do governo central, não conseguiram reduzir as manifestações em São Paulo, que demonstravam aversão ao regime de Vargas por este governar o país sem Congresso nem Constituição. Os sentimentos dos paulistas refletiam-se em passeatas em massa, inspiradas por organizações como a Liga Paulista pró-Constituinte, formada no início de 1932 por estudantes de Direito e chefiada por Roberto Victor Cordeiro; Aureliano Leite recorda que "os rapazes das academias, notadamente da Faculdade de Direito, tiveram grande parte no estímulo das massas nas ruas".[9] O ódio pelo regime de Vargas era tanto em São Paulo que, em fevereiro de 1932, os dois velhos inimigos, o PD e o PRP, decidiram unir suas forças contra o governo.

[8] Antônio Carlos Pereira, *Folha dobrada: documento e história do povo paulista em 1932* (São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 1982), pp. 146-147 Miguel Reale, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.
[9] Aureliano Leite, *Martírio e glória de São Paulo*, pp. 50-52.

2. A MALOGRADA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO (1932)

Desafiando o governo no Rio, políticos de São Paulo formaram, em maio de 1932, um secretariado estadual próprio que incluía o professor Waldemar Ferreira no cargo-chave de secretário da Justiça e Joaquim Sampaio Vidal como chefe do Departamento dos Municípios. O abastado Gofredo Teixeira da Silva Telles foi escolhido para prefeito da capital do Estado.

Uma multidão, incitada por essa demonstração de independência em relação ao Rio e pela oratória de Ibrahim Nobre, atacou a sede da Legião Revolucionária, no centro da cidade, e acabou por levar tiros. Dentre os mortos estavam alguns jovens que logo foram homenageados pelo uso das iniciais de seus nomes, MMDC (de Martins, Miragaia, Dráusio, Camargo), como o nome de uma secreta 'Guarda Paulista'. Os 27 organizadores da MMDC contavam com Joaquim Sampaio Vidal, Aureliano Leite, Paulo Nogueira Filho, Roberto Victor Cordeiro, Antônio Pereira Lima, Francisco Mesquita, Júlio de Mesquita Filho, Prudente de Morais Neto, o professor de medicina Antônio Carlos Pacheco e Silva e Hermann de Morais Barros (cujo tio, Paulo de Morais Barros, estava trabalhando por uma revolução contra Vargas).[1]

A secreta MMDC, organizando grupos em cada setor da cidade, atraiu alguns milhares de membros, muitos deles estudantes preparados para disparar seus revólveres a fim de proteger os líderes de São Paulo contra os que apoiavam os 'opressores'. O

[1] Aureliano Leite, *Páginas de uma longa vida*, pp. 67-70. Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica, 1952: insurreição civil*, pp. 214-215.

treinamento militar da MMDC, dirigido pelo capitão da Força Pública Antônio Pietscher, foi logo posto a serviço da conspiração militar anti-Vargas colocada nas mãos do veterano revolucionário Isidoro Dias Lopes por líderes paulistas.[2]

A Revolução Constitucionalista de São Paulo contra o regime de Vargas estourou a 9 de julho de 1932. Naquela tarde, cerca de 1.500 membros da MMDC, vindos de diferentes setores da cidade, encontraram-se em frente da Faculdade de Direito. O professor Waldemar Ferreira, visitando o largo de São Francisco, ficou tão emocionado com a aclamação recebida e com os "gritos heróicos de insurreição" que resolveu mudar seu título de secretário da Justiça para secretário da Guerra.[3]

Muitos membros da MMDC passaram a noite na escola depois que o estudante Roberto Victor Cordeiro abriu as portas do prédio. Na manhã seguinte, domingo, 10 de julho, o capitão Romão Gomes, da Força Pública, uniu-se aos líderes da MMDC, que estabeleciam nas arcadas o seu quartel-general. Gomes incorporou alguns dos grupos da MMDC, como o liderado por Hermann de Morais Barros, recém-formado pela Faculdade de Direito, à sua própria unidade voluntária, instalada nos quartéis da Várzea do Campo, também repletos de estudantes. Assim, o Primeiro Batalhão Paulista da Milícia Civil, auxiliar da Força Pública, foi formado. Finalmente, a Coluna Invicta de Romão Gomes marchou para o norte, onde combateu os mineiros em operações que deram destaque a Herbert Levy, civil de vinte anos, a quem Gomes havia entregue o comando de cinco mil homens.[4]

[2] Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica,* 1932: *insurreição civil,* pp. 240-241. 'No 24 de maio fundaram a MMDC' (entrevista com Luiz de Toledo Piza Sobrinho), *A Gazeta, São Paulo,* 9 de julho de 1982.

[3] Paulo Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica, 1932: povo em armas,* I, 34-35. Hermann de Morais Barros, discurso no Instituto dos Advogados, 24 de junho de 1982 (cópia datilografada). Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932'.

[4] Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica, 1932: povo em armas,* p. 54. 'Das muitas glórias da Coluna Invicta' (entrevista com Herbert Levy), *A Gazeta,* 9 de julho, 1982. Herbert Levy, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1982.

Imediatamente após o estouro da Revolução Constitucionalista, Roberto Victor Cordeiro, como presidente da Liga Paulista pró-Constituinte, redigiu uma proclamação pedindo a todos "os paulistas válidos que verdadeiramente amam São Paulo" que fossem até as arcadas para receberem armas e serem incorporados nas forças combatentes. A 11 de julho, as arcadas tornaram-se uma movimentada, às vezes confusa, sede de recrutamento. O ensino do Direito foi suspenso.[5]

O congestionamento nas arcadas era tão intenso que o diretor da Faculdade, José de Alcântara Machado d'Oliveira, propôs que outros locais fossem utilizados para parte do serviço de mobilização. Grupos da MMDC, então, encontraram instalação em outros lugares — alguns no Clube Comercial. Por sugestão do dr. Pacheco e Silva, o escritório central da MMDC foi transferido das arcadas para o Fórum Cível.[6]

Manuel Francisco Pinto Pereira, professor da Faculdade de Direito, passou a ser simples soldado no Batalhão Voluntários de Piratininga, que o ex-presidente do Centro Onze de Agosto, Antônio Pereira Lima, havia ajudado a organizar nas arcadas. A maioria dos professores constituía uma retaguarda que, a 11 de agosto de 1932, enviou uma mensagem aos estudantes combatentes, expressando admiração, afeto e "confiança inteira na vitória próxima da causa da lei e da liberdade".[7]

Francisco Mesquita, quarenta anos, lutou primeiramente como voluntário no Vale do Paraíba e, então, uniu-se ao Batalhão Voluntários de Piratininga. Feito prisioneiro a 19 de agosto pelo tenente pró-Vargas Siseno Sarmento, o cabo Mesquita foi mandado para a prisão da Ilha Grande. Seu irmão Júlio, preocupado com a organização da revolução, foi comissionado no posto de capitão e adido ao Estado-Maior do coronel Euclides Figuei-

[5] Nogueira Filho, *Ideais...: a guerra cívica, 1932: povo em armas,* p. 51.

[6] Ibid., pp. 53-54.

[7] Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932'. *O Estado de S. Paulo,* 9 de julho de 1959 (na pasta de Antônio Pereira Lima no arquivo de *O Estado de S. Paulo*).

redo. Antônio Pereira Lima lutou no Batalhão Voluntários de Piratininga.[8]

Roberto Victor Cordeiro já havia sido eleito vice-presidente do Centro Onze de Agosto para 1932; entretanto ficou como presidente interino durante aquele ano agitado e foi eleito presidente para 1933. No início da guerra civil de 1932, formou o Batalhão Acadêmico 14 de Julho, de estudantes, que operava no setor sul. Antônio Almeida Júnior escreve que "o papel da Faculdade de Direito, que teve desde logo seu edifício transformado em quartel de guerra, foi de brilhante destaque em todas as fases do movimento; e para comemorar a bravura de seus filhos que então lutaram de armas na mão, e alguns dos quais perderam a vida nas trincheiras, lá está, no Pátio das Arcadas, o monumento ao Soldado Constitucionalista".[9] Waldemar Ferreira fez uma lista com os nomes de sete jovens mortos, dos quais cinco estudantes de Direito e dois recém-formados; a maioria pertencia ao Batalhão 14 de Julho.[10]

Após a derrota militar dos paulistas no início de outubro de 1932, o *Pedro I* levou cerca de cem líderes da rebelião para Recife e, de lá, outro navio levou-os para o exílio em Portugal. Juntamente com os líderes militares da rebelião, o navio levava civis como Waldemar Ferreira, Francisco Morato, Paulo Nogueira Filho, Paulo Duarte, Júlio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Prudente de Morais Neto, Joaquim Sampaio Vidal e Antônio Pereira Lima. O professor Vicente Ráo, em missão na Europa pela Revolução Constitucionalista, forçou-se ao mesmo exílio em Portugal.[11]

[8] *O Estado de S. Paulo*, 8 de novembro de 1979 (na pasta de Francisco Mesquita em *O Estado de S. Paulo*). *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, 1976, p. 12. *O Estado de S. Paulo*, 9 de julho, 1959 (na pasta de Antônio Pereira Lima em *O Estado de S. Paulo*).

[9] *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1979 (na pasta de Roberto Victor Cordeiro em *O Estado de S. Paulo*). Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 33.

[10] Waldemar Ferreira, 'A Faculdade de Direito na arrancada de 9 de julho de 1932'.

[11] *O Estado de S. Paulo*, 8 de novembro de 1979 (na pasta de Francisco Mesquita em *O Estado de S. Paulo*). *O Estado de S. Paulo*, 17 de junho de 1952 (na pasta de Vicente Ráo em *O Estado de S. Paulo*).

Em São Paulo, Carlos de Souza Nazareth, da Associação Comercial de São Paulo, coordenou a arrecadação de contribuições enviadas para ajudar os exilados em dificuldades financeiras. Dessa maneira, Antônio Pereira Lima, passando tempos do exílio na residência temporária do professor Ráo, recebeu auxílio de muitos dos seus amigos paulistas.[12]

[12] Antônio Pereira Lima, entrevista em Lourenço Dantas Mota (coordenador), *A história vivida*, II, 161-174.

3. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO BRASIL (1934)

O general Waldomiro Lima, após ter contribuído para a derrota da Revolução Constitucionalista, foi nomeado interventor em São Paulo. Para aconselhar-se, dirigiu-se a Plínio Salgado, fundador da Sociedade de Estudos Políticos em São Paulo, que estava agora dando início ao movimento integralista Camisa Verde, nacionalista e anticomunista. À sugestão de Salgado, o general escolheu para secretário-geral do governo do Estado o intelectual José Carlos de Ataliba Nogueira, membro da Sociedade de Estudos Políticos. Ataliba Nogueira, formado pela Faculdade de Direito em 1925 e oponente da Bucha, não teve participação na Revolução de 1932.[1]

O regime de Waldomiro teve curta duração devido ao resultado da eleição de maio de 1933 para representantes à Assembléia Constituinte nacional. Nesta eleição (relativamente honesta e com voto secreto), uma vitória estrondosa foi conquistada pela Chapa Única por São Paulo Unido, anti-Vargas, uma fusão do PD e PRP. Considerando este resultado, Vargas nomeou interventor o engenheiro Armando de Sales Oliveira, do PD. Armando, casado com uma filha de Júlio Mesquita, era presidente de *O Estado de S. Paulo* na época.[2] Seus cunhados encontravam-se ainda em Portugal.

[1] Joaquim Canuto Mendes de Almeida, entrevista, São Paulo, 21 de agosto, 1982. José Carlos de Ataliba Nogueira, entrevistas, São Paulo, 12 de agosto, 15 de agosto, 1982. *71 anos de Academia Paulista de Letras* (São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1980), p. 147.
[2] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, 1976, p. 4.

Apesar da ausência forçada de muitos professores e ex-alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, politicamente ativos, a escola estava bem representada na Assembléia Constituinte reunida no Rio em fins de 1933. Dos 22 membros da bancada de São Paulo, 15 haviam freqüentado a Faculdade de Direito e 14, formados por ela.[3] Quatro, dentre eles Cardoso de Melo Neto e o diretor da Faculdade de Direito (1931-1935), José de Alcântara Machado d'Oliveira, pertenciam ao corpo docente da escola. Alcântara Machado, do PRP, escolhido para líder da bancada paulista, usou uma expressão, que seria repetida por muito tempo, quando elevou sua voz diante dos redatores da Constituição, no Rio, para declarar seu orgulho em ser "paulista há quatrocentos anos".[4]

A bancada de São Paulo contava com alguns ex-presidentes do Centro Onze de Agosto: José Carlos de Macedo Soares e Antônio Carlos de Abreu Sodré. Abelardo Vergueiro César, outro membro da bancada, havia sido o 'chaveiro' da turma de 1917 e trabalhado com seu colega exilado Antônio Pereira Lima pela Liga Nacionalista e pela ala reformista do PRP, a Ação Nacional. Durante a Revolução Constitucionalista, alcançou o posto de tenente-coronel na MMDC. Henrique Bayma, também formado pela Faculdade de Direito e partidário da Liga Nacionalista que venceu as eleições para a Assembléia Constituinte, havia lutado como soldado na recente revolução antes de ser detido como prisioneiro na Ilha Grande.[5]

O sentimento anti-Vargas na bancada de São Paulo não prevalecia em toda a Assembléia. Após elaborar a Constituição de julho de 1934, a Assembléia Constituinte escolheu Vargas para presidente do Brasil até maio de 1938. Com Armando de Sales Oliveira demonstrando boa vontade em colaborar com a nova administração federal, Vargas escolheu o professor Vicente Ráo

[3] Wanor R. Godinho e Oswaldo S. Andrade, *Constituintes brasileiros de 1934* (Rio de Janeiro, 1934), pp. 193-218.
[4] Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, in memoriam: *Professor Alcântara Machado* (São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais Ltda., 1942), p. 18 (do discurso de Levi Carneiro). João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 31 de julho, 1982.
[5] Godinho e Andrade, *Constituintes brasileiros de 1934*, pp. 193-218.

(que não era um 'paulista de 400 anos') para ministro da Justiça e José Carlos de Macedo Soares para ministro das Relações Exteriores. Os exilados retornaram de Portugal e não foram poucos os que ajudaram a organizar um novo partido, o Partido Constitucionalista (PC); dentre estes, os Mesquita, Paulo Nogueira Filho, o professor Waldemar Ferreira e Antônio Pereira Lima. O PC, liderado por Armando de Sales Oliveira e formado em grande parte pela Chapa Única, do PD, e Ação Nacional, do PRP, adquiriu o *Correio de S. Paulo,* jornal vespertino. Este órgão do PC obteve boa circulação sob a direção de Pedro Ferraz do Amaral (ex-redator-chefe do extinto *Diário Nacional* do PD), Penteado Médici e Rubens Amaral Filho.[6]

O PRP, mantendo sua identidade, recusou-se a cooperar com Vargas. Foi então derrotado, embora não em grandes proporções, pelo Partido Constitucionalista (PC) nas eleições congressionais de 1934. O PC, no controle da legislatura do Estado, escolheu Henrique Bayma, ex-PD, para líder da maioria,[7] enquanto a maioria escolheu o interventor Armando de Sales Oliveira para governador do Estado.

Quando o novo Congresso federal se reuniu em 1935, o professor Cardoso de Melo Neto foi escolhido para líder da bancada paulista, que incluía os colegas professores Luís Barbosa da Gama Cerqueira (70 anos) e Waldemar Ferreira, juntamente com Antônio Carlos de Abreu Sodré (o paulista mais votado), Abelardo Vergueiro César, Paulo Nogueira Filho (o segundo paulista mais votado), Aureliano Leite e outros.[8] Depois da malograda insurreição comunista em novembro de 1935, a bancada paulista deu total apoio às 'leis de exceção', pedidas por Vargas, pelo ministro da Justiça Ráo e pela polícia, ao lidar com inimigos do regime. Nogueira Filho e Waldemar Ferreira (presidente da comissão na Câmara dos Deputados para assuntos constitucionais) falaram a favor da declaração congressional de um 'estado de guerra' que permitiu ao regime de Vargas prender quatro deputados da oposição e um senador, considerados "esquerdistas em alto grau".[9] Em São Paulo, onde as cadeias estavam repletas deste tipo de esquerdistas, o governador Armando de Sales Oliveira montou um esquema policial especial.[10]

Roberto Victor Cordeiro, presidente do Centro Onze de Agosto durante e depois da Revolução Constitucionalista de 1932, trabalhava agora como advogado do governo do Estado de São Paulo. Cordeiro não havia se tornado membro da Bucha.[11] Embora Armando de Sales Oliveira, formado pela Politécnica, o tivesse querido na Bucha, alguns antigos bucheiros do PRP se haviam oposto a Cordeiro devido ao seu trabalho no PD e forte ligação com Paulo Duarte. Cordeiro, que não era 'paulista de 400 anos', se ressentira com tal atitude. De qualquer modo, dividida pelas rupturas ao final da década de 20 e sem atrativos para jovens partidários do PD, a Bucha não se encontrava nada ativa no início da década de 30. A Festa da Chave era coisa do passado.[12]

Assim como César Lacerda de Vergueiro, bucheiro e devoto do PRP, que havia sido presidente interino e presidente do Centro durante uma geração anterior, Cordeiro demonstrou profundo interesse pela Faculdade de Direito em toda a sua vida. Consta que "vivia para ela". Solteiro (assim como César Lacerda de Vergueiro), Cordeiro era considerado como tendo uma grande família de amigos, especialmente entre membros do grupo da Faculdade. Embora não bebesse, era conhecido como boêmio por participar muito da vida noturna. Gostava de discutir política e interpretar novos itens. Despertava interesse nos estudantes para assumirem papéis ativos nos partidos eleitorais da es-

6 Pedro Ferraz do Amaral, entrevistas, São Paulo, 8 e 13 de julho de 1981. *O Estado de S. Paulo,* 4 de julho de 1971.

7 *O Estado de S. Paulo,* 29 de junho de 1974 (na pasta de Henrique Smith Bayma em *O Estado de S. Paulo*).

8 Aureliano Leite, *Páginas de uma longa vida,* pp. 250, 258.

9 *O Estado de S. Paulo,* 21 e 30 de junho de 1936.

10 Severo Gomes, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.

11 João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1982.

12 Ruy Martins Ferreira, entrevistas, São Paulo, 26 e 27 de julho de 1982. Hermann de Morais Barros, entrevista, São Paulo, 14 de agosto de 1982. Duílio Crispim Farina, entrevista, São Paulo, 7 de agosto de 1982. Pedro Brasil Bandecchi, entrevistas, São Paulo, 9 e 17 de agosto de 1982.

cola de Direito que disputavam os cargos do Centro a cada ano, no mês de novembro.[13]

Armando de Sales Oliveira ainda tinha o título de interventor em 1933 quando seu cunhado Júlio de Mesquita Filho, de volta de Portugal, persuadiu-o a fundar a Universidade de São Paulo. Após o decreto de Armando em 25 de janeiro de 1934, Mesquita, Fernando de Azevedo e Teodoro Ramos estruturaram a universidade. Às já existentes faculdades de Direito (a maior) e de Medicina e à Escola Politécnica foi acrescentada a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, centralizando-se a universidade em torno desta última. No exterior foram contratados professores ilustres como Levi-Strauss, Radcliffe-Brown e De Martonne e, durante anos, a Universidade de São Paulo foi uma das melhores do mundo. "De certo modo", escreve Joseph L Love, foi "a primeira verdadeira universidade do Brasil".[14]

Para que viesse a ser parte da universidade, a Faculdade de Direito, anteriormente uma instituição federal, foi transferida para o Estado de São Paulo a 10 de abril de 1934. Assim, Ernesto de Morais Leme, nomeado professor de Direito Civil em fevereiro de 1934, tornou-se o último 'professor federal' na escola. Leme, 37 anos, ganhou seu cargo de professor catedrático em um concurso contra Sebastião Soares de Faria e o livre-docente Honório Fernandes Monteiro. Um pouco mais tarde Monteiro veio a ser o primeiro professor de Direito nomeado pelo Estado de São Paulo.[15]

[13] *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1979 (na pasta de Roberto Victor Cordeiro em *O Estado de S. Paulo*). Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981. João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1981. No seu leito de morte, Roberto Victor Cordeiro desposou sua enfermeira (que subseqüentemente destruiu seus papéis).

[14] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, p. 12. Ruy Mesquita, entrevista, São Paulo, 25 de julho de 1981. Arthur José Poerner, *O poder jovem* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968), p. 126. Darcy Ribeiro em Lourenço Dantas Mota (coordenador), *A história vivida*, II, 335-336. Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation*, 1889-1937 (Stanford: Stanford University Press, 1980), p. 96. João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982.

[15] Ernesto Leme, *A Casa de Bragança: memórias* (São Paulo; Editora Parma, 1981), pp. 126-127.

Uma controvérsia surgiu quanto a transferir ou não a Faculdade de Direito, fisicamente falando, para o local escolhido para a universidade. Júlio de Mesquita Filho, argumentando a favor da transferência, escreveu em julho de 1935 que as reformas feitas recentemente no prédio da escola de Direito haviam-no privado de "seu estilo barroco colonial que tão bem falava à alma de São Paulo e dos estudantes" e lhe dado "um estilo barroco puro, que nem remotamente lembra a nossa arte colonial". Acrescentou que com a reforma do prédio na década de 30, "tudo desapareceu e a tradição morreu". Entretanto a Faculdade de Direito acabou permanecendo na sua localidade original, no largo de São Francisco. O prédio não foi entregue, como alguns haviam proposto, ao Departamento de Cultura e Recreação do município.[16]

[16] *A Gazeta*, 11 de agosto de 1954 (na pasta da Faculdade de Direito em *O Estado de S. Paulo*). Júlio de Mesquita Filho, 'Onde deverá localizar-se a Cidade Universitária?' (em resposta a uma pergunta do *Diário da Noite*), *O Estado de S. Paulo*, 19 de julho, 1935.

4. NAS ARCADAS (1935-37)

Em meados da década de 30, a Faculdade de Direito tinha aproximadamente mil estudantes, enquanto havia cerca de quinhentos na Politécnica e quinhentos na Faculdade de Medicina. A Faculdade de Filosofia estava apenas começando e a muito respeitada Escola de Engenharia Mackenzie, de nível universitário, tinha temporariamente o baixo índice de 25 alunos, devido à falta de reconhecimento por parte do governo federal.[1] Em uma típica turma da Faculdade de Direito, com cerca de duzentos alunos, poderiam talvez ser encontrados seis jovens mulheres e um ou dois negros.[2]

Estudantes vindos de uma mesma região, como os de São José do Rio Preto ou Ribeirão Preto, interior do Estado, geralmente andavam juntos na Faculdade de Direito. Os de Ribeirão Preto possuíam inclusive seu próprio jornal estudantil, *Terra Vermelha*.[3]

Embora muito poucos estudantes de Direito viessem das chamadas famílias de 'classe operária', mais da metade dos alunos tinham empregos para ajudá-los nas despesas e nos duzentos milréis da taxa de matrícula anual. Muitos trabalhavam para jornais ou para o governo do Estado, enquanto outros ensinavam

[1] Lauro de Barros Siciliano, entrevista, São Paulo, 17 de agosto de 1982.
[2] Duílio Crispim Farina, entrevista, 7 de agosto de 1982. Renato P. Macedo, entrevista, São Paulo, 26 de julho de 1982. João Adelino de Almeida Prado Neto, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1982. Faculdade de Direito de São Paulo, listas de formandos anuais por sexo. *Anuário da Faculdade de Direito, São Paulo* para os anos de 1938 e 1939.
[3] João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982.

em escolas secundárias. Roberto Victor Cordeiro conseguiu empregos para vários estudantes no Consulado americano.[4]

Os governos estadual e federal tinham boas razões para procurarem o apoio dos estudantes e ambos conquistavam a boa vontade destes ao financiar viagens, ou caravanas, de grupos estudantis. As autoridades do governo estadual de São Paulo em posição de oferecer favores e empregos eram geralmente acusadas de influenciar o resultado das eleições no Centro Onze de Agosto. Um dos meios mais eficazes que o Estado possuía para fazer isso era fornecer passagens ferroviárias grátis para estudantes que moravam fora da cidade de São Paulo (cerca de 30% do corpo discente da Faculdade de Direito). Estes vinham do interior do Estado e de outros Estados, principalmente do sul de Minas Gerais.[5]

Três partidos estudantis da Faculdade de Direito, um deles patrocinado por Roberto Victor Cordeiro, apresentaram candidatos à eleição de novembro de 1935 para a diretoria do Centro. Entretanto a presidência foi conquistada naquele ano por um independente, Roberto Whately, filho de um líder do PRP em Ribeirão Preto, que sentia profundo ódio contra Vargas. Os independentes perdiam habitualmente; a eleição de Whately pode ser atribuída à popularidade decorrente de sua fama como atleta — Whately era campeão brasileiro de tênis em meados da década de 30. Um dos cabos eleitorais que trabalharam para a eleição de Whately foi Jânio Quadros, estudante do primeiro ano de Direito.[6]

O ano de 1936 testemunhou a formação de um novo partido estudantil na Faculdade de Direito, o Partido Acadêmico Conservador. Seu candidato presidencial, Cícero Augusto Vieira, escrevia uma coluna sobre a vida universitária na *Folha da Manhã*

[4] Antônio Costa Corrêa e Germinal Feijó, entrevista, São Paulo, 6 de julho de 1981. Flávio Galvão, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982. Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1981. Afrânio de Oliveira, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1981. João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1981.
[5] Pedro Brasil Bandecchi e Trajano Pupo Netto, entrevista, Faculdade de Direito de São Paulo, 14 de agosto de 1981.
[6] Roberto Whately e Luiz Alberto da Fonseca Whately, entrevista, São Paulo, 6 de agosto de 1981.

e pertencia à Bucha; esta tentava reviver, mas continuava sendo simplesmente uma organização secreta exclusiva, sem importância.[7] Na sua campanha para a presidência do Centro, Cícero Augusto Vieira adotou uma plataforma requerendo a realização de um antigo sonho: a construção de uma moradia para estudantes sem dinheiro.[8]

Os conservadores, vitoriosos na eleição, assumiram seus cargos no Centro em março de 1937 e prontamente examinaram os prospectos para a construção da Casa do Estudante do Centro Onze de Agosto. Não havia, entretanto, fundos disponíveis na época devido à necessidade de saldar as dívidas do Centro, inclusive aluguéis atrasados (cinco contos de réis mensais) da sua sede no Edifício Martinelli (então o mais alto de São Paulo). Contudo, depois de meses de negociações e alguma assistência de Francisco Morato, diretor da Faculdade de Direito, 68 anos, os vereadores da cidade e o prefeito Fábio Prado concordaram que o Município doasse um terreno na recém-inaugurada avenida São João para ser o local da Casa do Estudante. Seu valor foi estimado em 180 contos de réis.[9]

Em outra ocasião, durante a presidência de Cícero Augusto Vieira, o Centro Onze de Agosto conseguiu instalações na Faculdade de Direito reformada e deixou o Edifício Martinelli. O novo espaço, em que foram instalados um bar, salão de bilhar e de barbeiro, não era grande e os estudantes continuavam a passar a maior parte do tempo, como anteriormente, no amplo pátio que sobreviveu à reforma da década de 30, juntamente com o mausoléu de Júlio Frank.

No pátio os estudantes travavam discussões acirradas sobre as ideologias extremistas, proeminentes em meados da década de 30. A Ação Integralista Brasileira, movimento anticomunista de Plínio Salgado, cujos membros marchavam com camisas verdes sendo geralmente considerados pró-fascistas, tinha seus adeptos.

[7] João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982. José Bonifácio Coutinho Nogueira, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.

[8] Para uma defesa anterior desta idéia, vide 'A Casa do Estudante', *A Chave*, 23 de maio de 1925.

[9] Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante: origem e história* (São Paulo: Faculdade de Direito de São Paulo, 1942), pp. 29-73 e 94.

Estes incluíam o ex-marxista Miguel Reale (escritor prolífico antes e depois de sua formatura em 1934), Damiano Gullo (futuro diretor de *A Balança*, excelente jornal estudantil da Faculdade de Direito) e Gofredo da Silva Telles Júnior (conhecido como Gofredinho para distingui-lo de seu pai, o Gofredão, prefeito de São Paulo em 1932). Dentre os partidários do Partido Comunista Brasileiro em 1937 estavam os estudantes de Direito Antônio Costa Corrêa (vindo de família de classe operária e que entrara na escola em 1937) e José Zacarias Sá Carvalho.

Enquanto a campanha crescia em 1937 para a eleição de um sucessor de Vargas, Iturbides Almeida Serra, comunista e estudante de Direito, lançou a *Frente Democrática*, jornal universitário. Seu número inicial, em junho de 1937, publicou uma lista de reclamações que o comitê regional do PCB tinha contra Armando de Sales Oliveira, candidato à presidência do Brasil. Alguns meses depois, a *Frente Democrática* tornou-se o órgão da Frente Nacional Democrática de São Paulo, lançada pelos comunistas.[10]

A respeitável *Revista XI de Agosto* (criada em 1903 como *O Onze de Agosto*) lastimou, em novembro de 1937, "a infiltração de doutrinas exóticas no nosso meio, as quais, a todo transe, desejam aqui implantar-se em detrimento da nossa tradicional característica de país essencialmente liberal".[11] Na sua maior parte, entretanto, a *Revista XI de Agosto* limitava-se a levar adiante a forte tradição literária das arcadas, pretendendo circular anualmente em agosto, o que em alguns anos não ocorreu de maneira alguma. Em dois números de 1937 (maio e novembro) foram publicados trabalhos de ficção de Auro Soares

[10] *O Estado de S. Paulo*, 23, 24 de novembro de 1937 e 6 de janeiro de 1942 ('Dados biográficos do professor Miguel Reale'). Quando na escola de Direito, Reale foi vice-presidente da Liga Acadêmica e membro da Academia de Letras da Faculdade de Direito; escreveu um livro, *O Estado moderno*, que vendeu bem. O Comitê Regional de São Paulo do PCB, *Contra o trotskismo* (março 1939). Trajano Pupo Netto, entrevista, 22 de agosto de 1981. *Frente Democrática*, Ano I, n.º 1 (Universidade de São Paulo, 4 de junho de 1937). *Frente Democrática*, Ano I, n.º 4 (1.º de setembro de 1937).

[11] *Revista XI de Agosto*, novembro de 1937, observações sobre a apresentação, p. 5, assinadas por Antônio Calvo e três outros membros da Comissão de Redação do Centro Acadêmico Onze de Agosto.

de Moura Andrade, Antônio Calvo e Germinal Feijó e poesia de José Malanga, Jânio Quadros e Luiz Swarztman (diretor de *Terra Vermelha*). Ulisses Guimarães contribuiu um pouco sobre o autor Euclides da Cunha e André Franco Montoro discutiu a respeito do homem ideal. Antônio Sylvio Cunha Bueno fez um relato sobre a caravana de estudantes de Direito a Ubatuba, cidade costeira de São Paulo, e duas páginas em espanhol lembraram aos leitores que uma delegação de estudantes brasileiros havia comparecido à reunião da Federación Universitária, realizada em Buenos Aires em setembro de 1937.[12]

Estudantes aspirantes a escritores podiam entrar para a Associação Álvares de Azevedo e esperar ganhar concursos de prosa e poesia, julgados por membros da majestosa Academia Paulista de Letras.[13] Os estudantes também tinham uma academia de letras. Ao contrário da Academia Brasileira de Letras e da Academia Paulista de Letras, cada uma delas limitada a quarenta 'imortais', a Academia de Letras da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (com grande movimentação devido a formaturas) limitava-se a 25.

Jornais estudantis abundavam nas semanas que precediam as eleições do Centro por ser nesta época que os órgãos dos partidos políticos mantinham publicações com muita freqüência. *O Conservador*, no início de novembro de 1937, ressaltava que o patrimônio inalienável do Centro havia ficado estacionário por muito tempo mas que, durante a presidência de Cícero Augusto Vieira, passou a consistir de terrenos doados pelo Município, bem como das 1.007 ações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.[14] A propaganda de *O Conservador* também foi difundida por elementos do partido, tais como Ulisses Guimarães, Trajano Pupo Netto e Jânio Quadros.

Em 1937, dois partidos da Faculdade de Direito opuseram-se ao poderoso Partido Acadêmico Conservador. Um deles foi

[12] *O Onze de Agosto*, 13 de maio de 1937. *Revista XI de Agosto*, novembro de 1937.
[13] 'A Associação A. Álvares de Azevedo', *A Balança*, Ano I, n.º 4 (outubro de 1939).
[14] *O Conservador*, Ano II, n.º 3. Rubens M. Vandoni, 'Casa do Estudante', *O conservador*, Ano III, n.º 10.

as Arcadas, cujo candidato presidencial, André Franco Montoro, pertencia à Juventude Universitária Católica (JUC) — mais conservadora que a JUC da década de 60.[15] Apesar da propaganda publicada em *Arcadas*, os candidatos das arcadas foram todos derrotados.

Reação Acadêmica, outro concorrente, conquistou a presidência do Centro. Seu candidato, Joaquim Augusto do Valle Neto, obteve 316 votos contra os 293 dados a Nelson Fortunato de Almeida, do Conservador, e os 225 atribuídos a André Franco Montoro. A maioria dos cargos, entretanto, foi para os candidatos do Conservador, tais como Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, 2.º secretário, e Auro de Moura Andrade, 1.º orador. Antes da eleição, o professor Spencer Vampré chamou Moura Andrade de "líder da oratória acadêmica". *Terra vermelha* citou tal expressão e aconselhou que os votos fossem divididos entre a Reação Acadêmica e o Partido Conservador de um modo que veio a ser muito semelhante aos resultados finais.[16]

Logo após a eleição, foram realizadas cerimônias na sala João Mendes Júnior da Faculdade, em homenagem ao prefeito Fábio Prado e ao aprumado e formal Francisco Morato. A escritura de transferência do lote da avenida São João, assinada naquela ocasião, exigia uma 'comissão permanente' para supervisionar a construção da Casa do Estudante.

Em reuniões da comissão, Cícero Augusto Vieira argumentava energicamente que as ações das ferrovias do patrimônio inalienável (estimadas em duzentos contos de réis) deveriam ser vendidas e o dinheiro apurado, investido na construção da Casa. Esta proposta não foi aceita porque membros da comissão, César Lacerda de Vergueiro e José Carlos de Macedo Soares (doadores de algumas das ações ferroviárias),[17] insistiram para que o patrimônio inalienável permanecesse intacto.[18]

[15] Germinal Feijó e Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 6 de julho de 1981. Trajano Pupo Netto, entrevista, 22 de agosto de 1981.
[16] *O Estado de S. Paulo*, 23 de novembro de 1937. *Terra Vermelha: órgão da Colônia de Ribeirão Preto*, novembro de 1937.
[17] Transcrição das fitas de José Gomes Talarico no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) na Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
[18] Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante: origem e história*, pp. 75-107.

5. 10 DE NOVEMBRO DE 1937

Em dezembro de 1936, quando Armando de Sales Oliveira decidiu tornar-se candidato do PC à presidência do Brasil, ficou logo antipatizado por Vargas. Depois que Armando renunciou a seu mandato de governador no final do mês, o Estado foi governado por Henrique Bayma, presidente da Assembléia estadual, durante uma semana; a legislatura, então, escolheu novo governador: José Joaquim Cardoso de Melo Neto, professor de Direito que havia liderado a bancada paulista no Congresso federal.

O professor Vicente Ráo, intimamente associado a Armando de Sales Oliveira, deixou o Ministério da Justiça federal. José Carlos de Macedo Soares, tendo-se demitido do Ministério das Relações Exteriores na vã esperança de vir a ser um forte candidato presidencial com o apoio do PRP, assumiu o cargo de ministro da Justiça deixado vago por Ráo.

Grande parte da elite paulista tinha muitas esperanças de que São Paulo recobrasse sua influência nacional, perdida em 1930, com a eleição de Armando de Sales Oliveira. O governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, deu seu apoio a Armando; o popular ex-prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Batista, também, desapontando, assim, o nordestino José Américo de Almeida, o maior adversário de Armando na corrida presidencial. O congressista Paulo Nogueira Filho passou a liderar a organização da propaganda paulista para

a União Democrática Brasileira (UDB), novo partido nacional formado para levar Armando até a presidência.[1]

Ao final da primeira semana de novembro de 1937 parecia evidente que Vargas, apoiado pelos militares e por muitos governadores estaduais, planejava cancelar a eleição. Enquanto Armando de Sales Oliveira recorria aos militares para proteção das urnas eleitorais, Waldemar Ferreira fazia um veemente discurso na Câmara dos Deputados em favor da manutenção da democracia.[2] Entretanto, a 10 de novembro de 1937, o regime Vargas suspendeu a eleição e fechou as legislaturas locais e federal. Sob uma nova Constituição autoritária, promulgada por Vargas e seu gabinete naquele dia, os Estados deveriam mais uma vez ser governados por interventores, escolhidos pelo governo federal e de responsabilidade deste.

Na manhã de 10 de novembro, na Faculdade de Direito, um concurso estava a caminho para determinar qual dos quatro candidatos seria professor catedrático de Direito Judiciário Penal. Durante o concurso, um dos examinadores, Rafael Correia Sampaio, professor de Direito em São Paulo, morreu subitamente.[3] O governador Cardoso de Melo veio rapidamente para a Faculdade e, ao falar aos professores e estudantes de luto, deu a notícia, que havia acabado de receber, da criação do Estado Novo — o novo regime chefiado por Vargas.[4]

Cory Porto Fernandes, completando os dois anos do curso preparatório, recorda que alguém iniciou o movimento de resistência da Faculdade de Direito colocando um pano preto por sobre uma parte do prédio, onde todos pudessem ver — uma forma de protesto às notícias do Rio. Este alguém foi Francisco Morato de Oliveira, estudante do terceiro ano de Direito, adepto dedicado de Armando de Sales Oliveira e veterano do conflito

[1] A comissão promotora das homenagens ao dr. Paulo Nogueira Filho, notas biográficas (datilografadas), dezembro de 1960 (na pasta de Paulo Nogueira Filho em *O Estado de S. Paulo*).
[2] 'Faleceu Waldemar Ferreira', *O Estado de S. Paulo*, 11 de agosto de 1964.
[3] Joaquim Canuto Mendes de Almeida, entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982.
[4] A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 295-296.

armado anti-Vargas de 1932.[5] O pano, considerado um sinal de luto pela perda da democracia ou de um professor, não poderia permanecer no seu lugar por muito tempo. Não se encontrava mais lá quando o estudante preparatoriano Antônio Cândido de Melo e Souza, chocado com o golpe de 10 de novembro, foi até as arcadas para ver que tipo de reação lá havia. Não viu nenhuma reação, nenhuma atividade.[6] Luís Gonzaga Bandeira de Melo Arrobas Martins, também fazendo o Curso Pré-Jurídico de dois anos, escreve que na tarde de 10 de novembro "já se ouviam, no pátio das arcadas e nos corredores da faculdade, as primeiras manifestações de protesto, ainda vagas e imprecisas, porque ninguém sabia direito o que ia acontecer".[7] Ouviam-se também expressões de fé de que o novo governo centralizado poderia ser justamente o que se precisava para mudar o Brasil para melhor; os que eram desta opinião não se limitavam apenas aos integralistas.[8]

Antônio de Almeida Júnior, então diretor de Educação do Estado, escreve que "a reação do momento foi de perplexidade" da Faculdade de Direito ao 10 de novembro. Explicando que "a Faculdade de Direito de São Paulo, naquele período conturbado da vida nacional, dava a impressão de uma Babel política", ele nos faz lembrar da existência da "massa amorfa dos indiferentes — os neutros de todos os tempos".[9]

O protesto estudantil mais sensacional não ocorreu em nenhuma das faculdades da Universidade de São Paulo, mas na Escola Livre de Sociologia e Política, situada no largo de São Francisco. Como a Escola Livre havia sido fundada apenas em 1933 por comerciantes e pelo senador Roberto Simonsen, a cerimônia de formatura, realizada em fins de 1937, foi a primeira. Na presença de Simonsen e dos ministros da Guerra e da Educação (convidados por Simonsen), o formando Herbert Levy, herói da Coluna Invicta de 1932, fez um discurso clamando abertamente por liberdade e democracia e prevenindo contra estadistas "que convertiam-se em instrumentos das próprias ambições". Levy foi aplaudido de pé por companheiros do Partido Constitucionalista e pela maioria dos presentes. *O Estado de S. Paulo,* desafiando a censura recentemente imposta pelo Estado Novo, publicou o discurso na íntegra. Como resultado desse incidente, Levy passou vários dias na cadeia; seu nome passou a fazer parte de uma 'lista negra', de modo que em cinco outras ocasiões, quando houve boatos sobre atividades anti-Estado Novo, ele estava dentre os arrebanhados pela polícia.[10]

As cerimônias de formatura da Faculdade de Direito foram realizadas a 18 de janeiro de 1938. Jorge Americano, professor de Direito escolhido pelos formandos para paraninfo, foi cauteloso porém sugestivo no seu discurso. "Mais do que nunca neste tempo", disse ele, "não é fácil falar aos jovens... Quem emite uma palavra, nunca sabe o que ela desperta nos que a ouvem."[11]

Naquela época, os estudantes da Faculdade de Direito estavam em férias de verão, que começavam em dezembro e iam até o início de março. E cada vez mais se sabia sobre o Estado Novo. Um decreto expedido a 2 de dezembro proscreveu todos os partidos políticos, inclusive a Ação Integralista Brasileira (os camisas-verdes). Em virtude de outra norma legal do Estado Novo, proibindo os professores da escola de Direito de serem juízes ao mesmo tempo, o professor Mário Mazagão deixou seu cargo no Tribunal de Apelação do Estado de São Paulo, para o qual havia sido designado sete anos antes.[12]

5 Cory Porto Fernandes, entrevista, São Paulo, 2 de agosto de 1981. 'Faleceu... Francisco Morato de Oliveira', *O Estado de S. Paulo,* 20 de dezembro de 1962.

6 Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevista, São Paulo, 7 de agosto de 1981.

7 Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', 7 de novembro, 1973 (dez folhas datilografadas). Vide p. 1.

8 Aloysio Ferraz Pereira, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1982.

9 A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas,* p. 296.

10 Herbert Levy, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1981 e 18 de agosto de 1982. *O Estado de S. Paulo* — recortes em cadernos na residência de Levy.

11 A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas,* p. 297.

12 Biografia do professor Mário Mazagão em pasta do arquivo de *O Estado de S. Paulo.*

6. REAÇÕES DE ALGUNS PAULISTAS (1938)

Armando de Sales Oliveira foi preso e 'exilado' para um campo de mineração em Minas Gerais. O professor Cardoso de Melo Neto, tendo favorecido uma facção do PC não liderada por Armando, teve permissão para continuar como o executivo-chefe de São Paulo (agora interventor) e foi acusado de colaborar com Vargas pelos partidários de Armando. Gastão Vidigal, amigo de Cardoso de Melo Neto e ex-congressista federal, tornou-se secretário da Fazenda do Estado.[1]

Dentre os professores enfurecidos estava Antônio de Sampaio Dória, diretor de Instrução Pública do Estado no início da década de 20. Desafiando o governo de Vargas, recusou-se a considerar a Constituição de 1937 como digna de estudo em sala de aula e, assim, em dezembro de 1937, desistiu de ensinar Direito Constitucional, preferindo, em vez, Direito Internacional Privado. Também tornou-se vice-diretor da Faculdade durante o ano letivo de 1938, trabalhando com o diretor Spencer Vampré. Sempre que podia, Sampaio Dória atacava a 'carta constitucional', como os professores anti-Vargas chamavam a nova Constituição. Declarava que o Estado Novo era uma ofensa à decência humana e ao Direito Constitucional.[2]

[1] Joseph L. Love, *São Paulo in the Brazilian Federation*, 1889-1937, p. 12 | *Diário da Noite*, 3 de agosto de 1960 (na pasta de Cardoso de Melo Neto em *O Estado de S. Paulo*). *O Estado de S. Paulo*, 31 de janeiro de 1946 (na pasta de Gastão Vidigal em *O Estado de S. Paulo*).

[2] Biografia de Antônio de Sampaio Dória nos arquivos de *O Estado de S. Paulo*. Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 296-297. *Anuário da Faculdade de Direito* para 1938 e 1941.

Antônio Carlos de Abreu Sodré, tendo perdido seu mandato com o fechamento do Congresso, abriu um pequeno escritório de advocacia no largo do Café, centro da cidade de São Paulo. O escritório transformou-se na sede da "resistência democrática em São Paulo" e em um centro de que saíam recomendações para grupos de resistência em outros Estados. Os estudantes de Direito de São Paulo, voltados apenas para a resistência, tinham contato quase contínuo com Abreu Sodré.[3]

Francisco Mesquita, deputado estadual desde 1934, voltou para *O Estado de S. Paulo*, passando a tratar de assuntos comerciais e administrativos do jornal. Júlio de Mesquita Filho (conhecido como 'o capitão' por seus seguidores) dirigia o jornal, era rude com os censores e coordenava planos para que os paulistas colaborassem com grupos insatisfeitos em outras partes do país na destruição do regime de Vargas. Fora de São Paulo, esquemas estavam sendo traçados por um círculo chegado a Flores da Cunha (exilado no Uruguai), uns poucos políticos do regime pré-1930 (como Otávio Mangabeira), integralistas decepcionados (um tanto antipatizados por Mesquita) e oficiais descontentes (especialmente da Marinha, onde o integralismo era forte). A prisão de Júlio de Mesquita Filho a 1º de janeiro de 1938, por traçar esquemas subversivos, foi a primeira das 17 vezes em que ele foi preso no ano seguinte a 10 de novembro de 1937.[4]

Júlio de Mesquita Filho teve tempo para colaborar com seu amigo Paulo Duarte (deputado estadual antes de 10 de novembro) na publicação de um jornal clandestino chamado *Brasil*. Seu primeiro número indicava, na linha da datação, Terra de Ninguém, 3 de janeiro de 1938, e estampava uma fotografia da bandeira de São Paulo na primeira página, seguida por uma nota dizendo que quando o Estado Novo, em uma cerimônia simbólica do Dia da Bandeira, incinerara as bandeiras dos Estados, a primeira a ser queimada fora a de São Paulo — içada em 1932 "para dar ordem e liberdade ao país inteiro". Escrevendo sobre Vargas, o "ditador de terceira classe", *Brasil* asse-

[3] *Jornal da Tarde*, 13 de novembro de 1976 (na pasta de Antônio Carlos de Abreu Sodré em *O Estado de S. Paulo*).

[4] Ruy Mesquita, entrevista, São Paulo, 25 de julho de 1981.

verava que "a traição tem sido o seu único princípio. A desonestidade administrativa, política e mental, o seu único programa". Paulo Duarte, embora preso várias vezes, somente esteve com Mesquita na prisão uma única vez; assim, durante a maior parte de 1938 *Brasil* ia sendo publicado e apreendido pela polícia.[5]

Dentre os que perderam suas cadeiras no Congresso a 10 de novembro de 1937, estava Antônio Pereira Lima, amigo chegado dos Mesquita. Pereira Lima envolveu-se no trabalho do jornal e acabou por se envolver na resistência anti-Estado Novo, especialmente com Antônio Carlos de Abreu Sodré, o professor Waldemar Ferreira e estudantes de Direito. Travou também contatos com militares anti-Vargas no Rio de Janeiro e outros lugares.[6]

Este trabalho com conspiradores militares como o ex-coronel Euclides Figueiredo, veterano perseverante da Revolução de 1932, foi também executado por João Batista Silva Azevedo, de São Paulo. Azevedo, conhecido por estudantes da resistência e outros como Joca, havia sido altamente considerado por sua destreza nos esportes, principalmente remo. Depois que seu irmão morreu na Revolução de 1932, Joca entrou em contato com Paulo Nogueira Filho e Antônio Carlos de Abreu Sodré e tornou-se presidente do comitê do Partido Constitucionalista no bairro de Cambuci. Após o estabelecimento do Estado Novo, Joca serviu como elo entre conspiradores civis e militares.[7] Era um homem de ação.

Na frente intelectual, o jornalista Pedro Ferraz do Amaral (Pedrinho) distribuía folhetos anti-Estado Novo enquanto dirigia o *Suplemento de rotogravura* de *O Estado de S. Paulo*. Era amigo dos estudantes de Direito e companheiro inseparável do conspi-

[5] Paulo Duarte, entrevista, São Paulo, 22 e 23 de julho de 1981. *Brasil*, Ano I, n.º 1 (Terra de Ninguém, 3 de janeiro de 1938). *Jornal da Tarde*, 14 de julho de 1969 (na pasta de Júlio de Mesquita Filho em *O Estado de S. Paulo*).

[6] 'A homenagem a Antônio Pereira Lima', *Jornal da Tarde*, 12 de agosto de 1978. Antônio Pereira Lima, entrevista, São Paulo, 9 de julho de 1981.

[7] João Batista Silva Azevedo, entrevistas, São Paulo, 4 e 9 de julho de 1981. José Bonifácio Coutinho Nogueira, carta a JWFD, São Paulo, 1.º de julho de 1981.

rador-mor Paulo Nogueira Filho.[8] Este era ocasionalmente confinado no pavilhão político da prisão Tiradentes, em São Paulo, às vezes juntamente com Júlio de Mesquita Filho, Roberto Victor Cordeiro, Antônio Pereira Lima e Antônio Carlos de Abreu Sodré.[9]

Embora o ex-coronel Euclides Figueiredo e Otávio Mangabeira permanecessem presos no Rio após uma trama lá descoberta pelas autoridades em março de 1938, a obra seguiu adiante. Joca (João Batista Silva Azevedo) levou duas metralhadoras de Santos para o Rio a fim de fortalecer um ataque ao Palácio Guanabara, residência presidencial, a ser liderado pelo tenente Severo Fournier, subordinado de Euclides Figueiredo na Revolução de 1932.[10] O general José Maria Castro Júnior, supostamente encarregado dos planos insurrecionais no Rio, disse a Mesquita para esperar; assim, as revoltas no Rio, na noite de 10-11 de maio de 1938, não tiveram eco em São Paulo.[11] Resultaram em fracasso e foram seguidas pela prisão, no Rio, de mais de 1.500 indivíduos, muitos deles integralistas. O Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936, depois da malograda revolta comunista de 1935, ocupou-se bastante com o julgamento dos novos casos juntamente com um acúmulo de casos contra comunistas.

Armando de Sales Oliveira, libertado do seu confinamento em Minas no início de maio, foi preso no interior de São Paulo. As prisões de Mesquita e seus seguidores intensificaram-se a fim de encorajá-los a viajar para o exterior.

[8] Pedro Ferraz do Amaral, entrevistas, São Paulo, 8 e 13 de julho de 1981.

[9] *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1979 (na pasta de Roberto Victor Cordeiro em *O Estado de S. Paulo*). *Jornal da Tarde*, 14 de julho de 1969.

[10] João Batista Silva Azevedo, entrevistas, 4 e 9 de julho de 1981.

[11] Júlio de Mesquita Filho, entrevista, São Paulo, 7 de agosto de 1963.

Parte III

Primeiras Manifestações Anti-Estado Novo (1938-39)

1. A UNIÃO CULTURAL BRASIL-ESTADOS UNIDOS (criada em 1938)

Em fins de abril de 1938, Vargas substituiu o interventor de São Paulo, Cardoso de Melo Neto, por Ademar Pereira de Barros, obscuro ex-deputado do PRP e portador de um diploma de médico do Rio de Janeiro. O novo interventor suspendeu rapidamente a publicação do *Diário da Noite* por ter este impresso o fac-símile de uma nota descuidada na sua caligrafia com o propósito de provar sua "insuficiência mental". A cidade ficou logo inundada com cópias do fac-símile e propaganda contra o interventor "quase analfabeto".[1]

As mudanças administrativas, que levaram César Lacerda de Vergueiro ao cargo de secretário da Justiça do Estado, não constituíram um bom presságio para os partidários de Armando de Sales Oliveira que haviam conseguido manter seus empregos no governo do Estado sob Cardoso de Melo Neto. Alguns dos jovens admiradores de Armando ocupavam cargos menores que os ajudavam a terminar o curso. Era o caso de Francisco Morato de Oliveira, gentil estudante do quarto ano de Direito, que passou a ser conhecido como Chico Boletim devido a sua tendência para redigir folhetos fortes contra o Estado Novo. Francisco Morato de Oliveira era um funcionário público consciencioso; contudo, o novo regime não estava preocupado se os estudantes designados para os cargos ganhavam seu ordenado ou não; só esperava a sua lealdade.[2]

[1] 'O perfil intelectual' (uma folha impressa). 'Ademar de Barros e Getúlio Vargas' (uma folha impressa), sem datas.
[2] Cory Porto Fernandes, entrevista, São Paulo, 2 de agosto de 1981.

Outro cujo cargo estava em perigo era Roberto Victor Cordeiro, advogado do Departamento do Trabalho do Estado. Cordeiro, às vezes chamado de Alemão por ter sua mãe, viúva no Rio de Janeiro, formação alemã, havia feito campanhas para Armando de Sales Oliveira em 1937 no Rio Grande do Sul e São Paulo. Era, entretanto, antipatizado por Ademar de Barros. Como *O Estado de S. Paulo* noticiou posteriormente, Cordeiro continuou com sua "luta incansável contra a ditadura" mesmo após Ademar ter passado a interventor e César Lacerda de Vergueiro a secretário de Justiça.[3]

Em junho de 1938, Roberto Victor Cordeiro encontrava-se dentre os envolvidos no movimento para a criação da União Cultural Brasil-Estados Unidos (UCBEU),[4] idéia em parte de alguns professores e estudantes que desejavam mostrar sólidas relações com um 'campeão da democracia' em uma época em que Vargas parecia voltado para as nações do Eixo. Horácio Cherkaski, estudante do primeiro ano e grande amigo de Cordeiro, levado por este para a obra da União Cultural, descreveu o movimento como "nossa trincheira" e acrescentou que a participação nas suas atividades "era um sinal de oposição ao Estado Novo".[5]

A iniciativa para a UCBEU partiu da Faculdade de Medicina, sendo o principal trabalho organizacional executado pelo professor de medicina Antônio Carlos Pacheco e Silva, com a valiosa assistência de Jorge Americano, professor de Direito. As primeiras reuniões do grupo organizador realizaram-se no Sanatório Esperança porque os diretores da Faculdade de Medicina opunham-se a ter sua escola usada para um propósito que levantaria suspeitas nas autoridades.[6] Os professores de Direito participantes eram Spencer Vampré, Sampaio Dória, Noé Azevedo e o livre-docente Cândido Mota Filho.

Os primeiros trabalhos foram patrocinados pelos presidentes dos centros acadêmicos da Universidade de São Paulo.[7] E papel importante foi desempenhado por José Gomes Talarico, entusiasta dos esportes que, como mais tarde se soube, era amigo pessoal de Vargas e advogado da 'reconciliação' entre o regime de Vargas e a nação. Talarico, apesar de não ser estudante universitário, tinha influência sobre o Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, onde trabalhou como secretário (trabalho remunerado).[8] Por algum tempo foi secretário-geral da UCBEU mas, durante a maior parte, este cargo pertenceu a Rone Amorim, formado pela Faculdade de Direito e funcionário do Consulado americano, Amorim era a força motriz da UCBEU e não gostava de Talarico.[9]

Após a reunião inaugural da UCBEU no Clube Piratininga a 22 de outubro de 1938, Pacheco e Silva, primeiro presidente da União, foi avisado pela polícia para tomar cuidado para que "extremistas não tirassem proveito da nova organização".[10]

[3] João Nery Guimarães, carta a JWFD, São Paulo, 13 de agosto de 1982. 'Faleceu... dr. Roberto Victor Cordeiro'. *O Estado de S. Paulo*, 9 de outubro de 1979.

[4] 'Faleceu... dr. Roberto Victor Cordeiro'.

[5] Documento no Museu da União Cultural Brasil-Estados Unidos, São Paulo. A. C. Pacheco e Silva, *Passado, presente e futuro da União Cultural Brasil-Estados Unidos*, separata do 'Boletim Informativo da UCBEU' n.º 5 (São Paulo: UCBEU, 1958), pp. 3-4. Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981.

[6] Antônio Carlos Pacheco e Silva, entrevista. São Paulo, 2 de agosto de 1982. A. C. Pacheco e Silva, *Passado, presente e futuro da União Cultural Brasil-Estados Unidos*, p. 4.

[7] Documento no Museu da União Cultural Brasil-Estados Unidos, São Paulo.

[8] José Gomes Talarico, entrevistas, Rio de Janeiro, 17, 19 e 20 de julho de 1982. Transcrições de fitas de José Gomes Talarico no CPDOC.

[9] Ibid. *Boletim da União Cultural Brasil-Estados Unidos*, Ano I, n.º 1, 1940 (vide lista de membros da diretoria).

[10] Pacheco e Silva, entrevista, 2 de agosto de 1982.

14 2336 /DFCH/33542

2. GÁS SULFÍDRICO PARA O DITADOR
(23-24 de julho de 1938)

Getúlio Vargas desfrutava de considerável popularidade entre as massas em todo o Brasil talvez em parte porque parecia ter uma personalidade amável e em parte porque o regime estabelecido em 1930 expedia decretos destinados a prestar assistência aos operários urbanos. O silêncio forçado da oposição ao Estado Novo, juntamente com o trabalho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do governo, contribuiu para fortalecer a imagem do regime na mente de muitos.

Quando Vargas saiu do Rio em julho de 1938 em viagens para fazer discursos exaltando o Estado Novo, ainda estava tirando proveito do sentimento de indignação que havia se seguido à notícia dos tiros disparados contra ele e sua família no Palácio Guanabara durante o *putsch* da noite de 10-11 de maio de 1938. Após o fiasco, a imprensa controlada e o DIP trabalharam horas extraordinárias aplaudindo o resultado e o fracasso dos conspiradores.

Vargas e seus discursos foram bem recebidos em Minas Gerais. O presidente continuou a viagem, visitando o Estado de São Paulo pela primeira vez desde que assumira a liderança do governo brasileiro em 1930. Depois de dirigir-se a operários no interior do Estado, Vargas viajou até a capital a 23 de julho de 1938 para inaugurar o túnel 9 de Julho, nome dado em homenagem à insurreição paulista de 1932 contra Vargas.

Quando, em meados de julho, o Centro Onze de Agosto soube da futura visita de Vargas à cidade, alguns membros do seu Partido Conservador viram uma oportunidade para fazer com

que o Centro declarasse o presidente *persona non grata*. Entretanto a liderança do Centro, controlada pelo partido Reação Acadêmica, não desejava isso. Como o presidente do Centro, Ribeiro do Valle Neto, encontrava-se doente, os conservadores anti-Vargas raptaram o vice-presidente Lúcio Seabra Leal; assim, o primeiro orador, Auro de Moura Andrade, Conservador e bucheiro, tornou-se presidente interino. Com a ajuda de Moura Andrade, aprovou-se uma moção declarando Vargas *persona non grata*.[1]

Moura Andrade e cerca de trinta outros estudantes ativistas anti-Vargas, a maioria da Faculdade de Direito, resolveram incitar várias manifestações antiditadura em São Paulo a 23 de julho. Com a assistência de Paulo Duarte e Joca (João Batista Silva Azevedo), também fizeram planos para acabar com o banquete e o baile no Teatro Municipal oferecidos pelo interventor Ademar de Barros em homenagem a Vargas. Paulo Duarte, em particular, foi de grande auxílio. Ajudado por um químico, Duarte guarneceu os estudantes com dúzias de cápsulas de vidro contendo gás sulfídrico a ser usado para encher o Teatro Municipal com mau cheiro.[2]

Cinco estudantes foram escolhidos pelos trinta para se vestirem com trajes formais de festa e se desincumbirem da missão: Ciro Savoy (presidente do Grêmio Politécnico) e os estudantes de Direito Moura Andrade, Vergniaud Gonçalves, Nelson Perroud e Germinal Feijó.[3] Feijó havia entrado na Faculdade de Direito em março de 1937 não com a intenção de assistir a aulas, mas sim de agir contra o regime de Vargas. Seu pai, Roberto Feijó, imigrante de Portugal, era advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1911. Autor do *Dicionário da questão social*, Roberto Feijó se havia voltado primeiramente para

[1] Trajano Pupo Netto, entrevista, São Paulo, 22 de agosto de 1981.
[2] Germinal Feijó, entrevistas, São Paulo, 16 de agosto de 1979, 6 de julho de 1981. Paulo Duarte, entrevistas, São Paulo, 22 e 23 de julho de 1981. João Batista Silva Azevedo, entrevista, São Paulo, 4 de julho de 1981. José Bonifácio Coutinho Nogueira, carta a JWFD, 1.° de julho de 1981.
[3] Feijó, entrevista, 16 de agosto de 1979. Germinal Feijó na *Tribuna da Imprensa*, 9 de novembro de 1953.

idéias anarquistas e depois para as de Astrojildo Pereira, criador do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922.[4]

Os tumultos contra Vargas planejados para durante o dia 23 de julho não se concretizaram.[5] Mas os cinco estudantes, com as cápsulas de gás sulfídrico nos bolsos, conseguiram ser admitidos no Teatro Municipal por volta da meia-noite, quando o requintado jantar com champanha já havia sido consumido e os discursos feitos. Os estudantes se viram num salão de baile todo enfeitado com flores e repleto de convidados ilustres (300, em número), inclusive Vargas com sua esposa e filha, três interventores estaduais e dois ministros do gabinete federal.[6]

As cápsulas foram atiradas ao chão e esmagadas sob os pés. Antônio Almeida Júnior descreve a cena (sequer mencionada nos jornais do dia): "O gás malcheiroso rapidamente se espalha naquele ambiente confinado. Ficam atônitos os convivas; gera-se e cresce a confusão. Tomadas de receio, senhoras assustadiças se retiram, carregando consigo os respectivos maridos. Dentro em pouco o próprio ditador acha prudente sair e respirar oxigênio na fria atmosfera invernal da praça Ramos de Azevedo."[7]

Germinal Feijó, o primeiro a atirar as cápsulas ao chão, lembra que homens em trajes formais de festa, na realidade agentes de polícia, postaram-se imediatamente ao seu lado. Revistaram-no e colocaram-no na cadeia. A prisão, de apenas dois dias, foi a primeira das 29 de Feijó (totalizando cerca de seis meses) durante o Estado Novo. A polícia passou, então, a vigiar a casa de Feijó; essa vigilância durou seis meses.[8]

[4] Feijó e Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981. Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981.
[5] Feijó, entrevista, 16 de agosto de 1979.
[6] *O Estado de S. Paulo*, 24 de julho de 1938.
[7] Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 297-298. Antônio Almeida Júnior, série de seis artigos em *O Estado de S. Paulo*, novembro de 1953. Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 4.
[8] Feijó, entrevistas, 16 de agosto de 1979, 6 de julho de 1981.

3. UMA VITÓRIA DO CONSERVADOR
(novembro de 1938)

Em outubro e novembro de 1938, ordens de deportação, ameaças e aborrecimentos forçaram o exílio de Armando de Sales Oliveira e outros, considerados os mais perigosos ao Estado Novo: Otávio Mangabeira, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Duarte e Luís de Toledo Piza Sobrinho (secretário de Agricultura do governador Armando de Sales Oliveira). Com o exílio de Júlio de Mesquita Filho, *O Estado de S. Paulo* passou a ser dirigido por Carlos Vieira de Carvalho, cunhado de Júlio e filho do fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo.[1]

Na época em que Armando de Sales Oliveira e Júlio de Mesquita Filho foram para a França a bordo do *Lipari*, no início de novembro, a disputa anual para a diretoria do Centro Onze de Agosto estava prestes a ocorrer. Era uma eleição emocionante, de interesse que transcendia a Faculdade de Direito, que provava que a democracia eleitoral, eliminada da política local e nacional, permanecia viva nas arcadas.

A Reação Acadêmica, que havia conquistado a presidência do Centro no ano anterior, uniu-se ao partido Arcadas, apresentando uma chapa encabeçada pelo abastado Francisco Eumene Machado. *O Momento Acadêmico*, órgão da Reação Acadêmica, declarou que se Machado fosse eleito construiria um estádio de esportes para os estudantes de Direito, "aspiração velha de todos nós".[2]

[1] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, p. 8.
[2] *O Momento Acadêmico*, Ano I, n.º 2.

A pressão em favor da chapa conjunta Reação Acadêmica-Arcadas foi exercida pelo secretário da Justiça, César Lacerda de Vergueiro. Alguns estudantes, que deveriam voltar para casa por causa das férias, ganharam passes ferroviários do governo estadual.[3] Outros souberam por intermédio de Ademar de Barros, em setembro de 1938, que o governo estadual estava financiando sua viagem ao Chile, onde iriam assistir, juntamente com estudantes do Rio, a um Congresso Internacional de Criminologia.[4]

Lúcio Seabra Leal, vice-presidente do Centro, raptado pelos Conservadores anti-Vargas em julho, encabeçou uma chapa eleitoral da União Acadêmica. A mais forte oposição à chapa Reação Acadêmica-Arcadas foi a do Partido Conservador. A Comissão Diretora do Conservador, que selecionava os candidatos, incluía Francisco Morato de Oliveira, Quintanilha Ribeiro (primeiro-secretário do Centro) e Auro de Moura Andrade (primeiro orador do Centro).

Seguindo a sugestão de Moura Andrade, a diretoria do Conservador escolheu Trajano Pupo Netto para concorrer à presidência do Centro. O bem-apessoado Pupo Netto havia sido um dos fundadores da União Cultural Brasil-Estados Unidos e sua candidatura era apoiada por Roberto Victor Cordeiro. O professor Antônio de Sampaio Dória, admirado por muitos pela sua defesa de direitos individuais e condenação da 'carta constitucional' de 1937, também apoiava Pupo Netto.[5]

Dentre os outros candidatos do Conservador estavam Salim Arida para vice-presidente, o poeta Jânio Quadros para primeiro-secretário, Ulisses Guimarães para primeiro orador, Américo Marco Antônio para segundo orador e Oscar Augusto de Barros Bressane, estudante do primeiro ano, para procurador. Os candidatos do Conservador para a comissão de redação eram o poeta José Malanga, o agitador Germinal Feijó, Roberto Teixeira Pinto Filho e Rui Homem de Melo Lacerda.

[3] Trajano Pupo Netto, entrevistas, São Paulo, 19 e 22 de agosto de 1981. Pedro Brasil Bandecchi e Trajano Pupo Netto, entrevista, São Paulo, 14 de agosto de 1981.

[4] Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1981.

[5] Trajano Pupo Netto, entrevista, 22 de agosto de 1981.

A chapa do Conservador era a mais rica em talentos literários. Ulisses Guimarães continuava a encher a imprensa das arcadas com ensaios sobre as figuras literárias brasileiras (sua parte no número de novembro de *O Conservador* tratava de José de Alencar, estimado autor de *Iracema,* formado pela escola de Direito em 1850).[6] Jânio Quadros, lecionando português e geografia no Colégio Dante Alighieri (excelente escola secundária)[7] para financiar seus estudos na Faculdade de Direito, era o primeiro-secretário da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo. José Malanga havia publicado um livro de poesias, *Coração proibido,* e recentemente sido eleito membro da Academia de Letras da Faculdade de Direito.

Os conservadores argumentavam que se voltassem à diretoria, renovariam a atenção dispensada à Casa do Estudante do Centro, iniciada por eles. Durante a administração da Reação Acadêmica, o governo estadual de Ademar de Barros havia contribuído com 50 contos de réis, mas os apelos do presidente do Centro, Joaquim Ribeiro do Valle Neto, ao governo federal, por 500 contos de réis receberam resposta negativa do ministro da Educação, Gustavo Capanema.[8]

A votação teve início às 8 horas da manhã de 17 de novembro e durou até às 6 da tarde. A contagem de votos continuou até depois da meia-noite em meio a gritos dos sectários. Quando parecia que os conservadores iriam vencer, as luzes se apagaram. Mas se os adeptos da chapa Reação Acadêmica tinham a esperança de se apoderarem das urnas eleitorais, foram frustrados pelos conservadores, que esperavam por isso. Após ganhar o controle das urnas eleitorais, os conservadores pediram ao diretor da Faculdade de Direito, Spencer Vampré, para assegurar uma contagem honesta. Por volta de uma hora da manhã, Vampré anunciou os resultados finais, vitória para a maioria dos candidatos do Conservador. Dos dez cargos da diretoria, os conservadores perderam apenas o de arquivista. Entretanto José

[6] *O Conservador,* Ano III, n.º 10 (novembro de 1938).

[7] Afrânio de Oliveira, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1981. Flávio Galvão, 'Observações' (notas datilografadas para JWFD), São Paulo, agosto de 1982, p. 5.

[8] Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante,* pp. 145-156.

Malanga foi o único conservador eleito para a Comissão de Redação.[9]

Por volta de duas horas da manhã, os vitoriosos comemoravam na Confeitaria Formosa, na rua Formosa, quando chegou um grupo pretendendo dar uma surra em Pupo Netto e seus amigos. Auro de Moura Andrade ajudou a impedir esse ataque de alguns perdedores que estavam acompanhados de membros agressivos da polícia estadual e de Javert de Andrade, assistente do secretário de Justiça, César Lacerda de Vergueiro.

Apesar deste incidente, Vergueiro enviou uma mensagem a Pupo Neto oferecendo relações pacíficas entre ele e a nova diretoria do Centro. Pupo Netto replicou simplesmente que, tendo-se tornado representante dos estudantes, faria o que fosse melhor para eles.[10]

Por insistência de Ademar de Barros, Roberto Victor Cordeiro foi demitido do seu cargo no Departamento do Trabalho do Estado, conseguindo emprego como advogado de *O Estado de S. Paulo*.[11] Cordeiro continuou com a companhia de estudantes antiditadura, dando sugestões sobre política prática. Usando seus contatos com firmas estrangeiras, conseguia empregos para os estudantes. Também obtinha, com freqüência, doações de papel grátis (de uma firma sueca, T. Janer) para a publicação de *O Onze de Agosto*.[12]

9 'A nova diretoria do Centro Acadêmico Onze de Agosto', *O Onze de Agosto*, dezembro de 1938, p. 28. Pupo Netto, entrevista, 19 e 22 de agosto de 1981.
10 Pupo Netto, entrevistas, 19 e 22 de agosto de 1981.
11 Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981.
12 João Nery Guimarães, carta a JWFD, 13 de agosto de 1982.

4. O NASCIMENTO DA UNE
(Rio de Janeiro, dezembro de 1938)

Após a eleição do Centro, o número de dezembro de 1938 de *O Onze de Agosto* anunciou que Spencer Vampré estava deixando a diretoria da Faculdade de Direito, cargo exercido por ele desde o início daquele ano. Em outra página do mesmo número, Antônio Sylvio Cunha Bueno, Ulisses Guimarães e três outros falaram de sua gratidão a Ademar de Barros e Pedro Ludovico Teixeira, interventores em São Paulo e em Goiás, pelas contribuições à campanha estudantil para pagar um monumento aos bandeirantes na cidade de Goiânia, recém-construída. Os cinco estudantes, interessados no desenvolvimento do Brasil central, haviam feito, de bom grado, uma viagem a Goiás.[1]

Um artigo de João Paulo Bittencourt em *O Onze de Agosto* enfatizava a necessidade de as universidades se preocuparem com a política. Bittencourt atacava regimes "de asfixia vital, moral e intelectual", exigindo-lhes "obediência absoluta aos seus interesses e mesmo propaganda" e esclarecia o "aspecto triste" das universidades na Itália, Alemanha e Rússia. Sob uma visão diferente, José Barbosa, estudante preparatoriano, elogiou o Estado Novo em um artigo de primeira página em *O Universitário*, órgão dos estudantes do curso pré-jurídico. Com o Estado Novo, escreve Barbosa, o Brasil "despertou da letargia romântica que o envolvia desde os tempos coloniais" e entrava em uma "vida

1 *O Onze de Agosto*, dezembro de 1938, pp. 38, 32. Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1981.

nova, emancipando-se do velho e decantado liberalismo individualista".[2]

João Paulo Bittencourt, oponente ao autoritarismo, foi um dos dois estudantes de Direito de São Paulo que passaram parte de suas férias de verão no Rio de Janeiro como representantes da Faculdade no II Congresso Nacional de Estudantes. O congresso foi o resultado de um convite feito pela Casa do Estudante do Brasil (criada em 1929) e pelo Conselho Nacional de Estudantes (criado em agosto de 1937); esperava-se que o congresso continuasse o trabalho executado anteriormente de formar uma forte organização nacional dos estudantes.[3] Quando o congresso se reuniu, de 5 a 21 de dezembro de 1938, os representantes do Centro Onze de Agosto (Bittencourt e César Barbosa Filho) encontraram-se com os de cerca de oitenta faculdades e escolas secundárias. O pernambucano Antônio Franca, estudante de Direito do Rio, anti-Vargas, propôs a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que seria apenas para estudantes universitários e separada da Casa do Estudante do Brasil. A 22 de dezembro de 1938, o Conselho Nacional de Estudantes teve sua segunda assembléia (a primeira realizou-se em agosto de 1937), aprovou os estatutos da UNE e escolheu os membros da diretoria desta. Valdir Ramos Borges, um gaúcho, tornou-se o presidente, Antônio Franca, secretário-geral, e César Barbosa Filho, do Centro Onze de Agosto, vice-presidente.

A UNE passou a ter um pequeno escritório nos alojamentos da Casa do Estudante do Brasil; entretanto discutia muito com a Casa e sua figura principal, Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, bonita filha de pais abastados e esposa de um famoso jogador de futebol.[4] Ana Amélia, que muito havia feito para a Casa do Estudante ser um lugar de pousada, comida e recreação para estudantes no Rio, considerava a UNE como

[2] João Paulo Bittencourt, 'Universidade e política', *O Onze de Agosto*, dezembro de 1938, p. 6. José Barbosa, 'Balanço do ano', *O Universitário*. Ano I, n.º 2 (novembro de 1938).

[3] Para maiores informações, vide Arthur José Poerner, *O poder jovem* (Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 1968), pp. 132-141, e 'UNE acaba 27 anos depois de surgir combatendo a ditadura', *Jornal do Brasil*, 8 de novembro de 1964.

[4] José Gomes Talarico, entrevista, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1982.

uma das partes da Casa, e a UNE reclamava que a Casa procurava menosprezá-la e controlá-la. No fundo, escreve Arthur José Poerner, o caráter meramente assistencial e "profundamente governamental" da Casa do Estudante do Brasil entrara em choque com o tom ideológico antifascista constatado nas teses do II Congresso Nacional de Estudantes.[5]

Futuros congressos da UNE poderiam esperar mais união entre as delegações da Universidade de São Paulo como resultado do esforço bem recompensado de Pupo Netto em formar o Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos de São Paulo. O conselho passou a existir a 8 de maio de 1939, em uma reunião de presidentes do Centro Acadêmico Onze de Agosto (Direito), Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (Medicina), Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Grêmio Politécnico, Centro Acadêmico 25 de Janeiro (Farmácia e Odontologia) e Centro Acadêmico de Medicina Veterinária.[6] A primeira medida do conselho, liderado por Pupo Netto, foi enviar uma petição a Ademar de Barros fazendo objeções à proposta de dobrar os duzentos mil-réis da taxa de matrícula anual dos estudantes. Em resposta, o interventor concordou que a taxa não seria aumentada em 1939.[7]

[5] Poerner, *O poder jovem*, pp. 140-151. *O Estado de S. Paulo*, de 6 a 25 de dezembro de 1938. Vide, em particular, a data de 21 de dezembro.

[6] 'Ata de constituição do Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos de São Paulo', 8 de maio de 1939 (cópia em posse de Trajano Pupo Netto).

[7] *A Balança*, junho de 1939, agosto de 1939.

5. A DEMISSÃO DE ALGUNS PROFESSORES DE DIREITO (janeiro 1939)

A resistência anti-Vargas nas arcadas ganhou alguns membros resolutos com a entrada da turma que começou o curso de cinco anos em 1939. Contudo os ativistas — aqueles que tinham tempo e determinação para continuar atacando a ditadura brasileira — chegavam a apenas algumas dúzias.[1] De tempos em tempos outros adeptos uniam-se aos ativistas, especialmente quando as autoridades se empenhavam em atos de hostilidade contra a Faculdade, como no caso de 1939.

Quando Vargas e Ademar de Barros discutiram sobre a situação dos professores de Direito em fins de 1938, Vargas sugeriu que cinco deles, considerados os mais adversos ao regime, deveriam ser demitidos de acordo com uma emenda da Constituição de 1937 decretada a 16 de maio de 1938 após o *putsch* de 10-11 de maio. A emenda reativava o artigo 177 da Constituição, permitindo ao governo demitir civis e militares "no interesse do serviço público ou por conveniência do regime".

A lista dos cinco professores ficou reduzida a três após ter-se decidido que Cardoso de Melo Neto já havia sido punido ao ser afastado do cargo de interventor e depois que Ademar de Barros teceu considerações favoráveis a Ernesto Leme. Leme, líder da Bucha, havia sido soldado no Batalhão de Piratininga em 1932 e eleito para a legislatura estadual, pela chapa do PD, em 1934. Líder da maioria na Assembléia, Leme havia com freqüência prestado assistência à minoria do PRP, na qual Ademar de Barros estava incluído.[2]

[1] Flávio Galvão, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982.

As ordens de demissão foram expedidas a 13 de janeiro de 1939, enquanto a Faculdade se encontrava em férias, e afetaram a Waldemar Ferreira, Vicente Ráo e Antônio de Sampaio Dória. Foi Ernesto Leme quem propôs, em uma reunião do corpo docente a 2 de fevereiro, que todos os professores expressassem sua objeção às decisões do governo. Waldemar Ferreira, quando avisado de que o corpo docente havia aceitado a proposta, exclamou: "O ato insólito de minha aposentação forçada — e era esperado!... não ofendeu, entretanto, meu patrimônio moral e intelectual... Antes, conferiu-me honraria, de que muito me envaideço".[3]

Um comitê de dez estudantes enviou um convite impresso para um jantar a ser oferecido pelo Centro Onze de Agosto, à tardinha de 11 de agosto de 1939, no restaurante Brasserie Paulista, em homenagem aos três professores demitidos. Os membros da comissão eram: Antônio Sobral Júnior, Domingos Luz de Faria, Fernando Pereira da Rocha Filho (filho de um delegado de polícia em São Paulo), Francisco Morato de Oliveira, Germinal Feijó, Haroldo Bueno Magano, Roberto Costa de Abreu Sodré, Roberto Heladio Azevedo Sodré, Wilfrido Cid Valério e Wilson Barbosa Martins.[4]

Em visita a Sampaio Dória, cuja saúde estava precária, os membros da comissão deixaram claro que a polícia poderia causar problemas que o professor talvez devesse evitar. Levantando-se da cadeira, Sampaio Dória replicou: "Irei, não haja dúvida. Mas levarei uma bengala!"[5]

O jantar, barulhento e vitorioso, não foi perturbado pela polícia. Esta, entretanto, encarregou-se de prender membros da comissão do jantar nas semanas seguintes. Wilfrido Cid Valério e Antônio Sobral Júnior, dois membros da comissão e bons

[2] Ernesto Leme, entrevista, São Paulo, 8 de agosto de 1982. Pedro Brasil Bandecchi, entrevista, 1.º de julho de 1981.

[3] Antônio Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 299.

[4] O Centro Acadêmico Onze de Agosto, convite para o jantar (fornecido durante entrevista com Germinal Feijó, São Paulo, 16 de agosto de 1979).

[5] Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 300.

amigos de Pupo Netto, foram apanhados por agentes da polícia em uma estação ferroviária. Pupo Netto telefonou, então, ao novo diretor da Faculdade de Direito, Sebastião Soares de Faria, professor de Direito Judiciário Civil, que atendeu ao telefone mesmo já se tendo recolhido para dormir. Soares de Faria estava sempre disposto a ajudar os estudantes e da sua cama telefonou imediatamente a Ademar de Barros para dizer que pediria demissão como diretor da Faculdade, caso os estudantes não fossem libertados. Ademar deu ordens para a soltura.[6]

João Nery Guimarães, então estudante e agora advogado e estudioso ilustre, revela que Ademar de Barros tomou providências para o fechamento da Bucha e que o professor Jorge Americano, diretor da organização secreta na época, ordenou que os arquivos dela fossem queimados. Qualquer que tenha sido o destino dos arquivos, que podem ter sido escondidos em vez de queimados, a medida contra a Bucha, afirma Guimarães, "radicalizou ainda mais a posição da Faculdade de Direito contra o Estado Novo e seu então *gauleiter* em São Paulo, Ademar de Barros".[7]

[6] Trajano Pupo Netto, entrevistas, São Paulo, 14 de agosto de 1981 e 27 de julho de 1982.

[7] João Nery Guimarães, 'Alguns apontamentos sobre a Faculdade de Direito de São Paulo, durante o período 1939-1945' (notas datilografadas para JWFD, São Paulo, agosto de 1981), p. 4.

6. *FOLHA DOBRADA*
(23 de maio de 1939)

Na França, em fevereiro de 1939, Armando de Sales Oliveira escreveu uma longa epístola ao Chefe do Estado-Maior do Exército, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, partidário do Estado Novo. "É preciso", escreve Armando, "tirar o Brasil do pesadelo em que vive desde 10 de novembro".[1]

Cópias da epístola, impressas em Paris, foram dadas a Alcides Procópio, astro brasileiro de tênis que participava de um torneio internacional em Paris; parecia improvável que a polícia brasileira fosse importunar o herói no seu retorno à terra natal. Chegando ao Brasil, Procópio voou para São Paulo, onde o receberam, dentre outros, Pedro Ferraz do Amaral, diretor do *Suplemento de rotogravura* de *O Estado de S. Paulo*. Com a ajuda de estudantes e outros amigos, Ferraz do Amaral conseguiu fazer com que a carta subversiva de Armando tivesse ampla circulação.[2]

Ferraz do Amaral e Joca (João Batista Silva Azevedo) ajudaram os estudantes de Direito a publicar seis números de *Folha Dobrada*, nome originado de quatro versos escritos por Tobias Barreto em 1865 e posteriormente gravados em bronze nas arcadas:

Quando se sente bater
No peito heróica pancada,
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer.

[1] Armando de Sales Oliveira, carta ao general Góis Monteiro, Paris, 25 de fevereiro de 1939, p. 8.

[2] Pedro Ferraz do Amaral, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.

Joca reuniu os artigos preparados por estudantes para a *Folha Dobrada* e os entregou a Ferraz do Amaral. Este, trabalhando informalmente como secretário da publicação subversiva, editou os artigos e então os deu para seu amigo, o impressor Neptuno Gasparini. Gasparini, torturado pela polícia no Rio de Janeiro em maio de 1938 após ter ajudado Joca a levar metralhadoras até lá, encarregou-se da paginação, leiautes e ilustrações de *Folha Dobrada* artisticamente. Imprimiu o jornalzinho na pequena impressora de um amigo no bairro do Bom Retiro. Quando o quinto número estava sendo impresso, a polícia prendeu o dono da impressora e fechou o local. O último número de *Folha Dobrada* foi impresso na cidade de São Roque.[3]

O primeiro número de *Folha Dobrada* datou de 23 de maio de 1938, sétimo aniversário da matança de jovens paulistas, cujos nomes ou sobrenomes começavam com as iniciais MMDC. Dentre os dez editores estudantes do número de oito páginas, quatro eram membros da comissão que organizou, pouco depois, o jantar para os professores demitidos: Roberto de Abreu Sodré (irmão mais novo de Antônio Carlos), Wilfrido Cid Valério, Fernando Pereira da Rocha Filho e Roberto Heladio Azevedo Sodré. Os outros seis eram: Fausto Geraldo Barbosa, José A. Furquim Fonseca, Péricles Rolim, Otávio Augusto Machado de Barros, José Maria Ribeiro de Barros e José Gomes Filho.[4]

Uma ilustração de primeira página representando a estrofe de Tobias Barreto mostrava uma espada e um capacete sobre um livro aberto com uma de suas folhas parcialmente dobrada. O editorial, em tipos grandes, exigia representação popular, sufrágio universal, liberdade de expressão e uma 'Constituição do povo'. Em tom de briga, concluía: "Os livros ficam sobre a mesa; talvez para não serem mais abertos."

Paulo Nogueira Neto, estudante preparatoriano, filho mais velho do exilado Paulo Nogueira Filho, escreveu que "para nós,

[3] Pedro Ferraz do Amaral, entrevista, 8 de julho de 1981. Antônio Barreto do Amaral, 'Jornalismo acadêmico', na *Revista do Arquivo Municipal* (São Paulo: Divisão de Arquivo Histórico do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo), vol. 190 (julho-dezembro, 1977). O artigo encontra-se nas páginas 9-298. Vide pp. 244-247.

[4] *Folha Dobrada*, Ano I, n.º 1 (Arcadas, 23 de maio de 1939).

a bandeira paulista, que foi desfraldada a 23 de maio de 1932, é um símbolo de liberdade e autonomia; ela continua, altiva, dominando a mente de milhões de bandeirantes!" Segundo um artigo de Francisco Geraldo Barbosa, a nova geração da Faculdade de Direito sentia um desejo de liberdade ainda maior do que a de 1932.

Haroldo Bueno Magno, estudante do primeiro ano de Direito, escreveu "Queremos liberdade", e Roberto de Abreu Sodré, do segundo ano, escreveu que os jovens do Brasil "não comungam com isto que está aí". Antônio Costa Corrêa, que havia deixado o Partido Comunista durante a sua cisão em 1937-38, previu que seriam exigidos muitos sacrifícios da juventude das Américas. "A nossa geração será infeliz, mas heróica", escreveu ele, e acrescentou que o resultado definitivo seria "uma América livre e grandiosa pela liberdade e o bem-estar de seus filhos".[5]

[5] Ibid. Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981.

7. OS 'AMIGOS DE RUI BARBOSA' DENUNCIAM VARGAS (23 de maio de 1939)

O primeiro número de *Folha Dobrada* chamou atenção para a Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa, organizada no início de maio de 1939. Enquanto a União Cultural Brasil-Estados Unidos era bastante circunspecta, desenvolvia relações culturais e obtinha fundos do governo americano para viagens, a nova sociedade, limitada a estudantes de Direito, era uma arma enérgica dos ativistas anti-Vargas. Formalmente, constituía uma sociedade literária dos estudantes, o que atraía alguns não-ativistas; no entanto seus organizadores e diretores utilizavam-na agressivamente para protesto contra a ditadura.[1]

Francisco Morato de Oliveira, estudante do quinto ano, tornou-se presidente da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa, e José Maria Ribeiro de Barros, do quarto ano, vice-presidente. Germinal Feijó (difícil de classificar, pois não estava na escola para estudar) foi escolhido para orador da Sociedade. Feijó, de fala macia, coordenava a agitação nas arcadas e mantinha contato com Antônio Carlos de Abreu Sodré, considerado chefe do movimento anti-Vargas em São Paulo após o exílio de Júlio de Mesquita Filho.[2]

O artigo em *Folha Dobrada* dizia respeito à sessão realizada pela Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa em 13 de

[1] Germinal Feijó, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1979. Roberto de Abreu Sodré, entrevista, São Paulo, 13 de agosto de 1981. Israel Dias Novaes, entrevista, São Paulo, 13 de julho de 1981.

[2] José Bonifácio Coutinho Nogueira, entrevista, São Paulo, 6 de julho de 1981.

maio para comemorar a abolição da escravatura no Brasil. Na ocasião, uma multidão lotou a Sala João Mendes Júnior, uma sala de aula no andar térreo (com capacidade para cerca de 150 alunos), utilizada habitualmente para reuniões das associações estudantis. Com Francisco Morato de Oliveira presidindo, dois estudantes, oradores perfeitos, Germinal Feijó e Américo Marco Antônio, falaram antes que o professor José Soares de Melo proferisse o discurso principal. O artigo de *Folha Dobrada* era essencialmente uma transcrição do discurso de Feijó, que enfatizava, em palavras dramáticas e com muitas referências a Rui Barbosa, que o objetivo da nova Sociedade era a luta pela liberdade. "Liberdade, teu nome é santo!", concluiu Feijó.[3]

No largo de São Francisco, na tarde de 23 de maio de 1939, a Sociedade Amigos de Rui Barbosa relembrou a matança de sete anos antes (MMDC). Feijó iniciou o discurso condenando "as injúrias e humilhações que homens irresponsáveis atiram à face desta terra sacrificada". Bradava: "O povo quer ordem! O povo quer lei! O povo quer Constituição!"[4]

À oratória de Feijó seguiu-se a do 1º orador do Centro, Ulisses Guimarães (que não era um ativista da resistência), Romeu de Andrade Lourenção (que havia falado e atirado pedras durante a reação ao assassínio de João Pessoa) e Américo Marco Antônio. Este sugeriu que a reunião fosse um julgamento de um criminoso conhecido por todos, exigindo-se uma acusação formal por autoridade competente; em seguida, falou o promotor público Ibrahim Nobre. Nobre, orador experiente que havia atiçado os paulistas em 1932, fez uma lista de crimes do Estado Novo e concluiu exclamando que "a hora de hoje é parecida com a de 23 de maio de 1932; não estranhem, pois, os homens responsáveis pela situação política brasileira, se ocorrer a repetição daqueles sangrentos acontecimentos".

Após o encerramento da reunião, tarde da noite, os estudantes de Direito deram uma volta pela cidade, recolhendo fotografias

[3] 'Treze de maio', *Folha Dobrada*, Ano I, n.º 1 (Arcadas, 23 de maio de 1939), p. 2.

[4] A. Almeida Júnior, 'A resistência acadêmica e o Estado Novo', uma série de seis artigos em *O Estado de S. Paulo*, novembro de 1953. Vide segundo artigo.

de Vargas existentes em bares, restaurantes e locais comerciais por exigência de regulamentos do governo. Os estudantes usaram as fotografias para fazer fogueiras, uma na rua Líbero Badaró e outra no largo de São Francisco.

No dia seguinte, o presidente da Sociedade, Francisco Morato de Oliveira, foi demitido do cargo burocrático que ocupava no governo estadual e preso juntamente com outros líderes da Sociedade. O professor Antônio Almeida Júnior escreve que as autoridades também prenderam alguns dos mais antigos inimigos do Estado Novo tais como Waldemar Ferreira, Aureliano Leite, Antônio Pereira Lima e Francisco Mesquita. Essas prisões, segundo o professor, foram efetuadas de acordo com o costume da polícia de São Paulo e sem motivos específicos.[5]

[5] Ibid. Vide também Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 4.

8. PUPO NETTO, PRESIDENTE DA UNE (1939-40)

Dentre as associações estudantis que mantinham a Sala João Mendes Júnior freqüentemente em uso, estavam o Grêmio Universitário Alberto Torres, a Liga Estudantil Nipo-Brasileira, a Sociedade Universitária Amigos da Itália e a recém-formada Sociedade Universitária de Cultura (o número considerável de associações de 'amigos' deste país levou o estudante Pedro Brasil Bandecchi a propor, humoradamente, uma associação de 'amigos do Brasil'). As associações geralmente pediam ao 1º orador, Ulisses Guimarães, para participar em programas que ofereciam palestras sobre assuntos culturais.

No início do ano letivo de 1939, o corpo docente consistia de 16 professores catedráticos e sete livres-docentes. José Carlos de Ataliba Nogueira, que havia ajudado Waldomiro Lima a governar o Estado depois da Revolução Constitucionalista, era livre-docente de Direito Penal. No campo do Direito Judiciário Penal, novos títulos foram conferidos em julho de 1939 como resultado do concurso de 10 de novembro de 1937, interrompido pela morte de um professor examinador. Assim, um cargo de professor catedrático foi dado a Joaquim Canuto Mendes de Almeida, o único professor pró-Vargas e sobrinho-neto do chefe monarquista João Mendes de Almeida, pai do professor João Mendes Júnior. Dois outros participantes desse concurso tornaram-se livres-docentes. O mais jovem dos quatro concorrentes, o ex-integralista Gofredo da Silva Telles Júnior, foi julgado pela sua brilhante apresentação mas, como formando da turma de

dezembro de 1937, faltou-lhe tempo para firmar reputação na profissão.[1]

O Partido Acadêmico Conservador, com o controle do Centro Onze de Agosto, empreendeu uma campanha para levantar fundos para a Casa do Estudante do Centro. A todos os jornais no interior do Estado (cujos jovens poderiam ser beneficiados com a construção) cartas foram enviadas, pedindo apoio e enfatizando "os resultados práticos que poderão advir de uma perfeita compreensão entre jornalistas e estudantes".[2] Pupo Netto encontrou um benfeitor entusiasmado das arcadas em Vicente Amato Sobrinho, italiano que havia chegado ao Brasil no início da década de 30 e fundado um laboratório que o enriquecera. Amato, cheio de afeição pelo Brasil e amigo dos estudantes de Direito de São Paulo, tornou-se cidadão brasileiro e geralmente respondia de bom grado às doações pedidas por estudantes.[3]

O incentivo principal para prosseguir com a construção da Casa do Estudante do Centro veio ao final da administração de Pupo Netto. A Faculdade de Direito, representada pelo diretor Soares de Faria, concordou em dar um empréstimo ao Centro de 700 contos de réis, a ser pago em vinte anos com juros de 5% ao ano. O engenheiro e construtor Alfredo Mathias, que se comprometera com a administração do Controle na gestão de Joaquim Ribeiro do Valle Neto, foi avante com seus planos para um prédio de onze andares. "Ele não cobrava pelo seu trabalho porque gostava dos estudantes", relembra Pupo Netto.[4]

No Rio, em agosto de 1939, Pupo Netto, Ulisses Guimarães e quatro outros estudantes universitários de São Paulo participaram do III Conselho Nacional de Estudantes. Quase por unanimidade, Pupo Netto foi escolhido presidente da UNE até julho de 1940. Antônio Franca, presidente do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade Nacional de Direito do Distri-

[1] Joaquim Canuto Mendes de Almeida, entrevista, 21 de agosto de 1982. Gofredo da Silva Telles Júnior, entrevista, São Paulo, 9 de agosto de 1982. *A Balança*. Ano I, n.º 2 (agosto de 1939). *O Estado de S. Paulo*, 2 de junho de 1939.

[2] *O Estado de S. Paulo*, 19 de maio de 1939.

[3] Trajano Pupo Netto, entrevista, 24 de agosto de 1981.

[4] Pupo Netto, entrevista, 27 de julho de 1982. Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante*, pp. 184-191.

to Federal, foi reeleito secretário-geral. Dos três novos vice-presidentes, um era de Belém e outro da Bahia. O terceiro, Celso Peçanha, pertencia ao Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, da Faculdade de Direito de Niterói, Estado do Rio, e atuaria como presidente interino caso Pupo Netto não pudesse comparecer a reuniões no Rio.[5]

Enquanto se realizava o III Conselho Nacional de Estudantes, prenúncios de guerra se faziam sentir na Europa. Pouco antes de rebentar a Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, os exilados de São Paulo (Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita Filho, Paulo Nogueira Filho e Paulo Duarte) seguiram para os Estados Unidos e Argentina. A UNE, após o início da guerra, tomou posição em favor da neutralidade. Em março de 1940 mandou uma mensagem "à mocidade do Brasil e das Américas", na qual afirmava ser um erro acreditar-se em quem dizia que a guerra estava sendo travada em nome da civilização. "Tal afirmativa, paradoxal e demagógica, é usada pelos que querem alastrar o conflito, lançando às chamas o mundo inteiro."[6] (Este ponto de vista, apoiado pelos comunistas brasileiros após o pacto Stalin-Hitler, recorria aos comunistas da UNE, como o secretário-geral Antônio Franca.)

A atenção principal da nova diretoria da UNE estava voltada para o conflito com Ana Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça e a Casa do Estudante do Brasil. Enquanto o III Conselho se reunia em agosto de 1939 e aprovava resoluções, demonstrando independência da Casa do Estudante do Brasil (CEB), o Boletim da CEB publicava uma nota considerada ofensiva à UNE. À discussão acerca da nota seguiram-se divergências quanto aos representantes a serem enviados do Brasil para reuniões internacionais de estudantes. A UNE argumentava que os

[5] 'União Nacional dos Estudantes', *O XI de Agosto*, agosto de 1939, p. 36. *Relatórios da União Nacional dos Estudantes, 1939, 1940* (Rio de Janeiro: UNE, julho de 1940), pp. 39-40. Celso Peçanha, entrevista, Brasília, 27 de agosto de 1981, e notas fornecidas por ele. Pupo Netto, carta a JWFD, São Paulo, 11 de janeiro de 1982.

[6] *Relatórios da União Nacional dos Estudantes, 1939, 1940*, pp. 109-112.

estatutos da Confederação Internacional de Estudantes exigiam que a UNE escolhesse os atletas que iriam para a bienal dos Jogos Universitários Internacionais em Mônaco. No entanto Ana Amélia salientava que ela havia obtido a assistência financeira necessária do governo brasileiro; nas palavras da UNE, ela "organizou a delegação a seu modo, por meio de um dos seus satélites" (como a Federação Atlética de Estudantes).

A Casa do Estudante do Brasil e sua 'rainha' (como a UNE chamava Ana Amélia) recusaram-se a reconhecer a Confederação Universitária Brasileira de Esportes (CUBE) que, de acordo com as resoluções do III Conselho Nacional de Estudantes, foi fundada em São Paulo em setembro de 1939, com José Gomes Talarico como presidente.

A UNE afirmava que os assuntos relacionados a estudantes deveriam ser tratados pelos próprios estudantes. Objetava à medida segundo a qual o presidente da Casa do Estudante de Pernambuco havia sido escolhido pelo interventor do Estado, Agamenon Magalhães. Durante algum tempo, tanto a Casa do Estudante de Pernambuco quanto o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, funcionário do governo estadual de Agamenon Magalhães, apoiaram Ana Amélia e atacaram a UNE. Depois que os estudantes de Pernambuco decidiram colaborar com a UNE, a 'rainha' resolveu que a Casa do Estudante do Brasil deveria romper totalmente com a UNE.

A correspondência que levou ao rompimento teve início em novembro de 1939, quando a UNE escreveu a Ana Amélia pedindo a opinião da Casa do Estudante do Brasil quanto às resoluções aprovadas no III Conselho Nacional de Estudantes. Conforme a resposta, enviada em abril de 1940, o Conselho havia deturpado seus propósitos e, portanto, a Casa do Estudante do Brasil não tinha mais interesse em suas atividades. Uma correspondência posterior, assinada em maio de 1940 pelo secretário-geral da UNE, Antônio Franca, trouxe a resposta pedindo à UNE que saísse do seu pequeno escritório na Casa em três dias.

Quando a diretoria da UNE fez um relatório, em julho de 1940, ao IV Conselho Nacional de Estudantes, ressaltou que "estamos sem recursos materiais, estamos sem outro apoio ou garantia que a coesão que se formou em torno da UNE. Esta coesão, todavia, é apoio e garantia suficiente para continuarmos existindo".[7]

[7] Ibid, pp. 117-152, 49. Vide também Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 150-152.

Parte IV

O Primeiro Ano dos Libertadores

1. ATIVISTAS DA RESISTÊNCIA PROVOCAM CISMAS NOS PARTIDOS (agosto-novembro 1939)

Em agosto de 1939, quando teve início a campanha para a eleição de novembro do Centro Onze de Agosto, a diretoria do Partido Acadêmico Conservador dominante nomeou uma chapa encabeçada por Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro. Um dos fundadores do partido, Quintanilha Ribeiro havia demonstrado força eleitoral em 1937 e 1938; todavia, sua nomeação gerou uma revolta de uma minoria dos conservadores que achava que a liderança do partido era tudo, menos dinâmica, ao mostrar resistência à ditadura de Vargas. Muitos destes conservadores desiludidos pertenciam à Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa e alguns já haviam publicado *Folha Dobrada* e até queimado fotografias de Vargas.

Os dissidentes do Conservador divulgaram um manifesto implacável, dizendo que "dentro do Partido Acadêmico Conservador, de esplêndidas tradições democráticas, um grupo tomou de assalto a Comissão da Diretoria e impôs ao eleitorado o candidato à presidência do Centro Acadêmico Onze de Agosto".[1] O manifesto declarava que os legítimos representantes do partido, num gesto unânime, indicavam, para a presidência do Centro, José Maria Ribeiro de Barros. 'Zé' Maria Ribeiro de Barros era vice-presidente da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa, editor de *Folha Dobrada* e grande amigo de Roberto Victor Cordeiro.

[1] 'O Partido Acadêmico Conservador e a candidatura de José Maria Ribeiro de Barros', *O Libertador*, n.º 1 (Arcadas, novembro de 1939), p. 2.

Os quarenta que assinaram o manifesto não apresentavam candidatos para outros cargos que não o da presidência; chamavam-se a si próprios de Comissão Coordenadora e esta tinha o propósito de trabalhar pela vitória de Ribeiro de Barros e de agitar novamente a 'gloriosa bandeira' que havia sido abandonada pelos diretores do Conservador. Dentre os quarenta estavam Francisco Morato de Oliveira, Germinal Feijó, Antônio Costa Corrêa, Roberto de Abreu Sodré, Wilson Cury Rahal, Luís Leite Ribeiro, Wilson Martins, Haroldo Bueno Magano, Fernando Pereira da Rocha Filho, José Gomes Filho, Otávio Augusto Machado de Barros e Roberto Heladio Azevedo Sodré.

Antônio Costa Corrêa, um dos membros da Comissão Coordenadora, esquerdista calmo e capaz, era sobrinho e admirador de Miguel Costa; também admirava o prisioneiro comunista Luís Carlos Prestes, que havia sido chefe do estado-maior da rebelde coluna encabeçada por Miguel Costa na década de 20. Costa Corrêa, filho de um operário da Companhia de Gás de São Paulo, não se sentia muito à vontade em meio a estudantes anti-Vargas, com mais recursos, que geralmente conspiravam na casa de Paulo Nogueira Filho, na avenida Brasil. Sentia-se melhor na companhia de Wilson Cury Rahal, outro estudante de pais pobres.[2] E Costa Corrêa tinha razões para admirar Rahal. Quando o governo tentou suborná-lo, oferecendo-lhe o cargo de inspetor de ensino, Rahal, embora pobre e procurando ajudar a seus irmãos e irmãs, recusou-se a comprometer seus ideais com a aceitação do cargo.[3] Costa Corrêa também era muito amigo de Germinal Feijó, cuja atitude esquerdista era, às vezes, rotulada de comunista por membros dominantes do Partido Acadêmico Conservador (e por administradores do Estado Novo).

Após os ativistas esquerdistas e liberais terem provocado a cisão do Partido Conservador, outra cisão criou-se na Reação Acadêmica, que havia conquistado a presidência do Centro em 1937. Em 1939 a Reação Acadêmica apresentou uma chapa encabeçada por Luís Swarztman, bom orador e escritor que não era conhecido por atividades políticas. Logo após, 32 fundadores da Reação Acadêmica, inclusive o ex-presidente do partido, Celso Augusto Assumpção, redigiram uma declaração apoiando José Maria Ribeiro de Barros, favorito dos conservadores dissidentes. Os dissidentes da Reação Acadêmica afirmaram que os novos diretores do partido eram inexperientes politicamente e que haviam se rendido a "injunções estranhas".[4]

Um novo partido da Faculdade de Direito, o Partido Reformador, apresentou uma chapa encabeçada por Paulo Penteado de Faria, membro da Academia de Letras da escola. O Partido Reformador, intimamente ligado à JUC dos católicos conservadores,[5] atraiu para si um partidário de Vargas, José Barbosa, que pertencia à classe operária. Também atraiu para o seu lado o diretor de *A Balança*, Damiano Gullo, ex-integralista, que se tornou um dos candidatos do partido para um cargo na Comissão de Redação. O manifesto do novo partido, com quase 270 nomes, pregava a união dos estudantes de Direito e prometia manter o Centro "independente de qualquer ligação externa".[6]

Um quinto candidato presidencial, o jovial Hélio Rubens Junqueira Caldas, encabeçava uma chapa apresentada pelo Movimento Acadêmico Independente. Dois dos candidatos do Conservador estavam incluídos na chapa do Movimento Independente: Domingos Luz de Faria, candidato à vice-presidência, e Afrânio de Oliveira, candidato à Comissão de Sindicância.[7]

O primeiro número de *O Libertador*, "o jornal da Frente Única Pró-Candidatura José Maria Ribeiro de Barros", declarava que os estudantes de Direito de São Paulo deveriam participar das comemorações de 15 de novembro, dia da Proclamação da República, de modo a provar que não estavam comovidos com "a falsa democracia dos discursos"; exigiam, ao contrário, "atos concretos e positivos de respeito às franquias do cidadão". Os jornais continham uma carta de Ribeiro de Barros acusando o Partido Conservador de empregar táticas totalitárias e de

[2] Antônio Costa Corrêa, entrevistas, São Paulo, 5 e 6 de julho de 1981.
[3] Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevista, 8 de julho de 1981.
[4] *A Urna*, Ano I, n.º 2 (Arcadas, 10 de novembro de 1939). 'Manifesto da dissidência da reação acadêmica', *O Libertador*, n.º 1, p. 7.
[5] Horácio Cherkaski, entrevista, 3 de agosto de 1981.
[6] Manifesto: Partido Acadêmico Reformador. *O Reformador*, Ano I, n.º 1 (Arcadas, novembro de 1939).
[7] *A Urna*, Ano I, n.º 2.

haver desfraldado a bandeira da democracia apenas para enganar o povo.[8]

Os redatores de *O Libertador*, admiradores de Franklin D. Roosevelt, eram, em sua maioria, dissidentes do Conservador e Reação Acadêmica que se haviam envolvido em campanhas eleitorais anteriores. Entretanto, uns poucos eram estudantes do primeiro ano, como Astolfo Pio Monteiro da Silva. Este escreveu em *O Libertador* que a maior responsabilidade pelo destino do Centro e "pela reputação... de toda a classe universitária do Brasil cabe, sem dúvida, a nós, os primeiranistas desta Faculdade, dada a nossa posição de incomprometidos com qualquer facção política existente e mercê da nossa grande força numérica capaz de, só por si, vencer uma eleição".[9]

Outro estudante de Direito do primeiro ano que ajudou a publicar *O Libertador* foi Luís Gonzaga Bandeira de Melo Arrobas Martins, liberal dedicado, lingüista proficiente e magnífico orador de improviso. Arrobas Martins, católico praticante com um código moral elevado, mantinha-se em boas condições físicas com a prática do remo e natação. Herdou muitas das características de seu pai, Aurélio Arrobas Martins, que havia vindo para o Brasil de Portugal e dirigido o Ginásio São Luís, em Jaboticabal, São Paulo, entre 1917 e 1933. Aurélio era um estudioso do latim, católico devoto e, acima de tudo, um educador cujo uso da disciplina ajudou-o a desenvolver caráter e cultura em seus alunos.[10] Quando Aurélio se mudou para a cidade de São Paulo em 1933, para dirigir o Liceu Franco-Brasileiro, de 800 alunos, muitos dos estudantes do ginásio, como o colega de classe de Luís, Paulo Henrique Meinberg, também deixaram Jaboticabal.[11] Aurélio morreu em junho de 1936.

Apesar de dificuldades com a matemática, Luís Arrobas Martins recebeu o prêmio conferido ao melhor aluno do Liceu nos

[8] 'Os paulistas e a democracia — reflexões que sugere o último discurso do grande presidente Roosevelt', *O Libertador*, n.º 1, p. 5.
[9] Astolfo Pio Monteiro da Silva, 'Ao primeiro ano', *O Libertador*, n.º 1, p. 4.
[10] *O Combate*, jornal de Jaboticabal, 28 de junho e 23 de julho de 1936.
[11] Paulo Henrique Meinberg, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 1.º de agosto de 1981.

três anos em que lá estudou.[12] Em 1937 e 1938, fez o curso pré-jurídico da Faculdade de Direito. Ávido leitor, Luís herdou uma boa biblioteca, devotada principalmente à área de humanidades, que ocupava dois cômodos da modesta casa onde vivia com sua mãe (prima do editor de jornais Assis Chateaubriand) e uma de suas irmãs. Na Faculdade de Direito, Luís era um líder talentoso do movimento anti-Vargas, veemente, geralmente teimoso, rígido consigo mesmo e com os outros. Seus leais seguidores incluíam o colega de curso Antônio Cândido de Melo e Souza, que estudava ao mesmo tempo na nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

[12] Luís Arrobas Martins, *Curriculum vitae* (datilografado).

2. UMA DERROTA PARA A RESISTÊNCIA ATIVISTA (18 de novembro de 1939)

O movimento Ribeiro de Barros, em que Arrobas Martins se atirou de cabeça, tinha apenas cerca de seis semanas para tentar enfrentar um partido bem entrincheirado. Argumentando que o Centro Onze de Agosto não deveria limitar sua atenção a assuntos que diziam respeito direto aos estudantes, o movimento patrocinou (nas palavras de Arrobas) "um concurso sobre a teoria do *espaço vital*, a fim de desmoralizar a doutrina desse nome, inventada por Hitler". Os concorrentes, que deveriam responder se a teoria era justificável, apresentaram seus trabalhos.[1]

Assim como os outros grupos eleitorais, a Frente Única Pró-José Maria Ribeiro de Barros atraía o interesse dos estudantes por promover chopadas e fazer uso dos teatros e estações de rádio de São Paulo para fins culturais e de propaganda. A estudante de Direito Maria Amélia Figueiredo Rosa, 'rainha dos estudantes de São Paulo', falou em um programa de rádio de Ribeiro de Barros. O líder conservador Ulisses Guimarães fez o mesmo e disse não se importar em falar em um programa que não representasse seu próprio partido, pois o movimento constituía um "índice estupendo" do espírito democrático das arcadas. Fez referências também às centenas de cartazes para a campanha (alguns enormes) que cobriam as paredes de dentro e fora do prédio da Faculdade. "A juventude", declarou ele, "ja-

[1] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 4. 'Centro Acadêmico Onze de Agosto', *O Estado de S. Paulo*, 1.º de novembro de 1939, e um outro recorte de jornal na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

mais se compadece com a estagnação de uma só diretriz, nem com a paralisia nefasta de uma só opinião".[2] Waldomiro Alves Junqueira, que havia conquistado um cargo na Comissão de Sindicância como candidato do Conservador no ano anterior, falou ao público ouvinte que os vitoriosos de 1938 haviam traído os princípios difundidos pela campanha.[3]

Germinal Feijó, falando a um repórter de *O Estado de S. Paulo*, declarou que "as forças do Partido Acadêmico Conservador, ao qual pertencia, estavam desgostosas com a orientação dada por um determinado grupo que agia sem consultar o eleitorado do partido". Proferindo o discurso de encerramento em uma chopada, Feijó disse que os estudantes de Direito haviam sempre participado nas grandes campanhas cívicas do país e que deveriam desempenhar "um papel preponderante no atual momento histórico".[4]

Entretanto, a 18 de novembro de 1939, o conservador Quintanilha Ribeiro derrotou seus quatro oponentes para a presidência. Os conservadores saíram-se bem, conquistando também a vice-presidência e vários outros cargos. Um revés doloroso para os Amigos de Rui Barbosa foi a derrota de Américo Marco Antônio, candidato do Conservador a primeiro orador. Dentre os estudantes do primeiro ano ganhadores de cargos na Comissão de Redação estavam Damiano Gullo, dos reformadores, e o poeta Péricles Eugênio da Silva Ramos (um conservador com muitos amigos na Frente Única Pró-José Maria Ribeiro de Barros).[5]

Criticando o resultado, os que trabalharam na campanha para Ribeiro de Barros concluíram que "já não temos diante de nós a vetusta e gloriosa faculdade, tão rica de tradições e que tantos vultos heróicos deu à Pátria brasileira... Doloroso é ter que confessar que o patrimônio legado pelas gerações pretéritas está quase destruído. Os compromissos externos, a passivi-

[2] *O Estado de S. Paulo*, 1.º e 18 de novembro de 1939, e outros recortes de jornal na residência de Maria Alice Arrobas Martins. Ulisses Silveira Guimarães, 'Colegas da Faculdade, ouvintes desta Hora Acadêmica', *O Libertador*, n.º 1, p. 4.

[3] *O Estado de S. Paulo*, 28 de outubro de 1939.

[4] Ibid., 28 de outubro, 1.º de novembro de 1939.

[5] Péricles Eugênio da Silva Ramos, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1982.

dade forçada, os golpes sucessivos que se desferiram contra a sua autonomia, puseram em risco mais do que o nome e as tradições das arcadas — a própria vida da Academia".[6] Os "compromissos externos", escreveu Arrobas posteriormente, foram resultado do trabalho dos "governos federal e estadual" para impedir a vitória do grupo que mais abertamente se opunha a eles. O governo estadual, em particular, exercia pressões com o oferecimento de empregos.[7]

José Maria Ribeiro de Barros manteve sua calma habitual ante a derrota. A 4 de janeiro de 1940 uniu-se ao grupo que o havia apoiado recentemente, dando um almoço na Brasserie Paulista em homenagem a sete membros do grupo que estavam se formando, dentre eles Francisco Morato de Oliveira e Wilson Martins. Américo Marco Antônio abriu a sessão de discursos prestando uma homenagem aos sete novos formandos. Depois que José Tavares de Miranda, formando, agradeceu, outros discursos foram proferidos por José Maria Ribeiro de Barros, Francisco Morato de Oliveira, Germinal Feijó e Paulo Goulart Tormin. O formando Osvaldo Cruz de Souza propôs, em seguida, a criação de um novo partido da Faculdade de Direito, necessário devido ao 'desvirtuamento' dos outros partidos.

Após a aprovação unânime desta idéia, Germinal Feijó sugeriu que o novo partido devesse chamar-se Partido Acadêmico Libertador, na medida em que sua missão seria "libertar as arcadas da onda pretensiosa e desavergonhada que vem tentando invadi-las". Depois que a sugestão foi aceita entusiasticamente, Osvaldo Cruz de Souza Dias aconselhou que a organização tivesse uma diretoria provisória.. Sua indicação de José Maria Ribeiro de Barros para presidente honorário foi aceita. Por sua vez, Ribeiro de Barros apresentou uma lista de diretores provisórios que foi aprovada com aplausos. Paulo Biroli Neto (dissidente da Reação Acadêmica) tornou-se presidente, Luís Leite Ribeiro, primeiro vice-presidente, e Salomão Izar Filho, segundo vice-presidente. Fernando Pereira da Rocha Filho foi nomeado secretário-geral; José Augusto Pádua de Araujo (dissidente da Reação Acadêmica), primeiro secretário; Luís Arrobas Martins, segundo secretário; Américo Marco Antônio; primeiro orador; Theodureto de Carvalho, primeiro tesoureiro, e Astolfo Pio Monteiro da Silva, segundo tesoureiro.[8]

[6] 'O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito: manifesto', 23 de abril de 1940.

[7] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 5. Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.

[8] 'Bacharelandos de Direito homenageados pelos seus colegas', *Diário da Noite*, 4 de janeiro de 1940. 'Homenagem a bacharelandos', *O Estado de S. Paulo*, 5 de janeiro de 1940. 'A fundação do Partido Acadêmico Libertador', *O Libertador*, Ano I, n.º 2 (junho de 1940).

3. OS INFORTÚNIOS DE *O ESTADO DE S. PAULO* E *REVISTA UNIVERSITÁRIA* (março-abril de 1940)

As autoridades federais e estaduais acreditavam que conspirações subversivas estavam sendo tramadas em *O Estado de S. Paulo*; por conseguinte, a polícia estadual invadia constantemente as instalações e escritórios do jornal situados na rua Boa Vista. Buscas por transmissores de rádio e documentos incriminatórios eram dadas em vão. *O Estado de S. Paulo*, "a fim de evitar complicações inúteis", retirou o nome de Júlio de Mesquita Filho do cabeçalho colocando, em seu lugar, o de Leo Vaz junto com o de Plínio Barreto. Vaz estava no jornal desde 1918.

As invasões, porém, continuaram. Embora Júlio de Mesquita Fiilho e Paulo Duarte estivessem em Buenos Aires, a diligente polícia dava buscas na casa de Duarte devido a boatos de que Júlio de Mesquita Filho estaria se encontrando com Antônio Pereira Lima e outros (inclusive Reynaldo Saldanha da Gama, que se encontrava hospitalizado em Campos do Jordão na época em que diziam que ele estava conspirando na casa de Duarte).[1]

Finalmente, a 25 de março de 1940, uma tropa da Polícia Militar do Estado anunciou a descoberta de armas escondidas no sótão da redação de *O Estado de S. Paulo*. Diretores do jornal foram presos e documentos apreendidos. O jornal ficou fechado até 7 de abril de 1940, quando novamente começou a circular, desta vez porém sob a direção de Abner Mourão, escolhido pelo Conselho Nacional de Imprensa, do Estado Novo,

[1] Recortes de jornal, sem data ou publicação, na pasta de Júlio de Mesquita Filho em *O Estado de S. Paulo*. *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, pp. 5-14.

para assumir no lugar do grupo de Mesquita. Plínio Barreto e alguns outros que pertenciam àquele grupo foram demitidos. Escritores, como Mário de Andrade, recusaram-se a continuar colaborando no jornal; Roberto Victor Cordeiro, ao contrário, continuou como advogado do diário porque precisava desta renda. O governo, investigando *O Estado de S. Paulo* no Rio, condenou o exilado Armando de Sales Oliveira a dois anos de prisão.[2]

Francisco Mesquita ficou detido na Casa de Detenção do Rio e depois nos quartéis do Regimento de Cavalaria, também no Rio. Após voltar para São Paulo, dedicou-se, com notável sucesso, a transformar uma fazenda, há muito negligenciada, em uma das mais bem administradas do Brasil. Quando na cidade de São Paulo, Francisco Mesquita utilizava um pequeno escritório no largo do Café, contíguo ao de Antônio Carlos de Abreu Sodré.[3]

Em março e abril de 1940, quando o grupo de Mesquita perdeu o controle de *O Estado de S. Paulo*, os ativistas anti-Estado Novo nas arcadas estavam se preparando para o novo e trabalhoso ano letivo. Enquanto trabalhavam na organização do Partido Acadêmico Libertador, abriam fogo contra a *Revista Universitária*, publicada por partidários do Estado Novo na vizinha rua São Bento.

Os ativistas anti-Estado Novo podiam tirar bom proveito desta situação, pois como ficou claro ao Centro Onze de Agosto, o pessoal da *Revista Universitária*, sem conexões com os estudantes, saía às ruas arrecadando fundos que, segundo eles, iriam beneficiar causas estudantis, tais como a construção da Casa do Estudante do Centro Onze de Agosto. Estas afirmações, entretanto, eram falsas.

Um dos que trabalhavam para a *Revista Universitária* conseguiu ganhar seis contos de réis explicando a um comerciante paulista que era preciso levantar fundos para ajudar o Centro Onze de Agosto e que era sobrinho de um ministro do gabinete de Vargas. Em vista disso, o Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos de São Paulo expediu uma nota avisando à comu-

[2] Ibid.

[3] *O Estado de S. Paulo*, folheto do centenário, pp. 14-15. Ruy Mesquita, entrevista, São Paulo, 25 de julho de 1981.

nidade comerciante para fazer doações apenas a estudantes autorizados e ameaçando sérias medidas contra a *Revista Universitária* se continuasse "usurpando o nome do Centro Onze de Agosto".

Sem o conhecimento do presidente do Centro, Quintanilha Ribeiro, dúzias de estudantes de Direito invadiram o escritório superior da *Revista Universitária* na rua São Bento pela manhã de 11 de abril. Alegando que os diretores da revista haviam persistido em seus meios desonestos, apesar do aviso, os invasores depredaram o escritório; usaram, inclusive, navalhas para raspar as cabeças dos diretores da *Revista Universitária.* Na hora em que chegaram os guardas, os estudantes já haviam deixado o local.

Quando Quintanilha Ribeiro soube do acontecido, convocou uma reunião extraordinária do Centro Onze de Agosto na Sala Barão de Ramalho, uma grande sala de aula em frente à João Mendes Júnior. Durante a discussão, um estudante do primeiro ano protestou contra a raspagem de cabeças dizendo ser um insulto aos estudantes do primeiro ano por constituir-se esta uma das práticas mais amenas do trote. Estudantes do primeiro ano, disse ele, faziam objeções quanto a serem colocados em pé de igualdade com diretores da *Revista Universitária.* Quando Quintanilha Ribeiro falou à imprensa, após a reunião, defendeu o saque à *Revista Universitária.*

Arrobas Martins escreve que a "razão oficial" para o ocorrido foi o uso do nome do Centro pela *Revista Universitária* para angariar fundos para a Casa do Estudante do Centro Onze de Agosto. "Para nós", acrescenta ele, "o objetivo principal era destruir uma revista que estava a serviço das idéias fascistas e do Estado Novo".[4]

[4] *Diário da Noite,* 11 de abril de 1940 (na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins) e outro recorte de jornal, sem data ou publicação (na coleção de José Bonifácio Coutinho Nogueira). Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 6.

4. LANÇANDO O PARTIDO ACADÊMICO LIBERTADOR (abril-junho de 1940)

A diretoria provisória do Partido Acadêmico Libertador, nomeada no almoço de 4 de janeiro de 1940, reuniu-se pela primeira vez em 15 de abril. Antônio Costa Corrêa foi escolhido para redigir um manifesto do novo partido, e Roberto de Abreu Sodré e Rubens Lessa Vergueiro, para rascunhar seus estatutos. Cinco dias depois, uma diretoria provisória do órgão do partido, *O Libertador,* foi nomeada: Antônio Costa Corrêa, Astolfo Pio Monteiro da Silva e Israel Dias Novaes.[1]

Israel Dias Novaes, estudante muito inteligente do segundo ano, cujos escritos revelavam interesse em assuntos culturais e políticos, estava quase sempre bem-humorado: brincava com seus amigos, às vezes sarcasticamente, e geralmente lhes dava apelidos que pegavam. Por causa de Israel Dias Novaes, Astolfo Pio Monteiro ficou conhecido como 'Biquinho', porque seu cabelo caía até o meio da testa.[2]

Recordando recentemente as lutas entre os libertadores e os conservadores, Israel Dias Novaes escreve que "toda a população — a nossa ardorosa e politizada população — seguia atentamente os sucessos estudantis; presidente do Centro virava logo nome nacional, pois resultava do pleito livre, direto e secreto, características essenciais de legitimidade. Também os literatos e subliteratos se dividiam e porfiavam, filiados que eram obri-

[1] 'O que o Partido Acadêmico Libertador tem feito', *O Libertador,* Ano I, n.º 3 (11 de agosto de 1940).

[2] João Nery Guimarães, entrevistas, São Paulo, 31 de julho e 21 de agosto de 1982.

gatoriamente às duas correntes políticas fundamentais: libertadores e conservadores. Respondiam os primeiros pela agitação democrática nas arcadas: as greves, os manifestos, as arruaças... Aos conservadores, compenetrados rapazes, reservávamos rótulos como reacionários".[3]

O objetivo do novo partido foi descrito claramente por Arrobas Martins: "fundamos o Partido Acadêmico Libertador, órgão através do qual procurávamos o domínio do Centro Onze de Agosto, a fim de poder utilizar essa tradicional entidade universitária no combate à ditadura".[4]

No lançamento oficial do Partido Acadêmico Libertador, realizado a 23 de abril no Clube Piratininga, um grande número de estudantes escutou Germinal Feijó ler o manifesto escrito por seu bom amigo Antônio Costa Corrêa. Na época em que o manifesto foi distribuído impresso, a 28 de maio, continha 216 assinaturas, fato que seus partidários aclamaram (erroneamente) como "sem precedentes na política acadêmica".[5]

O manifesto falava da necessidade de despertar novamente o entusiasmo dos estudantes de Direito e de provar a existência de uma reação intelectual e moral contra "forças regressivas e anti-humanas" que estavam se expandindo no mundo com "um aumento espantoso". Expressava o desejo de preservar aquilo "que é grande e eterno, bom e verdadeiro, aquilo que não deverá morrer jamais, sob a pena do desaparecimento do homem — o amor à liberdade, o culto ao direito e à justiça, a consagração dos valores humanos, a honestidade, a sinceridade, a altivez e o respeito ao homem e às suas idéias". O manifesto também prometia que a organização do novo partido seria guiada por uma rígida adesão à democracia. Apresentava a oferta do partido de difundir a fama da Faculdade de Direito, "afirmando-se em todas as situações como uma força, como um conglomerado de

[3] Israel Dias Novaes, *Papel de Jornal* (São Paulo: Revista de poesia e crítica, n.d.), p. 31.
[4] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', pp. 4-5.
[5] 'O que o Partido Acadêmico Libertador tem feito'.

idéias alentadoras, como um conjunto de vontades dinâmicas e ativas, agindo em defesa de suas tradições gloriosas".[6]

O esboço dos estatutos do partido foi revisado por Arrobas Martins, Paulo Goulart Tormin e Astolfo Pio Monteiro da Silva, e apresentado impresso aos seus membros poucos dias antes da primeira assembléia geral do partido. A aprovação dos estatutos pela assembléia a 18 de junho seguiu-se a muita discussão e várias emendas. Na sua forma definitiva, os estatutos mantiveram-se fiéis à promessa do manifesto quanto à democracia interna. Ao contrário dos outros partidos da Faculdade de Direito, o Partido Libertador planejava permitir que todos os seus membros participassem da seleção de candidatos (como havia sido feito pela Oposição Acadêmica na década de 20). As eleições prévias deveriam ser empreendidas por membros do partido registrados em fins de agosto ou início de setembro. Os estatutos também exigiam que a assembléia elegesse uma comissão diretora de 15 membros; isso foi feito imediatamente após a aprovação dos estatutos. A comissão assemelhava-se muito à lista de nomes escolhidos no almoço em janeiro.[7]

[6] O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito: manifesto, 23 de abril de 1940.
[7] 'O que o Partido Acadêmico Libertador tem feito'. Projeto de estatutos do Partido Acadêmico Libertador.

5. AS ARCADAS DURANTE A PRESIDÊNCIA DE QUINTANILHA RIBEIRO (1940)

O Centro Onze de Agosto, dirigido pelo conservador Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro, escolheu sua Casa do Estudante para receber uma atenção especial em 1940. Neste meio tempo os libertadores, geralmente fazendo uso da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa, atacavam a ditadura em casa e no exterior. "Nós, os conservadores", comentou uma vez Antônio Sylvio Cunha Bueno, "éramos neutros, e os libertadores, fortemente anti-Vargas".[1]

Após um banquete oferecido por líderes comerciais e cívicos de São Paulo em homenagem ao novo diretor do jornal *Fanfulla*, pró-Itália, os libertadores visitaram o *Diário da Noite* para protestar que a imprensa estrangeira (tendo em mente o *Fanfulla*) estava abusando da tolerância brasileira ao atacar nações que mantinham uma amizade tradicional com o Brasil. O *Diário da Noite* publicou o protesto e acrescentou que os estudantes de Direito haviam expressado sua repulsa "por certos métodos hoje postos em prática nas relações internacionais".[2] Após conseguir tal publicidade, os libertadores passaram a destruir a Frente Nacional de Estudantes, associação pró-Vargas que o governo havia criado em São Paulo, com escritórios no edifício Martinelli, em uma tentativa de combater os estudantes inimigos do Estado

[1] Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, 19 de agosto de 1981.
[2] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 6. *Diário da Noite*, 14 de maio de 1940, e outro recorte de jornal (sem publicação ou data) na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

Novo. O golpe decisivo foi dado quando os libertadores e seus aliados lotaram a assembléia da Frente Nacional dos Estudantes, a que compareceu o interventor Ademar de Barros, patrocinador da Frente.[3]

O fim da Frente Nacional de Estudantes não constituiu um baque para o governo e seus agentes, pois estes foram capazes de seguir em frente com seu trabalho em meio a estudantes universitários de São Paulo, fazendo uso do Movimento Universitário Nacional (MUN). O MUN, descrito por José Gomes Talarico, amigo de Vargas, como pró-Vargas, possuía sedes esplêndidas na rua Dom José de Barros, em São Paulo; aparentemente, estas sedes, juntamente com banquetes e coquetéis, eram financiadas pelos fundos (taxas de matrícula recolhidas dos estudantes universitários do primeiro ano) que supostamente seriam utilizados para apoiar os centros acadêmicos. Após o aumento da taxa de matrícula anual das universidades (de 300 para 600 mil-réis) em fevereiro de 1940 e a recusa do governo de Ademar de Barros em considerar os protestos dos centros acadêmicos, um grupo de estudantes redigiu uma censura mordaz acerca do MUN, que havia apoiado o aumento e recebido 80 contos de réis para "o pagamento de taxas de 15 estudantes em cada escola, sob a condição de traírem seus colegas, solapando a campanha contra o aumento das taxas". O MUN foi estigmatizado como um incubador de espiões por ter obtido poder para distribuir empregos para estudantes pobres e fornecer passes ferroviários.[4]

Quintanilha Ribeiro, presidente do Centro, fazendo uma campanha contra o aumento das taxas, foi descrito como "ridículo e impertinente" pelo MUN. Nesta campanha Quintanilha Ribeiro contava com o apoio de *O Libertador*. Mas o principal objetivo de *O Libertador*, que fazia sua segunda aparição em junho de 1940, era o de dar o primeiro passo para derrotar os conservadores em novembro. Artigos de Luís Leite Ribeiro, Paulo Goulart Tormin e Hélio Rubens Junqueira Caldas repetiam a chama-

[3] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 5.
[4] Circular sobre o MUN, título ilegível.

da do manifesto libertador para um movimento de renovação nas arcadas.[5]

Os libertadores uniram-se aos conservadores como representantes das arcadas no IV Conselho Nacional de Estudantes realizado no Rio em fins de julho. Embora a diretoria do Libertador tivesse nomeado cinco representantes oficiais (inclusive os membros da diretoria: Luís Leite Ribeiro, Fernando Pereira da Rocha Filho e Alberto de Almeida Lima),[6] outros libertadores foram ao Conselho no Rio. Germinal Feijó e Antônio Costa Corrêa apresentaram-se como representantes da Sociedade Amigos de Rui Barbosa e da União Nacional Acadêmica de São Paulo. São Paulo enviou 34 delegados ao IV Conselho com credenciais de um número quase tão grande de organizações, especialmente, uma vez que José Gomes Talarico chegou ao Rio representando seis organizações.[7]

Os libertadores persuadiram o Conselho a aprovar uma mensagem proclamando "a fé inabalável dos estudantes na democracia" e a sua incapacidade de permanecer alheios ao uso da força na Europa para superar a liberdade e o direito.[8] Mas o paulista mais influente no Conselho foi o conservador Quintanilha Ribeiro, que propôs, em nome dos centros acadêmicos de São Paulo, uma chapa de membros para a diretoria da UNE, eleita por 248 votos a 4. A chapa, encabeçada por Luís Pinheiro Paes Leme, da Faculdade Nacional de Direito (no Distrito Federal), conferiu o cargo de secretário geral a Antônio Franca pela terceira vez e a primeira vice-presidência a Ulisses Guimarães.[9]

Germinal Feijó voltou a São Paulo a tempo de atuar como secretário de uma reunião em que os líderes da Sociedade Amigos de Rui Barbosa fizeram a distribuição de cargos para a diretoria da Sociedade para o ano seguinte. Com o recém-formado Francisco Morato de Oliveira presidindo pela última vez, Américo Marco Antônio foi nomeado para sucedê-lo. Quase em sua

[5] *O Libertador*, Ano I, n.º 2 (junho de 1940).
[6] 'O que o Partido Acadêmico Libertador tem feito', *O Libertador*, Ano I, n.º 3 (11 de agosto de 1940).
[7] União Nacional dos Estudantes, *IV Conselho Nacional de Estudantes: relatório, julho de 1940* (Rio de Janeiro: UNE, dezembro de 1940), pp. 31-34.
[8] *O Libertador*, Ano I, n.º 3.
[9] *Diário de S. Paulo*, 19 e 25 de julho de 1940.

totalidade, os novos membros da diretoria eram os signatários do manifesto lançando o Partido Libertador. Feijó foi mais uma vez designado para primeiro orador, Roberto Abreu Sodré tornou-se secretário-geral e Rubens Lessa Vergueiro, primeiro secretário.[10]

Em agosto de 1940, ativistas anti-Vargas, tais como Arrobas Martins, distribuíram cópias de uma longa carta sobre petróleo escrita no início do mês a Vargas pelo escritor Monteiro Lobato, membro do primeiro corpo de editores de *O Onze de Agosto* (em 1903). A carta, considerada pelas autoridades como um insulto a Vargas, ao Conselho Nacional do Petróleo e ao Departamento Nacional de Produção Mineral, resultou em uma sentença de seis meses de cadeia para Monteiro Lobato. Os estudantes de Direito protestaram contra a sentença. Embora Vargas tivesse ordenado a libertação de Monteiro Lobato depois dos dois primeiros meses, o escritor nunca perdoou "esse monstro chamado Getúlio" por tê-lo mandado para a prisão.[11]

Os conservadores dedicavam-se fielmente a levantar fundos para a Casa do Estudante do Centro. A campanha alcançou muito sucesso graças a uma doação feita pela turma formanda de 1909 e mais 50 contos de réis conseguidos pelo diretor da Faculdade de Direito, Soares de Faria. Obteve-se também dinheiro com a venda de exemplares de *Poesia sob as arcadas*, editado por Ulisses Guimarães. Muitas cópias do livro, que continha poemas escritos por estudantes de Direito entre 1935 e 1940, foram adquiridas por José Carlos de Macedo Soares, o indivíduo mais importante da Bucha, e Cásper Líbero, o diretor ambicioso politicamente de *A Gazeta* (que se havia unido à Bucha por volta de 1906). Planos também eram feitos no sentido de ofe-

[10] Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa: eleição da nova diretoria (folha datilografada). Recorte de jornal (sem fonte), de 20 de agosto de 1940, sobre a posse de membros da diretoria (na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins). Convite à solenidade de empossamento.
[11] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 6. Aureliano Leite, 'Minhas recordações de Monteiro Lobato', *O Estado de S. Paulo*, 10 de outubro de 1948. Raimundo de Menezes, 'Lobato na cadeia', *O Estado de S. Paulo*, 12 de setembro de 1948. *Diário de S. Paulo*, 21 de maio de 1941, p. 3. Monteiro Lobato, carta a Getúlio Vargas, São Paulo, 5 de agosto de 1940 (cópia mimeografada).

recer-se livros com os escritos de Ulisses Guimarães e seu colega conservador José Malanga depois que foram escolhidos como os melhores escritores de prosa e poesia da Faculdade em 1939.[12]

A medida mais conhecida de Quintanilha Ribeiro em favor da Casa do Estudante foi a organização do Baile das Américas, festa formal realizada a 12 de outubro (dia do descobrimento da América) no Estádio do Pacaembu. Ingressos e reservas de mesas eram vendidos nos clubes mais respeitáveis de São Paulo e nos consulados de algumas repúblicas americanas, tendo sido comprados por membros da alta sociedade paulista. A renda foi de 52 contos de réis; após a dedução de despesas, a Casa do Estudante recebeu 28,7 contos de réis.[13]

[12] Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante*, pp. 195-204. *O Onze de Agosto*, Ano XXXVII, n.º 2 (setembro de 1940), pp. 59-60. *A Balança*, Ano II, n.º 7 (agosto de 1940), p. 16. Sobre Cásper Líbero, vide Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves*, I, 30.

[13] 'Baile das Américas', *O Libertador*, Ano II, n.º 8 (outubro de 1941). Convite ao baile de 1940. Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante*, pp. 196-199.

6. O RAPTO DE CHICO ELEFANTE
(setembro de 1940)

Francisco Ramos, o homenzinho que servia bebidas no bar do Centro Onze de Agosto e tomava conta das mesas de bilhar, tinha o carinho e amizade dos estudantes. O sentimento era recíproco, mas Francisco Ramos preferia que os estudantes não o chamassem de Chico Elefante. Na realidade, ele não tinha um nariz tão grande que pudesse ser comparado a uma tromba.

A idéia de raptar Chico Elefante ocorreu a Germinal Feijó e a alguns outros membros do Partido Libertador em setembro de 1940, quando estavam encontrando dificuldades em conseguir publicidade na imprensa diária controlada. Israel Dias Novaes escreve sobre os libertadores: "No propósito de fazerem conhecida a sua atuação, chegaram ao seqüestro, mas em modestas proporções".[1]

Chico estava no bar quinta-feira, 19 de setembro, quando alguns estudantes convidaram-no para o que eles prometiam ser um "banquete formidável" sábado à noite, com champanha e comida deliciosa. Quando chegou o dia e a hora marcada, Chico surpreendeu-se ao ser levado a um lugar despretensioso para uma refeição e ao saber que o banquete viria em seguida, no bairro da Penha, em São Paulo. Chico ficou ainda mais surpreso com o que se seguiu. "O carro ia a 90 por hora e a Penha

[1] Germinal Feijó, entrevista, São Paulo, 6 de julho de 1981. Israel Dias Novaes, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981. Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981. Israel Dias Novaes, *Papel de jornal*, p. 31. 'Israel Dias Novaes lembra um seqüestro'. *Diário de S. Paulo*, 29 de novembro de 1973.

nunca que chegava. Andamos horas e horas." Quando Chico finalmente sugeriu que talvez os estudantes tivessem tomado a entrada errada até a Penha, Germinal Feijó e Paulo Biroli Neto (chefe da diretoria do Libertador) explicaram: "Chico, você acaba de ser raptado por nós. Vamos levá-lo para uma chácara em Guararema, onde você vai repousar das suas canseiras. Você trabalha muito, nunca tem férias e está emagrecendo."

Chico apavorou-se. Mais tarde, ele disse ter-se lembrado, na hora, das buscas infrutíferas e tão divulgadas a uma capivara que tinha uma vez desaparecido do Jardim da Luz. A capivara nunca foi encontrada porque estudantes de Direito mataram-na e, depois de exibi-la em um restaurante italiano como produto de uma caçada, comeram-na.[2] Quando Chico protestou suavemente contra o seu próprio seqüestro, seus raptores não prestaram a menor atenção; e aí ele começou a gritar. No entanto, ao chegarem na chácara, uma propriedade muito simples da família de Germinal Feijó, Chico passou a gostar da idéia de ter sido raptado. Andava a cavalo e pescava.[3]

Enquanto isso, na capital do Estado, o destino de Chico Elefante tornou-se motivo de preocupação para sua família, estudantes e o público em geral. Estudantes foram até a polícia e imprensa pedindo ajuda. A imprensa publicou uma fotografia do *barman* desaparecido juntamente com uma descrição física e das roupas que vestia quando foi visto pela última vez. "Pede-se a quem souber do seu paradeiro", concluía a notícia, "comunicar ao Centro Acadêmico Onze de Agosto".[4]

No dia 26 de setembro, quinta-feira, soube-se "nos círculos geralmente bem-informados" que Chico havia sido seqüestrado e que seria libertado às 11 horas da manhã do dia seguinte. A devolução do cativo, na hora marcada, foi motivo de grande algazarra na praça da República em São Paulo. Uma multidão testemunhou uma comemoração com banda providenciada pelos

[2] Nota sobre a capivara na carta de João Nery Guimarães a JWFD, São Paulo, 13 de agosto de 1982, p. 5.
[3] Israel Dias Novaes, entrevista, 5 de julho de 1981. *Diário da Noite*, 27 de setembro de 1940.
[4] Recorte de jornal sem data ou fonte, na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

estudantes juntamente com um grande cartaz em que se lia: "Ordem da Tromba." O *barman*, com a barba por fazer, foi levado de carro pelas ruas num desfile bem movimentado. Quando um repórter do *Diário da Noite* abordou o modesto herói, este pediu-lhe: "Faz favor de não me tratar, pelo jornal, de Chico Elefante. Meu nome é Francisco Ramos e não gosto do apelido. É muito grande para mim."

Apesar do apelo, a manchete de primeira página do *Diário da Noite* anunciava: "Apareceu o Chico Elefante!" Uma longa estória sobre a recepção festiva, ilustrada com fotografias de multidões sob o cartaz 'Ordem da Tromba', apresentava Chico, dizendo que seus seqüestradores o haviam tratado como um lorde. Assim, os estudantes conseguiram sua publicidade ao lado dos relatos de um "reinício furioso da *Blitzkrieg* aérea" contra Londres em que 98 aviões nazistas foram abatidos a tiros. Uma fotografia mostrava Chico Elefante na companhia do líder libertador Luís Leite Ribeiro e do presidente da Ordem da Tromba, Hélio Rubens Junqueira Caldas.[5]

Chico Elefante ganhou finalmente seu banquete, prometido há tanto tempo, por volta do meio-dia de 12 de outubro. A participação impressa convidava estudantes a unirem-se à Ordem da Tromba e comparecerem ao "formidável almoço" no Salão Verde da Brasserie Paulista, "pois é necessário glorificar a personalidade histórica de Chico Elefante, maior figura arcádica dos tempos modernos". Os signatários do convite, todos libertadores, incluíam Luís Leite Ribeiro, Hélio Rubens Junqueira Caldas, Germinal Feijó, Fernando Pereira da Rocha Filho, Renato Macedo, Hiram Mayr Cerqueira, Roberto Heladio Azevedo Sodré, Salomão Izar Filho, Haroldo Bueno Magano, Astolfo Pio Monteiro da Silva e Lenício Pacheco Ferreira.[6]

"A impossibilidade de procurar a imprensa para ventilar certos fatos que se passam no interior desta faculdade" — um motivo dado para o seqüestro — constituiu uma das muitas reclamações listadas em uma circular datilografada e anônima divulgada nas arcadas a 30 de outubro de 1940. A circular

[5] *Diário da Noite*, 27 de setembro de 1940. *A Gazeta*, 15 de novembro de 1940.
[6] Convite impresso endereçado ao 'Acadêmico de Direito'.

tomava como alvo o diretor da Faculdade de Direito, Sebastião Soares de Faria. Isso causou surpresa, pois o diretor, conhecido carinhosamente como 'O Velhinho', desfrutava de enorme popularidade dentre os estudantes. Era considerado pela maioria deles como neutro em política, mas até mesmo os que mais tinham ódio a Vargas e que classificavam Soares de Faria como partidário do governo achavam-no um diretor inteligente e capaz. Seu único interesse parecia ser a Faculdade de Direito e ele, pessoalmente, ajudava os estudantes pobres a pagar sua matrícula.[7]

Conforme a circular, o diretor "conseguiu encontrar, entre acadêmicos necessitados, dois ou três elementos suficientemente faltos de caráter e os mantém como espiões *pagos,* no meio acadêmico, para informar do que se passa nesse meio, a fim de que possa organizar a sua *lista negra* de perseguições". Os redatores da circular ainda acrescentaram: "Ninguém ignora que sob a gestão direta do Sr. Soares de Faria processou-se a maior fraude de que se tem conhecimento na história da Faculdade — o caso do Sr. Casemiro Pinto Neto, vulgo Bauru, que obteve diploma de bacharel na turma de 1939, na qual não estava matriculado... após um exame clandestino."[8] (Casemiro Pinto Neto, um radialista de notícias e partidário do Estado Novo, era bem conhecido como o inventor do sanduíche bauru que os estudantes de Direito muito apreciavam no bar Ponto Chic no largo do Paissandu.)[9]

[7] Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1981. Trajano Pupo Netto, entrevistas, São Paulo, 14 de agosto e 22 de agosto de 1981, 27 de julho de 1982. João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982. Brasil Bandecchi, *A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal,* p. 97.

[8] 'Colegas!' (circular fornecida por Renato Pintaudi Macedo, com a data — 30 de outubro, 1940 — a tinta).

[9] Flávio Galvão, 'Observações' (notas datilografadas para JWFD), São Paulo, agosto de 1982.

7. UMA VITÓRIA ANTI-VARGAS GRAÇAS A PAVAN E CHERKASKI (novembro de 1940)

O Partido Libertador em 1940, ao contrário do movimento pró-Ribeiro de Barros de um ano antes, dispunha de muito tempo para organizar-se para uma grande batalha contra os conservadores. O objetivo da batalha, do ponto de vista de dúzias de líderes libertadores, era situar as arcadas aberta e ativamente ao lado da democracia no Brasil e das tradições liberais do mundo ocidental. Encaravam a luta contra a ditadura de Vargas como dever patriótico de verdadeiros democratas.[1]

Em 1940, a questão encontrava-se bem delineada apesar da posição incerta do Partido Acadêmico Conservador ou talvez por causa justamente desta incerteza. Deveria o Centro Onze de Agosto audaciosamente enterrar incertezas e 'neutralismos'? Ou deveria sua preocupação primordial estar voltada para os negócios da Faculdade (tais como a Casa do Estudante) e para o proveito de benefícios advindos de um entendimento com as autoridades do governo — coisa que nem as autoridades nem o Centro acreditavam que pudesse chegar ao ponto de parecer uma total rejeição da tradição das arcadas e do espírito de 1932?

Era muito mais fácil viver com tal entendimento do que queimar fotografias de Vargas e assim desafiar o regime. Os métodos violentos do Estado Novo haviam exilado seus principais adversários políticos. As prisões estavam repletas de gente considerada subversiva pelo regime. Ao mesmo tempo, os acontecimentos em grande parte do mundo pareciam confirmar a tese de

[1] João Nery Guimarães, carta a JWFD, São Paulo, 13 de agosto de 1982.

que governos fortes e não democráticos, assim como o Estado Novo, eram os mais eficientes. A "democracia liberal do passado" estava passando por maus momentos, quando o grupo libertador nas arcadas, tendo-se tornado o mais ativo adversário do Estado Novo no Brasil, tentou assumir a direção do renomado Centro Acadêmico Onze de Agosto.

Exercendo a democracia, os libertadores realizaram uma eleição prévia a 30 de agosto e ficaram satisfeitos quando 304 'membros do partido' compareceram. Foi uma eleição pacífica. A maioria dos candidatos (que deveriam ter-se inscrito 30 dias antes da prévia) não tinha concorrentes. Assim, sem disputas, Luís Leite Ribeiro veio a ser o candidato a presidente, Wilson Rahal a primeiro orador, Rodrigo Barjas Filho a primeiro secretário, João Sanchez Postigo a segundo secretário, Vítor Tieghi a procurador, Renato Pintaudi Macedo a bibliotecário e Geraldo Mâncio de Toledo a arquivista. Nas únicas disputas que houve, Rui de Azevedo Marques, candidato à vice-presidência, derrotou seu oponente, enquanto o candidato a segundo orador foi eleito sem problemas. Horácio Cherkaski, candidato a tesoureiro, derrotou Paulo Henrique Meinberg por uma estreita margem de votos. As escolhas para a Comissão de Redação foram: Antônio Costa Corrêa, Astolfo Pio Monteiro da Silva, o poeta Péricles Eugênio da Silva Ramos e Rui do Amaral.[2]

Luís Leite Ribeiro, sobrinho do diplomata Orlando Leite Ribeiro (ex-tenente que havia trabalhado pela revolução com Luís Carlos Prestes na década de 20), pertencia a uma família abastada e importante.[3] Sua campanha para a presidência do Centro foi articulada por Roberto Victor Cordeiro, que havia ajudado a criar o Partido Libertador[4] (e que estava apaixonado por uma das irmãs de Luís Leite Ribeiro).

Em oposição aos libertadores, a comissão diretora de 15 membros do Partido Conservador (que incluía Ulisses Guimarães, José Malanga e Oscar Bressane) escolheu uma chapa forte em

[2] 'Cópia da ata das eleições prévias do Partido Acadêmico Libertador', *O Libertador*, Ano I, n.º 4 (setembro de 1940).
[3] Flávio Galvão, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982.
[4] José Vasques Bernardes, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982.

setembro. O candidato presidencial, Antônio Sylvio Cunha Bueno, apelidado de 'Boi d'água' devido ao seu peso acima do normal, era inteligente, atencioso e muito popular. Ex-vice-presidente da Associação Acadêmica Álvares de Azevedo, havia sido um dos 18 estudantes a ganhar bolsas de estudo do governo para uma viagem ao Japão em meados de 1940.[5]

Dois partidos menores tiveram sua importância apenas porque podiam dar aos libertadores muita ajuda necessária, conseguindo votos dos conservadores. Um desses partidos era o Partido Acadêmico Reformador, grupo católico conservador que havia conquistado alguns cargos em 1939. Sua chapa em 1940, encabeçada por Osvaldo Pinheiro Dória, incluía Jarbas Teixeira de Carvalho, candidato a tesoureiro, e José Barbosa, declaradamente pró-Vargas, candidato a procurador. Jarbas e José Barbosa, como a maioria dos candidatos do Reformador, também tinham seus nomes na lista da Chapa Independente, encabeçada por Alcides Prudente Pavan.[6] Pavan, ex-conservador, tinha prestígio e a cisão por ele ocasionada no Partido Conservador conseguiu prejudicar Cunha Bueno.[7]

Esperava-se, entretanto, que o Partido Conservador fosse o vitorioso. Seus quatro anos de vida triunfante poderiam proporcionar-lhe uma vantagem sobre um novo partido, uma vez que a escolha de um partido por um estudante novo era geralmente determinada pelas amizades com estudantes mais antigos.

Assim como o Partido Libertador, os conservadores nomearam comissões de representantes em cada uma das cinco turmas para persuadirem seus colegas de classe. E, também como os libertadores, os conservadores criaram uma grande comissão de radiodifusão (incluindo Nelson Coutinho, presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito) e uma forte comissão de propaganda.[8] O estudante do segundo ano Rivaldo Assis Cintra, membro efetivo da comissão de propaganda, havia-se unido

[5] *O Conservador*, Ano V, n.º 9 (Arcadas, outubro de 1940), p. 3. Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1981.
[6] *O Universitário*, Ano III, n.º 8 (Faculdade de Direito, novembro de 1940), pp. 4-5. *A Balança*, Ano II, n.º 9 (novembro de 1940), p. 3.
[7] Rivaldo Assis Cintra, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981.
[8] *O Conservador*, outubro de 1940.

aos conservadores no seu primeiro ano por causa da amizade com Cunha Bueno.[9]

O Conservador publicou uma fotografia da Casa do Estudante com seus 11 andares ainda incompletos, dizendo que a Casa "é fruto de nossa atividade, de nossa orientação e uma das razões de ser da nossa campanha eleitoral". "Três vitórias em quatro anos", acrescentou, "representam a confiança do eleitorado depositada nos candidatos indicados pelo Partido Acadêmico Conservador".[10]

Os libertadores divulgaram um apelo por votos escrito por Luís Swarztman, ex-candidato presidencial da Reação Acadêmica e que recentemente recebera o Prêmio de Oratória Rui Barbosa conferido pela Sociedade Universitária de Cultura. Deram também publicidade ao apoio recebido de Rui Homem de Melo Lacerda, estudante do terceiro ano, presidente e organizador da Sociedade Universitária de Cultura, e de Fernando José Fernandes, também do terceiro ano, primeiro orador da mesma Sociedade.[11]

Basta!, uma circular mimeografada que surgiu a 31 de outubro, assegurava que um dos candidatos (Cunha Bueno), "sempre divorciado da classe acadêmica, só viveu usando e abusando do bom nome da nossa escola e para poder excursionar *proveitosamente* com a sua famigerada *panelinha*, tanto dentro como fora do país". A circular acusava o candidato de "pretender embair a consciência acadêmica com promessas ilusórias e ridículas: viagens ao Japão e ao Chile, estada em Poços de Caldas e Lindóia e quejandas extravagâncias!" Cunha Bueno, então, fez uma declaração negando que estivesse trazendo "para os meus colegas de academia um programa pomposo, cheio de palavreado sonoro e promessas impossíveis".[12]

Luís Leite Ribeiro, um dos libertadores, divulgou um folheto contendo sua plataforma. Na introdução, citou palavras de Olavo

[9] Rivaldo Assis Cintra, entrevista, 5 de agosto de 1981.
[10] *O Conservador*, outubro de 1940, pp. 5 e 16.
[11] *Diário da Noite*, 13 de novembro de 1940. *O Libertador*, Ano I, n.º 5 (novembro de 1940).
[12] *Basta!* (circular mimeografada, uma folha). *Folha da Noite*, 13 de novembro de 1940.

Bilac, proferidas 25 anos antes nas arcadas, pedindo à juventude de São Paulo que iniciasse uma nova campanha e lembrasse daquelas pela abolição e República que "daqui saíram em rajadas de heroísmo, em ímpetos de entusiasmo". A plataforma de Leite Ribeiro ecoava a preocupação de Bilac com a defesa nacional e recomendava, portanto, aulas de aviação para estudantes de Direito e fornecimento de uniformes para o programa de treinamento para oficiais da reserva da Faculdade (CPOR). Também sugeria que as taxas do Centro, pagas apenas por cerca de quatrocentos, fossem reduzidas de modo a induzir mais pessoas a pagá-las: "Contando-se os acadêmicos, os alunos do pré-jurídico e os bacharéis, que podem ser sócios do Centro, este deve arrecadar cerca de 1.500 contribuições anuais."[13]

O eleitorado foi convidado a estar presente em diversões na noite anterior à votação. O Partido Libertador convocou os estudantes de Direito para um festival no Cassino Antártica, onde a atriz Alda Garrido se apresentava. Durante um intervalo, o partido prometeu, Alda Garrido seria cumprimentada por um dos líderes do Libertador.[14]

No largo de São Francisco, as paredes do prédio da Faculdade de Direito estavam totalmente cobertas de cartazes eleitorais, o maior deles proclamando a candidatura de Cunha Bueno. O próprio largo parecia um hospício. Os alto-falantes utilizados pelos partidos que competiam faziam tamanha barulhada que um transeunte comentou com um jornalista: "Não sei como a polícia permite esta gritaria." Donos de lojas locais diziam que "aquela algazarra lhes prejudica os negócios e rebenta os nervos". Mas o jornalista concluiu que a atividade eleitoral tinha "uma importância que ultrapassa os limites do famoso *território livre*".[15]

Candidatos e cabos eleitorais foram descritos pelo jornalista como ocupados com "uma cabala intensa". O ponto mais eficaz desta intriga eleitoral foi o fato de dois candidatos a tesoureiro, Cherkaski, dos libertadores, e Jarbas Teixeira de Carvalho, do Partido Reformador, terem chegado a um entendi-

[13] *Plataforma de Luís Leite Ribeiro*, novembro de 1940.
[14] *Folha da Noite*, 13 de novembro de 1940. *O Libertador*, novembro de 1940.
[15] *Folha da Noite*, 13 de novembro de 1940.

mento. Ambos eram amigos de Roberto Victor Cordeiro; Cherkaski concordou que seus amigos votassem em Jarbas e, em troca, os amigos deste votariam em Luís Leite Ribeiro.[16]

Este acordo e a cisão de Pavan trouxeram a derrota para o perseverante Cunha Bueno. Foram os seguintes os votos dados para a presidência:[17]

Luís Leite Ribeiro (Libertador)	382
Antônio Sylvio Cunha Bueno (Conservador) ...	377
Osvaldo Pinheiro Dória (Reformador)	75
Alcides Prudente Pavan (Independente)	65

Os partidos menores elegeram apenas um membro da diretoria, Jarbas Teixeira de Carvalho (que havia feito o acordo com Cherkaski). Os candidatos do Conservador conquistaram os cargos de primeiro orador (Péricles Rolim), primeiro secretário, procurador e arquivista. Os libertadores, além de conquistarem a presidência, passaram a ocupar os cargos de vice-presidente, segundo orador, segundo secretário e bibliotecário (Renato Macedo). Dois dos quatro cargos na Comissão de Redação foram para os libertadores (Astolfo Pio Monteiro da Silva e Péricles Eugênio Silva Ramos), que conquistaram também um dos três lugares na Comissão de Sindicância (Nelson Speers).[18]

O Libertador, dirigido por Antônio Costa Corrêa, Israel Dias Novaes e Rômulo Fonseca, saudou o "grande triunfo" de Luís Leite Ribeiro no seu número de dezembro. Um editorial de primeira página dizia: "Tivemos de derrubar conchavos de última hora, situações estabelecidas há longa data, protecionismos externos e muitos outros obstáculos." O editorial expressava, em particular, uma satisfação do "ponto de vista ideológico", assumido pelo Partido Libertador, e acrescentava que, enquanto o

[16] Jarbas Teixeira de Carvalho, entrevista, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1982. Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981. Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevista, São Paulo, 6 de agosto de 1981.

[17] Recorte de jornal (sem data ou fonte) na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

[18] Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Centro Acadêmico Onze de Agosto, *Diretorias, 1903-1949*.

partido havia posto suas idéias em prática "na luta diária e persistente pelo despertar de uma consciência acadêmica sobranceira e renovada, pela remoção dos aluviões de indignidade, de passividade e de rotina que dia a dia se acumulam na caudal sonora de nossa vida acadêmica..., nossos adversários, por certo, procuraram exagerar e falsear à sua moda este aspecto de nossa campanha, utilizando-o para intrigas eleitorais".

Concluindo, *O Libertador* afirmou que a posse de uma ideologia na Faculdade de Direito "significa querer manter a academia como um abrigo tutelar para um pugilo de moços... que estão sempre prontos a assumir o posto que a história lhes legou, de defensores vanguardeiros das tradições de liberdade e cultura. Significa querer fazer com que a juventude das arcadas se mantenha como uma grande força que sempre foi consciente dos seus direitos e também dos seus deveres para com o povo do Brasil, que de há muito se habituou a ver nessa juventude a pioneira de grandes realizações!"[19]

[19] *O Libertador,* Ano II, n.º 6 (dezembro de 1940).

Parte V

O Centro nas Mãos do Libertador (1941)

1. TROTE, PERUADA E CARAVANAS
(abril-junho de 1941)

Quatrocentos candidatos, tendo completado o curso pré-jurídico, prestaram exames escritos e orais bem difíceis para serem admitidos nas 200 vagas da turma de primeiro ano que começaria seu curso na Faculdade de Direito em março de 1941. Os professores Alexandre Correia, Lino de Morais Leme (irmão de Ernesto) e Mário Mazagão testaram o latim dos estudantes; Honório Monteiro e Antônio Ferreira Cesarino Júnior, filosofia; e Noé Azevedo, José Carlos de Ataliba Nogueira e Cardoso de Melo Neto, sociologia. As perguntas foram tão difíceis que apenas 83 dos candidatos foram admitidos, levando um diário de São Paulo a comentar que os 83 deveriam esperar ansiosamente por uma recepção com banda de música no largo de São Francisco em vez do trote costumeiro. A fim de aumentar o número de admissões, foi necessário realizarem-se outros exames; estes, porém, acrescentaram somente 50, ficando a nova turma com 133 matriculados.[1] Nos anos seguintes, outros alunos ainda entraram para a turma, alguns porque tiveram que repetir o ano e outros devido a transferências. Os muitos que se transferiram para as arcadas, vindos da Faculdade de Direito de Niterói, onde a admissão era bem menos difícil, eram chamados de *vagabundos* pelos seus colegas paulistas.

Os 133 que passaram nos exames de admissão no início de 1941 foram recebidos pelo Comitê de Trote daquele ano, cujo

[1] Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945* (separata da *Revista da Faculdade de Direito* da Universidade de São Paulo, vol. LXIX, 1974), pp. 294-295.

diretor, Vítor Tieghi, havia sido o candidato derrotado, para procurador, dos libertadores. O medo dos calouros era compreensível, pois comitês de trote anteriores foram noticiadamente responsáveis por ferimentos e até mesmo uma morte.[2] Anacleto de Oliveira Faria, historiador da nova turma, escreve:

> Para a maior parte dos alunos que já há dois anos cursava a academia, parecia estranho e despropositado o trote. Mas os veteranos não cuidaram de tal circunstância, e todos sofreram os tradicionais gravames: cabeça raspada, farinha por todo o corpo, passeatas em trajes sumários pelos logradouros públicos etc. Lembro-me que fomos, certa manhã, obrigados a vestir calça e paletó às avessas. Por meio das lapelas (cujo uso era então correntio), ficamos presos numa longa e grotesca fieira! E, assim, descemos a rua de São Bento, atravessamos o viaduto do Chá e chegamos à praça da República, onde fomos transportados, sem camisa e sem dinheiro (poder-se-ia dizer "sem lenço e sem documento") até o longínquo Butantã, local em que fomos abandonados.[3]

O trote, que geralmente durava um mês, tinha por tradição terminar com um sofisticado desfile de carros alegóricos, conhecido como a *peruada,* para alegria dos calouros e veteranos e diversão dos espectadores — residentes de São Paulo que se alinhavam nas ruas. Para a peruada de 1941, realizada na noite de sábado, 7 de junho, foram impressos convites em francês macarrônico e assinados por Tieghi 'da barba ruiva' (De la Barbiche Rosé).[4] O acontecimento foi descrito na *Tribuna Acadêmica* (dirigida por João Nery Guimarães e Joaquim Rui Gonçalves):

> Os calouros deste ano devem estar orgulhosos. Houve uma peruada para os receber. E, uma peruada de colher. Também, quem a organizou foi o Tieghi, aquele veterano que nos metia um medo louco ali por abril e maio; aquele veterano barbudo, com ar de revolucionário, ar de quem desejava ensopar as barbas com o sangue dos calouros para que elas ficassem rosadas; aquele veterano que desmentiu toda a impressão que dele tivemos, tornando-se um amigo de todos nós.[5]

O desfile pela cidade durou duas horas. O carro alegórico que prestava uma homenagem ao sucesso de Carmem Miranda nos Estados Unidos transportava calouros vestidos de índios e um de mulher, e estava repleto de letreiros humorísticos colocados por entre árvores. A Sociedade Acadêmica Amigos das Mulheres tinha também um carro alegórico. Tieghi apareceu como Moisés, trazendo as tábuas com os mandamentos redigidos no monte Sinai do largo de São Francisco. Uns poucos mandamentos estavam marcados como tendo sido parcialmente censurados.

Quando o desfile chegou ao fim, teve início um batuque, onde, numa confraternização geral, dançaram e cantaram despreocupados de tudo e todos, calouros e veteranos.[6] A cena levou a *Tribuna Acadêmica* a louvar a confraternização geral.

Nos primeiros meses do ano letivo, entretanto, não houve nenhuma confraternização entre os líderes dos dois grandes partidos, Libertador e Conservador. Um conflito começou em março, depois que o interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, convidou o Centro a enviar uma embaixada em visita à Faculdade de Direito de Goiânia e a pontos turísticos daquele Estado. O presidente do Centro, Luís Leite Ribeiro, redigindo uma lista de membros para essa caravana artística, incluiu dois ou três músicos do Conservador que haviam participado de uma missão

[2] Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.
[3] Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945,* p. 295.
[4] Convite assinado por 'Je, Victor Tieghi de la Barbiche Rosé', anunciando a peruada oferecida por 'la Faculté de Droit de la Université de Saint Paul', arcadas, junho de 1941. João Nery Guimarães, carta a JWFD, 13 de agosto de 1982, e entrevista, 31 de julho de 1982.
[5] Joaquim Rui Gonçalves, 'Peruada de 1941', *Tribuna Acadêmica,* Ano II, n.º 3 (Arcadas, agosto de 1941), p. 5.
[6] Idem, ib.

semelhante em Goiás no ano anterior. Os músicos do Conservador, exigindo o que Leite Ribeiro chamou de "largas e descabidas concessões" em troca de sua colaboração, foram retirados da lista. Finalmente a 'missão cultural' do Centro, encabeçada por Luís Arrobas Martins, acabou por se constituir de 15 membros, dentre eles, Fernando José Fernandes, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Hiram Mayr Cerqueira, Nelson Speers e Wilson Rahal (diretor do Departamento Artístico do Centro).

Enquanto isso, alguns conservadores organizaram em segredo a *caravana de Goiás,* incluindo os músicos retirados da lista de Leite Ribeiro. A caravana de Goiás recebeu assistência financeira do governo de Ademar de Barros e dinheiro da diretoria da Faculdade de Direito para instrumentos musicais. No início de abril esta caravana dirigiu-se para Goiás antes da data marcada para a saída da 'oficial' do Centro. Ao saberem disso, os membros da diretoria do Centro se comunicaram com Goiás apenas para se certificarem de que a caravana 'espúria' estava ocupando alojamentos designados para a oficial e visitando pontos turísticos que a oficial esperava visitar. Leite Ribeiro alertou as autoridades de Goiás para o fato de que estavam lidando com um grupo que não representava o Centro Onze de Agosto. Em junho, *O Libertador* lastimou a 'trama' dos conservadores e o apoio dado pela diretoria da Faculdade de Direito aos conspiradores.[7]

Os libertadores tiveram mais sorte quando o Centro respondeu a um convite de Landulfo Alves, interventor na Bahia. A bordo do *Pedro I*, a 11 de julho, vinte estudantes foram de Santos para Salvador. Dentre eles encontravam-se Rui de Azevedo Marques (chefe da embaixada), Alberto de Almeida Lima (presidente da comissão diretora do Libertador), Paulo Henrique Meinberg (encarregado das atrações artísticas), Renato Macedo, Luís Arrobas Martins, Rui do Amaral, Wilson Rahal e Heitor Borelli de Alvarenga Freire. Este último nome era desconhecido da maioria

[7] 'Sessões do Centro Acadêmico Onze de Agosto em 1941', *O Libertador,* Ano II, n.º 7 (junho de 1941), p. 7. Vide também p. 4 do mesmo número. Portaria número 2, Centro Acadêmico Onze de Agosto, assinada por Luís Leite Ribeiro, 3 de abril de 1941. *Jornal da Manhã,* 4 de abril de 1941. *O Estado de S. Paulo,* 3 de abril de 1941.

dos estudantes porque Alvarenga Freire era sempre chamado pelo apelido de 'Morango', uma referência à vermelhidão de seu nariz.

Após o desembarque em Salvador a 18 de julho, Renato Macedo (conhecido como Renatinho), político ativo dos libertadores, falou à imprensa local da admiração dos bandeirantes pelos estudantes baianos que haviam visitado São Paulo há cerca de dois meses. Os estudantes de Direito de São Paulo fizeram uma visita ao interventor e apresentaram, a 26 de julho, dois festivais artísticos. No início de agosto, no entanto, já estavam de volta a São Paulo.[8]

[8] *A Tarde* (Salvador), 19 de julho de 1941. *Estado da Bahia,* 19 de julho de 1941. Programa: Festival Artístico do Centro Acadêmico Onze de Agosto... a realizar-se nos salões da Associação Atlética da Bahia, 26 de julho de 1941.

2. A VOLTA DOS PROFESSORES DEMITIDOS E OUTRAS MUDANÇAS (maio-junho de 1941)

A partir do momento em que se tornou diretor da Faculdade de Direito em 1939, Sebastião Soares de Faria sempre almejou ver revogado o decreto de janeiro de 1939, que havia forçado a demissão dos professores Waldemar Ferreira, Sampaio Dória e Vicente Ráo. Primeiramente Soares de Faria falou com Ademar de Barros e teve consciência de que o interventor não se oporia ao seu desejo. Portanto, em fevereiro de 1940, o diretor e os outros membros do corpo docente endereçaram uma petição a Vargas. Esta deveria ser apresentada ao presidente por uma comissão constituída pelos professores José de Alcântara Machado d'Oliveira, Noé Azevedo e José Soares de Melo; entretanto os esforços da comissão no sentido de ver Vargas foram vãos.

Soares de Faria convenceu Ademar de Barros a enviar a petição ao presidente juntamente com a recomendação favorável do interventor. O passo seguinte foi falar com o ministro da Educação, Gustavo Capanema, durante uma de suas visitas a São Paulo. Capanema prometeu que a decisão de janeiro de 1939 seria revogada em pouco tempo. Alguns dias depois, em meados de maio de 1941, a promessa de Capanema tornou-se realidade. Alberto de Almeida Lima, presidente da comissão diretora do Libertador, enviou telegramas de congratulações a Ráo, Sampaio Dória e Waldemar Ferreira em nome do partido. *O Conservador* também aclamou a nova medida.[1]

[1] 'Voltam à faculdade os profs. Vicente Ráo, Waldemar Ferreira e Sampaio Dória', *A Balança*, Ano III, n.º 10 (6 de junho de 1941), p. 8. *O Libertador*, Ano II, n.º 7 (junho de 1941), p. 7. *O Conservador*, Ano VI, n.º 10 (outubro de 1941).

Repórter do *Diário de S. Paulo*, Arrobas Martins descreveu as reuniões realizadas nas arcadas na tarde do dia 28 de maio para receber os professores de volta. Na entrada do prédio, estudantes deram as boas-vindas aos professores em meio a aplausos, vivas e bombinhas; em seguida, acompanharam-nos até a sala do corpo docente, repleta de carteiras. Lá, Soares de Faria, presidindo quase pela última vez como diretor da Faculdade, pediu a Cardoso de Melo Neto para proferir o discurso de boas-vindas. Após as observações de Cardoso de Melo Neto, os professores readmitidos comprometeram-se a continuar sendo guiados pelos princípios que sempre os haviam inspirado. Waldemar Ferreira apresentou um memorando declarando que nenhum passo havia sido dado por nenhum dos três professores no sentido de obter as readmissões.

À reunião do corpo docente seguiu-se uma assembléia extraordinária, repleta, do Centro Onze de Agosto, no Salão João Mendes Júnior. Rui Homem de Melo Lacerda saudou os professores readmitidos em nome do Centro e Germinal Feijó falou em nome da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa. Depois que, em resposta, Waldemar Ferreira relembrou seus dias de estudante e orador do Centro, os estudantes convenceram Ráo, Sampaio Dória e o professor emérito Francisco Morato também a falar.[2]

Duas semanas antes, o corpo docente havia sido ampliado como resultado de um concurso realizado em setembro de 1940. Os novos professores, ambos ex-integralistas, eram Gofredo da Silva Telles Júnior (Gofredinho), novo livre-docente de Introdução à Ciência do Direito, e Miguel Reale, novo professor catedrático de Filosofia do Direito.

Reale, na época autor de nove livros (dois deles defendendo o integralismo), havia ganho seu concurso de setembro de 1940 contra três concorrentes, por três votos a dois; os votos negativos foram dados pelos dois professores de Direito de São Paulo na comissão examinadora (Mário Mazagão e Alexandre Correia) e os três favoráveis, pelos professores de fora (dois da Bahia e um da capital federal). Depois do concurso, os membros do

[2] *Diário de S. Paulo*, 29 de maio de 1941.

corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo reuniram-se e votaram, 14 votos a dois, desaprovando a decisão da comissão examinadora do concurso. Reale, fazendo objeções a esta negação do seu magistério, ressaltou que os regulamentos não permitiam que Mazagão e Correia, membros da comissão examinadora, votassem seu caso na reunião do corpo docente; portanto, os votos contra ele haviam sido apenas 12, menos da maioria do corpo docente, exigida para revogar-se uma decisão da comissão examinadora. O caso de Reale chegou até o Conselho Nacional de Educação juntamente com opiniões favoráveis de especialistas como Hermes Lima, Francisco San Tiago Dantas, Plínio Barreto e José Adriano Marrey Júnior. O Conselho decidiu em favor de Reale e, em maio de 1941, ele passou a fazer parte do corpo docente das arcadas.[3]

Mudanças nas diretorias de associações estudantis foram feitas em reuniões realizadas em abril de 1941. Com o recém-formado Américo Marco Antônio presidindo e Roberto de Abreu Sodré como secretário, a Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa reuniu-se e escolheu Rubens Lessa Vergueiro para presidente e Antônio Costa Corrêa para secretário-geral. Germinal Feijó foi reeleito primeiro orador.[4] Israel Dias Novaes e Péricles Eugênio da Silva Ramos foram nomeados diretores do *Depoimento*, que seria o órgão da Sociedade, mas que nunca foi publicado.[5]

José Carlos de Macedo Soares, convidado para estar presente na posse dos membros da diretoria da Sociedade Amigos de Rui Barbosa, decidiu que seria prudente não aceitar.[6] Entretanto, como era o presidente do Instituto Ítalo-Brasileiro de Alta Cultura, concordou em presidir a reunião da Sociedade Univer-

[3] *A Balança*, 6 de junho de 1941 e outubro de 1940. *Folha da Manhã*, 11 de abril de 1941. *O Estado de S. Paulo*, 6 de junho de 1942. Miguel Reale, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982. Miguel Reale, *O concurso de filosofia do Direito* (São Paulo: E. G. 'Revista dos Tribunais', 1940).

[4] 'Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa', *O Libertador*, Ano II, n.º 7 (junho de 1941).

[5] Ibid. Israel Dias Novaes, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1982. Péricles Eugênio da Silva Ramos, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1982.

[6] Roberto de Abreu Sodré, entrevista, São Paulo, 13 de agosto de 1981.

sitária Amigos da Itália, onde falou o professor Ataliba Nogueira e novos membros da diretoria foram escolhidos — dentre eles Antônio Delorenzo Neto (presidente), Damiano Gullo (vice-presidente), Nelson Coutinho (diretor do Departamento Social) e Pedro Brasil Bandecchi (diretor do Departamento de Propaganda).[7] Como os Amigos da Itália, a União Cultural Brasil-Estados Unidos reuniu-se na Sala João Mendes. Pacheco e Silva foi reeleito presidente e Rone Amorim, secretário-geral. Os professores Jorge Americano e Pacheco e Silva foram cumprimentados por haverem sido escolhidos para participar de uma missão cultural nos Estados Unidos.[8]

Quando o semanário de São Paulo, *Corriere degli Italiani*, publicado em italiano, insultou a senhora Roosevelt e Winston Churchill em uma caricatura política em julho, grupos de estudantes de Direito apoderaram-se dos exemplares da revista nas bancas de jornal. Outros estudantes de Direito, empreendendo uma 'expedição punitiva', invadiram os escritórios da revista no 23º andar do edifício Martinelli. Marcaram as paredes com Vs (de 'vitória') e roubaram montes de exemplares da revista. As revistas foram empilhadas e queimadas no largo de São Francisco em uma cerimônia que atraiu a imprensa. Depois da cerimônia, estudantes desfilaram ruidosamente pelas ruas gritando vivas a Churchill e à senhora Roosevelt.[9]

Nesta época, mudanças significativas haviam sido realizadas na administração do Estado. Ademar de Barros, tendo-se desentendido com Vargas, foi substituído no início de junho de 1941 por Fernando Costa, paulista, que era ministro da Agricultura. O novo interventor recebeu a visita de uma comissão de estudantes universitários que solicitou uma redução na taxa de matrícula de 600 mil-réis. Costa explicou que Vargas lhe havia pedido para demonstrar carinho especial pela juventude de São Paulo a fim de que esta se integrasse totalmente no "novo espírito de coisas implantadas no Brasil a 10 de novembro de 1937". A taxa de matrícula, disse ele, seria reduzida ao que era

[7] 'Sociedade Universitária Amigos da Itália', *A Balança*, Ano III, n.º 10 (6 de junho de 1941).

[8] 'União Cultural Brasil-Estados Unidos', *O Libertador*, junho de 1941.

[9] *Diário da Noite*, 23 de junho de 1941.

antes de ser duplicada por Ademar de Barros em fevereiro de 1940.[10]

Para secretário de Justiça, o novo interventor escolheu Abelardo Vergueiro César (Abelardinho), o 'chaveiro' da Bucha, que havia sido secretário da Liga Nacionalista e um dos organizadores da ala Ação Nacional do PRP. Fernando Costa também nomeou um novo diretor da Faculdade de Direito: o professor Cardoso de Melo Neto, ex-governador e interventor conhecido pelo apelido de Cazuza.[11]

Com Fernando Costa, o DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda) foi dirigido por Cândido Mota Filho (Motinha), livre-docente da Faculdade de Direito, ex-membro da Assembléia estadual pelo Partido Constitucionalista. Antôno Sylvio Cunha Bueno, derrotado na eleição do Centro de 1940, recebeu um cargo no gabinete do novo interventor em 1941 e foi nomeado advogado do governo estadual em 1942.[12]

Gofredo Carlos da Silva Telles (Gofredão), ex-prefeito, passou a dirigir o Departamento Administrativo do Estado. Um dos membros deste departamento, Alexandre Marcondes Filho, político do PRP de longa data, tornou-se ministro do Trabalho de Vargas em janeiro de 1942 e o professor Miguel Reale foi escolhido para substituí-lo no Departamento Administrativo. Assim, o programa de ensino de Reale, iniciado em maio de 1941, foi interrompido.[13]

10 'As taxas escolares serão rebaixadas', recorte de jornal (aparentemente de junho de 1941), na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

11 *O Estado de S. Paulo*, 11 de junho de 1941. Recortes na pasta de Cardoso de Melo Neto e Abelardo Vergueiro César em *O Estado de S. Paulo*. Paulo Duarte, *Memórias*, IX, 314.

12 Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1981. *Curriculum vitae* de Antônio Sylvio Cunha Bueno (10 páginas datilografadas).

13 *O Estado de S. Paulo*, 6 de janeiro de 1942. Miguel Reale, entrevista, 16 de agosto de 1982.

3. CONSERVADORES INFILTRAM-SE NA PRÉVIA DOS LIBERTADORES (30 de agosto de 1941)

O presidente do Centro, Luís Leite Ribeiro, era criticado pelos conservadores por fazer muito pouco pela Casa do Estudante do Centro.[1] Alguns ativistas anti-Vargas também o criticavam. Na opinião do esquerdista Antônio Costa Corrêa, Leite Ribeiro tornou-se partidário do governo após assumir o comando do Centro.[2]

No início do ano letivo de 1941, ativistas do Libertador esperavam ansiosamente eleger Roberto de Abreu Sodré para a presidência do Centro em novembro. Abreu Sodré ('o Bé'), membro da diretoria da Amigos de Rui Barbosa que havia ajudado a publicar *Folha Dobrada* e feito o esboço dos estatutos do Libertador, era considerado o candidato presidencial natural do partido. Alguns libertadores estavam a favor de Fernando Pereira da Rocha Filho (Fernandeta), filho de um delegado de polícia, que havia sido nomeado secretário-geral do partido em 1940 (no almoço que se seguiu à derrota de José Maria Ribeiro de Barros) e que também havia publicado *Folha Dobrada*. Fernandeta, entretanto, retirou-se de cena, deixando o caminho livre para os libertadores lançarem a candidatura de Abreu Sodré (para a prévia de 30 de agosto) em uma chopada no Recreio Molinaro, na noite de 21 de maio.[3]

1 Cícero Augusto Vieira, *Casa do Estudante*, p. 207.

2 Antônio Costa Corrêa, entrevista, São Paulo, 14 de agosto de 1982.

3 Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, 19 de agosto de 1981. 'Conversa com Roberto Sodré', *Tribuna Acadêmica*, Ano II, n.º 3 (Arcadas, agosto de 1941). *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1941.

No entanto, na hora da chopada, a candidatura prévia de Abreu Sodré estava sendo disputada por Fernando José Fernandes (Fernandinho — 'o homem dos FF'). Fernando era considerado um orador menos capaz que Abreu Sodré e foi filiado ao partido por pouco tempo, não tendo nem mesmo assinado o manifesto de abril de 1940. Porém, ele e Rui Homem de Melo Lacerda, líderes da Sociedade Universitária de Cultura, haviam persuadido amigos a votarem em Luís Leite Ribeiro em novembro de 1940. "Quando um rapaz como o Fernando se candidata, a gente não pensa em partidos", disse um admirador.[4]

Na chopada, Abreu Sodré foi elogiado por Antônio Costa Corrêa, Waldomiro Alves Junqueira, Luís França, José Viegas Muniz Júnior, Vítor Tieghi e Rui do Amaral. Alberto de Almeida Lima, presidente da Comissão Diretora do Libertador, negou que o partido estivesse dividido em duas alas.[5]

A prévia de 1941, ao contrário da de 1940, oferecia muitas opções aos eleitores. Os três concorrentes à prévia para a nomeação vice-presidencial eram Astolfo Pio Monteiro da Silva, Horácio Cherkaski e Marino da Costa Terra. Os candidatos a primeiro orador eram Germinal Feijó e Rui Homem de Melo Lacerda (representante dos estudantes universitários junto ao Conselho Universitário).[6]

João Nery Guimarães e Joaquim Rui Gonçalves, que estavam dentre os muitos candidatos à prévia, publicaram um número da *Tribuna Acadêmica* repleto de propaganda para Abreu Sodré. Um dos artigos foi escrito por Antônio Costa Corrêa, diretor de *O Libertador*. Sem defender aqueles que "não pensam sobre partidos", lamentava que novos membros do partido, não familiarizados com o seu manifesto inicial, "não sabem ainda o que ele significa'. Costa Corrêa chamou o partido de uma corrente renovadora e democrática, "uma idéia em ação", e afirmou que "ninguém melhor que Roberto Sodré levará avante, com redobradas energias e sólidas perspectivas de vitória, as idéias, a

[4] Jorge Carneiro, 'Fernando José Fernandes e a letra V'. *O Libertador*, Ano III, n.º 8 (outubro de 1941).
[5] *O Estado de S. Paulo*, 22 de maio de 1941. *O Libertador*, Ano II, n.º 7 (junho de 1941).
[6] 'Em torno da prévia', *Tribuna Acadêmica*, agosto de 1941.

força, a ação do Libertador'.[7] Quando *O Libertador* publicou fotografias de Abreu Sodré e Fernando José Fernandes em junho, a de Abreu Sodré era a maior e ocupava um lugar mais destacado na página.

O conservador Cunha Bueno teve a idéia de os conservadores se infiltrarem na prévia do Libertador para votar com Fernandinho, aparentemente o candidato mais fraco. O plano deu certo.[8] Enquanto 304 eleitores haviam participado na prévia de 1940, 582 votaram a 30 de agosto, bem mais da metade do corpo discente. Fernando José Fernandes recebeu 338 votos e se tornou o candidato oficial do Partido Libertador à presidência, para o desapontamento de Arrobas Martins, partidário de Abreu Sodré.[9] (Arrobas Martins geralmente ficava muito deprimido ao sofrer reveses.) Germinal Feijó, considerado por muitos como o combatente mais persistente da resistência anti-Vargas, tornou-se o candidato do partido a primeiro orador do Centro.[10] A nomeação vice-presidencial foi conquistada por Cherkaski, às vezes conhecido como o 'Menino de Ouro' devido à sua lealdade a toda prova a amigos e à recusa em falar mal de alguém.[11]

[7] Antônio Costa Corrêa, 'Alguma coisa sobre o Libertador e a candidatura Roberto Sodré, *Tribuna Acadêmica*, agosto de 1941.
[8] Antônio Sylvio Cunha Bueno, entrevista, 19 de agosto de 1981.
[9] Arthur Octavio Camargo Pacheco, entrevista, 6 de agosto de 1982.
[10] 'Prévia do Partido Acadêmico Libertador', *A Gazeta*, 2 de setembro de 1941.
[11] João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 21 de agosto de 1982.

4. UM DOUTORADO HONORÁRIO PARA VARGAS (setembro de 1941)

O interesse pela luta entre conservadores e libertadores para cargos no Centro foi desviado, em setembro e início de outubro, devido a uma crise na Faculdade de Direito. A origem desta crise encontra-se em uma decisão a que chegaram estudantes de algumas faculdades da Universidade de São Paulo em fins de agosto: propor que fosse conferido a Vargas um título honorário (doutor *honoris causa*) pela Universidade. A idéia foi fortemente defendida por José Gomes Talarico e duas organizações de desportes universitários dirigidas por ele: a Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU, sucessora da CUBE) e a Federação Universitária Paulista de Esportes (FUPE). Talarico, amigo chegado do ministro da Educação Capanema, bem como de Vargas, ficou satisfeito com as medidas tomadas pela administração federal para reconhecer a UNE e a CBDU e financiar viagens de estudantes.[1] Embora Talarico passasse algum tempo no Rio, ficava mais em São Paulo, onde seu pai, imigrante italiano, dirigia uma bem-sucedida firma construtora. Além de trabalhar para organizações de estudantes universitários, o Centro Acadêmico Osvaldo Cruz da Faculdade de Medicina e a União Cultural Brasil-Estados Unidos, Talarico fez um curso na Escola de Polícia em São Paulo; em 1941 estava estudando na Faculdade de Filosofia de São Bento, São Paulo.[2]

[1] José Gomes Talarico, entrevista, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1982. Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 178-179.

[2] Talarico, entrevista, 17 de julho de 1982. José Gomes Talarico -- fitas no CPDOC. Germinal Feijó declara na *Tribuna da Imprensa*, 9 de novembro de 1953, que por volta de 1941 Talarico tinha ligações com a polícia do Rio e com o DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda).

Os presidentes das associações representando os estudantes das faculdades da Universidade de São Paulo concordaram, à exceção de um, com a idéia do título honorário para Vargas. A exceção foi Luís Leite Ribeiro. No entanto o primeiro orador do Centro Onze de Agosto, o conservador Péricles Rolim, foi a favor do título.[3]

Ativistas anti-Vargas da Faculdade de Direito protestaram veementemente contra prestar-se a Vargas a mesma homenagem que a universidade havia no passado prestado a figuras como Francisco Morato, Júlio de Mesquita Filho e Armando de Sales Oliveira. Protestos também foram feitos no Grêmio Politécnico, *alma mater* de Armando de Sales Oliveira.[4]

No Rio, Capanema conferenciou com Vargas e então comunicou a Benjamim Vargas, irmão do presidente, que os "paulistas de 400 anos" se opunham à idéia de Talarico. Benjamim telefonou para o secretário de Justiça de São Paulo, Abelardo Vergueiro César, que foi ver Fernando Costa. O interventor pareceu preocupado com a idéia.[5]

Talarico, portanto, buscou a ajuda do diretor do DEIP, Cândido Mota Filho, e do diretor de *A Gazeta*, Cásper Líbero (ambos, Talarico pressentia, esperavam ser interventor no lugar de Fernando Costa). Líbero acompanhou Talarico e Francisco Eumene Machado (derrotado para a presidência do Centro em 1938 por Pupo Netto) ao levarem um grupo de estudantes pró-Vargas até Fernando Costa para entregar-lhe a petição assinada por todos os presidentes dos centros acadêmicos à exceção de Leite Ribeiro.[6] Os visitantes pediram ao interventor para propor a Jorge Americano, reitor da Universidade, que o título fosse conferido; disseram também que esta idéia recebia o apoio de grande parte do corpo discente. Costa avisou aos estudantes para não apresentarem a idéia a Vargas até que tivessem certeza do apoio total do corpo discente e do Conselho Universitário. Porém, Cás-

[3] Talarico, entrevista, 17 de julho de 1982. João Nery Guimarães, entrevista, 22 de agosto de 1982. Poerner, p. 178.

[4] Poerner, p. 179. Talarico, entrevista, 17 de julho de 1982. Luís Leite Ribeiro, carta a J. J. Cardoso de Melo Neto, São Paulo, 25 de setembro de 1941 (revelando a posição de alguns membros do Grêmio Politécnico).

[5] Talarico, entrevista, 17 de julho de 1982.

[6] Ibid.

per Líbero e alguns estudantes fizeram uma visita a Vargas poucos dias depois para explicar que os estudantes estavam a favor de que ele recebesse o título.[7]

Imediatamente depois que os estudantes fizeram tal afirmação a Vargas, Fernando Costa pediu que Jorge Americano levasse o caso rapidamente até o Conselho Universitário. O Conselho reuniu-se a 22 de setembro e apenas dois de seus membros opuseram-se ao título honorário: o professor Ernesto Leme, representante da Faculdade de Direito, e o estudante de Direito Rui Homem de Melo Lacerda, representante dos estudantes universitários. Uma carta de Jorge Americano, datada de 23 de setembro, comunicou a Vargas que o Conselho Universitário havia decidido conferir-lhe o título honorário "por haver sido Vossa Excelência o instituidor do ensino universitário no Brasil".[8]

Uma sessão extraordinária do Centro Onze de Agosto foi realizada no pátio da Faculdade por volta do meio-dia, a 23 de setembro. Em vista da ausência de Leite Ribeiro e da proibição quanto ao comparecimento de membros conservadores da diretoria do Centro, Lenício Pacheco Ferreira presidiu a reunião. Renato Macedo foi o secretário. Abrindo a sessão de discursos, Germinal Feijó evocou os nomes dos estudantes de Direito mortos na Revolução de 32. À medida que cada nome era lido, os estudantes gritavam "presente". No encerramento do discurso de Feijó, condenando o 'gesto vergonhoso' do Conselho Universitário, chegou Leite Ribeiro que, assumindo a presidência, convocou Rivaldo Assis Cintra. Assis Cintra, conservador e orador brilhante, declarou que a decisão do Conselho era um ataque à Universidade. Seu discurso arrancou vivas a Rui Homem de Melo Lacerda e a Ernesto Leme, e gritos de "morra" a Getúlio Vargas e ao Conselho Universitário.

Rodrigo Barjas Filho, o primeiro a ter assinado o pedido para a sessão extraordinária, propôs greve de um dia e a proibição

[7] Fernando Costa, carta a Vargas, São Paulo, 24 de setembro de 1941 (CPDOC).
[8] Ibid. A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 304. Jorge Americano, carta a Vargas, São Paulo, 23 de setembro de 1941 (CPDOC).

da presença de Talarico nas arcadas sob quaisquer circunstâncias. Após a aceitação unânime destas propostas, Wilson Rahal, bom orador com tendências esquerdistas, afirmou que havia chegado a hora de decidir-se entre a morte ou a vida da dignidade "porque os velhos perderam a dignidade, mas os moços têm dignidade". Expressou surpresa por ter o dr. Benedito Montenegro, "revolucionário de 32", votado com a maioria do Conselho Universitário. "E", continuou ele, "o Dr. Cardoso de Melo Neto, que também foi da revolução? Os mesmos que nos ensinaram a pegar num fuzil, que nos ensinaram a matar, agora nos traem." Rahal concordou que "esses canalhas (uso expressões sujas para não usar os nomes que são sujos) devem ser banidos" e propôs: 1) comissão de estudantes para averiguar quais as causas da indicação do nome do presidente da República para doutor *honoris causa*; 2) greve durante o dia 24 de setembro de 1941; 3) uso de gravata preta durante uma semana; 4) pedido de solidariedade às outras faculdades. Tais propostas, assim como as primeiras, foram aprovadas por unanimidade.[9]

Mais tarde, naquele mesmo dia, seguindo-se à sessão extraordinária, surgiu a idéia de cobrir a Faculdade de Direito com crepe preto, durante conversações entre Hiram Mayr Cerqueira, Nelson Speers, Renato Macedo, Fernando Jacob, Arrobas Martins, Paulo Henrique Meinberg, Germinal Feijó, Roberto de Abreu Sodré, Lenício Pacheco Ferreira e o segundo secretário do Centro, João Sanchez Postigo. Quando alguns deles foram até a agência funerária Rodovalho para comprar o crepe, já estava anoitecendo. O dono da agência, suspeitando de algo, recusou-se a atender os estudantes; estes, então, subiram e desceram a rua Augusta embora quase todas as lojas já estivessem fechadas. Uma delas, quase fechando as portas, pareceu ter o que os estudantes queriam. Eles entraram sem pedir licença e praticamente forçaram o dono a vender-lhes mais de dez metros de crepe preto. Speers deu o dinheiro. O dono da loja recusou-se a dar uma fatura e saiu apressadamente para que não fosse

[9] 'Ata da 3.ª sessão extraordinária do Centro Acadêmico Onze de Agosto', 23 de setembro de 1941 (na caligrafia de Renato Macedo).

pego colaborando com algum abominável empreendimento estudantil.[10]

Renato Macedo, Hiram Mayr Cerqueira, Arrobas Martins, João Sanchez Postigo e Nelson Speers passaram a maior parte da noite esperando uma oportunidade para usar o crepe. Os planos para pendurá-lo na frente do prédio foram logo frustrados por guardas na rua, parados ao redor das obras ainda sendo feitas no prédio da Faculdade. De manhã cedo o crepe foi colocado no monumento do pátio aos estudantes mortos em 1932 e na estátua de José Bonifácio, o Moço, no vestíbulo logo na entrada para a Faculdade. Um pequeno pedaço de crepe, jogado no último minuto, caía da sacada na fachada do prédio.[11]

Os que penduraram o crepe foram avisar a outros estudantes, partidários da mesma causa, porque queriam um grupo forte à mão para evitar que alguém retirasse o crepe depois que o prédio abrisse suas portas. Uma das primeiras pessoas a entrar na Faculdade e ver o grupo foi o diretor Cardoso de Melo Neto, que repreendeu severamente os estudantes e deu ordens para que o crepe fosse retirado. Perto da estátua de José Bonifácio, o Moço, Germinal Feijó e Roberto de Abreu Sodré objetaram veementemente. Cazuza, chocado com a falta de respeito dos estudantes, suspendeu ambos da Faculdade. Esta medida, escreve Arrobas Martins, criou o clima e motivo que faltavam para a greve dos estudantes.[12]

[10] Lenício Pacheco Ferreira, 'Concessão de título de doutor *honoris causa* a Getúlio Vargas' (três páginas, escritas à mão, com folha de rosto, à JWFD, Catanduva, 12 de agosto de 1981). Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', pp. 7-8. Renato Pintaudi Macedo, entrevistas, São Paulo, 5 e 20 de agosto de 1981. Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.

[11] Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', pp. 7-8. Renato Pintaudi Macedo, entrevistas, 5 e 20 de agosto de 1981.

[12] Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', pp. 7-8. 'Greve na Faculdade de Direito pela concessão do título de doutor *honoris causa* ao ditador Getúlio Vargas' (duas páginas datilografadas na coleção na residência de José Bonifácio Coutinho Nogueira). Fernando Costa, carta a Vargas. São Paulo, 24 de setembro de 1941.

5. AULAS SUSPENSAS POR TEMPO INDETERMINADO (29 de setembro de 1941)

A 24 de setembro, após a discussão com o diretor da Faculdade de Direito no saguão de entrada, os estudantes seguiram o conselho do segundo orador Lenício Pacheco Ferreira, que vinha insistindo com eles para que tornassem seus sentimentos conhecidos além das arcadas. Levando consigo o estandarte vermelho do Centro, os estudantes marcharam pelo largo do Ouvidor, rua São Bento, rua Direita, praça da Sé, rua José Bonifácio e de volta ao largo de São Francisco. Em coro entoavam: "Abaixo a ditadura!! Morra Getúlio Vargas!!" Dentre os transeuntes atônitos, lembra Lenício Pacheco Ferreira, "um velho italiano de olhos arregalados perguntou: — Mas morra quem? — Getúlio, dissemos. — O presidente! Mamma mia!!"

O desfile terminou com um comício no pátio da Faculdade, onde estudantes declararam que a greve não terminaria até que o Conselho Universitário revogasse sua decisão acerca do título honorário.[1]

Explicando o 'incidente' em uma carta a Vargas, Fernando Costa escreveu que tudo corria bem em relação ao título honorário quando alguns estudantes de opinião contrária, filiados à corrente de Armando de Sales Oliveira, provocaram um protesto, no pátio da Faculdade, contra Talarico "que, sem ser estudante, vem-se envolvendo sempre em questões do interesse

[1] Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945*, p. 299. Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', pp. 7-8. Lenício Pacheco Ferreira, 'Concessão do título de doutor *honoris causa* a Getúlio Vargas', Catanduva, 12 de agosto de 1981.

da classe acadêmica. O Sr. Talarico foi um dos advogados da idéia da homenagem a Vossa Excelência, mas o protesto não visava a concessão do título pelo Conselho Universitário, porém a intromissão do Sr. Talarico em questão de interesse dos estudantes". Fernando Costa explicou a Vargas que os próprios estudantes lhe haviam assegurado que era esta a situação. Comentando sobre os dois estudantes suspensos, escreveu que Germinal Feijó era "um comunista fichado na polícia" e que Abreu Sodré era "amigo e partidário do Sr. Armando Sales". O interventor propôs que Cardoso de Melo Neto fosse apoiado inteiramente na sua ação disciplinar, e acrescentou que o general comandante da Região, Maurício Cardoso, era da mesma opinião. Além disso, Fernando Costa deixou claro que ele e o general estavam determinados a reagir energicamente a qualquer desordem, e que qualquer manifestação nas ruas seria "proibida terminantemente".[2]

Quando um investigador de polícia perguntou a Horácio Cherkaski por que estava usando uma gravata preta, respondeu que seu avô havia morrido. — De que ele morreu?, perguntou o investigador. — De *honoris causa*, replicou Cherkaski, satisfazendo, aparentemente, ao ignorante investigador.[3]

A fim de negociar a suspensão de Feijó e Roberto de Abreu Sodré, o Centro Onze de Agosto nomeou uma comissão: Fernando Pereira da Rocha Filho e dois conservadores, Arthur Octavio de Camargo Pacheco e Domingos Luz de Faria. Juntamente com Luís Leite Ribeiro, os três membros da comissão assinaram uma carta endereçada a Cardoso de Melo Neto, argumentando que Feijó e Abreu Sodré haviam sido simplesmente os porta-vozes de um sentimento de revolta comum a todos os estudantes presentes durante o encontro perto da estátua de José Bonifácio, o Moço, e que nem os dois nem os outros estudantes tiveram a intenção de desrespeitar a autoridade do diretor da Faculdade de Direito.[4]

[2] Fernando Costa, carta a Vargas, 24 de setembro de 1941 (CPDOC).
[3] Renato Pintaudi Macedo, entrevista, 20 de agosto de 1981.
[4] Luís Leite Ribeiro, carta a J. J. Cardoso de Melo Neto, São Paulo, 25 de setembro de 1941.

Flávio Mendes, o estimado secretário administrativo da Faculdade de Direito, sugeriu que os estudantes talvez fizessem bem em pedir a ajuda do professor emérito Francisco Morato. Assim, dois membros da comissão — Fernando Pereira da Rocha Filho e Arthur Octavio de Camargo Pacheco —, juntamente com Francisco Morato de Oliveira, formado pela Faculdade, marcaram uma reunião com o ex-presidente do Partido Democrático, anti-Vargas convicto e bucheiro importante. Francisco Morato disse que os receberia às sete da manhã. Nesta hora tão incomum, a comissão encontrou Francisco Morato em trajes bastante formais e falando um português considerado adequado para altos círculos, em épocas passadas. Ele disse haver alertado a ala política de Armando de Sales Oliveira e que esta constituía uma ameaça para "pôr fim à carreira" de Cardoso de Melo Neto se este não agisse "de modo apropriado".[5]

Cardoso de Melo Neto, o primeiro interventor em São Paulo durante o Estado Novo, não era popular junto aos admiradores de Armando de Sales Oliveira. Escrevendo sobre estes admiradores, Arrobas Martins salientou que Antônio Carlos de Abreu Sodré, Francisco Mesquita e Antônio Pereira Lima jamais deixaram de dar apoio aos estudantes de Direito anti-Vargas.[6] No movimento para boicotar o título honorário para Vargas, os estudantes de Direito também foram apoiados pelo ex-presidente do Centro, Roberto Whately, o astro de tênis, forte fisicamente, que não podia perdoar Armando de Sales Oliveira por ter uma vez colaborado com Vargas.[7]

O movimento contra o título honorário espalhou-se para além da Faculdade de Direito e cada vez mais passeatas anti-Vargas eram feitas nas ruas. Enquanto isso, na Faculdade de Direito estavam ocorrendo choques quando os estudantes que queriam assistir às aulas eram impedidos, à força, de entrar nas salas, por piquetes de estudantes em greve. Os piquetes nem sempre ti-

[5] Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevistas, São Paulo, 6 de agosto de 1981 e 6 de agosto de 1982.
[6] Ibid. Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 2.
[7] Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 179-180. Roberto Whately, entrevista, São Paulo, 6 de agosto de 1981.

nham êxito. Israel Dias Novaes relembra uma luta vã que ele, Arrobas Martins e um terceiro membro do piquete tiveram contra estudantes que chutavam e batiam até chegarem à sala de aula.[8]

Tudo indicava que a continuação da greve criaria um acúmulo tão grande de faltas às aulas que muitos estudantes poderiam ser reprovados e perder um ano inteiro. Germinal Feijó e Roberto de Abreu Sodré, portanto, redigiram uma nota, expressando agradecimento pelo apoio recebido, mas também insistindo para que os estudantes retornassem às salas de aula. Esta sugestão foi rejeitada.[9]

Após terem os presidentes pró-Vargas dos centros acadêmicos da Universidade de São Paulo ratificado sua posição inicial, passaram a ocorrer conflitos na cidade, especialmente em alguns bares. Tentativas de depredar a sede da CBDU, na rua dom José de Barros, trouxeram Talarico, indivíduo corajoso, do Rio de volta a São Paulo. Em uma briga no bar Ponto Chic, Talarico foi espancado pelos estudantes e a surra poderia ter sido pior não fosse pela intervenção de Roberto Whately e outros desportistas. Quando a polícia chegou ao Ponto Chic, encontrou Talarico todo machucado e o levou até a delegacia. Lá, enquanto seus ferimentos eram tratados, o secretário de Segurança Pública, Acácio Nogueira, tentou descobrir quem o havia surrado; mas Talarico não citou nomes.[10]

O sentimento dos ativistas anti-Vargas em relação a Talarico está claro nas notas escritas por Jarbas Teixeira de Carvalho no verso de uma fotografia da sessão extraordinária do Centro a 23 de novembro. Jarbas refere-se à representação, em favor do título honorário, "feita por um grupo de 'escrocs' das diversas faculdades, chefiado pelo ordinaríssimo italiano Pepino Gomes Talarico".[11]

Anacleto de Oliveira Faria, historiador da turma que entrou na Faculdade de Direito em 1941, escreveu sobre um "sério incidente" ocorrido a 29 de setembro imediatamente após Cardoso de Melo Neto ter decidido dispensar os estudantes antigrevistas de sua aula em vez de ensinar sob condições que, segundo a ameaça dos a favor da greve, iriam tumultuar toda a aula. O professor Noé Azevedo surgiu entre os estudantes desordeiros e aconselhou, com palavras gentis, que estes refreassem demonstrações hostis contra o governo para que a Faculdade de Direito não fechasse, com sérias conseqüências para todos. Cardoso de Melo Neto saiu da Sala João Mendes Júnior e esperava-se que ele dissesse mais palavras para acalmar os ânimos. "Mas", escreve Anacleto de Oliveira Faria, "o diretor se limitou a fulminar com olhar olímpico, de cima para baixo, os estudantes; e depois, voltando-lhes as costas, dirigiu-se ao saguão de entrada. O resultado dessa conduta não se fez esperar: vaias estrugiram por todos os lados, até que o prof. Melo Neto desaparecesse de vez."[12]

"Naquele dia", continua Anacleto de Oliveira, "a Faculdade foi fechada." A diretriz, assinada por Cardoso de Melo Neto, dizia que "em sessão extraordinária, convocada pelo Sr. diretor e pelo Conselho Técnico-Administrativo, a congregação dos professores resolveu, por necessidade de disciplina, fechar a Faculdade de Direito por tempo indeterminado".[13]

8 Israel Dias Novaes, entrevista, São Paulo, 31 de julho de 1981.
9 A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 304.
10 Poerner, *O poder jovem*, pp. 179-180.
11 Jarbas Teixeira de Carvalho, inscrição no verso de uma fotografia.
12 Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945*, pp. 299-300.
13 Ibid. Agência Nacional, divulgação de notícias, São Paulo, 30 de setembro.

6. CAPANEMA, O CONCILIADOR DIPLOMÁTICO (início de outubro de 1941)

Para solucionar a crise em São Paulo, o ministro da Educação Gustavo Capanema chegou do Rio de trem, a 2 de outubro. Capanema e três membros de sua equipe (dentre eles Vítor Nunes Leal) foram recebidos na estação do Norte por uma grande multidão que incluía muitas pessoas com quem o ministro discutiria a situação durante a sua visita. O interventor estava presente bem como o comandante da 2ª Região Militar, Maurício Cardoso; o secretário de Justiça, Abelardo Vergueiro César; o secretário de Educação, José Rodrigues Alves Sobrinho; o secretário de Segurança Pública, Acácio Nogueira; e o secretário da Fazenda, Coriolano de Góis. O reitor da Universidade, Jorge Americano, também estava lá, assim como o diretor da Faculdade de Direito, Cardoso de Melo Neto, e o diretor do DEIP, Cândido Mota Filho.

As conversações tiveram início ao final da tarde, logo que Capanema e sua comitiva se instalaram no Esplanada, o principal hotel de São Paulo. Dentre os primeiros a serem recebidos pelo ministro encontravam-se o reitor da Universidade, os diretores das faculdades da Universidade e o presidente do Centro Onze de Agosto, Luís Leite Ribeiro. À noitinha, Abelardo Vergueiro César e o chefe do Departamento Administrativo do Estado, Gofredo da Silva Telles, fizeram também uma visita ao ministro.[1]

[1] *Diário de S. Paulo*, 3 de outubro de 1941. *O Estado de S. Paulo*, 3 de outubro de 1941.

Germinal Feijó e Roberto de Abreu Sodré estavam escondidos da polícia em uma cabana em Santo Amaro, na época um subúrbio na zona rural de São Paulo. Foi, portanto, uma surpresa para eles saberem, por companheiros, da notícia da visita de Capanema e, uma maior surpresa ainda, receberem uma carta de Capanema, endereçada a Feijó, pedindo-lhe que comparecesse para uma conferência com o ministro da Educação na sexta-feira, 3 de outubro.[2]

O saguão do Esplanada ficou repleto de estudantes. Os que tinham hora marcada para ver Capanema, tais como Feijó, esperaram num quarto adjacente ao do ministro. Os assistentes de Capanema lhes serviram uísque e, nesta ocasião, Arthur Octavio de Camargo Pacheco, estudante do terceiro ano e um dos signatários da petição em favor de Feijó e Abreu Sodré, bebeu uísque pela primeira vez na sua vida.[3]

Os estudantes encontraram Capanema na companhia de Jorge Americano e Cardoso de Melo Neto, e ficaram logo impressionados com a cordialidade do ministro. Feijó lhe afirmou que Vargas nunca havia feito nada pela Universidade e que a idéia do título era simplesmente política. "Somos contrários a isto", disse ele.[4]

Se a diplomacia do ministro agradou aos estudantes, agradaram-lhes mais ainda os acordos a que chegaram durante as conversações com Capanema. O ministro explicou-lhes que Vargas lhe tinha dito que estaria perfeitamente disposto a abrir mão da honra de receber o título.[5] Feijó e Abreu Sodré não somente deveriam ser readmitidos na Faculdade de Direito, como também não sofreriam punições ou represálias da parte de ninguém. As faltas marcadas contra estudantes grevistas iriam ser retiradas das pautas.[6]

[2] Germinal Feijó, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1979.
[3] Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevista, 6 de agosto de 1981.
[4] Germinal Feijó, entrevista, 16 de agosto de 1979.
[5] Ibid.
[6] 'Greve na Faculdade de Direito pela concessão do título de doutor *honoris causa* ao ditador Getúlio Vargas' (duas páginas datilografadas na coleção na residência de José Bonifácio Coutinho Nogueira). Arthur José Poerner, *O poder jovem*, p. 180.

A carta que Capanema assinou no dia 3 de outubro foi endereçada ao reitor e dizia que o presidente Vargas mostrava-se agradecido pela decisão do Conselho Universitário, mas que havia decidido recusar o título porque não desejava reviver a "recordação das ocorrências felizmente encerradas". Capanema declarou à imprensa, também a 3 de outubro, que "tudo havia chegado a um perfeito ponto conciliatório e que se mostrava satisfeito por ter podido conviver com mestres e acadêmicos paulistanos".[7]

Durante a tarde de 3 de outubro, a diretoria da Faculdade de Direito comunicou que o corpo docente havia decidido voltar às aulas na segunda-feira, dia 6. Em uma assembléia do Centro, os estudantes resolveram acabar com a greve e aprovaram (sem ser pela primeira vez) uma moção declarando José Gomes Talarico *persona non grata* e proibindo sua presença na Faculdade de Direito.[8]

Antes de Capanema deixar São Paulo no dia 4 de outubro, cumpriu um rígido horário de visitas, incluindo uma inspeção na última fase das obras que estavam sendo empreendidas no prédio da Faculdade de Direito.[9] Depois que o ministro partiu, Fernando Costa comentou acerca da recente vitória dos ativistas anti-Vargas. Falando a uma comissão de estudantes de Direito, disse que havia sido avisado de que "a mocidade estava agindo como instrumento de certos professores, os quais, por essa forma, abusavam da ascendência que tinham sobre ela". Uma resposta a tal acusação foi dada um pouco depois em uma declaração feita numa reunião do corpo docente pelo bucheiro Antônio Ferreira de Almeida Júnior, vencedor de recente concurso que o levou à nomeação de professor catedrático da cadeira de Medicina Legal. Almeida Júnior afirmou que "os professores democráticos, concordando embora com os estudantes em seus justos anseios pelo restabelecimento da vida constitucional

[7] Gustavo Capanema, carta ao Sr. reitor da Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 de outubro de 1941 (CPDOC). *Diário de S. Paulo,* 4 de outubro de 1941, p. 6.
[8] *Diário de S. Paulo,* 4 de outubro de 1941, p. 6. 'Greve na Faculdade de Direito pela concessão do título...'
[9] *O Estado de S. Paulo,* 4 e 5 de outubro de 1941.

do país, não cometeriam a covardia de os lançar à luta, permanecendo eles próprios na penumbra. Demais, os moços não precisavam de estímulo alheio para reagir: suas convicções e seus pendores bastavam para isso". Almeida passou a discutir o programa do Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) do Estado como havia ouvido do próprio DOPS. O programa, disse ele, prometia secretamente mundos e fundos para empregados e estudantes das faculdades que espionassem seus superiores, professores e colegas; havia, inclusive, recompensas financeiras para informantes que se apresentassem espontaneamente.[10]

Talarico mudou-se para o Rio e conseguiu emprego em jornais e no ministério dirigido por Capanema. Relembra Talarico que foi vítima de muitas coisas em São Paulo; havia muitas rixas, sua casa foi apedrejada e seus irmãos sofreram. Sua presença em São Paulo foi, enfim, difícil para ele e sua família.[11]

[10] A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas,* p. 305.
[11] Fita de José Gomes Talarico no CPDOC.

7. VITÓRIA ESMAGADORA DOS CONSERVADORES SOBRE OS LIBERTADORES (novembro de 1941)

A 24 de setembro, após Cardoso de Melo Neto ter ordenado a retirada do crepe preto da Faculdade de Direito, cópias de uma circular datilografada e anônima foram distribuídas nas arcadas por libertadores, atacando o líder da chapa eleitoral do seu partido, Fernando José Fernandes. A circular, intitulada 'Onde estão os nossos ideais?', afirmava que Fernandes, "não só desde a época em que cursava a Escola de Polícia, esteve sempre ligado ao Sr. J. G. Talarico, com ele colaborando ativamente. Qual a situação presente desta velha amizade? Nada se sabe. É lícito, porém, que se façam presunções". A circular também acusava Fernandes de ser um dos fundadores do Centro de Criminologia Ademar de Barros e um dos líderes do Movimento Universitário Nacional (MUN) pró-Vargas.

Segundo 'Onde estão os nossos ideais?', em novembro de 1940 os libertadores conquistaram uma importante vitória sobre um grupo guiado pela desonestidade e pcr "ligações nefastas e concessivas (que toleraram a permanência do aumento das taxas)". Mas "o triunfo custou-nos a permanência em nossas fileiras de elementos estranhos aos nossos princípios, recém-chegados às nossas atividades". A circular responsabilizava "a interferência mal-intencionada da facção adversa, o arcaico e famigerado Conservador" pelo resultado da prévia de 1941. Este, continuava a circular, foi uma vitória para a ala do Libertador chefiada pelo candidato arrivista. Salientando que Fernandes havia convidado o chefe da Casa Civil do então interventor para paraninfo de sua turma na Escola de Polícia, dizia a circular: "Imaginemos a situação em que se encontrará o P.A.L. se este oportunista ocupar a presidência do C. A. Onze de Agosto."[1]

O Libertador e porta-vozes do partido rebateram as críticas acerca de Fernando José Fernandes. João Nery Guimarães elogiou a "firmeza de seu caráter" e *O Libertador* enfatizou seu "dinamismo, inteligência e lealdade" padrões.[2]

Enquanto isso, em outubro, Cunha Bueno e outros membros da Comissão Diretora de 15 Conservadores (tais como Domingos Luz de Faria, José Malanga, Nelson Coutinho e Gilberto Quintanilha Ribeiro) redigiram um manifesto, lançando a candidatura de Oscar Augusto de Barros Bressane para presidente do Centro.[3] Bressane, amigo chegado de Cunha Bueno, havia sido eleito procurador na chapa encabeçada por Pupo Netto em 1938; em 39 e 40, como membro da Comissão Diretora, havia trabalhado diligentemente nas campanhas por Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro e Cunha Bueno.[4]

Surpreendentemente, pouco interesse foi demonstrado na eleição em novembro de 1941. *O Libertador* apresentou duas razões para a apatia. Uma foi a que chamou de relutância de estudantes em se agruparem em campos opostos depois do que havia acontecido recentemente acerca do título honorário para Vargas: "os sucessos de há pouco uniram a faculdade num só bloco indestrutível". A outra razão foi a de que *O Libertador* chamou de certeza quanto ao resultado da eleição; ressaltou que, uma vez que mais da metade do corpo discente havia participado da prévia do Libertador, os vencedores desta prévia certamente venceriam em novembro.[5]

Artigos em *O Conservador* (publicados por Rivaldo Assis Cintra e Fernando Melo Bueno) falavam que "as atitudes do Par-

[1] 'Onde estão os nossos ideais?' (uma folha datilografada com a seguinte nota escrita à mão: 'Cópia de uma circular anônima distribuída na faculdade a 24 de setembro de 1941').
[2] *O Libertador*, Ano II, n.º 8 (outubro de 1941).
[3] 'Nosso manifesto', *O Conservador*, Ano VI, n.º 10 (outubro de 1941). Também surgiu como um folheto com a fotografia de Bressane.
[4] 'Merecida homenagem à memória do dr. Oscar Augusto de Barros Bressane', *A Gazeta*, 9 de janeiro de 1949. Roberto de Abreu Sodré, entrevista, São Paulo, 13 de agosto de 1981.
[5] *O Libertador*, outubro de 1941.

tido Acadêmico Conservador são orientadas por uma experiência longa, pela serenidade de atitudes e pela largueza de vistas que evitarão sermos como o aprendiz do feiticeiro, que libertou os poderosos e escondidos gênios — e abriu assim uma caixa de males, permitindo que eles se espalhassem sem controle, para destruir o trabalho de muito tempo". E continuavam dizendo que, "em vez de uma crítica passiva, apenas demolidora e cética, impõe-se uma crítica ativa, construtora e otimista, isto é, uma crítica de boa vontade".[6] Depois do segundo Baile das Américas anual, realizado a 29 de outubro, os conservadores foram capazes de provar que o evento, sob a direção do Libertador, arrecadou menos que quatro contos de réis para a Casa do Estudante, comparados aos mais de 28 quando Quintanilha Ribeiro era presidente do Centro.[7]

A eleição de novembro foi um sucesso estrondoso para os conservadores. De 17 cargos do Centro (inclusive na Comissão de Redação e Sindicância), os conservadores apenas perderam dois. Os únicos libertadores vitoriosos foram Horácio Cherkaski (o 'Menino de Ouro'), eleito vice-presidente, e o poeta Péricles Eugênio da Silva Ramos, eleito pela terceira vez para trabalhar na Comissão de Redação.

Algum tempo depois, quando Arrobas Martins, Germinal Feijó, Renato Amaral Sampaio Coelho e Ênio de Novais França analisaram sua derrota em novembro de 1941, expressaram alguns dos pensamentos da circular anônima de 24 de setembro daquele ano. Concluíram que o Partido Libertador, na sua marcha para a vitória em novembro de 1940, aglutinara muitos detritos que nunca conseguiu digerir. Arrivistas e oportunistas foram mencionados.[8]

[6] *O Libertador*, outubro de 1941.
[7] A Comissão Diretora do Partido Acadêmico Conservador, 'Desespero ou má fé?' (1942). Vide também A Comissão Diretora do Partido Acadêmico Conservador, 'Acautelando a opinião acadêmica' (14 de setembro de 1942).
[8] Ênio de Novais França, Germinal Feijó, Luís Gonzaga Arrobas Martins, Renato Amaral Sampaio Coelho, 'Aos estudantes de Direito' (manifesto impresso, junho de 1943).

Parte VI

O Brasil Entra na Guerra (1942)

1. A LIGA ACADÊMICA DE DEFESA NACIONAL (maio-junho de 1942)

Após o ataque japonês a Pearl Harbor em dezembro de 1941, os Estados Unidos entraram na guerra contra as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Os ministros das Relações Exteriores das Repúblicas americanas reuniram-se no Rio de Janeiro em janeiro de 1942, para considerar se todas deveriam romper relações diplomáticas com o Eixo. Na Faculdade de Direito de São Paulo, Germinal Feijó começou a coordenar um plano pelo qual um grupo de estudantes iria ao Rio e conseguiria admissão na galeria durante a conferência dos ministros das Relações Exteriores. O grupo chamaria atenção para a situação política do Brasil aos brados de "queremos democracia". O plano, entretanto, não foi executado.[1]

O rompimento de relações entre o Brasil e o Eixo, anunciado pelo ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, no encerramento da conferência, deu aos estudantes de Direito de São Paulo ativistas o incentivo para organizarem a Associação Democrática Acadêmica, "a fim de propugnar abertamente pelos ideais sublimes de liberdade e de democracia". Contudo, a associação, formada em abril, atraiu apenas um círculo pequeno. Arrobas Martins explicou pouco depois que a associação foi dificultada pelo seu próprio nome e pela falta do "clima necessário".[2]

[1] Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevistas, 6 de agosto de 1981 e 6 de agosto de 1982.

[2] 'A mocidade paulista despertou e luta pela democracia!', *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 27 de junho de 1942.

O tema do trote, aplicado nos calouros das arcadas em abril, foi ridicularizar Mussolini, Hitler e Tojo. Os paulistas observaram os calouros, caracterizados para se assemelharem aos líderes do Eixo, marchando e discursando. Depois que um 'Mussolini' calvo saudou a multidão no largo de São Francisco, um grupo de calouros, incluindo um 'Hitler' coberto de medalhas e um 'Tojo' sorridente (representado por um calouro de origens japonesas), desfilou pelas ruas. Os convites para a peruada, enviados em maio, foram decorados com caricaturas de Mussolini, Hitler e Tojo. "O *show*", escreve Arrobas Martins, "foi um modo indireto de atingir o ditador nacional".[3]

Em maio, os organizadores da malograda Associação Democrática Acadêmica adotaram um novo nome. Arrobas Martins ressalta que foram "inspirados no movimento nacionalista que já existia em São Paulo" ao decidirem chamar sua associação de Liga Acadêmica de Defesa Nacional. Um manifesto adequado, endereçado à 'mocidade brasileira', foi assinado por Rui de Azevedo Marques, Rodrigo Barjas Filho, Wilson Rahal, Edgard Barreira Matos, Petronio Fernal, Rubens Lessa Vergueiro, Roberto Costa Ferreira, Israel Dias Novaes, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Rui do Amaral, João Nery Guimarães e Ênio de Novais França.[4]

Conforme o manifesto, "a princípio parecia que esta guerra havia resultado apenas da colisão de dois grandes grupos ideológicos extremados"; agora, era considerada "uma guerra de conquista repugnante, provocada por bárbaros". As potências do Eixo "investiam sem piedade e sem glória contra o mundo civilizado". Salientando que prudência era covardia, e neutralidade, impensada, o manifesto lembrava aos seus leitores que "o povo brasileiro de há muito tem dado provas constantes e inequívocas de seu amor à democracia". E seguia adiante dizendo que "na Faculdade de Direito de São Paulo — núcleo cívico

[3] *Diário da Noite*, 8 de abril de 1942. Convite para a peruada do território livre do largo de São Francisco, maio de 1942. Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944), p. 8.

[4] 'A mocidade paulista despertou e luta pela democracia!' 'À mocidade brasileira', manifesto impresso, lançando a Liga Acadêmica de Defesa Nacional.

de mais antiga presença nas páginas de nossa história — surge agora a *Liga Acadêmica de Defesa Nacional*, como uma afirmação de fé e como uma disposição de luta". O manifesto alertava contra "a traiçoeira técnica de infiltração do Eixo" e definia os objetivos da Liga, como o combate contra atividades antibrasileiras e a defesa do ideal democrático.[5]

Com satisfação, a Liga Acadêmica de Defesa Nacional tomou conhecimento de que estudantes em Salvador, Bahia, haviam recentemente feito "uma passeata monstro" com cartazes exigindo a demissão dos professores verdes (integralistas). Uma nota da Liga felicitou os baianos pela demonstração de brasilidade e amor à democracia.[6]

Em Porto Alegre, em fins de junho, Arrobas Martins e Ênio de Novais França, estudante do segundo ano, expressaram a esperança de que os estudantes do Rio Grande do Sul criassem uma associação, tendo laços com a Liga Acadêmica de Defesa Nacional. Os dois estudantes de Direito de São Paulo alertaram os gaúchos contra quinta-colunistas, integralistas, "o perigo amarelo", e disseram-lhes que "é numeroso o elemento estrangeiro e entre ele não faltará quem leve às últimas conseqüências seu entusiasmo pelo fascismo". Também comunicaram aos gaúchos que, em São Paulo, estudantes esperavam utilizar o rádio e o Teatro Municipal durante uma semana, fazendo propaganda para uma Noite Democrática, quando pessoas influentes profeririam palestras. Dentre os conferencistas, cuja presença era aguardada pelos estudantes, estava Lindolfo Collor, gaúcho que havia apoiado a Revolução Constitucionalista de 32 e o *putsch* anti-Vargas em maio de 1938.[7]

[5] 'À mocidade brasileira'.

[6] A Liga Acadêmica de Defesa Nacional, 'Grandes manifestações públicas dos acadêmicos baianos pela defesa nacional e contra o Eixo' (folha impressa).

[7] 'A mocidade paulista despertou e luta pela democracia!'

2. UM NOVO MANIFESTO DO LIBERTADOR (11 de agosto de 1942)

Não foi difícil incitar passeatas contra o Eixo a partir de março de 1942. Naquele mês, os alemães afundaram um submarino brasileiro, o *Cairu,* com a perda de 53 vidas. Embora o governo de Vargas, em represália, tivesse ordenado o confisco de alguns dos fundos dos súditos do Eixo no Brasil, navios continuaram a ser afundados. Os alemães torpedearam mais oito navios brasileiros em maio, junho e julho, e com isso mais 26 vidas foram sacrificadas. Passeatas anti-Eixo em todo o Brasil levavam, com freqüência, à depredação de lojas cujos donos eram alemães.

Sob tais circunstâncias, o Partido Acadêmico Libertador redigiu seu manifesto de 11 de agosto aos estudantes de Direito.[1] O manifesto declarava que "aqueles mesmos colegas dos sorrisos descrentes, aqueles mesmos cuja pusilanimidade não lhes permitia revelar o credo adotado são hoje os primeiros a alardear convicções democráticas, a inscrever-se nas hostes pan-americanistas". O Partido Libertador dizia que "não queremos, não podemos acreditar na hipocrisia dos moços. Se se engrossam as nossas fileiras, só queremos ver nisso motivos para júbilo".

O manifesto afirmava que a Faculdade de Direito somente adquiriu "consciência política" com o aparecimento do Partido Libertador, e salientava que este se havia mantido fiel à sua posição inicial, anunciada em abril de 1940, apesar de céticos

[1] 'O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito', quatro páginas impressas, 11 de agosto de 1942.

que achavam impossível tal coerência, na época de reviravoltas políticas e "adesionismos de última hora".

O manifesto também falava que o Partido Libertador não apresentava somente uma plataforma de realizações materiais e não se propunha, egoisticamente, a apenas reformar o ambiente acadêmico. "Lançava as suas vistas mais longe, alcançando os limites da pátria. Sabia perfeitamente que, há mais de um século, a academia de São Paulo vem fazendo sentir, em todo o Brasil, o valor da sua cultura, o calor da sua dedicação patriótica, o fragor das suas lutas políticas."

O manifesto declarava que os brasileiros vinham escutando "cantilenas nefandas dos adeptos das doutrinas defensoras do assassínio da personalidade humana, tidas como única salvação para o mundo de nossos dias". A juventude, dizia o manifesto, perdera a fibra de lutadora. "Os moços viviam à sombra da sua tradição, de braços cruzados, numa imobilidade criminosa. Na maioria, fugiam à responsabilidade, desertavam à perspectiva da luta, e acovardavam-se na iminência do perigo. Eram amorfos, pastosos, indefinidos, acomodatícios." Neste cenário, dizia o manifesto, o Partido Libertador havia desfraldado o seu pendão de liberdade, justiça e democracia.

Duas mil cópias do manifesto de quatro folhas foram impressas. Este estopim para a disputa eleitoral anual de novembro foi assinado pela Comissão Diretora do Libertador. Omitidos da versão impressa estavam os nomes dos membros da comissão: Fernando Pereira da Rocha Filho, Ênio de Novais França, Fernando Jacob, Fernando José Fernandes, Germinal Feijó, Heitor Borelli de Alvarenga Freire (Morango), Horácio Cherkaski, João Nery Guimarães, Luís Arrobas Martins, Renato Macedo, Roberto de Abreu Sodré, Rui do Amaral, Rui de Azevedo Marques, Vítor Tieghi e Zwinglio Ferreira.[2]

[2] 'O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito', cópia datilografada (dez páginas).

3. O COMÍCIO NA PRAÇA DA SÉ (18 de agosto de 1942)

Entre 15 e 17 de agosto, cinco navios brasileiros foram afundados pelos alemães a 30 quilômetros das costas dos Estados da Bahia e Sergipe. Neste selvagem ataque cerca de 600 vidas foram sacrificadas. A 18 de agosto passeatas anti-Eixo foram realizadas do norte ao sul do Brasil. No Rio de Janeiro, uma multidão exigindo enfurecidamente "guerra" e "vingança" cercou o Palácio Guanabara. Líderes da UNE, da CBDU e de associações de estudantes universitários na capital federal fizeram uma investida contra o Clube Germânico do Rio de Janeiro a 18 de agosto.[1]

Ao chegarem às arcadas na manhã de 18 de agosto, os estudantes de Direito de São Paulo pediram que as aulas fossem suspensas para que se realizasse uma reunião de professores e alunos. O pedido foi atendido e a Sala João Mendes Júnior ficou repleta naquela manhã. Depois de cantado o hino nacional, o primeiro orador do Centro, Luís de Azevedo Soares, proferiu o discurso de abertura que foi interrompido por brados contra as potências totalitárias e em favor do Brasil e das democracias. Os discursos seguintes foram feitos por membros do corpo docente.

Waldemar Ferreira declarou que "a democracia brasileira é a democracia norte-americana. O nosso apoio aos Estados Unidos deve ser positivo e incondicional". O professor Noé Azevedo ficou tão emocionado que chorou ao pronunciar sua vibrante oração, pedindo que se erguesse um dique contra a onda destrutiva do imperialismo fascista; citou também Rui Barbosa acerca da impossibilidade de neutralidade em um conflito entre o crime e o que é correto.[2]

Vicente Ráo, "frisando que há muito vinha sentindo a sua alma estranhar a frieza dos moços desta época que parecem esquecidos das velhas tradições da Casa", esperava que, "diante desta afronta, a alma juvenil da mocidade se erguesse em brados, pedindo que fosse mantida a nossa dignidade e a nossa honra". Arrobas Martins, respondendo ao que havia sido dito pelo professor Vicente Ráo, e afirmando que "a alma da mocidade brasileira jamais se congelara porque ela é como o símbolo da pátria", ressaltou que esse silêncio fora "ditado pelos inimigos das afirmativas e atitudes enérgicas, que procuravam adiar as manifestações de desafronta da mocidade até que chegasse o momento em que se pudessem definir sem riscos". Cardoso de Melo Neto encerrou a reunião cumprimentando Arrobas Martins e anunciando que as aulas seriam suspensas naquele dia em sinal de protesto.[3]

Arrobas Martins pegou a bandeira brasileira e pediu aos estudantes que fossem para fora com ele a fim de realizarem um comício. Arrobas, entretanto, foi detido pelo major Olinto França (conhecido como 'major Bárbara'), oficial do Exército que havia sido enviado pelo governo central para chefiar a Superintendência da Ordem Política e Social de São Paulo. O major, tentando manter a ordem, ameaçou usar metralhadoras para evitar que os estudantes deixassem o prédio. O professor Benedito de Siqueira Ferreira exclamou: "Supunha que essas metra-

[1] *Correio Paulistano*, 19 de agosto de 1942. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942. Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 169-170. José Gomes Talarico, entrevista, 17 de julho de 1982.

[2] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 8. *Folha da Noite*, 18 de agosto de 1942. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942. A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 307. Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945*, p. 303.

[3] *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942. A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 307-308. A Comissão Diretora do Partido Acadêmico Libertador, 'A bem de verdade', outubro de 1942.

lhadoras eram para combater o inimigo do Brasil. Vejo agora que são para matar os estudantes!"[4]

Apesar do major, os estudantes aglomeraram-se no largo de São Francisco. Lá e em qualquer outro lugar da cidade estudantes-oradores convocavam as multidões nas ruas para que comparecessem a um grande comício que se realizaria na praça da Sé às seis da tarde naquele dia.

Os líderes do Centro Onze de Agosto nomearam uma comissão para organizar a reunião.[5] A comissão, tipo de frente unida com diferentes pontos de vista,[6] era constituída por Oscar Bressane (presidente), Arthur Octavio de Camargo Pacheco, Fernando José Fernandes, Fernando Pereira da Rocha Filho, Germinal Feijó, Gilberto Quintanilha Ribeiro (irmão do ex-presidente do Centro), Horácio Cherkaski, Jarbas Teixeira de Carvalho, Jorge Mesquita Mendonça, Lenício Pacheco Ferreira, Luís de Azevedo Soares, Luís Arrobas Martins, Rivaldo Assis Cintra, Roberto de Abreu Sodré, Wilson Rahal e Hélio Mota (transferido da Faculdade de Direito de Niterói que se uniu ao Partido Conservador).

A comissão publicou uma nota bem grande acerca do comício monstro no vespertino *Folha da Noite*. A nota "convocava o povo de São Paulo para uma enérgica demonstração de civismo" e pedia aos estudantes que chegassem ao largo de São Francisco uma hora antes do comício da praça da Sé. A *Folha da Noite* também anunciava a leitura, no comício, de um telegrama a ser enviado a Vargas, em nome dos estudantes de São Paulo, exigindo que o Brasil declarasse guerra ao Eixo. Além disso, o vespertino revelava que o Centro Onze de Agosto havia decidido fundar a Legião Universitária Brasileira com o objetivo de unir estudantes e outros para apoiar os ideais democráticos e as Nações Unidas.[7]

[4] Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 307-308. Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 8.
[5] 'Campanha nacionalista do Centro Acadêmico Onze de Agosto', *Diário da Noite*, 22 de agosto de 1942.
[6] Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevista, 6 de agosto de 1982.
[7] *Folha da Noite*, 18 de agosto de 1942. 'Merecida homenagem à memória do dr. Oscar Augusto de Barros Bressane', *A Gazeta*, 9 de janeiro de 1949.

Membros da comissão do Centro organizadora da reunião deram início a um movimento para que todas as bandeiras de São Paulo fossem hasteadas a meio pau. Os organizadores também visitaram o quartel-general da Segunda Região do Exército e o gabinete do secretário de Segurança do Estado, Acácio Nogueira. Maurício Cardoso, comandante da Segunda Região Militar, após a reunião com os estudantes, falou a repórteres sobre "sua convicção de que os estudantes se reuniriam em perfeita ordem, disciplina e respeito às autoridades". Acácio Nogueira (um bucheiro) avisou à comissão dos estudantes para evitar "perturbações desaconselháveis". Ao mesmo tempo, concordou em providenciar um microfone e uma banda de música da polícia. Depois que os estudantes deixaram seu escritório, Acácio Nogueira telefonou para os chefes das unidades de polícia (Força Policial, Segurança Política e Social, Guarda Civil e Polícia Especial) a fim de que seus homens ficassem de alerta para evitar "qualquer perturbação da ordem". Também telefonou ao ministro da Justiça de Vargas, Alexandre de Marcondes Filho, para informá-lo sobre o comício marcado para aquela noite.[8]

O comício, por muito tempo na lembrança de todos, atraiu uma enorme multidão ("uma onda humana", segundo a imprensa). Cherkaski manteve o estandarte da Faculdade de Direito no topo do mastro, um dever cumprido tradicionalmente pelo vice-presidente do Centro. Cartazes imensos diziam que "o Centro Onze de Agosto chora com a pátria ofendida" e que "A pátria foi ultrajada!" Os estudantes não eram os únicos a usar gravatas pretas e pedaços de crepe preto pregados na lapela. Professores e outros convidados especiais da comissão do Centro tomaram seus lugares nos degraus da catedral da Sé. A banda, fornecida pela Guarda Civil, tocou o hino nacional e a canção do Soldado.[9]

[8] 'De São Paulo', *Nação brasileira*, Rio de Janeiro, setembro de 1942. *Folha da Noite*, 18 de agosto de 1942. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942.
[9] Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981. *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942. *Correio Paulistano*, 19 de agosto de 1942.

O discurso de abertura do orador do Centro, Luís de Azevedo Soares, terminou com as palavras seguintes: "A espada de Caxias, desembainhada neste instante, só poderá ser embainhada com honra." Azevedo Soares foi seguido por Germinal Feijó, Fernando José Fernandes e Wilson Rahal (que alertou os presentes contra quinta-colunistas escondidos em toda parte e "mascarados com a desbotada camisa verde do integralismo"). Outros oradores foram Antônio Carlos de Abreu Sodré e o professor Cardoso de Melo Neto.

O telegrama a Vargas foi lido. Levando a assinatura de Bressane, presidente do Centro, dizia que "a mocidade acadêmica e o povo de São Paulo, irmanados em comício público pelo mesmo sentimento de revolta ante a bárbara agressão..., apontam a Vossência como verdadeira resposta..., a imediata declaração de guerra aos vândalos totalitários..."[10]

Arrobas Martins falou à multidão que há muito tempo o povo esperava esta 'manifestação da juventude'. "Hoje", acrescentou ele, "a mocidade veio para a rua com a alma enlutada... veio demonstrar que a mocidade, que fez a Abolição e a República, que acompanhou Rui na campanha civilista, que aplaudiu Bilac na propagação do serviço militar obrigatório, é e permanecerá a mesma, sempre a primeira a chorar quando a pátria chora, a vibrar de entusiasmo quando a pátria vibra, a pegar em armas quando a pátria pede o seu sacrifício".

A multidão, que incluía membros da alta sociedade paulista, ouviu um emocionante discurso de encerramento proferido por Rivaldo Assis Cintra e, então, uniu-se aos estudantes em uma marcha pelas ruas e que terminou no largo de São Francisco.[11]

[10] 'Merecida homenagem à memória do dr. Oscar Augusto de Barros Bressane'.
[11] *O Estado de S. Paulo*, 19 de agosto de 1942.

4. A CAMPANHA NACIONALISTA E SUA CARAVANA (setembro-outubro de 1942)

Depois do comício na praça da Sé, choveram mensagens de congratulações no Centro Onze de Agosto, assim como cartas denunciando quinta-colunistas. A fim de investigar as denúncias, os membros da diretoria do Centro criaram um novo departamento e nomearam Camilo de Souza Coelho, estudante do quinto ano, para dirigi-lo. As congratulações foram respondidas com agradecimentos em notas publicadas na imprensa, assinadas por Bressane, presidente do Centro. As notas expressavam a certeza de "não esmorecer os entusiasmos que ligaram, em aliança indissolúvel, as aspirações da mocidade aos destinos democráticos da pátria".[1] A comissão que organizou o comício na praça da Sé passou a ser permanente, coordenando uma nova campanha que ficou conhecida como a Campanha Nacionalista do Centro Acadêmico Onze de Agosto.

Enquanto a comissão fazia planos para realizar uma grande celebração patriótica a 25 de agosto (Dia do Soldado), Vargas se comunicava com Roosevelt. A 21 de agosto o presidente autorizou Aranha, ministro das Relações Exteriores, a enviar notas informando aos governos da Alemanha e da Itália que os atos de guerra praticados contra o Brasil haviam criado um estado de beligerância. Após uma reunião do Ministério no dia 22, uma declaração pública revelou que o Brasil se achava em guerra com a Alemanha e a Itália. O Japão, segundo informações extra-

[1] 'Campanha nacionalista do Centro Acadêmico Onze de Agosto', *Diário da Noite*, 22 de agosto de 1942. 'Os estudantes de Direito ao povo de São Paulo', *A Gazeta*, 21 de agosto de 1942.

oficiais, não havia cometido nenhum ato de agressão contra o Brasil.

A declaração de guerra ao lado das democracias foi encarada da seguinte maneira pelos ativistas anti-Vargas: "Sabíamos que esse ato facilitaria o nosso combate à ditadura interna e apressaria a sua queda".[2] A declaração de guerra foi aclamada em um comício no largo de São Francisco a 22 de agosto, dando um significado especial ao Dia do Soldado. Reunindo-se no pátio da Faculdade de Direito a 25 de agosto, o Centro decidiu enviar um telegrama a Vargas que, assinado por Bressane, "vem solicitar a Vossência, neste momento em que todos os brasileiros clamam por uma união sagrada, esquecendo partidarismos e dissenções antigas, a volta dos exilados políticos". Embora cópias do telegrama tivessem sido distribuídas à imprensa pelo Departamento de Propaganda e Expansão do Centro, nenhum jornal o publicou. Um deles acusou "falta de papel".[3]

Apesar do telegrama e do fato de que os ativistas anti-Vargas estavam aproveitando a nova situação para divulgar notas sobre "os destinos democráticos da pátria", o secretário de Segurança de São Paulo, Acácio Nogueira, acreditava que "graças a sua habilidade e finura psicológica" e à declaração de guerra do Brasil, os estudantes se haviam transformado em eficientes colaboradores do governo. "Em São Paulo", declarou o secretário à imprensa, "os moços universitários esqueceram os últimos resquícios de incompreensão e formam fileiras cerradas em torno da interventoria".[4]

No entanto, para certificar-se de que os estudantes-oradores de Direito não ficariam fora do seu alcance durante a caravana da Campanha Nacionalista, o secretário de Justiça, Abelardo Vergueiro César, mandou que dois membros da Superintendência da Ordem Política e Social os acompanhassem.[5] A caravana de estudantes-oradores, descrita ao secretário de Justiça como uma

[2] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 8.
[3] 'Merecida homenagem à memória do dr. Oscar Augusto de Barros Bressane', *A Gazeta*, 9 de janeiro de 1949. Oscar Bressane, telegrama a Vargas, 25 de agosto de 1942 (e nota escrita à mão na cópia).
[4] 'Perfeita identificação dos universitários paulistas com o governo', *O Estado de S. Paulo*, 9 de setembro de 1942.
[5] Horácio Cherkaski, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1981.

campanha para fortalecer o fervor patriótico e antiquinta-colunistas no norte do Estado, recebeu assistência financeira do governo estadual. A caravana partiu de trem a 25 de setembro e era constituída por Horácio Cherkaski (líder), Arrobas Martins, Germinal Feijó, Roberto de Abreu Sodré, Wilson Rahal, Lenício Pacheco Ferreira, Luís Francisco da Silva Carvalho, Rui Nazaré, Benjamim Augusto Pereira de Queiroz, Aluísio Álvarez Cruz e Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva.

Em São José do Rio Preto e em muitas cidades pequenas, os estudantes uniram-se a oradores locais a fim de promover "a luta pela liberdade do Brasil e das Nações Unidas". Notas afixadas antes da chegada da caravana faziam propaganda das mensagens que seriam trazidas por "brilhantes oradores" da embaixada da Faculdade de Direito, pioneira de "tão memoráveis campanhas cívicas". As recepções foram encorajadoras. Antes do final da campanha, que se estendeu até a segunda metade de outubro, os dois agentes do governo, que deveriam controlar os caravanistas, acabaram por se tornar seus amigos.[6]

Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, que deixou a caravana em meados de outubro, falou ao *Diário de S. Paulo* dos aplausos entusiásticos que receberam os discursos de Arrobas Martins e Benjamin Pereira de Queiroz.[7]

[6] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica...', p. 9. *Diário de S. Paulo*, 26 de setembro de 1942. 'Ao povo de Cedral', nota de uma página, Cedral, 29 de setembro de 1942. 'Campanha nacionalista', nota de uma página, Catanduva, 2 de outubro de 1942. *Folha da Manhã*, 6 de outubro de 1942. Cherkaski, entrevista, 3 de agosto de 1981.
[7] *Diário de S. Paulo*, 17 de outubro de 1942.

5. O V CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES (setembro de 1942)

Arrobas Martins e Benjamin Pereira de Queiroz, elogiados por Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, foram escolhidos candidatos do Libertador para primeiro e segundo oradores na prévia do partido a 16 de setembro. Devido à teimosia de Arrobas Martins e à aparência de Benjamin Pereira de Queiroz (filho de um juiz), os dois ficaram conhecidos como 'Potranca' e 'Basil Rathbone' (ator de cinema), respectivamente.

Na prévia, Jarbas Teixeira de Carvalho derrotou Astolfo Monteiro da Silva ('Biquinho') na disputa pela indicação para presidente do Centro. Jarbas, amigo de Roberto Victor Cordeiro, fazia parte da comissão que organizou o comício na praça da Sé e a Campanha Nacionalista. Não havia sido libertador desde o início; como candidato de um terceiro partido para tesoureiro em 1940, alcançara a vitória graças ao pacto com Cherkaski, que ajudou a colocar o libertador Luís Leite Ribeiro na presidência. Dentre os outros escolhidos na prévia do Libertador em 1942, estavam Paulo Henrique Meinberg (diretor da caravana artística que visitou a Bahia em 1941), candidato vice-presidencial, e Carlos Eduardo de Camargo Aranha (parente de Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, e participante da resistência anti-Vargas),[1] candidato a procurador.

[1] *O Estado de S. Paulo*, 17 de setembro de 1942. *A Noite*, 3 de outubro de 1942. 'Solucionando o caso Miguel Reale', *Correio Paulistano*, 1.º de agosto de 1943. Carlos Eduardo de Camargo Aranha, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1982. José Bonifácio Coutinho Nogueira, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1982.

No dia anterior à prévia dos libertadores, os conservadores Bressane e Luís de Azevedo Soares (primeiro orador do Centro) desempenharam importantes papéis no Rio como líderes da delegação das arcadas na sessão de abertura do V Conselho Nacional de Estudantes (o IV havia sido realizado dois anos antes). O presidente da UNE, Luís Pinheiro Paes Leme, e Luís de Azevedo Soares expressaram a gratidão dos estudantes a Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos, por uma carta e fotografia autografada pelo presidente Roosevelt.[2] O evento se realizou no ex-Clube Germânico que havia se transformado, graças a Vargas, na sede da UNE.[3]

As sessões do Conselho, durante mais de uma semana,[4] foram caracterizadas por discursos patrióticos e pelo *suspense* que antecedeu a uma eleição fechada para a diretoria da UNE. Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, trabalhou pela eleição de Hélio de Almeida, estudante de Engenharia do Rio, para a presidência da UNE, enquanto partidários do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, favoreceram a Sebastião Pinheiro Chagas, estudante de Direito em Minas.[5] José Gomes Talarico, partidário de Hélio de Almeida, recorda que foi gasto muito dinheiro na campanha de Pinheiro Chagas e que os adeptos do mineiro faziam campanhas "todas as noites nos cassinos Atlântico e da Urca"[6] para arrecadar votos (que seriam dados por mais de 300 delegados-eleitores).[7] Capanema, ministro da Educação, um mineiro ligado a Dutra, tendia para o lado de Pinheiro Chagas.[8]

Os partidários de Hélio de Almeida incluíam o presidente da UNE, Paes Leme, os estudantes comunistas e os delegados do Centro Onze de Agosto. Esperava-se que os delegados das outras faculdades de São Paulo, considerados pró-Vargas,[9] votassem

[2] *O Estado de S. Paulo*, 16 de setembro de 1942.
[3] Ibid. José Gomes Talarico, entrevista, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1982.
[4] *O Estado de S. Paulo*, 16-23 de setembro de 1942.
[5] Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 172-173.
[6] José Gomes Talarico, fitas no CPDOC.
[7] Hélio de Almeida, entrevista, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1982.
[8] Poerner, pp. 172-173.
[9] Ibid.

em Pinheiro Chagas. Na véspera da votação, Euclides Aranha, estudante do Rio, levou os delegados paulistas até a residência de seu pai, Osvaldo Aranha. O ministro das Relações Exteriores lhes disse que Hélio de Almeida era melhor democrata que a escolha de Dutra e acrescentou que, se eles votassem no carioca, "talvez eu possa ajudar vocês no futuro".[10] São Paulo deu a vitória a Hélio de Almeida por uma pequena margem de votos.[11]

Informado de que a UNE desejava pedir a Vargas que retirasse os integralistas do governo, Capanema aconselhou os estudantes a nomearem uma comissão para ir até o Palácio do Catete após o encerramento do V Conselho de Estudantes. Os paulistas na comissão de sete, Bressane, Naldo Caparica e Luís de Azevedo Soares, tinham em mente a indicação, por Vargas, no início do ano, de Miguel Reale para o Departamento Administrativo do Estado de São Paulo.

Luís de Azevedo Soares, estudante do quinto ano escolhido para falar com Vargas, havia encontrado o presidente algum tempo antes, como membro de um grupo de estudantes que estava visitando a costa oeste da América do Sul quando a guerra rebentou na Europa. Com a repentina falta de navios, os estudantes conseguiram embarcar no último navio disponível de volta ao Brasil; mas, por não terem podido pagar a passagem, sua bagagem havia sido confiscada e levada para a Alfândega do Rio. Informado de suas dificuldades, Vargas chamou-os ao seu escritório e providenciou para que o governo pagasse as passagens e devolvesse a bagagem aos estudantes.

Agora, em setembro de 1942, Luís de Azevedo Soares explicou ao presidente o propósito da visita da comissão da UNE. O nome de Reale foi mencionado. A comissão achou Vargas paciente e simpático. "Muito bem", disse o presidente, "vou tirar os integralistas e colocar os estudantes em seu lugar!"[12]

10 Hélio de Almeida, entrevista, 20 de julho de 1982.
11 Poerner, p. 173.
12 Luís de Azevedo Soares, entrevistas, São Paulo, 20 de agosto de 1981 e 11 de agosto de 1982.

6. OUTRA DERROTA DO LIBERTADOR (novembro de 1942)

Rivaldo Assis Cintra, o brilhante orador do Conservador, esperava ser o candidato presidencial do seu partido.[1] A decisão estava nas mãos da comissão diretora de 15 membros do Conservador, que incluía Luís de Azevedo Soares, Gilberto Quintanilha Ribeiro, Arthur Octavio de Camargo Pacheco e Fernando Melo Bueno. Este último (conhecido como Melinho), bom orador vindo de família pobre, tinha um emprego no governo e era acusado com freqüência pelos libertadores de ser partidário de Vargas (embora erroneamente).[2]

A comissão diretora escolheu Hélio Mota para concorrer à presidência e Assis Cintra como candidato a primeiro orador. A decisão foi uma homenagem à popularidade de Mota e talvez a outras de suas qualidades. Hélio Mota, embora não fosse conhecido por sua inteligência, era descrito como franco e corajoso. Luís de Azevedo Soares recorda que Mota sabia agir com firmeza, o que era pelo menos tão importante para um presidente do Centro como ser um orador eloqüente.[3]

Hélio Mota, simpático, bem-apessoado e sensato, vinha de uma abastada família de Catanduva e tinha uma vantagem desfrutada por muito poucos estudantes: possuía um carro. Era um dos que poderiam ser vistos ocasionalmente no bar Jequiti,

1 Domenico Martirani, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
2 Trajano Pupo Netto, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1982. João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982. Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevista, 6 de agosto de 1982.
3 Luís de Azevedo Soares, entrevista, 11 de agosto de 1982.

de alto prestígio social, assim chamado por seu fundador, neto do Conselheiro Antônio Prado, porque a árvore jequitibá havia sido o símbolo do PRP.[4]

Mota tinha um grupo que o apoiava no círculo a que Luís de Azevedo Soares pertencia, e um outro dentre o número extraordinariamente grande de 'vagabundos', os transferidos da condescendente Faculdade de Direito de Niterói. Mota era um dos cerca de 50 que vieram para as arcadas depois de um ano em Niterói. Como praticamente todos os participantes dessa excepcional transferência em massa se unira ao Partido Acadêmico Conservador, os libertadores supunham que essa filiação estivesse relacionada a favores que os transferidos indubitavelmente deviam a autoridades que conseguiram a transferência.[5]

Como Rivaldo Assis Cintra, Mota pertencia à comissão organizadora do comício da praça da Sé e da Campanha Nacionalista. Assis Cintra, porém, era considerado um dos melhores oradores anti-Vargas, tendo proferido um forte discurso contra o título honorário para Vargas; Hélio Mota, ao contrário, era visto como apolítico e certamente não era um ativista anti-Vargas. A posição moderada de Mota contrastava nitidamente com a de seu companheiro de quarto, Cory Porto Fernandes, que estudava ao mesmo tempo na Faculdade de Direito e na Escola Livre de Sociologia e Política, localizada nas proximidades. Cory Porto Fernandes, sobrinho do famoso médico socialista, pertencia à esquerda radical.

Quando um repórter de *A Noite* indagou a Hélio Mota acerca da sua plataforma, o candidato presidencial replicou que a coisa mais importante para o Brasil era reagir aos atos de violência praticados contra ele por países totalitários. Disse também que, nesta situação, o Centro Onze de Agosto tinha um papel importante porque "os acadêmicos sempre influíram, por sua vez, no espírito dos ginasianos e colegiais. A nós, moços, não compete apenas adestrarmo-nos no manejo das armas. Torna-se necessário que nos armemos espiritualmente, com idéias, prin-

[4] 'Renome do bar Jequiti', Trajano Pupo Netto, entrevista, 27 de julho de 1982.
[5] José Vasques Bernardes, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982.

cípios e sentimentos que sirvam aos interesses do Brasil".[6] Mota acrescentou que o Partido Conservador tinha dois outros objetivos: 1) assegurar fundos que permitissem finalizar as obras na Casa do Estudante, e 2) obter uma autorização para que estudantes de Direito, chegando ao quarto ano, usassem o título de solicitador-acadêmico; assim, teriam acesso a documentos forenses, o que muito lhes ajudaria no estágio em escritórios de advocacia.[7] Estes dois pontos foram elaborados no manifesto do partido, publicado em *O Conservador* (dirigido por Fernando Melo Bueno e Pedro Brasil Bandecchi).[8]

O Libertador não foi publicado durante esta campanha eleitoral. No entanto o partido imprimiu uma página de elogio a Arrobas Martins com mais de 172 assinaturas e outros tipos de propaganda, não perdendo nenhuma oportunidade para reiterar que o Partido Libertador "não se tornou paladino da democracia à última hora, depois que o Brasil declarou guerra aos totalitários". Dizia que até a guerra ser declarada, os adversários do Libertador haviam às vezes acompanhado a agitação cívica dos libertadores "sem com ela se identificarem", e que em outras épocas, temendo que os discursos eloqüentes "poderiam ofender certas personalidades ainda prestigiosas e prejudicar os seus inconfessáveis intuitos subalternos, recolheram-se ao comodismo fácil e oportunista do silêncio".[9]

Os conservadores divulgaram folhas de propaganda atacando "a única e calamitosa administração" dos libertadores quando, tendo Jarbas Teixeira de Carvalho como tesoureiro, o Baile das Américas havia contribuído com tão pouco para a Casa do Estudante. A redução nas taxas de matrícula, atribuída aos liber-

[6] *A Noite*, 3 de outubro de 1942.
[7] 'Re-solicitador-acadêmico', Renato Pintaudi Macedo, entrevista, São Paulo, 26 de julho de 1982, e João Adelino de Almeida Prado Neto, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1982.
[8] 'Nosso manifesto' (outubro de 1942), *O Conservador*, Ano VII, n.º 11 (novembro de 1942); também publicado separadamente.
[9] 'Aos estudantes de Direito' (pró-Arrobas Martins, quatro páginas impressas). 'A bem da verdade' (propaganda do Partido Libertador, seis páginas datilografadas).

tadores, foi, segundo os conservadores, "fruto exclusivo do dinamismo de Antônio Sylvio Cunha Bueno".[10]

Continuava a diretoria do Conservador: "Examinem-se, também, senão com inteligência, pelo menos com honestidade, todos os manifestos com que se têm apresentado as chapas do Partido Acadêmico Conservador. Todos eles, sem exceção, exprimem, com energia e clareza, nossas convicções democráticas. Nenhum, porém, fugiu às linhas da dignidade acadêmica." Em marcante contraste, diziam os conservadores, estavam os panfletos redigidos por alguns adversários, dispostos a "sacrificar tudo, até mesmo a unidade nacional, tentando gerar a cizânia e semear a desconfiança entre os moços desta velha faculdade". Os conservadores condenavam "a vergonhosa propaganda com que agora investem contra Hélio Mota".[11]

Os libertadores estavam tentando fazer o maior alarde do fato de que Hélio Mota era um 'vagabundo'. Quando parecia que o tiro ia sair pela culatra por ter a Faculdade de Direito tantos transferidos, os libertadores acusaram Mota, o "chefe dos transferidos", de caçar votos de todos os 'vagabundos', negando-lhes o direito e capacidade para discernir.[12]

Anacleto de Oliveira Faria menciona um samba tocado em 1942 que dizia: "Eu não sou daqui, eu sou de Niterói." "No dia da eleição", escreve ele, "foi montado no pátio da faculdade um toca-discos no qual foi colocado em alto volume o disco da referida música. Entretanto, muito não se fez soar o dito samba. Um comando do candidato agravado destruiu disco e toca-discos depois de luta corporal que envolveu, em plenas arcadas, dezenas de estudantes".[13]

A contagem de votos na noite de 16 de novembro revelou que os conservadores haviam conquistado o maior número de votos jamais dado a um partido durante os 39 anos do Centro Onze de Agosto. Hélio Mota obteve 514 votos contra os 391 de Jarbas Teixeira de Carvalho. A margem de 123 votos para Mota foi a maior em qualquer eleição recente para presidente, e o seu voto total excedeu o de qualquer um dos conservadores da sua chapa.

Nenhum libertador conquistou um único lugar — nem mesmo nas comissões de redação e sindicância. Os 490 votos de Abel Newton de Oliveira Penteado conseguiram-lhe a vice-presidência (contra os 382 votos para Meinberg). Rivaldo Assis Cintra, candidato a primeiro orador, recebeu 470 votos contra os 315 para Arrobas Martins.[14]

Além de perderem a eleição, os libertadores estavam para perder alguns de seus líderes que iriam se formar. Os seis membros da comissão diretora formandos eram: Roberto de Abreu Sodré, Fernando Pereira da Rocha Filho, Fernando José Fernandes, Horácio Cherkaski, Rui do Amaral e Rui de Azevedo Marques. Dentre os outros formandos no final de 1942 estavam Wilson Rahal e seu amigo Antônio Costa Corrêa (que se havia retirado das atividades de resistência da Faculdade após o casamento com a irmã de Germinal Feijó em março).

[10] A Comissão Diretora do Partido Acadêmico Conservador, 'Desespero ou má fé?' Vide também A Comissão Diretora do Partido Acadêmico Conservador, 'Acautelando a opinião acadêmica' (14 de setembro de 1942).
[11] Ibid.
[12] João Nery Guimarães, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1981. 'A bem da verdade'.
[13] Anacleto de Oliveira Faria, *A geração acadêmica de 1941/1945*, p. 305.
[14] *A Gazeta*, 17 de novembro de 1942, p. 5.

Parte VII

Arrobas e a Frente pela Democracia (1943)

1. O DISCURSO DE ARROBAS À SOCIEDADE AMIGOS DA AMÉRICA (22 de maio de 1943)

A julgar pelos primeiros meses do ano letivo de 1943, não parecia que este seria o ano mais memorável da resistência anti-Vargas na Faculdade de Direito de São Paulo. O calouro José Bonifácio Coutinho Nogueira, filho mais novo de Paulo Nogueira Filho, escreveu mais ao final do ano:

> Entramos para a tradicional Faculdade de Direito de São Paulo numa época em que predominava no cenário da política nacional a mentalidade acomodatícia daqueles que só sabem respirar no ambiente do marasmo... E os primeiros seis meses da academia confirmaram as nossas tenebrosas previsões. Vivemos todo um semestre de ataraxia, silêncio e acovardamento, até que veio o Congresso Nacional dos Estudantes [julho].[1]

Os meses de 'inércia' foram marcados pelo desenvolvimento do Departamento de Aeronáutica do Centro Onze de Agosto, dirigido por Lenício Pacheco Ferreira, Fernando Prado e Tolstoi de Carvalho Melo. Em meados de 1943, três aviões para treinamento já haviam sido doados ao departamento, graças em parte à campanha em jornais do editor Assis Chateaubriand a fim de levantar fundos para o treinamento de pilotos. Os estudantes de

[1] José Bonifácio Coutinho Nogueira, '1943' (uma página escrita à mão), São Paulo, 12 de novembro de 1943.

Direito fizeram cursos em aviação, ganharam o brevê e foram aceitos na reserva da Força Aérea Brasileira.[2]

O que de importante ocorreu na frente anti-Vargas durante os meses de 'inércia' foi o interesse demonstrado por Hélio Mota, presidente do Centro, pelas idéias de Arrobas Martins. Seu interesse coincidiu com o esfriamento nas suas relações com o primeiro orador, Rivaldo Assis Cintra, e o grupo que controlava seu partido, grupo este que, em outubro de 1942, havia escolhido Hélio Mota para ser candidato presidencial.[3] Arrobas Martins escreve que "quando o presidente foi Hélio Mota, em 1943, também o Centro (como em 1941) foi colocado a serviço da nossa causa, mas porque Hélio se aproximou de nós por decisão própria, inclusive indicando-me para falar em nome do Centro em quase todas as oportunidades embora eu não me tivesse conseguido eleger primeiro orador da entidade".[4]

Nesta época, Arrobas se havia tornado membro da Bucha, embora nunca ninguém o tivesse sabido por seu intermédio. Assistia às sessões secretas à luz de velas, realizadas à noite em residências escondidas. Em pelo menos uma destas ocasiões (esta numa mansão na avenida Higienópolis), o porteiro-chefe da Faculdade de Direito, José Epaminondas de Oliveira, montou guarda no jardim do lado de fora. Na Faculdade, Epaminondas, um negro, supervisionava o trabalho dos bedéis que eram indicados para os professores.

Hélio Mota escolheu Arrobas para falar em nome dos estudantes de São Paulo na reunião realizada no Teatro Municipal em maio de 1943 para a instalação da diretoria local da Sociedade Amigos da América. Esta sociedade havia sido criada em fins de dezembro do ano anterior na residência do Rio do general Manoel Rabelo. Rabelo, membro do Supremo Tribunal Militar, que criticou o que ele chamou de fracasso do governo ao implementar sua decisão de entrar na guerra, havia sido aclamado por membros da diretoria da UNE e outros líderes estu-

[2] *O Onze de Agosto*, 1943, p. 35. *O Onze de Agosto*, 1946, p. 118. Paulo Henrique Meinberg, entrevista, São Paulo, 2 de agosto de 1982.
[3] Domenico Martirani, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
[4] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 5.

dantis, tais como Germinal Feijó.[5] No início de janeiro de 1943, após tornar-se presidente da Sociedade Amigos da América, Rabelo falou em São Paulo: "São Paulo nunca esteve, nem estará, ao serviço da tirania, da opressão, do embuste. Marcharemos juntos lutando pela liberdade." Dutra, ministro da Guerra, reclamou com Vargas que a conduta de Rabelo era desmoralizante para o governo e que poderia tornar-se um "alarmante motivo de subversão"; também frisou que Rabelo, quando em São Paulo, "estivera sempre cercado de elementos suspeitos de comunistas". Rabelo, na sua versão a Vargas, criticou "a obstinada e doentia preocupação do Sr. general Dutra em enxergar por toda parte o perigo comunista quando ninguém mais sente a iminência desse perigo, sobretudo depois que a Rússia se aliou às Nações Unidas na luta contra os totalitários e principalmente depois na extinção do Komintern e da sua adesão à Carta do Atlântico. Dessa aliança, aliás, também participa o Brasil".[6]

Quando Rabelo voltou a São Paulo a 22 de maio de 1943, foi para a posse da diretoria local da Sociedade, chefiada pelo médico Sinésio Rangel Pestana, de 69 anos. A cerimônia, realizada à noite no Teatro Municipal repleto, caracterizou-se por discursos proferidos por Sinésio Rangel Pestana, Arrobas Martins, general Rabelo e pelo professor Ernesto Leme.[7] O discurso de Arrobas eletrizou a platéia, tendo sido interrompido várias vezes por aplausos; depois que terminou, a platéia o aplaudiu de pé. Arrobas, que detestava escrever discursos com antecedência, usava o mínimo de notas possível. No entanto, suas frases eram tão bem construídas que os ouvintes mal podiam crer que não haviam sido preparadas.[8]

Arrobas frisou, de início, a única credencial com que se acrescentava para falar: a ter pertencido sempre a um grupo de

[5] Germinal Feijó, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1979. Paulo Silveira, entrevista, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1967.
[6] *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, 1.º de janeiro de 1943. *A Sociedade Amigos da América em 1943* (panfleto de 20 páginas). Eurico Gaspar Dutra, carta a Vargas, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1943 (papéis de Vargas, CPDOC). Manoel Rabelo, 'Exposição de motivos' a Vargas (impresso) (papéis de Vargas, CPDOC).
[7] Convite redigido por Hélio Mota e outros, 21 de maio de 1943.
[8] Maria Alice Arrobas Martins, entrevista, São Paulo, 4 de julho de 1981.

moços que vem mantendo acesa a chama dos ideais democráticos de justiça, liberdade, respeito à pessoa, pan-americanismo ativo, solidariedade humana. Declarou que a juventude estudiosa havia recebido a constituição da Sociedade Amigos da América, pelos seus princípios, "com o desejo inabalável de esmagar a víbora nazista que, em nossa terra, se veste de verde; com a vontade firme de trazer para a rua o pan-americanismo teórico; com o propósito retilíneo de consolidar, entre a nossa gente, os princípios verdadeiramente democráticos". Para dar o que ele chamou de testemunho da juventude sobre a situação, Arrobas citou Disraeli: "Vivemos em uma época em que já não podem ser sinônimos mocidade e indiferença."

Arrobas acusou a "malta integralista" de sabotar o futuro do Brasil e de tentar assassinar traiçoeiramente a vocação brasileira de liberdade. Concluindo, Arrobas citou as palavras de Rui Barbosa acerca da Primeira Guerra Mundial: "Deus desencadeou a conflagração não para consumir o gênero humano, mas para o salvar. Da grande calamidade vão emergir grandes renovações. Cairão os governos do arbítrio e surgirão os governos da lei."[9]

O general Rabelo, fazendo um retrospecto para sua platéia paulista do progresso feito no último ano, elogiou as vitórias dos aliados em Stalingrado e Túnis. Louvou o plano do Brasil, anunciado por Vargas a 31 de dezembro de 1942, de enviar uma grande tropa de infantaria para lutar no exterior.[10] Deixando São Paulo, Rabelo viajou por todo o Brasil fundando sedes locais da Sociedade Amigos da América, e, ao mesmo tempo, Feijó ajudava a estudantes das várias faculdades de São Paulo na criação do Departamento Universitário da Sociedade Amigos da América.[11]

9 *Diário de S. Paulo* e *Correio Paulistano*, 23 de maio de 1943.
10 Ibid.
11 Pequena nota acerca do Departamento Universitário da Sociedade Amigos da América. *O Libertador*, Ano IV, n.º 9 (setembro 1943).

2. O CISMA DO PARTIDO LIBERTADOR (junho de 1943)

Uma cisão no Partido Libertador vinha sendo cozinhada há mais de um ano. A agressiva ala anti-Vargas acusava a facção mais moderada de utilizar apenas métodos nominais e ineficazes na oposição à ditadura brasileira.[1] A facção mais moderada, por sua vez, culpava a ala agressiva de lhe fazer acusações injustas e de se considerar a dona da verdade. Os libertadores moderados supunham que a ala agressiva e apaixonada de seu partido tinha ligações com exilados políticos que haviam colaborado com Vargas em meados da década de 30 e rompido relações com ele devido apenas a ambições.[2] Os líderes dos libertadores moderados, como João Nery Guimarães, opunham-se forte e ativamente à ditadura brasileira e não desejavam ser confundidos com conservadores que, na sua opinião, defendiam a posição de que estudantes não deveriam se envolver em questões políticas nacionais. No entanto os líderes dos moderados recusavam-se a se identificar com o que eles consideravam ser métodos extremos, às vezes brutais, do grupo 'apaixonado'. Do ponto de vista prático, a ala moderada do Libertador achava que o melhor meio para fazer com que as arcadas se opusessem à ditadura seria o Partido Libertador derrotar os conservadores. Isso, entretanto, seria difícil na medida em que a posição assumida por Germinal Feijó, Hiram Mayr Cerqueira e outros 'apaixonados' alienava, ou amedrontava, vários estudantes eleitores.

1 João Adelino de Almeida Prado Neto, entrevista, São Paulo, 26 de agosto de 1981.
2 Haroldo Bueno Magano, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1981.

A ala moderada do Libertador não estava inclinada a associar-se a partidários da extrema esquerda, ao contrário dos 'apaixonados'. Tencionava, sim, atrair muitos dos estudantes mais quietos (sem nenhuma ligação com os 'paulistas de 400 anos'), que haviam hesitado quanto a se envolverem em questões políticas (como o estudioso Camilo Ashcar Filho). Lugares na comissão diretora do partido seriam oferecidos a alguns deles.[3]

Recorda o jornalista Flávio Galvão que os estudantes mais quietos constituíam a grande maioria, sendo democratas de espírito e dedicando todo o tempo livre dos estudos quase que inteiramente a ganhar a vida. Galvão descreve os 'apaixonados', ou 'democratas exaltados', que reclamavam da ineficácia atual dos libertadores, como uma minoria dentro de uma minoria. Tais 'democratas exaltados', ressalta ele, tinham meios e ligações incomuns com políticos decaídos e não deveriam ser considerados como estudantes de Direito típicos.[4]

Os 'apaixonados', que eram de opinião que as causas para os fracassos dos libertadores se encontravam na inclusão de oportunistas no partido, tinham representação minoritária na comissão diretora do Libertador. Quando os membros do partido se reuniram em maio de 1943 para preencher as seis vagas na comissão, deixadas pelos formandos, a ala agressiva conquistou dois dos seis novos cargos. Um deles foi para o estudante do segundo ano Renato Amaral Sampaio Coelho, ativista anti-Vargas corajoso, conhecido como 'Trombone' devido a sua voz grave. O outro foi para Geraldo de Camargo Vidigal, estudante do quarto ano e poeta. O movimento para colocar o muito respeitado Geraldo Vidigal na comissão diretora havia sido iniciado por um grupo de amigos que queria que o partido intensificasse sua oposição à ditadura brasileira. O grupo foi constituído pelo estudante do quarto ano, Rui Pereira de Queiroz (geralmente conhecido como 'nosso De Gaulle' por causa de sua altura e aparência), pelo calouro José Bonifácio Coutinho Nogueira e seu irmão Paulo Nogueira Neto (estudante do terceiro ano) e

[3] João Nery Guimarães, entrevistas, São Paulo, 16 de agosto de 1981 e 21 de agosto de 1982.
[4] Flávio Galvão, 'Observações' (notas datilografadas para JWFD), São Paulo, agosto de 1982, pp. 24-25.

pelo irmão mais novo de Geraldo Vidigal, Marcello de Camargo Vidigal (estudante do terceiro ano).[5]

Em junho, a reunião de estréia da comissão diretora de 15 membros do Libertador foi breve e tempestuosa, apesar dos esforços de Geraldo Vidigal para evitar uma cisão. Os chamados moderados, tais como João Nery Guimarães, estavam determinados a retirar Germinal Feijó da comissão diretora.[6] Renato Amaral Sampaio Coelho recorda que sua própria efetivação na comissão durou cerca de 30 minutos,[7] retirando-se junto com Feijó, Arrobas Martins e Ênio de Novais França. Geraldo Vidigal (escolhido juntamente com Naldo Caparica para publicar *O Libertador*) rompeu com o Partido Libertador cerca de um mês depois, deixando a comissão diretora com dez membros: Zwinglio Ferreira (presidente), João Nery Guimarães, Fernando Jacob, Heitor Borelli de Alvarenga Freire, Renato Macedo, Vítor Tieghi, e quatro outros que haviam sido escolhidos em maio: Astolfo Pio Monteiro da Silva, Joaquim Franco Garcia, Renato de Sales Abreu e Sílvio de Campos Melo Filho.[8]

Arrobas, Feijó, Renato Amaral Sampaio Coelho e Ênio de Novais França redigiram um manifesto que saiu impresso em junho com a assinatura de 53 que também deixaram o Partido Libertador. Dentre os 53 estavam Hiram Mayr Cerqueira, Israel Dias Novaes, Paulo Henrique Meinberg, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Júlio Mesquita Neto, Antônio Cândido de Melo e Souza, Lenício Pacheco Ferreira, Carlos Eduardo de Camargo Aranha, Romulo Fonseca, Luís Francisco de Carvalho, Severo Gomes e Benjamin Augusto Pereira de Queiroz ('Basil Rathbone', primo distante de 'nosso De Gaulle').

O manifesto voltava ao propósito original do Partido Libertador: "Lutar pelos ideais democráticos, difundindo-os na vida

[5] Geraldo de Camargo Vidigal, 'Um estudante paulista na FEB' (manuscrito de livro), pp. 39-40. Geraldo de Camargo Vidigal, notas datilografadas para JWFD, São Paulo, julho de 1981, e entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1982.
[6] João Nery Guimarães, entrevistas, 16 de agosto de 1981 e 21 de agosto de 1982.
[7] Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.
[8] Partido Acadêmico Libertador, 'Manifesto', Arcadas, junho de 1943.

acadêmica, fazendo-os transpor os muros da Faculdade." Também falava de como "oportunistas de todo o gênero sempre jungidos à esteira do vencedor empoleiravam-se no carro triunfal do Libertador, a princípio como bagagem clandestina e incômoda, mais tarde como personagens que se salientaram graças à nossa tolerância, e hoje, finalmente... tomando-lhe as rédeas nas mãos ávidas de mando". Segundo as considerações do manifesto, a maioria dos estudantes havia perdido a fé depositada originalmente no partido e recusava-se a continuar apoiando-o, por ele limitar-se aos expedientes rotineiros das manobras eleitorais para a conquista dos postos de direção do Centro. O manifesto atacava aqueles que levados por ambição pessoal agora repetiam "palavras e pensamentos hauridos em manifestos anteriores" do partido embora se tivessem escondido durante os primeiros dias de árduos combates. Segundo o manifesto, "não é admissível que grupos consideráveis de acadêmicos se arregimentem em torno de caudilhetes inexpressivos" numa época em que "a juventude de todo o mundo civilizado, tendo como vanguarda estudantes e intelectuais, trava gigantescas lutas pela sobrevivência das conquistas da humanidade".

Os signatários do manifesto prometiam continuar em sua posição de "defensores intransigentes dos ideais democráticos", militando em outras organizações e "hostilizando a política acadêmica, se ela perdurar no seu atual arcabouço de mesquinharias e torpezas".[9]

Os dez membros que restaram na comissão diretora do Partido Libertador não perderam tempo em publicar um manifesto, declarando que o partido, depois de quatro anos, "é o mesmo no exercício coerente das virtudes democráticas que nunca postergou, jamais servindo, interna ou externamente, de instrumento para escusos interesses individuais ou inadmissíveis ambições de mando". O partido foi descrito como tendo o apoio do grupo que havia lutado durante os amargos primeiros reveses, que nunca se "entorpecera com os louros inconstantes das primeiras vitórias" e que sempre soubera "manter a mesma linha inalterável de comportamento, sobrepondo ao seu personalismo o objetivismo dos interesses coletivos". A comissão diretora falou da "exuberante vitalidade" do partido e da sua "incontrastável vontade de prosseguir batalhando pelos mesmos ideais que regeram sua fundação".[10]

Quando *O Libertador*, dirigido por Fernando Jacob, foi publicado em setembro, continha um artigo de João Nery Guimarães (membro da Academia de Letras da Faculdade) que atingia mais diretamente aqueles que haviam deixado o partido. "Um dos piores defeitos dos democratas... da Faculdade de Direito de São Paulo", escreveu ele, "é esse ciúme, essa atitude de dono que assumem em relação à democracia, como se tivessem a patente da idéia ou o recibo de compra. Exibem-na nos comícios, mas não a alienam". João Nery Guimarães comparou "reuniões democráticas" na Faculdade de Direito, em que os chamados democratas tentavam resolver tudo insultando, com as reuniões de "adeptos da Terceira Internacional". Também afirmou que "chamam de reacionário, fascista, vendilhão da consciência acadêmica àquele que não dança pelo seu compasso. Por um processo muito sediço envolvem as figuras ímpares de Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Castro Alves, Álvares de Azevedo, nos seus quiméricos projetos".

"Os *defensores da democracia* fecham os olhos às outras espécies de totalitarismo. E traem a democracia desconhecendo os princípios democráticos mais comezinhos. Sem qualquer conhecimento dos fundamentos da política, invocam erradamente o princípio de que a maioria não deve sufocar a minoria."[11]

[9] Ênio de Novais França, Germinal Feijó, Luís Gonzaga Arrobas Martins, Renato Amaral Sampaio Coelho, 'Aos estudantes de Direito', São Paulo, junho de 1943.

[10] Partido Acadêmico Libertador, 'Manifesto', Arcadas, junho de 1943.

[11] João Nery Guimarães, 'A democracia e os democratas', *O Libertador*, Ano IV, n.º 9, setembro de 1943.

3. HÉLIO MOTA, PRESIDENTE DA UNE (julho de 1943)

O plano de Capanema, ministro da Educação, de criar uma organização de jovens, a Juventude Brasileira, sofreu resistência no início de 1943 da parte da UNE, que o considerava fascista e uma tentativa para que os ministérios da Educação e da Guerra controlassem a mocidade brasileira. Apesar desta resistência, Capanema nomeou a diretoria nacional da nova organização, incluindo o major do Exército Jair Dantas Ribeiro, que passou a ser secretário-geral da Juventude Brasileira.[1]

A 1º de abril, Capanema expediu o Regulamento 225, indicando a Juventude Brasileira para ser administradora do edifício utilizado pela UNE (o ex-Clube Germânico do Rio de Janeiro) e arranjando-lhe espaço lá, como o usado pela CBDU. Com isso, Hélio de Almeida demitiu-se da presidência da UNE. Na sua carta a Capanema a 3 de abril, Hélio de Almeida salientou que o ministro da Educação havia quebrado sua promessa de não dar nenhum passo sem consultar a UNE e de não alojar a Juventude Brasileira no edifício utilizado pela UNE sob quaisquer circunstâncias.[2]

[1] *O Estado de S. Paulo,* 4 de abril de 1943. Arthur José Poerner, *O poder jovem,* pp. 175-178.
[2] Hélio de Almeida, entrevista, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1982. Hélio Melo de Almeida, carta ao ministro da Educação, Rio de Janeiro, 3 de abril de 1943, e uma página mimeografada, 'Histórico sucinto dos motivos que levaram o acadêmico Hélio de Almeida a solicitar sua demissão do cargo de presidente da União Nacional dos Estudantes' (cópias foram fornecidas por Hélio de Almeida após a entrevista de 20 de julho de 1982).

Depois que estudantes em todo o Brasil ameaçaram fazer greves de apoio a Hélio de Almeida, Capanema declarou aos líderes da UNE, Tarnier Teixeira e Paulo Silveira, que o Regulamento 225 seria modificado como a UNE desejava, sob a condição de que Hélio de Almeida não retornasse à presidência. Hélio aceitou a condição.[3] O major Jair Dantas Ribeiro, então, demitiu-se como secretário-geral da Juventude Brasileira.

Na noite de 19 de julho, pouco antes de Vargas ter aceito a demissão do major, o VI Congresso Nacional de Estudantes realizava sua sessão de abertura na Escola Nacional de Música do Rio.[4] Lá, Capanema, Alcides Etchegoyen, chefe de Polícia do Distrito Federal, e o tão aclamado general Manoel Rabelo escutaram, juntamente com mais de 300 estudantes, um discurso de Arrobas Martins, nomeado por Hélio Mota orador oficial da delegação paulista.

Arrobas estava no seu melhor dia, defendendo regimes democráticos e condenando ditaduras. Ao falar da 'luta verde', declarou que os estudantes na Faculdade de Direito de São Paulo não estavam dispostos a assistir às aulas do professor Miguel Reale porque Reale, como integralista, representava o fascismo com o qual o Brasil se encontrava em guerra. Em resposta às palavras de Arrobas, seus amigos do quinto ano nas arcadas organizaram uma greve em protesto à volta já planejada de Reale, a 21 de julho, para ensinar Filosofia do Direito, curso do quinto ano.[5] No Rio, o VI Congresso Nacional de Estudantes adotou uma resolução, repudiando professores que haviam sido integralistas.[6] O congresso também nomeou uma comissão para levar o caso Reale às autoridades; um de seus membros era Germinal Feijó, presidente da Sociedade Amigos de Rui Barbosa.[7]

No Congresso, Arrobas assumiu o papel de liderança a fim de assegurar uma 'vitória paulista' — a eleição de Hélio Mota

[3] Poerner, pp. 175-178. Hélio de Almeida, entrevista, 20 de julho de 1982.
[4] *O Estado de S. Paulo,* 20 de julho de 1943.
[5] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo', pp. 9-10. Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho, e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.
[6] *O Estado de S. Paulo,* 20-27 de julho de 1943.
[7] *Diário de S. Paulo,* 1.º de agosto de 1943.

para a presidência da UNE. A 25 de julho, após trabalhar com as delegações de outros Estados, Arrobas apresentou uma chapa, em nome dos delegados de São Paulo, encabeçada por Hélio Mota.[8]

A administração da UNE que estava de saída havia sido fortemente comunista porque tanto o presidente interino, Tarnier Teixeira, como Paulo Silveira, que estavam dirigindo a UNE, eram ligados à Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) dos comunistas. Em oposição à chapa de Arrobas, este grupo apresentou outra, encabeçada por Fernando Santana, da Escola Politécnica da Bahia. Santana fazia parte da diretoria da UNE juntamente com Tarnier Teixeira e Paulo Silveira.

Líderes comunistas da CNOP estavam iniciando uma campanha de união nacional com Vargas. A propaganda, essencialmente pró-Vargas da CNOP, parecendo quase inspirada pelo governo, alienou intelectuais comunistas e muitos estudantes. Paulo Silveira, que não apoiava a política da CNOP (saindo da comissão posteriormente), acha que esta contribuiu para a derrota da chapa encabeçada por Santana.[9] Todos os candidatos da chapa trabalhada por Arrobas Martins foram eleitos.

A 26 de julho, no almoço de confraternização realizado na sede da UNE (Capanema presente), Hélio Mota defendeu a democracia. "Por democracia", disse ele, "entendemos a real intervenção de todos os cidadãos na investidura e no exercício do poder — participação de todos na vida da nação. Só assim a paz do amanhã será uma paz de concórdia e satisfação geral".[10]

Arrobas recebeu um voto de louvor assinado por Hélio Mota e 22 outros membros da delegação paulista. O voto mencionava seus "inestimáveis serviços" e "altivez de suas atitudes", e dizia que "é fora de dúvida que a eloqüência de suas palavras e o brilho de sua inteligência foram decisivos para a vitória paulista".[11] Um repórter de *O Jornal* entrevistou Arrobas, "elemento de destaque do movimento estudantil de São Paulo e forte cabo eleitoral da candidatura Hélio Mota". "São Paulo", disse Arrobas ao repórter, "veio para o VI Congresso Nacional de Estudantes para colocar-se, como se colocou, em posição intransigentemente democrática".[12]

Trinta anos depois, refletindo acerca do movimento de resistência dos estudantes de São Paulo em 1943, escreveu Arrobas: "Repudiamos sempre a aliança que os comunistas insistiam em fazer conosco. Esta, creio, foi uma das mais belas notas da nossa luta. Éramos estudantes democratas batalhando pela restauração da democracia no Brasil, impelidos pelo mais nobre idealismo, sem qualquer contaminação espúria. Quando conquistamos, para São Paulo, a presidência da União Nacional dos Estudantes, em 1943, foi opondo-nos ao candidato dos comunistas, que conseguimos derrotar."[13]

Por outro lado, estudantes que não gostavam muito do resistente grupo de democratas exaltados, ao qual pertencia Arrobas, criticavam-no por incluir esquerdistas. Mais reclamações viriam em 1944 quando alguns dos exaltados lançaram uma publicação, *Resistência,* pedindo total apoio, inclusive dos esquerdistas extremados, socialistas, comunistas e partidários da Aliança Nacional Libertadora (da qual o comunista Luís Carlos Prestes, mesmo preso, continuava a se considerar o líder).

[8] Luís Arrobas Martins, notas sobre 'candidatos à Diretoria da União Nacional dos Estudantes, lançados por mim em nome da bancada paulista', encontradas na residência de Maria Alice Arrobas Martins.
[9] Paulo Silveira, entrevista, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1967.
[10] Hélio Mota e Luís Arrobas Martins em *O Jornal,* 27 de julho de 1943.
[11] Hélio Mota e 22 outros estudantes de São Paulo, 'Voto de louvor', Rio de Janeiro, 26 de julho de 1943.
[12] Hélio Mota e Luís Arrobas Martins em *O Jornal,* 27 de julho de 1943.
[13] Luís Arrobas Martins, 'Os trinta anos do 9 de novembro', duas páginas datilografadas.

4. REALE ENFRENTA OS ESTUDANTES (21 de julho de 1943)

Em São Paulo, a 20 de julho, Hiram Mayr Cerqueira, Israel Dias Novaes, Celso Galvão, Romulo Fonseca, Astolfo Pio Monteiro da Silva, Paulo Henrique Meinberg, Lenício Pacheco Ferreira e outros estudantes do quinto ano planejavam uma greve contra Miguel Reale. Um de seus organizadores foi preso e levado para a Superintendência da Ordem Política e Social. Durante as negociações decorrentes, os estudantes concordaram que Reale desse aula a 21 de julho e este, por sua vez, concordou que os estudantes lhe fizessem algumas perguntas na aula. Os estudantes escolheram Israel Dias Novaes para assumir a liderança na formulação de perguntas, com a ajuda de Hiram Mayr Cerqueira e Astolfo Pio Monteiro da Silva ('Biquinho', que se havia mantido fiel ao Partido Libertador).[1]

Quando Reale chegou à Faculdade de Direito para dar aula, na frente do prédio estudantes queimavam uma pilha de papéis integralistas e insígnias conseguidas por eles.[2] Após entrar na sala de aula repleta e ser recebido com brados a favor da democracia, Reale deu início à sua aula, expressando sua satisfação pela presença maciça dos alunos. Segundo ele, o interesse justificava-se porque sua cadeira, geralmente considerada insípida, adquiria importância durante períodos de grandes transformações sociais. Prometeu também nunca transformar sua cátedra em uma política.[3]

Vozes: Muito bem! Apoiado!

Reale: Meus senhores! Estou dando uma aula! Não estou presidindo um comício!

Israel Dias Novaes: Mas está-se transformando em comício à revelia de V.Exª!

Reale: Os senhores pertencem a uma Faculdade de Direito onde há professores e alunos e onde qualquer coisa, antes de mais nada, fere a instituição a que os senhores pertencem.

Vozes: Apoiado! Psiu!... (Murmúrio.)

Reale: Não quero 'apoiados' nem 'não apoiados'! Quero apenas ter o direito de expor. Os senhores apelaram para a democracia na minha entrada. E um dos princípios democráticos é a liberdade de opinião!

Israel Dias Novaes: Entretanto houve, no Brasil, um certo partido político que quis negar essa liberdade!

Reale disse que não havia vindo para falar de partidos políticos. Afirmando que o Brasil estava num momento muito grave, de guerra, disse que havia duas espécies de pessoas perniciosas ao país: uma, a dos que se apegam a partidos liberais para perturbar a necessária unidade nacional, e a outra era a daqueles que pensam que só eles são patriotas, só eles são dignos de amar a pátria! Após o apoio vocal dado a seus pensamentos, Reale continuou, sem ser perturbado por algum tempo, a fim de contemplar a 'ordem de amanhã' social. Segundo ele, esta ordem não está no nazismo, no fascismo e nem no liberalismo. "Marchamos", declarou Reale, "para uma ordem mais humana, mais social, em que a democracia será uma realidade". Quando Reale disse já haver expressado tais opiniões em seus livros, Israel Dias Novaes citou *O ABC do integralismo.*

Reale respondeu à interrupção, dizendo que era um homem que falava em 1943 e que não pretendia pensar como pensava em 1936 e 1937. Explicou que já havia militado nas fileiras

[1] Israel Dias Novaes, entrevista, São Paulo, 5 de julho de 1981. Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.

[2] Renato Pintaudi Macedo, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1981.

[3] Murillo Antunes Alves (estudante do quinto ano), notas taquigrafadas da aula de Miguel Reale, 21 de julho de 1943. Uma versão mais longa, sem as interrupções, encontra-se em *O Estado de S. Paulo*, 29 de julho de 1943.

marxistas naquela Casa e acrescentou que "hoje olho os problemas com mais objetividade". Quando Reale repetiu que o amanhã do Brasil seria democrático, com uma maior participação do povo, Israel Dias Novaes interrompeu novamente para dizer que "São Paulo inteiro e o Brasil todo conhecem V.Exª até o momento como partidário do integralismo". "Fascismo...", gritou um outro estudante. Israel Dias Novaes prosseguiu, lendo uma mensagem, recebida naquele dia do VI Congresso Nacional de Estudantes. A mensagem expressava o apoio dos "estudantes de todo o Brasil" aos estudantes de Direito de São Paulo pela "patriótica reação que estão opondo à ignominiosa intromissão do fascista Miguel Reale no corpo docente dessa escola". "Os estudantes de todo o Brasil", dizia a mensagem, "não poderiam ficar indiferentes a essa manobra quinta-colunista de insinuação de um elemento altamente suspeito no seio de sua classe".

Embora Reale repetisse que não permitiria que sua aula se transformasse num comício, Israel Dias Novaes continuou a ler a mensagem do Rio: "Neste momento em que o Brasil dedica todos os seus esforços a uma tremenda guerra contra a ideologia nazi-fascista, aqui representada pelo integralismo, do qual o Sr. Miguel Reale era o supremo doutrinador, é o próprio Brasil que protesta de pé, pela voz dos seus verdadeiros representantes, exigindo da execração pública e da ação policial dos poderes constituintes o isolamento de quem agenciou a destruição da unidade nacional. Prossegui, estudantes paulistas, na vossa luta pela unificação nacional... Deveis opor-vos tenazmente ao ingresso de Miguel Reale em vossa tradicional faculdade, berço e baluarte dos ideais democráticos no Brasil, certos de que contareis com o apoio irrestrito dos estudantes de nossa pátria." A mensagem, acrescentou Israel Dias Novaes, foi assinada por todos os presidentes de todos os Centros Acadêmicos do Brasil.

Reale: Os senhores se sentiram no direito de ler essa mensagem, que envolve um ataque de indignidade patriótica a quem tem a sua consciência tranqüila. Moços que me ouvis! Se algum de vós sentir-se mais patriota do que eu, se algum de vós fez alguma coisa mais do que eu pelo bem do Brasil, levantai o braço!

Um aluno: Esta saudação não é aceita aqui!... (Risos e aplausos prolongados.)

Reale: Não é com brincadeiras e piadas que se foge a um imperativo de ordem moral!

Vozes: Apoiado! Não apoiado!

Reale: Não desejo nem palmas nem contestações. Isto é uma aula em que eu dei, por demonstração do meu espírito e da minha conduta moral, direito aos senhores para se manifestarem, para que pudessem ver como é diferente o Miguel Reale que se pinta do Miguel Reale que entrou nesta Casa! Não me atemorizam as palavras dos senhores nem as acusações porque tenho uma fortaleza dentro de mim... (Risos)... que é a consciência do dever cumprido, que está dentro de cada homem digno. Por isso ouvi a palavra de um dos estudantes. Leu ele um documento. Eu expus qual a minha orientação. Disse qual é a minha posição neste momento. Digo apenas aos senhores: os senhores estão livremente nesta sala de aula. Tomem a deliberação que acharem mais conveniente. Eu vos digo unicamente que a pátria, neste momento, não comporta essas separações. O momento atual é por demais grave para comportar estas discórdias. Em lugar disto, trabalhemos, ao contrário, pela mútua compreensão; trabalhemos, ao contrário, para uma unidade nova, porque o Brasil não pode continuar dividido, separado, partido! O Brasil, neste momento, precisa de uma unidade moral e de uma unidade mental. Se os senhores quiserem um colaborador para essa unidade, sem preconceitos, sem *part-pris,* os senhores encontrarão em mim um amigo, um colaborador sincero que agirá, como sempre agiu, com sinceridade, com coragem e que, se não puder dar uma contribuição definitiva, pelo menos dará uma contribuição sincera. Creio que aqueles que se dirigiram a mim não me conhecem direito.

Israel Dias Novaes: Eu, por exemplo, só o conheci através de seus livros...

Reale: Espero, então, que pelo contato pessoal haja, entre nós, uma melhor compreensão.

Ao pedido de um estudante para sair da sala seguiu-se uma conversa entre os estudantes. Quando se aquietaram, Reale continuou explicando que "eu não vim aqui, absolutamente, para

sofrer uma diminuição na minha autoridade de professor. Foi porque me procuraram como estudantes que eu permiti esta reunião excepcional. Quero dizer aos senhores que darei as minhas aulas e, para isso, conto com a vossa colaboração. Que a Faculdade de Direito nunca falte às suas tradições, porque eu nada farei contra essas tradições!"

Quando o professor Reale retirou-se da sala, houve algumas palmas, logo abafadas por "vivas à democracia".[4]

[4] Murillo Antunes Alves, notas taquigrafadas.

5. DECLARAÇÕES DE REALE PÕEM FIM À GREVE (31 de julho-2 de agosto de 1943)

Nem a aula de Reale nem suas declarações, feitas quase na mesma hora à imprensa, satisfizeram aos líderes da greve estudantil. Estes levaram avante sua greve enquanto folhas mimeografadas, escritas em verso e prosa, ridicularizavam o 'hino à democracia' feito por Reale na sala de aula e colocavam suas últimas declarações lado a lado com as mais antigas.[1]

Reale desconfiava que o movimento contra si era liderado por Arrobas Martins ("do grupo do Partido Democrático") e inspirado pelo desejo de protestar contra Vargas.[2] Arrobas confirmou essa suspeita ao escrever posteriormente que o movimento consistia em "mais uma oportunidade para vibrar novo golpe contra os fascismos e para colocar em dificuldade o ditador que nomeara o professor Reale para o Conselho Administrativo do Estado".[3]

A greve em São Paulo recebeu um apoio tão forte da UNE que parecia ser provável haver outras greves em muitas universidades.[4] Uma das cartas aos líderes da greve em São Paulo, esta dos universitários do Rio de Janeiro, lhes implorava que esclarecessem boatos que colocavam em dúvida "a pureza dos nossos movimentos acadêmicos de norte a sul". A carta foi

[1] Vide Noberto Villela, 'O retorno' (poesia) e 'Dois retratos de um homem' (folhas mimeografadas).
[2] Miguel Reale, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.
[3] Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 10.
[4] *Diário da Noite*, 31 de julho de 1943. *Diário de S. Paulo*, 1.º de agosto de 1943.

escrita devido a uma notícia de jornal que dizia que "os universitários paulistas molestam o prof. Reale, por ordem dos políticos Altino Arantes e J. J. Cardoso de Melo Neto, a fim de sabotar o esforço de guerra e mediante promessa de empregos no DEIP e outros departamentos controlados por ditos políticos". Os líderes da greve em São Paulo foram aconselhados por seus colegas do Rio a convencerem o *Diário da Noite* a perguntar a Cardoso de Melo Neto por que conservava o título de comendador da Itália, "dado por Mussolini", e por que Altino Arantes mantinha o título de barão do Sol Levante, "pelo qual, quando presidente de São Paulo, vendera o Estado aos malditos nipões... Trata-se de falsos democratas, de maus brasileiros".[5]

Em São Paulo, o major do Exército Hildeberto Vieira de Melo encontrava-se apreensivo com o caso Miguel Reale. Vieira de Melo havia sido enviado por Vargas, em dezembro de 1942, para ocupar o cargo de superintendente da Ordem Política e Social no lugar do rígido major do Exército Olinto de França ('major Bárbara'). Amigo chegado de Getúlio e Benjamim Vargas, Vieira de Melo estava determinado a usar de tato — e de sua grande 'verba secreta' — para 'neutralizar' a elite anti-Vargas de São Paulo. Fez favores a Aureliano Leite e à esposa de Armando de Sales Oliveira, e tentou ajudar Júlio de Mesquita Filho quando o editor de jornais, incapaz de arcar com as despesas da vida no exterior, retornou ao Brasil, em 1943, e foi confinado numa fazenda da família perto da capital do Estado.[6]

Depois que teve início a greve na Faculdade de Direito, Vieira de Melo conversou com Miguel Reale e tomou conhecimento de que o professor havia se desligado do integralismo por volta de 1937. Os estudantes, entretanto, queriam algumas declarações públicas claras acerca de um certo número de questões. Arrobas Martins, ao voltar de seu trabalho na UNE, no Rio, formulou um questionário para Reale: "1. Qual é a posição do prof. Miguel Reale em relação ao integralismo? 2. Qual é o seu pensamento em relação à participação do Brasil na guerra?

[5] Os universitários do Rio de Janeiro, carta aos caros colegas de S. Paulo, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1943 (original na residência de Maria Alice Arrobas Martins).
[6] Hildeberto Vieira de Melo, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981.

3. Que acha da luta em que o Brasil está empenhado, contra todas as formas de fascismo? 4. Como entende o movimento da mocidade acadêmica em torno da sua volta à Faculdade? 5. Que atitude devem tomar os intelectuais na reconstrução democrática do mundo de pós-guerra? 6. Como encara a atitude dos antigos integralistas que se divorciaram da política de guerra do Brasil e se mantêm filiados ideologicamente às potências inimigas do Brasil? 7. Acha a ideologia integralista simplesmente inoportuna neste momento ou definitivamente condenada?"[7]

As perguntas para Reale foram submetidas ao major Vieira de Mello e, a 30 de julho, Reale as respondeu no escritório do superintendente da Ordem Política e Social. A 31 de julho, um repórter do *Diário da Noite,* tendo obtido as perguntas de um grupo de estudantes, foi até a residência de Reale, dizendo que ele poderia respondê-las facilmente na medida em que já as havia estudado com o major Vieira de Melo. O professor ressaltou que as autoridades do país e seus amigos sabiam que ele não era mais integralista. "O simples dever de disciplina social", disse ele, "exige de todo bom brasileiro a renúncia de qualquer ponto de vista que, mesmo remotamente, possa entrar em conflito com a causa abraçada pela nação". Além do mais, continuou, "de 1937 para cá, os fatos sociais, no Brasil e no mundo, transformaram-se de tal forma que não podiam deixar de exigir uma revisão cuidadosa de convicções, que eram meras hipóteses à espera de verificação experimental... No caso especial do Brasil, não resta dúvida que o integralismo, que teve seu momento histórico e a sua razão de ser, foi superado pela própria seqüência dos fatos". Reale também afirmou que "a minha preocupação neste momento é colaborar com os homens de pensamento na concretização do ideal comum de uma ordem verdadeiramente democrática".

Da residência do professor o repórter do *Diário da Noite* foi ver Vieira de Melo, a fim de obter a aprovação do major para publicar as declarações. O major expressou sua satisfação ao lê-las e felicitou a cadeia dos Diários Associados e os estu-

[7] Luís Arrobas Martins, 'Questionário por mim formulado e submetido ao Sr. M. Reale pelo superintendente da Ordem Política e Social', folhas escritas à mão (na residência de Maria Alice Arrobas Martins).

dantes de Direito. As palavras de Reale apareceram no *Diário da Noite* de 31 de julho e no *Diário de S. Paulo* na manhã seguinte.[8] Segundo Reale, a versão publicada continha algumas distorções em tipos grandes atribuídas por ele ao major Vieira de Melo, mas que agradaram particularmente aos estudantes grevistas.[9]

Líderes da greve declararam a repórteres que seu movimento havia atingido seu objetivo e que eles desejavam "receber o professor Reale como um legítimo filho de nossa academia". "Agora", disse Astolfo Monteiro da Silva, "os estudantes e o povo brasileiro sabem que o professor Reale condenou o fascismo e participa do nosso exército democrático. Cumprimos a nossa obrigação". Segundo Hiram Mayr Cerqueira, "mais uma vez a mocidade democrática das arcadas demonstrou o seu valor e a sua coragem. Venceu em nome da democracia". Germinal Feijó disse que considerava o resultado "uma prestação de contas à nossa geração e ao futuro". O resultado também foi aclamado em declarações feitas à imprensa por Arrobas Martins, Zwinglio Ferreira (presidente do Partido Libertador) e Francisco Camargo de Almeida Prado, membro da comissão diretora do Partido Conservador.[10] Numa reunião do Centro Onze de Agosto, realizada na manhã de segunda-feira, 2 de agosto, declarou-se o fim da greve.[11]

[8] *Diário da Noite*, 31 de julho de 1943. *Diário de S. Paulo*, 1.º de agosto de 1943.
[9] Miguel Reale, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.
[10] 'Solucionando o caso Miguel Reale', *Correio Paulistano*, 1.º de agosto de 1943.
[11] *Diário de S. Paulo*, 1.º de agosto de 1943.

6. O MANIFESTO INCISIVO DA FRENTE ACADÊMICA PELA DEMOCRACIA (1.º de setembro de 1943)

Durante o mês de agosto de 1943, enquanto o Partido Acadêmico Libertador se preparava para sua prévia anual, alguns dos que já haviam deixado os libertadores, como o poeta Geraldo Vidigal, organizaram um novo partido, a Frente Acadêmica pela Democracia. O nome foi sugestão de Marcello, irmão mais novo de Geraldo.

O novo partido agradou a um bom número de ativistas anti-Vargas, como os Vidigal, que queriam um veículo para lançar a candidatura de Rui Pereira de Queiroz, estudante do quarto ano, à presidência do Centro.[1] A sua organização também agradou àqueles que argumentaram em junho que o Partido Libertador havia decepcionado os estudantes por "aglutinar detritos" e por ter-se preocupado em demasia com manobras eleitorais de rotina. Pouco depois de ser formado o partido, José Bonifácio Coutinho Nogueira comentou a esse respeito: "Fundamos a já gloriosa Frente Acadêmica pela Democracia, para na mais pura das agremiações, na mais nobre das coragens, no mais elevado dos idealismos, lutarmos pela causa que, como ontem e amanhã, hoje nos toma todo o coração: a liberdade dos povos, a emancipação das classes indigentes, o direito de representação de todo homem a quem Deus deu a felicidade de viver".[2]

[1] Geraldo de Camargo Vidigal, entrevista, São Paulo, 3 de agosto de 1982. José Vasques Bernardes, entrevista, 20 de agosto de 1982.
[2] José Bonifácio Coutinho Nogueira, '1943' (manuscrito, uma folha), São Paulo, 12 de novembro de 1943.

Geraldo Vidigal escreveu um manifesto para o novo partido. No entanto, Arrobas Martins, do quinto ano, decidiu modificá-lo consideravelmente; assim, o produto final foi um trabalho conjunto de Arrobas Martins e de dois estudantes do quarto ano: Vidigal e José Carlos Moraes Abreu.[3] O manifesto apareceu impresso, com 112 assinaturas, no dia 1º de setembro.

O manifesto fazia um retrospecto da política estudantil desde a criação do Partido Conservador em 1936, "numa primeira tentativa de... defesa das sagradas liberdades individuais". Muitos conservadores, dizia o manifesto, haviam temido que a afirmação desassombrada de princípios libertários lhes furtasse a benevolência do regime e afugentasse o eleitorado incolor. O manifesto descrevia os acontecimentos que envolveram o mundo em 1940, a França subjugada pelas hordas nazistas e as conversações nos chamados países neutros acerca de uma 'nova ordem', como que dificultando o trabalho do Partido Libertador, mas deixando claro quem era oportunista e adversário. O Partido Libertador foi retratado como que perdendo muito do seu idealismo e aceitando falsos convertidos após seu 'desastroso' sucesso em 1940, e persistindo, mesmo depois da derrota de 1941, na "política contraproducente" de "arrebanhar votos de toda índole".

Com os acontecimentos mundiais de 1942, continuava o manifesto, a situação brasileira se modificou e democracia deixou de ser palavra proibida. Sob tais circunstâncias, o Partido Libertador deveria ter intensificado "a sua luta, retificando suas diretrizes". Segundo a Frente Acadêmica pela Democracia, o Libertador não agiu dessa forma e, portanto, perdeu a sua razão de ser.

A nova Frente queria liberdade de pensamento e de palavra, e liberdade de reunião. "Queremos", dizia seu manifesto, "escolher livremente nossos governantes. Queremos uma Constituição discutida e votada pelos representantes do povo". Para atingir

[3] José Carlos Moraes Abreu, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1982. Geraldo Vidigal, entrevista, 3 de agosto de 1982. Geraldo Vidigal, notas datilografadas para JWFD, São Paulo, julho de 1981.

a esses objetivos, a Frente acrescentava que "é indispensável que não limitemos nossa atividade ao âmbito acadêmico. Somos um grupo de moços que quer empolgar todos os outros moços, para a reconquista democrática do Brasil. Empenhar-nos-emos em todas as lutas de que possa resultar benefício para o nosso ideal... e, dentro da Faculdade de Direito, agiremos no sentido de impedir que se apossem da direção do Onze de Agosto estudantes de orientação duvidosa ou indefinida".[4]

Como escreveu Arrobas Martins 30 anos depois, estudantes nas arcadas publicaram manifestos pró-democracia muito antes do famoso Manifesto dos Mineiros (de 24 de outubro de 1943) e que eram bem mais incisivos.[5] O manifesto lançando a Frente Acadêmica pela Democracia foi um deles. Contudo, como Arrobas acrescentou, "os nossos eram manifestos de simples estudantes, enquanto o dos Mineiros foi assinado por figuras conhecidas e respeitadas em todo o país".

[4] Frente Acadêmica pela Democracia, 'Aos acadêmicos de Direito', São Paulo, 1.º de setembro de 1943. (O manifesto fala erroneamente da criação do Partido Acadêmico Conservador como tendo ocorrido em 1937.)
[5] Luís Arrobas Martins, 'Os trinta anos do 9 de novembro', datilografado, duas folhas.

7. PRELÚDIO ÀS ELEIÇÕES DO CENTRO (setembro-outubro de 1943)

Hélio Mota, presidente do Centro, escolheu Arrobas Martins e Roberto Fleury Meirelles, primeiro secretário de *O Libertador*, para, como delegados das arcadas, irem com ele ao Congresso Pan-Americano de Estudantes em Santiago, Chile, em setembro de 1943. Antes de deixar o país, a delegação brasileira, constituída por 12 ou 13 estudantes de várias universidades, fez uma visita a Vargas, que sugeriu que não falassem mal do Brasil lá fora porque roupa suja se lava em casa.[1]

Proferindo um discurso na sessão de abertura do Congresso em Santiago, Arrobas ignorou a sugestão: "Traigo, señores, la palabra de mi país democrático, digo mal, traigo en especial la palabra de la juventud democrática de mi tierra a pesar de las graves circunstancias porque atraviesa mi país... En Brasil los jóvenes quieren la democracia, y batallan por ella." Clamando por "libertad de palabra, libertad de opinión, libertades políticas", Arrobas foi aplaudido entusiasticamente.[2]

Arrobas já havia viajado para o Chile quando Germinal Feijó recebeu uma carta de Monteiro Lobato lamentando a falta de liberdade no Brasil. O escritor recusou-se, relutantemente, a falar numa reunião da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui

[1] Roberto Fleury Meirelles, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1981.
[2] 'Version taquigráfica del discurso del señor Luís Gonzaga Arrobas Martins, delegado por Brasil, en la sesión inaugural del Congreso Latinoamericano de Estudiantes (18 de stbre. de 1942)'. (Cópia na residência de Maria Alice Arrobas Martins. O ano não está correto.) Para maiores informações, vide *La Fronda, El Diario, El Mundo* e *El Nacional*, todos de Buenos Aires, 9 de setembro de 1943.

Barbosa por achar que o que ele teria para dizer certamente o faria voltar à prisão. Pessimista, Monteiro Lobato escreveu assim a Feijó: "Nada do que fizer ou disser — nem que vocês fizerem ou disserem — nada disso deterá o processo de decomposição moral que, no meu modo de sentir, está fazendo desta terra uma escorrência." Descreveu Vargas ('o perna-de-pau') como um fascista tentando 'insinuar-se' na companhia de líderes democráticos do mundo que enviavam tropas para exterminar o fascismo e afirmou que "a grande tarefa é desmascarar a grande mistificação". Concluindo, o escritor escreveu: "Adeus, meu caro Germinal Feijó. Vocês naquele dia me entusiasmaram e meus votos são para que continuem a entusiasmar a montanha do ceticismo e da descrença que é este velho e imprestável Monteiro Lobato."[3]

Em setembro, nas arcadas, os partidos políticos estudantis escolheram suas chapas de candidatos à eleição do Centro em novembro. Não constituiu surpresa para ninguém quando o novo partido, Frente Acadêmica pela Democracia, indicou Rui Pereira de Queiroz para presidente do Centro. Como muitos dos líderes da Frente, Rui Pereira de Queiroz (o 'nosso De Gaulle') pertencia a uma família paulista importante. A tia de Rui, Carlota Pereira de Queiroz, foi deputada federal até 1937, quando Vargas fechou o Congresso, e tinha ligações com Armando de Sales Oliveira e com a organização secreta anti-Vargas. O pai de Rui (que deu este nome ao filho por causa de Rui Barbosa) enviava dinheiro para ajudar os exilados em Buenos Aires.[4] No decorrer da campanha para a eleição do Centro, Rui Pereira de Queiroz e dois outros candidatos da Frente distribuíram convites para um programa 'cultural', tendo como destaque um discurso de José Eduardo do Prado Kelly. Jurista e congressista federal anti-Vargas (até 10 de novembro de 1937), Prado Kelly veio do Rio e falou sobre democracia na Sala Barão de Ramalho, a 30 de outubro.[5]

[3] Monteiro Lobato, carta aos prezados colegas, 7 de setembro de 1943 (para datas, vide A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 309).
[4] Rui Pereira de Queiroz, entrevista, São Paulo, 17 de agosto de 1982.
[5] *Diário da Noite*, 28 de outubro de 1943. *O Estado de S. Paulo*, 30 de outubro de 1943. Luís Arrobas Martins, 'Notas sobre a resistência acadêmica ao Estado Novo (1938-1944)', p. 10.

O Partido Conservador escolheu uma chapa forte, encabeçada pelo candidato presidencial Waldir Ribeiro de Lima e pelo candidato vice-presidencial Pedro Brasil Bandecchi. Waldir Ribeiro de Lima, considerado 'um segundo Cunha Bueno' devido à sua inteligência e popularidade bem merecida,[6] era filho de um partidário do PRP, Diógenes Ribeiro de Lima, advogado disposto a defender estudantes, sem cobrar honorários, que fossem julgados, por subversão, pelo Tribunal de Segurança Nacional do Estado Novo. Bandecchi, também filho de advogado, havia publicado recentemente (em *O Onze de Agosto*) sua 'Ode aos moços', a qual declarava que a morte era preferível à vida sem liberdade.[7]

Os conservadores se vangloriavam por terem estado na direção quando estudantes de São Paulo exigiram uma declaração de guerra em agosto de 1942, por terem criado o anual Baile das Américas, por terem obtido carteiras de solicitador para estudantes de Direito, e pelo progresso na construção da Casa do Estudante.[8] Com a ajuda da cisão do Libertador, esperava-se que os conservadores vencessem em novembro. A apuração de votos na pré-eleição mostrou os conservadores na frente.[9]

Evidentemente, os conservadores eram da opinião que Haroldo Bueno Magano seria um fraco candidato presidencial do Libertador. Ao infiltrarem-se na prévia do Libertador,[10] os conservadores o ajudaram a derrotar Cícero de Toledo Piza e Eduardo Gomes Freitas Martins (que havia escrito que seu antigo partido, o Conservador, era constituído por Iscariotes acomodados).[11] Magano era um orador fraco e não se preocupava com sua aparência — vestia-se mal e parecia não se barbear com freqüência. No entanto sua ligação com os libertadores vinha de

6 João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.
7 Flávio Galvão, 'Observações' (notas datilografadas para JWFD), São Paulo, agosto de 1982, p. 33. Brasil Bandecchi, 'Ode aos moços' *O Onze de Agosto*, 1943.
8 Folha de propaganda do Partido Acadêmico Conservador.
9 Haroldo Bueno Magano, entrevista, São Paulo, 22 de julho de 1981.
10 João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.
11 Eduardo Gomes Freitas Martins, 'Aos colegas, amigos e correligionários políticos' (uma folha mimeografada na coleção de Paulo Nogueira Neto).

muito tempo, tendo, inclusive, ajudado a lançar a candidatura de José Maria Ribeiro de Barros em 1939.

Magano foi auxiliado por hábeis veteranos em campanhas do Libertador, tais como seu cabo eleitoral principal, Astolfo Pio Monteiro da Silva ('Biquinho'), estudante do quinto ano. Este havia sido chefe de gabinete do importante Departamento das Municipalidades do Estado, dirigido por seu irmão, dr. Gabriel Monteiro da Silva, mas demitiu-se para que um cargo no governo de Fernando Costa não entrasse em conflito com seu trabalho no Partido Libertador anti-Estado Novo.[12]

Outros membros eficientes e trabalhadores da comissão diretora do Libertador eram Renato Macedo, estudante do quarto ano, e João Nery Guimarães, do terceiro ano. Ambos eram hábeis caçadores de votos, acabando por conhecer todos os estudantes de Direito pelo nome, uma façanha notável. E ambos eram amigos de Roberto Victor Cordeiro, cuja parcialidade pelo Partido Libertador, que havia ajudado a fundar,[13] não foi rompida pela cisão de 1943. Cordeiro, como sempre interessado em questões eleitorais da Faculdade de Direito, não se havia envolvido na criação da Frente Acadêmica pela Democracia.[14]

Renato Macedo ('Renatinho'), que conquistou a indicação do Libertador para vice-presidente do Centro derrotando Flávio Prestes na prévia, havia sido preso há algum tempo em Belo Horizonte, Minas Gerais, juntamente com Wilson Rahal e Germinal Feijó, ao prestarem uma homenagem a Pedro Aleixo, político da oposição (o discurso emocionante de Rahal havia acarretado as prisões).[15] Nas arcadas, Renatinho era a mola-mestra da política de propaganda eleitoral do Partido Libertador. Saía do seu caminho para fazer amizade com novos estudantes e procurava protegê-los do trote que tanto temiam.[16]

A comissão diretora do Libertador, com a perda de cinco membros por causa da cisão de 1943, estava de volta ao seu

12 Haroldo Bueno Magano, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1981. Haroldo Bueno Magano, entrevista ('A verdade histórica do 9 de novembro'), *Diário de S. Paulo*, 29 de novembro de 1973.
13 José Vasques Bernardes, entrevista, 20 de agosto de 1982.
14 Flávio Galvão, carta a JWFD, São Paulo, 9 de março de 1983.
15 Renato P. Machado, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981.
16 João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

número normal de 15, devido ao acréscimo de Naldo Caparica, Aloísio Marcondes Barbosa Ferreira, Ênio Antônio Monte Alegre, José Correia de Almeida Morais e José Gonçalves Santana.[17] Este último, conhecido por todos como "Juca Santana, o autor de versos", escreveu o hino do Partido Libertador, cuja primeira estrofe era a seguinte:[18]

Somos contra a inação submissa,
Nossa gente é de grande valor,
Liberdade, direito e justiça
São princípios do Libertador.

17 'O Partido Acadêmico Libertador e seu candidato', outubro de 1943.
18 José Gonçalves Santana, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.

Parte VIII

Repressão pela Polícia Especial (1943)

1. O BAILE DAS AMÉRICAS (30-31 de outubro de 1943)

Consta que "todo mundo em São Paulo" estava presente no Baile das Américas de 1943, realizado no Hotel Esplanada na noite de 30 de outubro (de sábado para domingo). O baile ocorreu poucos dias depois que surgiu o Manifesto dos Mineiros, que declarava que "um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído" e que "se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam".[1]

Segundo um relatório do governo redigido alguns dias depois, o baile transcorreu normalmente (com um considerável consumo de bebidas alcoólicas pelos estudantes) até às três da manhã, quando começaram a correr boatos de que políticos mineiros importantes, tais como Pedro Aleixo e Artur Bernardes, haviam sido presos e alguns de seus partidários, feridos.[2] A não ser por este relatório, que culpam os boatos infundados pelos tumultos decorrentes, não há evidência alguma de que estes estivessem ligados com algo mais que não fosse a exuberância dos estudantes em festa, ansiosos por expressar seus anseios democráticos de modo dramático.

Dentre o grupo de estudantes que resolveu assim agir estavam Paulo Henrique Meinberg, Hiram Mayr Cerqueira, Lenício Pa-

1 'Ao povo mineiro', Belo Horizonte, 24 de outubro de 1943.
2 Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08).

checo Ferreira e Luís Arrobas Martins. Através de sorteio, Lenício Pacheco Ferreira foi o escolhido para dar início à manifestação. Por volta das três e quinze da manhã, Lenício dirigiu-se até a orquestra, que tocava uma música de Glen Miller para se dançar, e convenceu o maestro a providenciar um alto floreado de tambores.[3] Conseguida assim a atenção de todos, Lenício anunciou: "Neste Baile das Américas, a mais tradicional festa do Onze de Agosto, vamos aproveitar para declamar:

Oh! Valente legionário
Do Corpo Expedicionário
Por que vais lutar a esmo
Se a luta cruenta e fria
É pela democracia.
Vamos travá-la aqui mesmo!

Sugerindo que a luta pró-democracia da Força Expedicionária Brasileira deveria ser empreendida no Brasil, os versos parecem ter sido escritos por José Gonçalves Santana (Juca),[4] já tendo alcançado a popularidade. Datilografados em pequenos pedaços de papel, haviam sido distribuídos em círculos anti-Vargas. À declamação dos versos no baile seguiram-se brados de "Abaixo a ditadura" e "Morra Getúlio Vargas", liderados por Paulo Henrique Meinberg, que, de um balcão, observando a pista de dança, chamou atenção para si mesmo ao assobiar bem alto. Ao mesmo tempo, Lenício Pacheco Ferreira iniciou a gritaria.[5]

Germinal Feijó fez um pronunciamento: "Proclamamos o seguinte: 1) a Terceira República está inaugurada; 2) Cândido Mota Filho (diretor da censura e propaganda do Estado) não é satisfatório como professor; e 3) estas resoluções são imu-

[3] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas — 31/X/43', manuscrito, dez páginas com folha de rosto (carta de Lenício Pacheco Ferreira a JWFD, Catanduva, 12 de agosto de 1981).
[4] Wilson Rahal, entrevista, Campinas, 11 de julho de 1981.
[5] Paulo Henrique Meinberg, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 1.º de agosto de 1981. Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.

táveis." Meinberg mostrou, aos brados, estar de acordo, e liderou outros clamores antiditadura e anti-Vargas.[6]

Lenício Pacheco Ferreira avistou Hélio Mota, presidente do Centro, com sua namorada. Lenício viu que Hélio Mota não estava satisfeito com a cena feita por alguns de seus colegas mais radicais. Lenício, entretanto, convenceu o presidente do Centro a levantar sua voz contra Vargas e a ditadura; assim, os clamores breves e claros de Hélio Mota foram aplaudidos. Hélio, então, virou-se para a orquestra e, pegando o microfone, pediu "Música, muita música" e acrescentou "Viva a democracia!" Depois disso, recorda Lenício, o baile continuou até às cinco e meia da manhã "num ambiente de grande euforia, como se tivéssemos derrotando a ditadura e derrubando Vargas".[7]

Antônio Pinto do Rego Freitas, delegado de polícia presente ao baile para manter a ordem, relutou em efetuar prisões durante aquela reunião da elite. Tentou acalmar os estudantes, coletou testemunhos de que Hélio Mota se havia mostrado subversivo e convidou o presidente do Centro a se apresentar na Superintendência da Ordem Política e Social a 31 de outubro. Devido ao seu fraco desempenho, Rego Freitas foi suspenso posteriormente por Coriolano de Góis, secretário de Segurança do Estado.[8]

Ao deixar o baile às cinco e meia da manhã com Meinberg e outros amigos, Leonício Pacheco Ferreira foi 'convidado' por dois agentes de polícia a acompanhá-los porque, segundo eles, Elpídio Reali, delegado da Superintendência da Ordem Política e Social, gostaria de lhe falar. Ressaltando que "para mim vai ser uma honra ser preso pelos beleguins da ditadura", Lenício estava quase sendo levado quando um grupo de 15 ou 20 estudantes, incluindo Meinberg, Arrobas e Hiram Mayr Cerqueira, puxaram-no das mãos da polícia. Assim, Lenício foi capaz de trocar seus trajes de rigor no seu apartamento e parti-

[6] Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 4 de agosto de 1981.
[7] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'. 'Breve relato das atrocidades policiais praticadas em São Paulo nos primeiros dias de novembro de 1943', datilografado, três páginas, anônimo.
[8] 'Breve relato das atrocidades policiais...'

cipar, algumas horas depois, como piloto, do programa do Departamento de Aeronáutica do Centro, do qual era um dos diretores.

Meinberg, morando no mesmo edifício que Lenício, chegou ao Aeroclube mais tarde, ainda pela manhã, para comunicar que agentes do DOPS haviam vasculhado o apartamento de Lenício e desaparecido com livros e papéis. Meinberg também disse que a polícia havia prendido Hélio Mota, Arrobas Martins e Germinal Feijó.[9]

[9] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.

2. O MANIFESTO DE ARROBAS CONDENANDO O ESTADO NOVO (1.º de novembro de 1943)

Arrobas Martins e Germinal Feijó não ficaram detidos muito tempo depois de serem interrogados pela polícia, indo, em seguida, para a casa de campo de Feijó em Guararema. Hélio Mota, entretanto, permaneceu preso e foi declarado "criminoso confesso". Um relatório oficial (enviado a Vargas) dizia que "a Polícia, que não podia assistir ao desrespeito à mais alta autoridade da nação e procurando, ao mesmo tempo, evitar fatos mais graves, efetuara a prisão do estudante Hélio Mota, presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto, o mais exaltado dentre os manifestantes".[1]

Após Hélio Mota ter sido transferido da Superintendência da Ordem Política e Social para a Casa de Detenção e mantido incomunicável, medidas foram tomadas para garantir sua soltura. Na presença do diretor da Superintendência, Vieira de Melo, o diretor da Faculdade de Direito, Cardoso de Melo Neto, e o banqueiro Gastão Vidigal falaram com Vargas pelo telefone e este disse que a polícia suspenderia as acusações contra os estudantes e libertaria Hélio Mota. Uma ordem de soltura para Mota deveria chegar do Rio no dia seguinte.[2]

[1] Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 4 de agosto de 1981. Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08). A. Almeida Júnior, *Sob as Arcadas*, p. 310.

[2] 'Breve relato das atrocidades policiais praticadas em São Paulo, nos primeiros dias de nov. de 1943', datilografado, três páginas, autor desconhecido. Hildeberto Vieira de Melo, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981.

Coriolano de Góis, secretário de Segurança do Estado, tendo servido como chefe de polícia no Rio durante o governo do presidente Washington Luís, não se apressou quanto à soltura de Hélio Mota. Na segunda-feira à tarde, 1º de novembro, Coriolano foi indagado acerca daquela ao ser visitado por uma comissão constituída do secretário da Faculdade de Direito, Flávio Mendes, três estudantes e o recém-formado Luís de Azevedo Soares, advogado do Centro Onze de Agosto.[3] Luís de Azevedo Soares estava familiarizado com o temperamento de Coriolano por já tê-lo visitado anteriormente, com Wilson Rahal; quando Rahal sugeriu que um mapa do Brasil seria uma decoração de parede mais adequada do que um retrato de Vargas, Coriolano enfureceu-se e bradou: "Vargas é Brasil."[4] O humor de Coriolano não estava melhor a 1º de novembro de 1943 e aparentemente o secretário de Segurança sofria de uma dor nevrálgica no pescoço.[5] Depois de afirmar que precisava de mais tempo para resolver o 'caso' Hélio Mota, Coriolano acrescentou: "Benzam a Deus não ter eu que ir à faculdade, pois se isso acontecer não medirei conseqüências e, se preciso for, atirarei nos estudantes, fazendo correr sangue."[6]

Numa sessão extraordinária do Centro, os estudantes sentiram que a situação estava ficando séria. Portanto, Renato Amaral Sampaio Coelho e Álvaro Roberto Mendes Gonçalves, estudante do primeiro ano, cujo apelido era 'Febre', foram para a chácara de Feijó num carro (equipado com um gasogênio, capaz de produzir gás combustível de carvão) que pertencia ao pai de Gonçalves, voltando com Arrobas Martins e Germinal Feijó.

Antes de dirigir-se para a Faculdade de Direito, o grupo parou na casa de Joca (João Batista Silva Azevedo) no bairro da Liberdade, cidade de São Paulo. Arrobas sentou-se e redigiu, sem

[3] Presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente havido entre os estudantes de Direito de São Paulo e o Sr. secretário de Segurança Pública', datilografado, quatro páginas, São Paulo, 8 de novembro de 1943 (Documento XLII-38ª no CPDOC — Ref. GV 43.11.08).
[4] Luís de Azevedo Soares, entrevista, São Paulo, 11 de agosto de 1982.
[5] Roberto Fleury Meirelles, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1981.
[6] Presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente...'

hesitar, um manifesto ao país para ser submetido ao Centro durante sua prolongada sessão extraordinária.[7]

O manifesto relembrava que pouco mais de um ano se havia passado desde que "nós, os estudantes de Direito, juntamente com os universitários das demais escolas superiores de São Paulo, nos colocamos à frente de nosso povo, nas ruas, para exigir uma definição do país em face da agressão fascista". Esta exigência de que o Brasil lutasse ao lado de países livres havia sido feita pelos estudantes, dizia o manifesto, na esperança de que "os governantes de nossa terra teriam a honestidade de democratizar inicialmente o nosso país. Só assim se conseguiria a união nacional tão necessária nesse momento e tão desejada por todos os brasileiros".

Segundo o manifesto, o fracasso do Brasil em implantar um regime eficaz, legal e democrático havia deixado o povo desanimado e impedia que o Brasil aproveitasse a oportunidade de se incluir entre as grandes nações do pós-guerra. O manifesto descrevia o Brasil como não tendo tido participação efetiva alguma na guerra e o povo como que ficando apático; também acusava a desconfiança geral no "atual regime político do Brasil" por esta "situação deplorável".

No manifesto Arrobas continuou a escrever que "nós, os estudantes de Direito de São Paulo, nos mantivemos até agora calados" à espera de uma atitude digna do governo. "Entretanto", continuou, "agora já não é possível contemporizar. Um ato nitidamente fascista do governo veio ferir em cheio o coração e os brios da mocidade. Pela primeira vez na história da existência de nosso glorioso Centro Acadêmico Onze de Agosto, foi arbitrariamente preso o seu presidente. Preso por quê? Porque manifestou 'idéias contrárias ao regime', afirmam os responsáveis pela sua prisão. Seria isso crime num país democrático? Não!"

"Eis a razão", dizia o manifesto, "que nos faz cumprir hoje o dever que há muito adiávamos. Eis porque vimos, por fim, denunciar, pública e solenemente, o chamado 'Estado Novo',

[7] Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 4 de agosto de 1981. João Batista Silva Azevedo, entrevista, São Paulo, 9 de julho de 1981.

como um regime político absolutamente incompatível com a democracia".

O manifesto explicava que, por democracia, os estudantes entendiam um Estado em que os cidadãos elegem o governo e fiscalizam seu desempenho eficientemente por meio de representantes no Congresso e o direito irrestrito de criticar, através da liberdade de pensamento e expressão. "Temos como democrático", acrescentava o manifesto, "o Estado em que todos os cidadãos gozam dos direitos fundamentais do homem e podem organizar a opinião pública em partidos políticos". O manifesto expressava a crença dos estudantes de que "só existe República onde os governantes são eleitos para mandatos breves e préfixados".

O manifesto também afirmava que todos os seus signatários conheciam o caráter e o ponto de vista de Hélio Mota, estando certos de que o presidente do Centro não discordaria dos pensamentos expressos. Todos declararam formalmente perante a nação brasileira que se solidarizavam inteiramente com a atitude por ele assumida e esposavam como suas quaisquer palavras que pudesse ter proferido ou que o houvessem incriminado aos olhos do governo do país. Portanto, argumentava o manifesto, procedimentos legais deveriam ser instaurados contra cada um dos signatários individualmente, e contra todos coletivamente, semelhantes aos requeridos contra Hélio Mota.

"Que venham as represálias", concluía o manifesto, "a nação brasileira saberá julgar-nos".[8]

[8] 'Os estudantes de Direito de São Paulo à nação brasileira', cópia datilografada com assinaturas à mão, na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

3. A POLÍCIA ESPECIAL INVADE O CENTRO (2 de novembro de 1943)

Ao final da tarde de 1º de novembro, Arrobas Martins, Germinal Feijó, Renato Amaral Sampaio Coelho e Álvaro Roberto Mendes Gonçalves foram da casa de Joca até a assembléia do Centro Onze de Agosto. O manifesto de Arrobas foi aclamado e o Centro repleto transformou-se em um lugar movimentado, com o objetivo de datilografar o manifesto. Diferentes folhas foram datilografadas simultaneamente em várias máquinas.[1] Folhas para assinaturas foram passadas, de modo a serem acrescentadas à última folha datilografada, na qual Arrobas Martins foi o primeiro a assinar. As 180 assinaturas autênticas incluíam a de Evaristo Pan Gomes, que não era estudante de Direito, mas que dirigia o Centro Acadêmico Horácio Berlinck, da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo. Outro signatário, Antônio Melo Bueno ('Toti'), era primo e admirador de Antônio Sylvio Cunha Bueno, mas também não era estudante. Pelo menos uns poucos signatários não haviam sido considerados ferrenhos na oposição a Vargas. Até mesmo José Barbosa, declaradamente pró-Vargas, assinou o manifesto. Alguns dos estudantes anti-Vargas convictos não estavam presentes no Centro, e, portanto, amigos assinaram em seus nomes, aumentando para 205 o grande total de nomes no documento original.[2]

[1] José Henrique Turner, entrevista, São Paulo, 13 de julho de 1981.

[2] 'Os estudantes de Direito de São Paulo à nação brasileira', cópia datilografada com assinaturas à mão, na residência de Maria Alice Arrobas Martins.

Uma cópia do manifesto foi entregue à impressora Rossolilo, na rua Asdrubal do Nascimento (perto da Faculdade de Direito).[3] Outra (o primeiro carbono) foi entregue a estudantes encarregados de conferenciar com o major Vieira de Melo.[4] Dentre estes estavam Geraldo Vidigal, Rui Pereira de Queiroz,[5] Antônio Cláudio Fernandes Rocha (que havia desenhado o emblema da Frente Acadêmica pela Democracia),[6] Roberto Fleury Meirelles e Cory Porto Fernandes, companheiro de quarto de Hélio Mota e presidente do Grêmio da Escola de Sociologia e Política.[7]

Os estudantes somente foram admitidos no gabinete do major a uma hora da madrugada a 2 de novembro. O major leu o manifesto e propôs uma solução: uma vez que Vargas já havia requisitado a soltura de Hélio Mota, esta seria efetuada imediatamente, contanto que o manifesto não fosse impresso e distribuído. Os estudantes voltaram ao Centro com a proposta; mas como apenas cerca de cinqüenta estudantes ainda se encontravam nas arcadas, decidiu-se que alguns deveriam comunicar ao major que não se poderia chegar a nenhuma decisão até que a maioria dos signatários do manifesto pudesse ser ouvida.[8] Geraldo Vidigal, Antônio Cláudio Fernandes Rocha e alguns outros dirigiram-se para a Superintendência da Ordem Política e Social com o recado.

A assembléia do Centro Onze de Agosto já se havia transformado em um ruidoso fórum para discursos antiditadura. Renato Macedo, num bar nas proximidades, recebeu de um policial uma advertência contra a assembléia, mas ele voltou para as arcadas.[9] Lá, Lenício Pacheco Ferreira bradou: "Estamos cercados, mas a ditadura não tem coragem de nos enfrentar. Está aberta uma brecha no arbítrio para vitória da democracia." A decisão de não deixar o Centro desprotegido fez com que cerca de cinqüenta estudantes ainda lá permanecessem por volta de duas e meia da manhã. Alguns haviam levado colchões.[10]

O medo dos estudantes quanto a uma invasão era justificado. Durante a noite, Luís de Anhaia Melo, secretário da Viação estadual, cujo gabinete era perto da Faculdade de Direito, telefonou ao interventor Fernando Costa para avisá-lo de que havia um "grande movimento" na Faculdade. Logo depois o secretário de Segurança, Coriolano de Góis, recebeu um telefonema do interventor. Coriolano tomou conhecimento de que o que estava acontecendo era "pior do que o Baile das Américas".[11] Segundo outros relatórios que chegaram até ele, "a reunião do Centro Onze de Agosto tomava uma feição sediciosa, absolutamente revolucionária. Havia nas paredes do Centro desenhos e inscrições pornográficas alusivas ao presidente". Coriolano deu ordens para que a violenta Polícia Especial, sob a direção do major Anísio Cardoso de Miranda, enviasse um batalhão de choque para prender os estudantes e fechar o Centro.[12]

A invasão foi liderada por Anísio Miranda, oficial da Força Pública sem curso, que vinha das fileiras, tendo sido cabo ferrador.[13] Por volta das duas e meia da manhã, caminhões e carros blindados foram levados até a Faculdade de Direito, com mais de 150 membros da Polícia Especial. Armados com metralhadoras portáteis, fuzis com baionetas e aparelhos que desprendiam gás, os policiais desencadearam um ataque vigoroso. Coronhadas de fuzil, desferidas com potência, deixaram estudantes estatelados no chão e feriram cerca de 30. O fogo das metralhadoras e tiros de revólveres danificaram as paredes. Mobílias, manuscritos e relíquias foram destruídos e uma baioneta foi usada para

[3] Renato P. Macedo, entrevista, 5 de agosto de 1981.
[4] Presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente...'
[5] Geraldo Vidigal e Rui Pereira de Queiroz, entrevista, São Paulo, 17 de agosto de 1982.
[6] Antônio Cláudio Fernandes Rocha, entrevista, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1982.
[7] Cory Porto Fernandes, entrevistas, São Paulo, 2, 5 e 20 de agosto de 1981.
[8] Presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente...'
[9] Renato P. Macedo, entrevista, 5 de agosto de 1981.
[10] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas', escrito à mão, dez páginas. Vide p. 4.
[11] Hildeberto Vieira de Melo, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981.
[12] Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08).
[13] Flávio Galvão, 'Observações' (notas datilografadas para JWFD), São Paulo, agosto de 1942, p. 12.

rasgar uma valiosa pintura antiga de Pedro II. Esperando salvar-se da ira da Polícia Especial, Chico Elefante colocou o avental e o boné que nunca usava. Porém os policiais acharam que ele deveria ser um estudante tentando enganá-los, e Chico também foi espancado.[14]

Na medida em que os estudantes eram colocados em carros de polícia, levavam coronhadas de fuzil e cacetadas. Os carros paravam em restaurantes e bares onde outros estudantes eram pegos. A maioria dos estudantes foi recolhida presa à Superintendência de Ordem Política e Social no largo General Osório (perto das estações ferroviárias da Sorocabana e Luz) onde já se encontravam detidos Geraldo Vidigal, Antônio Cláudio Fernandes Rocha e outros que haviam voltado para ver o major Vieira de Melo. Uns poucos estudantes foram mandados para a Casa de Detenção. Os professores de Direito José Soares de Melo, Waldemar Ferreira e Ernesto Leme foram postos em prisão domiciliar.

Entre os que haviam ido ajudar a negociar com o major Vieira de Melo antes da meia-noite estavam o conservador Arthur Octavio de Camargo Pacheco e Antônio Melo Bueno, primo de Antônio Sylvio Cunha Bueno. Os dois jovens tiveram dificuldades em achar um táxi tão tarde da noite, e não conseguiram chegar ao gabinete do major. Houve uma mudança de planos

[14] Presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente...'. 'Breve relato das atrocidades, praticadas em São Paulo, nos primeiros dias de nov. de 1943'. Membros do corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo, 'Moção endereçada ao Sr. presidente da República, aos Srs. ministros da Educação e Justiça, ao Sr. interventor Federal em São Paulo e ao Sr. secretário da Educação do governo do Estado de São Paulo', São Paulo, 8 de novembro de 1943. Centro Acadêmico Onze de Agosto (e advogados) — petição ao Exmo. Sr. dr. juiz de Direito da Vara dos Feitos da Fazenda do Estado. Relatório de sentença judicial, assinado pelo escrivão Affonso Botelho de Abreu Sampaio, 19 de julho de 1944. Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'. 'Manifesto aos estudantes de Direito de São Paulo', divulgação de duas páginas mimeografadas, assinado 'Viva a democracia' (sem data). Renato P. Macedo, entrevista, 5 de agosto de 1981. Conversações na residência de Geraldo Vidigal, 6 de agosto de 1981 (Gabriel Cesário Cury e Arthur Octavio de Camargo Pacheco também presentes).

quando ficou claro que policiais nas ruas, atirando com pistolas, estavam ansiosos por prendê-los.

Finalmente chegaram até a casa de Cardoso de Melo Neto, diretor da Faculdade de Direito, onde asilo já havia sido dado a Israel Dias Novaes e Romulo Fonseca — estudante do quinto ano, magro e culto, apelidado de 'professor Picard' por Israel Dias Novaes, por se parecer com o suíço do balão. Por volta das quatro da manhã, quando os jovens faziam um relato dos ataques da Polícia Especial a Cardoso de Melo Neto, aproximadamente 30 membros da Polícia Especial, com revólveres na mão, chegaram na casa do diretor da Faculdade de Direito e exigiram que os estudantes lhes fossem entregues. Cardoso de Melo Neto telefonou a Gastão Vidigal e pediu-lhe que fosse até lá.

Depois que o banqueiro e o diretor da Faculdade de Direito discutiram a situação, Gastão Vidigal telefonou a Coriolano de Góis. O acordo a que chegaram foi o de que os jovens deveriam ser levados pela polícia, mas por um curto período de tempo, só para fins de testemunho. O acordo, entretanto, não foi mantido: os jovens foram trancafiados.[15]

[15] Ibid.

4. DIAS DE PRISÃO
(2-5 de novembro de 1943)

Cardoso de Melo Neto estava furioso. A 3 de novembro, em uma reunião do corpo docente da Faculdade, especialmente convocada, comunicou que o governo lhe havia quebrado a promessa de libertar os estudantes e que, portanto, apresentava sua demissão como diretor da Faculdade. Sua carta de demissão, de cujos termos o corpo docente ficou ciente, informava o interventor Fernando Costa do comportamento da Polícia Especial.

O corpo docente nomeou duas comissões de professores, uma para dar assistência aos estudantes presos e a outra, aos três professores de Direito em prisão domiciliar. Antônio de Sampaio Dória ficou como diretor interino da Faculdade de Direito por dois dias, sendo sucedido por Alvino Ferreira Lima (professor de Direito Civil).[1]

Paulistas influentes enviaram mensagens ao interventor, protestando contra a agressividade da polícia. Uma delas foi escrita por Alcides da Costa Vidigal, presidente do Instituto de Advogados de São Paulo e pai de Geraldo e Marcello.[2] Teotônio Monteiro de Barros Filho, secretário de Educação do Estado e professor de Ciência das Finanças da Faculdade de Direito, correu para o Rio e obteve a ordem de Vargas para libertar os

[1] 'Breve relato das atrocidades policiais praticadas em São Paulo nos primeiros dias de nov. de 1943'. Membros do corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo, 'Moção endereçada ao Sr. presidente da República...', 8 de novembro de 1943.
[2] Geraldo Vidigal, notas datilografadas para JWFD, São Paulo, julho de 1981.

estudantes.[3] Contudo, cerca de metade dos estudantes presos permaneceu encarcerada até 5 de novembro porque Coriolano desejava ter interrogatórios completos.

Durante o Estado Novo, os estudantes presos em São Paulo quase sempre eram tratados bem, com os carcereiros assumindo uma atitude paternal. Os interrogatórios, entretanto, às vezes não mostravam tanta consideração. Lenício Pacheco Fereira relembra interrogatórios, no início de novembro de 1943, acompanhados de socos na cabeça e nos ouvidos. Em resposta às perguntas, Hélio Mota assumiu a responsabilidade de haver bradado contra a ditadura no Baile das Américas; Arrobas Martins confessou haver escrito o manifesto de 1º de novembro.[4] Muitos estudantes foram interrogados acerca da impressão do manifesto. A polícia já suspeitava da firma Rossolilo e, quando a invadiu e achou o manifesto, impediu sua distribuição, destruindo a matriz, montada para imprimi-lo, e ameaçando o gerente da loja com prisão e fechamento da firma.[5]

Os interrogadores, indagando dos estudantes acerca da "extensão do movimento" e dos "políticos a que nos ligáramos",[6] queriam mostrar que a subversão na Faculdade de Direito, iniciada no baile, estava relacionada a um grande movimento organizado. Investigadores escreviam que "componentes dos diversos grupos do antigo Partido Democrático, entre os quais os dos Srs. Júlio de Mesquita, Cardoso de Melo Neto, Horácio Lafer, Waldemar Ferreira etc." haviam estabelecido um plano para uma revolta que não estaria confinada a São Paulo e que procuraria ter eleições e uma nova Constituição. Achava-se que o plano incluiria passeatas de estudantes universitários, principalmente dos da Faculdade de Direito de São Paulo. Enquanto os estudantes permaneciam na cadeia, noticiavam esses investiga-

[3] A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 313.
[4] 'Breve relato das atrocidades...'
[5] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'. Renato P. Macedo, entrevista, 5 de agosto de 1981. Sylvio de Campos Mello Filho, 'A luta pela volta da democracia', *O Onze de Agosto*, 1946, pp. 13-18. Vide p. 17.
[6] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.

dores, "manifestos de políticos deste e de outros Estados eram distribuídos pela cidade ao lado dos manifestos de solidariedade aos estudantes detidos que eram espalhados pelas diretorias dos demais centros acadêmicos".[7]

Durante a prisão dos estudantes, uma avalancha de mensagens protestava contra a brutal invasão do outrora inviolável 'território livre do largo de São Francisco'. Cópias tiveram ampla circulação em São Paulo. Uma das primeiras foi endereçada ao ministro da Educação pelos diretores do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, do corpo discente da Faculdade Nacional de Direito da capital federal. Dizia que "raríssimas vezes no Brasil de todas as épocas foram tão ultrajados os acadêmicos, tão menosprezados os professores". Além de mencionar as tradições patrióticas da Faculdade de Direito de São Paulo, a mensagem exaltava a democracia e citava Rui Barbosa, ao dizer que a nação era constituída por todas as pessoas, "cada qual tendo no seio o mesmo direito à idéia, à palavra, à associação".[8]

A 4 de novembro os presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, numa mensagem conjunta ao povo do Estado, comunicaram que haviam informado ao interventor Fernando Costa que todo o trabalho da Faculdade seria suspenso "até que a classe universitária tenha sido reparada moralmente dos danos sofridos". Em manifestos separados, cada centro fez declarações um tanto semelhantes. Estudantes de medicina, por exemplo, resolveram voltar aos estudos somente depois que os estudantes de Direito recebessem "reparação moral e material" e as autoridades responsáveis pela invasão fossem demitidas. O grêmio da Faculdade de Filosofia disse que uma volta às salas de aula dependia da abertura de um inquérito para apontar os responsáveis pelo vandalismo e espancamento de "moços completamente desarmados e indefesos". Os estudantes de faculdades sem ligação com a Universidade (como a Escola de Engenharia

[7] Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08).
[8] Diretoria do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, comunicação ao ministro da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1.º de novembro (*sic*), 1943.

Mackenzie, com 200 alunos) também entraram em greve e redigiram declarações.[9]

Embora a maioria dos estudantes presos estivesse junta em celas grandes, alguns, como Germinal Feijó, Hélio Mota, Arrobas Martins e Lenício Pacheco Ferreira, estavam sendo mantidos em solitárias. Lenício Pacheco Ferreira recebeu uma visita do major Vieira de Melo, que o aconselhou a parar de lutar contra o governo e a assinar uma declaração, pedindo clemência a Vargas. Sugerindo ao major que tentaria convencer Hélio Mota e Arrobas Martins a seguir o conselho, Lenício conseguiu falar com ambos. Propôs que Mota ganhasse sua liberdade dizendo ao major que planejava falar com Vargas, mas que gostaria primeiramente de ouvir a opinião dos líderes da greve estudantil em São Paulo. "Lá fora", disse Lenício a Mota, "você poderá dizer que nós estamos firmes e dar nova vida ao movimento". Com a libertação dos últimos estudantes a 5 de novembro, foi desnecessário considerar-se a sugestão de Lenício.[10]

Quando ainda na cadeia, Arthur Octavio de Camargo Pacheco recebeu uma proposta de Vieira de Melo para ir ao Rio falar com Vargas e Capanema. Recebeu permissão para barbear-se e banhar-se, e a polícia providenciou para que o levassem até a estação, de onde o trem *Cruzeiro do Sul* partiria para o Rio. No entanto Pacheco primeiramente aconselhou-se com Gastão Vidigal; o banqueiro argumentou que não seria prudente os estudantes seguirem as sugestões da polícia de viajar para o Rio.[11] Era impossível dizer-se o que poderia acontecer a eles

[9] Presidentes dos centros acadêmicos e grêmios universitários, 'Ao povo de São Paulo', São Paulo, 4 de novembro de 1943. Manifesto dos alunos da Escola Politécnica de São Paulo. Grêmio da Faculdade de Filosofia, resoluções, Sala do Grêmio, São Paulo, 4 de novembro de 1943. Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia de São Bento, 'Amigos e colegas'. Resoluções dos alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Centro Acadêmico de Economia, Finanças e Administração, São Paulo, 5 de novembro de 1943. Declaração do Centro Acadêmico Luís de Queiroz da Escola Superior de Agricultura, Piracicaba, 4 de novembro de 1943. Centro Acadêmico Horace Lane (Escola de Engenharia Mackenzie), carta a Fernando Costa, 4 de novembro de 1943.
[10] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.
[11] Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevista, São Paulo, 6 de agosto de 1981.

no Rio mesmo que chegassem lá a salvo. Sua 'base de proteção' estava em São Paulo. Pacheco comunicou, então, ao major Vieira de Melo que havia decidido não ir mais para o Rio. O estudante foi novamente preso, mas em questão de horas posto em liberdade. Contudo a ordem de Vargas que libertava os estudantes não incluía os três professores, que permaneceram em prisão domiciliar, suas casas sob vigilância policial.

Antes de ser solto, Lenício Pacheco Ferreira recebeu ordens para assinar uma declaração que, segundo a polícia, era baseada em informações fornecidas durante várias sessões de interrogatório. Lenício, que não havia colaborado para tais informações, argumentou que a declaração não estava correta e que se recusava a assiná-la, apesar das ameaças de ser torturado e mandado para a prisão numa ilha. Finalmente a polícia concordou em que a assinatura de Lenício deveria ser acompanhada de um protesto escrito, afirmando que a declaração havia sido obtida após espancamentos e ameaças.[12]

[12] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.

5. REAÇÕES AOS SAQUES E PRISÕES (5-8 de novembro de 1943)

Os últimos estudantes de Direito presos, cerca de 30 em número, foram libertados a 5 de novembro. Como era aniversário do nascimento de Rui Barbosa, os estudantes reuniram-se imediatamente ao redor da estátua do estadista no Parque Anhangabaú. Desfilaram, em seguida, pelas ruas na direção da Faculdade de Direito bradando vivas à democracia e morras à ditadura e a Vargas.[1]

Cory Porto Fernandes, convidado para ir à casa do secretário de Justiça, Abelardo Vergueiro César, encontrou 'Abelardinho' na companhia do ministro da Educação, Teotônio Monteiro de Barros Filho. Enquanto explicava detalhes dos recentes problemas dos estudantes, Cory Porto Fernandes soube que os dois secretários de Estado estavam tão aborrecidos com Coriolano de Góis que planejavam informar Vargas do seu descontentamento.[2]

Hélio Mota endereçou uma carta a Fernando Costa para avisá-lo de que o Centro Onze de Agosto, informado acerca da carta de demissão de Cardoso de Melo, não aceitaria um novo diretor da Faculdade de Direito a não ser que a Faculdade e Cardoso de Melo Neto recebessem "completas e públicas satisfações pelas arbitrariedades" e que o diretor ainda insistisse em se

[1] José Bonifácio Coutinho Nogueira, notas escritas à mão nas margens de um item anti-Estado Novo no *Diário da Noite*, 14 de março de 1945, mostrando fotografia do desfile de 5 de novembro de 1943.
[2] Cory Porto Fernandes, entrevista, São Paulo, 2 de agosto de 1981.

demitir depois de feito o reparo.[3] Os líderes dos estudantes de Direito trabalharam com o advogado do Centro, Luís de Azevedo Soares, e três outros formados em dezembro de 1942, Wilson Rahal, Roberto de Abreu Sodré e Antônio Francisco Leonel Costa, na preparação de uma ação judicial, exigindo indenização. No apartamento dividido por Hélio Mota e Cory Porto Fernandes, Luís de Azevedo Soares obteve informações para o caso.[4]

Francisco Morato de Oliveira recebeu uma visita, no seu escritório de advocacia, de Roberto de Abreu Sodré e dos estudantes Renato Amaral Sampaio Coelho, Marcello Vidigal, Luís Arrobas Martins e José Bonifácio Coutinho Nogueira. O primeiro presidente da Sociedade Acadêmica Amigos de Rui Barbosa sugeriu aos visitantes que os estudantes universitários patrocinassem um comício pró-democracia a 9 de novembro, véspera do sexto aniversário do Estado Novo. Tal passo, disse ele, forçaria a polícia de São Paulo a escolher entre duas alternativas: proibir o comício, "desmascarando-se ante os olhos do público", ou permitir a manifestação, e, portanto, abrir o caminho para uma série de comícios que poriam fim à ditadura. A proposta agradou aos visitantes do advogado. José Bonifácio Coutinho Nogueira redigiu uma pequena nota a ser distribuída no dia 8: "Os estudantes da nossa universidade convidam o povo de São Paulo a comparecer ao comício democrático que farão realizar amanhã, dia 9 de novembro, às 18 horas, na praça do Patriarca".[5]

As notas foram preparadas clandestinamente. Rui Mesquita (17 anos, filho de Júlio de Mesquita Filho e que não era ainda

[3] Hélio Mota, carta ao Exmo. Sr. interventor Federal no Estado de São Paulo (cópia na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins).
[4] Luís de Azevedo Soares, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1981. Cópia da sentença judicial, condenando a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo a efetuar pagamento ao Centro Onze de Agosto, 19 de julho de 1944, com notas escritas à mão por José Bonifácio Coutinho Nogueira. Cory Porto Fernandes, entrevista, 2 de agosto de 1981.
[5] Marcello Vidigal, entrevista, 17 de agosto de 1982. José Bonifácio Coutinho Nogueira, notas escritas à mão anexadas a uma cópia do convite para o comício de 9 de novembro de 1943. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 'Os fatos falam por si só', num caderno na sua residência.

estudante de Direito), Celso Medeiros, Adolfo Nardy (primo de Celso Medeiros) e Severo Gomes (estudante de Direito do segundo ano) utilizaram uma chave roubada para entrar na Sociedade Harmonia de Tênis e dali retirar um mimeógrafo.[6] Na casa de Celso Medeiros usaram o mimeógrafo para produzir cópias do convite para o comício. A fim de conseguir apoio dos círculos oposicionistas do Rio, Antônio Carlos de Abreu Sodré e Antônio Pereira Lima (que recebeu seus amigos estudantes da resistência no Automóvel Clube) deram a Lenício Pacheco Ferreira uma passagem de ida e volta para a capital federal.[7]

Enquanto o comício estava sendo preparado, São Paulo foi informado acerca da invasão da Faculdade de Direito a 2 de novembro, através de verso e prosa mimeografados. O mais próximo a que chegou a imprensa foi publicar um pequeno item que ligava os nomes de Coriolano de Góis e do major Anísio Miranda, da Polícia Especial: "Numa cidade do interior, Coriolano Miranda, zangado com um seu vizinho que, na véspera, ofendera o capitão do clube de futebol de sua predileção, invadiu-lhe a casa, quebrando os móveis e espancando os moradores." O item foi reproduzido ao alto de uma folha mimeografada de verso escrito por José Gonçalves Santana.[8] Segundo a última estrofe:

Está dito e está provado
Que um governo faz um povo.
Se somos um povo atrasado
Ora viva o Estado Novo.

Uma outra folha de verso, 'As carícias do Coriolano', zombava do 'chacal' que havia sido 'exonerado' como secretário da Fazenda e feito secretário de Segurança por Gegê (Getúlio Vargas); descrevia o saque de 2 de novembro contra o 'Onze de Rui

[6] Rui Mesquita, entrevistas, São Paulo, 25 de julho de 1981 e 5 de agosto de 1982. Severo Gomes, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
[7] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas'.
[8] Folha mimeografada com 12 estrofes encabeçadas pelo item no jornal. João Nery Guimarães, entrevistas, 16 de agosto de 1981.

Barbosa' pela 'Gestapo irascível' e mencionava os interrogatórios subseqüentes, realizados sob ameaças. Concluindo, dizia:

E os ratos da embarcação,
Sentindo o barco afundar,
'Resolveram' a situação
Dando ordem pra saltar.

Alguns versos haviam circulado dentre os estudantes presos. Tanto nestes como numa paródia de duas folhas sobre um samba foram feitas referências a Jorge Americano (George, o americano'), que havia tentado dar a Vargas um título honorário, e Miguel Reale ('Mick, el Reale'). O diretor do DEIP, Cândido Mota Filho, também foi mencionado.[9]

Mais séria ainda foi a moção aprovada a 8 de novembro por vinte professores de Direito (incluindo Jorge Americano e o professor emérito Francisco Morato), que conseguiu publicidade através de cópias mimeografadas.[10] Endereçada a Vargas, aos seus ministros da Educação e Justiça, ao interventor Fernando Costa e ao secretário de Educação do Estado, a moção não foi assinada por Miguel Reale. Também não a assinaram os três professores presos nem o secretário de Educação, Teotônio Monteiro de Barros Filho (um dos destinatários). Assim como a maioria dos livres-docentes, o diretor do DEIP, Cândido Mota Filho, também não a assinou.

Uma comissão de professores, dizia a moção, havia confirmado os relatórios acerca dos atos de barbaridade dos '200' membros da Polícia Especial que haviam penetrado nas arcadas, ferindo "mais de 30" estudantes e violando "a velha tradição de respeito à casa do Direito". Embora a moção admitisse que as autoridades podiam ter tido o direito de prender estudantes reunidos no seu Centro numa sessão semipública a perturbar a ordem pública, condenava a agressão física. Solicitava também uma investigação completa e a punição das autoridades responsáveis pelo ato, levado a cabo no momento em que os jovens estavam chegando a um acordo com o superintendente da Ordem Política e Social.

Numa referência a esta moção, um "manifesto aos estudantes de Direito de São Paulo", emocional, anônimo e mimeografado, salientava que o corpo docente havia tomado, destemidamente, uma posição — "com exclusão, é claro, dos nomes de Cândido Mota Filho e Miguel Reale. O primeiro é apologista da incrível 'democracia autoritária' e diretor do departamento que sufocou a liberdade de imprensa. O segundo é o lugar-tenente de Plínio Salgado e hoje, também contubérnio do caudilho de São Borja. Afora esses, que lecionam contra a vontade de todos vós, os mestres aprovam a revolta contra o poder getulista". Segundo este manifesto anônimo, o grito de revolta havia tido início em Minas e se espalhado rapidamente aos outros Estados. "Em São Paulo, neste glorioso São Paulo, ainda desta vez coube aos estudantes de Direito a tarefa da pugna inicial em oposição aos liberticidas." Ressaltando aos estudantes de Direito que todos apoiavam a sua atitude, o manifesto lhes falava da sua obrigação moral de realizar cada vez mais comícios.[11]

Os presidentes dos centros acadêmicos de 12 faculdades de São Paulo uniram-se ao representante dos estudantes no Conselho dirigente da universidade ao assinarem, também a 8 de novembro, um relatório sobre acontecimentos recentes, que foi mimeografado e distribuído. O relatório acusava Coriolano de Góis de demonstrar, desde o momento em que assumiu o posto, "hostilidade e prevenção" contra os jovens universitários de São Paulo, e especialmente os da Faculdade de Direito. O relatório também falava da "atitude insolente e sádica do major Anísio Miranda", comandante da Polícia Especial.[12]

[9] 'É o que ele quer... Paródia do samba do mesmo nome' (duas folhas mimeografadas). Folha de versos na caligrafia de Renato P. Macedo, datada de 8 de novembro de 1943. Renato P. Macedo, carta a JWFD, São Paulo, 18 de agosto de 1981.

[10] Professores da Faculdade de Direito de São Paulo, 'Moção endereçada ao Sr. presidente da República, aos Srs. ministros da Educação e Justiça, ao Sr. interventor Federal em São Paulo e ao Sr. secretário da Educação do governo do Estado de São Paulo', São Paulo, 8 de novembro de 1943.

[11] 'Manifesto aos estudantes de Direito de São Paulo', duas folhas mimeografadas, assinadas 'Vida a democracia!'

[12] Presidentes de 12 centros acadêmicos universitários de São Paulo e os representantes estudantis no Conselho da Universidade de São Paulo, 'Relatório sobre o incidente havido entre os estudantes de Direito de São Paulo e o Sr. secretário da Segurança Pública', São Paulo, 8 de novembro de 1943.

6. A PASSEATA DO SILÊNCIO
(9 de novembro de 1943)

Quando as notas mimeografadas surgiram a 8 de novembro, anunciando o 'comício democrático' a ser realizado no dia seguinte por estudantes universitários, Coriolano de Góis deu ordens à polícia para impedir a sua realização. Como explicou ao novo comandante da Segunda Região Militar, general Horta Barbosa, "a intenção de perturbar a ordem, na véspera das comemorações do dia 10 de novembro, era de uma clareza meridiana". Coriolano de Góis também elaborou uma nota a ser publicada em todos os jornais de São Paulo no dia 9, para avisar que a Secretaria de Segurança Pública, considerando o comício um plano para perturbar a paz, não permitiria sua realização e "agirá com a mesma energia contra os que tentarem perturbá-la".[1]

Na tarde de 8 de novembro, Hélio Mota teve uma surpresa desagradável com os convites mimeografados para o comício e comunicou ao general Horta Barbosa que o Centro Onze de Agosto não o tinha planejado. Ajudado por amigos, Mota passou o resto do dia e parte da noite convencendo estudantes a não participarem do comício. Após ler, no almoço do dia 9, a nota que Coriolano de Góis havia colocado nos jornais, continuou persuadindo os estudantes de Direito a não se envolverem no comício. Com Arnaldo Sena, presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane, da Escola de Engenharia Mackenzie, e Cory Porto Fernandes, presidente do grêmio da Escola de Sociologia e Política, Mota providenciou a realização de uma reunião para que os líderes de vários centros acadêmicos assinassem uma declaração conjunta em favor do cancelamento do comício. Embora a reunião não se tivesse realizado, conforme planejado, no apartamento de Hélio Mota e Cory Porto Fernandes, o general Horta Barbosa conseguiu, no entanto, informar a Coriolano de Góis que representantes dos estudantes de algumas faculdades, inclusive da de Direito, cuidariam para que o 'comício democrático' não se realizasse. Sem querer correr riscos, Coriolano enviou um grande contingente policial até a movimentada praça do Patriarca, cheia de lojas, durante a tarde acalorada e de sol.[2]

Atendendo a um pedido educado do major Vieira de Melo, o prédio da Faculdade de Direito foi fechado às cinco da tarde. Por volta das cinco e meia, algumas centenas de estudantes de Direito encontravam-se no largo de São Francisco e no largo do Ouvidor, nas proximidades. Com o comício proibido, Ênio de Novais França propôs a passeata do silêncio até a praça do Patriarca, em que os estudantes caminharam com lenços amarrados na boca. A passeata foi organizada imediatamente pelos estudantes Abel Newton de Oliveira Penteado, Celso e Cássio Queiroz Ferreira, Carlos Pinto Alves, Carlos Adolfo Schmidt Sarmento, Plínio Simões, Eduardo Whately, os irmãos Nogueira e outros.[3]

Hélio Mota e três de seus amigos haviam estado na praça do Patriarca, no centro da cidade, observando os policiais e, ao subir a rua São Bento a caminho do largo de São Francisco, encontraram cerca de 300 estudantes silenciosos, lenços amarrados na boca, fazendo uma passeata na direção contrária. Mota alertou-os para que permanecessem em silêncio durante sua passeata pacífica; refletindo, então, que o fato de liderá-los poderia provavelmente trazê-los de volta rapidamente da praça do Pa-

[1] Laudelino de Abreu, 'Relatório do inquérito policial instaurado sobre a chacina do largo de São Francisco', São Paulo, 20 de maio de 1944 (publicado graças a Flávio Galvão, em *O Estado de S. Paulo*, 9 e 16 de novembro de 1958). Coriolano de Góis, 'Entrevista concedida à imprensa... no dia 5 de dezembro de 1943' (folheto de seis páginas, cópia na residência de José Bonifácio Coutinho Nogueira).

[2] Ibid.

[3] José Bonifácio Coutinho Nogueira, notas escritas à mão ao lado do recorte de jornais ('Proibidos os comícios') em um de seus cadernos.

triarca, Mota tomou seu lugar na frente da passeata. Quando os estudantes silenciosos chegaram na praça, encontraram-na repleta. Após serem aclamados por muita gente, retornaram em silêncio e em ordem para o largo de São Francisco, onde Hélio Mota insistiu para que fossem para casa.[4]

[4] Laudelino de Abreu, 'Relatório do inquérito policial instaurado sobre a chacina do largo de São Francisco'. Jussieu da Cunha Batista, 'A verdade sobre a chacina do largo de São Francisco', *Jornal de São Paulo*, 19 de maio de 1946.

7. CORIOLANO DE GÓIS ENVIA A POLÍCIA ESPECIAL (9 de novembro de 1943)

A maioria dos estudantes não foi para casa. Cerca de 150 decidiram avançar novamente pelo largo do Ouvidor, descer a rua São Bento a fim de encerrar sua manifestação com saudações à democracia na praça do Patriarca. Mais uma vez Hélio Mota decidiu acompanhá-los. Quando estavam quase chegando à praça, foram detidos na rua Direita pelo delegado de polícia Gustavo Cordeiro Galvão, que levou a mão ao revólver e deu ordens para que os estudantes não seguissem adiante. Enquanto Hélio Mota discutia com o delegado, os estudantes aclamavam a democracia, sendo aplaudidos.

As autoridades policiais argumentaram que haviam sido tolerantes ao permitir a passeata silenciosa, mas que as novas manifestações estavam transformando a situação no que precisamente havia sido proibido, constituindo uma quebra do acordo feito por líderes estudantis.[1]

Coriolano de Góis enviou 50 guardas civis para ajudar a estabelecer a ordem na praça do Patriarca. Então, seguindo-se a sugestão do major Vieira de Melo, um caminhão d'água do Corpo de Bombeiros também foi mandado para lá. O imenso caminhão, descendo a rua São Bento, foi cercado por uma multidão, incluindo estudantes, e seus ocupantes foram vaiados. Os estudantes, porém, tendo saudado a democracia, decidiram retornar ao largo de São Francisco. Concordando em acatar a or-

[1] Laudelino de Abreu, 'Relatório do inquérito policial...'. Jussieu da Cunha Batista, 'A verdade sobre a chacina...'

dem do delegado Gustavo Cordeiro Galvão, Hélio Mota disse aos estudantes que estava terminada a manifestação e que no dia seguinte, 10 de novembro, todos deveriam usar gravatas pretas em público.

Coriolano, acreditando "que a reunião se transformara num verdadeiro motim", fez com que o coronel comandante da Força Policial enviasse parte de um regimento de cavalaria para ajudar a pôr fim à revolta. Além disso, Coriolano chegou ao ponto de ordenar ao comandante da Polícia Especial, Anísio Miranda, que fosse até ao local com batalhões de choque em carros e acabasse com o comício "a qualquer custo". Os carros, alguns deles blindados, levavam bombas de gás, cassetetes de borracha e armas de fogo (fuzis, pistolas e metralhadoras portáteis Schmeisser). Na praça do Patriarca e na rua Direita, nas proximidades, os batalhões de choque atiraram para o ar. A maior parte do povo, assustada, fugiu.

Depois da 'evacuação da praça do Patriarca', o major Anísio Miranda perseguiu os estudantes, subindo pela rua São Bento com seus 'tico-ticos-reis' (apelido dado aos policiais especiais porque seus bonés vermelhos lembravam o pássaro tico-tico-rei). Quando os policiais, alguns em um carro blindado, aproximaram-se do largo do Ouvidor, os estudantes, sob o comando de Hélio Mota, formaram uma fila (ou uma parede de estudantes) como que para impedir a polícia de avançar do largo do Ouvidor ao largo de São Francisco.[2]

Hélio Mota saiu da fila para negociar com os 'tico-ticos-reis' no lugar onde a rua São Bento se liga ao largo do Ouvidor. Já estava se aproximando do carro blindado quando um delegado de polícia, Nicolau Ulrico Mário Cêntola, formado pela Faculdade de Direito, saiu de um automóvel perto. Mota, que conhecia o delegado, disse: "Cêntola, pelo amor de Deus... tire a Polícia Especial." Tal medida, argumentou Mota, levaria a uma conclusão pacífica em 15 minutos. Cêntola disse que seria difícil obter uma 'contra-ordem' para inverter o papel da Polícia Especial, e pediu a Mota para fazer com que os estudantes se retirassem dali; Mota, entretanto, recusou-se enquanto

[2] Ibid. João Brasil Vita, entrevista, São Paulo, 17 de agosto de 1981.

a Polícia Especial ali permanecesse. Quando Cêntola desceu a rua São Bento no seu carro alguns minutos depois (violando o sinal de mão única), Mota pensou que ele fosse tentar conseguir a 'contra-ordem'.[3]

[3] Laudelino de Abreu, 'Relatório do inquérito policial...'

8. TIROTEIO PELA POLÍCIA ESPECIAL
(9 de novembro de 1943)

Depois que o delegado Cêntola se retirou, Hélio Mota falou com os policiais especiais do carro blindado. Estes estavam segurando metralhadoras e mostravam-se tão agressivamente excitados que Mota tentou acalmá-los, explicando que não tinham nada para fazer ali, pois os estudantes estavam desarmados e já haviam dado por encerrada a manifestação. Durante a conversa, Anísio Miranda, comandante da Polícia Especial, chegou da praça do Patriarca. Hélio havia tido uma altercação com o major poucos dias antes no escritório do delegado Elpídio Reali, quando o major se mostrara arrogante, dizendo que já haviam ido os estudantes e que agora precisavam ir os professores. Ao vê-lo agora, Mota silenciou e retrocedeu alguns passos.

Reconhecendo Hélio Mota, Anísio Miranda falou aos homens no carro blindado: "É esse mesmo, metam bala nele!" Ordenou a Mota que mandasse os estudantes embora, mas Mota afirmou decididamente que a Polícia Especial deveria ir primeiro. Durante a discussão, o major, furioso, bateu no rosto de Mota. Antes que Mota pudesse revidar, os 'tico-ticos-reis' entraram em ação, batendo em Mota com seus cassetetes.[1]

Enxames de estudantes desarmados e curiosos gritaram e avançaram contra a Polícia Especial. Os policiais reagiram rapidamente. Alguns atiraram para o chão, mas outros usaram suas metralhadoras e pistolas para atirar diretamente na multidão que

[1] Laudelino de Abreu, 'Relatório de inquérito policial instaurado sobre a chacina do largo de São Francisco', São Paulo, 20 de maio de 1944 (publicado em *O Estado de S. Paulo*, 9 e 16 de novembro de 1958).

avançava.[2] O tiroteio matou Jaime Carlos da Silva Teles, comerciário de 20 anos, que saía de uma loja, e Domingas Covelli, italiana de 65 anos. Um menino, José Emigdio de Barros, precisou amputar a perna esquerda devido a um ferimento. Das outras duas dúzias de feridos, mais da metade era estudantes. Sete estavam fazendo cursos nas arcadas: João Brasil Vita, Haroldo Bueno Magano, Idel Aronis, Sílvio de Campos Melo Filho, Aloysio Ferraz Pereira, Luís Afonso Cardoso de Melo de Álvares Otero e Ciro Amaral Alcântara.[3]

O povo debandou em pânico. Hélio Mota, conseguindo livrar-se dos policiais que o espancavam, desceu a rua José Bonifácio correndo e chegou até a União Cultural Brasil-Estados Unidos (na rua Santo Antônio), onde muitos outros também encontraram refúgio.[4] Lenício Pacheco Ferreira, que vinha com Meinberg da praça do Patriarca quando o trágico tiroteio ocorreu, encontrou asilo na casa de um advogado amigo da família.[5] Renato Macedo e outros, já encharcados com a água do Corpo de Bombeiros, correram até a Faculdade de Direito e se esconderam atrás das grandes colunas na frente do prédio. Mas este não era um bom esconderijo porque policiais especiais, rasgando cartazes de propaganda eleitoral do Centro,[6] procuravam por lá estudantes para prender; então, Macedo e um amigo conseguiram chegar até a garagem da Secretaria de Viação, nas proximidades.[7] Aloysio Ferraz Pereira, ferido por uma bala que atravessou seu pescoço saindo na parte mais baixa de suas costas, conseguiu se esconder, com um grupo, num edifício na esquina do largo de São Francisco, antes de ser levado em um veículo até a Casa de Saúde Santa Rita.[8]

[2] Fernando Jacob, entrevista (por telefone), Fernandópolis, São Paulo, 25 de agosto de 1981. João Nery Guimarães, entrevista, 16 de agosto de 1981.

[3] Jussieu da Cunha Batista, 'A verdade sobre a chacina do largo de São Francisco', *Jornal de São Paulo*, 19 de maio de 1946. A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 316.

[4] Laudelino de Abreu, 'Relatório...'

[5] Lenício Pacheco Ferreira, 'Baile das Américas' (escrito à mão).

[6] Fernando Jacob, entrevista, 25 de agosto de 1981.

[7] Renato P. Macedo, entrevista, 5 de agosto de 1981.

[8] Aloysio Ferraz Pereira, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1982.

João Brasil Vita, estudante do segundo ano, candidato do Conservador a segundo secretário do Centro, fugiu para uma garagem próxima, após notar sangue em todo o seu peito. Teve sorte em permanecer vivo pois a bala, que atravessou o peito alojando-se nas costas, por pouco não acertou o coração. João de Toledo Lara, estudante do primeiro ano, cuja irmã se casou com Rui Mesquita mais tarde, colocou Vita num táxi e o levou para a Santa Casa de Misericórdia, hospital para gente pobre, dirigido há muito por Sinésio Rangel Pestana.[9]

Sílvio de Campos Melo Filho, estrela das pistas de corrida, agora um estudante de Direito coberto de sangue do ferimento a bala, também foi levado de táxi até a Santa Casa de Misericórdia. João Nery Guimarães e os outros que o levaram até lá acharam que o ferimento no pulmão do quieto e ensangüentado Sílvio era mais grave do que o do falante e menos ensangüentado João Brasil Vita, a quem encontraram deitado na mesa do lado da em que Sílvio fora colocado. No entanto Alípio Corrêa Neto e outros médicos disseram que o estado de Vita era mais grave porque o sangue estava entrando nos pulmões.[10] Vita pediu a um padre para lhe ministrar a extrema-unção e sua mãe chegou no quarto de hospital no momento em que o último sacramento lhe era dado. O fato de Vita ter sobrevivido pode ser explicado pela decisão dos médicos de deixar o seu organismo reagir por si próprio sem o recurso do bisturi. O estudante deixou o hospital, sem a bala ter sido retirada, depois de pouco mais de uma semana.[11]

Pouco depois das oito horas da noite do dia 9 de novembro, Antônio de Almeida Júnior, professor de Medicina Legal, recebeu a visita, na sua casa, de Astolfo Pio Monteiro da Silva e José Bonifácio Coutinho Nogueira. O professor, chocado com o que ouviu, foi com os dois estudantes até os hospitais, inclusive ao Sanatório Esperança, onde Jaime da Silva Teles morreu. "Foi", escreveu Almeida Júnior, "motivo, para mim, de uma das maiores emoções de minha vida, contemplar aqueles jovens

9 João Brasil Vita, entrevista, São Paulo, 17 de agosto de 1981.
10 João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982.
11 João Brasil Vita, entrevista, 17 de agosto de 1981.

estendidos no leito de dor, alguns em estado gravíssimo, e para ali levados tão-somente porque, num momento de exaltação cívica, tinham, na praça pública, saudado a democracia."[12]

Haroldo Bueno Magano, candidato libertador à presidência do Centro, havia sido ferido na perna esquerda, o que o manteve hospitalizado por mais de duas semanas.[13] Luís Afonso Cardoso de Melo de Álvares Otero, parente do diretor da Faculdade de Direito que se demitira recentemente, também havia sido ferido na perna esquerda quando os tiros eram dirigidos a um grupo que estava completando o curso pré-jurídico.[14] Otero recuperou-se no Sanatório Esperança e, depois do 9 de novembro, era de vez em quando chamado de 'o tiro na perna'.

Dentre as centenas de pessoas que visitaram os convalescentes estava Jorge Americano. Na Casa de Saúde Santa Rita, o reitor ouviu um breve discurso de Aloysio Ferraz Pereira, conservador que uma vez havia esperado boas coisas do Estado Novo. Na sua cama de hospital, Aloysio Ferraz Pereira argumentou que o sacrifício de 9 de novembro fora necessário para fazer com que as autoridades, e o próprio reitor, "vissem, finalmente, que nós vivemos sob uma ditadura".[15]

Trinta anos depois, escreve Luís Arrobas Martins: "A contar de 9 de novembro de 1943, a partida estava ganha. O sangue dos moços, derramado em praça pública, levantaria o país inteiro. Por isso aquela data é um marco na história das lutas democráticas do Brasil".[16]

12 A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 317.
13 Haroldo Bueno Magano, entrevistas, São Paulo, 22 de julho, 27 de julho de 1981.
14 Flávio Galvão (outro membro do pré-jurídico, 'grupo do cursinho do Azevedinho'), 'Observações' (datilografado), p. 17.
15 Aloísio Ferraz Pereira, entrevista, 19 de agosto de 1982.
16 Luís Arrobas Martins, 'Os trinta anos do 9 de novembro' (datilografado).

Parte IX

Conseqüências do Tiroteio (1943-44)

1. DEMISSÕES
(9-13 de novembro de 1943)

Na noite de 9 de novembro, o interventor Fernando Costa recebeu a visita do industrial Horácio Lafer e de três secretários de Estado: Abelardo Vergueiro César (Justiça), Teotônio Monteiro de Barros Filho (Educação) e Luís de Anhaia Melo (Viação). Luís de Anhaia Melo havia testemunhado o tiroteio de uma janela dos escritórios da Secretaria de Viação e Obras Públicas, próximos à Faculdade de Direito. Estarrecido, havia telefonado, de sua sala, ao interventor.[1]

Os visitantes do interventor insistiam agora na demissão imediata do secretário de Segurança, Coriolano de Góis, e como o interventor não concordasse, os três membros do secretariado estadual apresentaram seus próprios pedidos de demissão. Naquela mesma noite, mais tarde, Abelardo Vergueiro César escreveu ao diretor da Faculdade de Direito: "O povo quer saber, perplexo e ferido, se os homens que compõem o governo se solidarizam ou condenam os desmandos praticados, que chocaram o senso cívico e machucaram os melindres da família paulista. Foi isso que hoje, às 10 horas da noite, os drs. Luís Anhaia Melo, Teotônio Monteiro de Barros e eu fomos dizer ao dr. Fernando Costa."[2]

No dia 10 a imprensa noticiou que Coriolano de Góis havia pedido uma investigação. O comunicado, distribuído pela Secretaria de Segurança, explicava que no dia anterior "elemen-

[1] João Nery Guimarães, carta a JWFD, São Paulo, 13 de agosto de 1982.
[2] Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08). A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, p. 317.

tos interessados nessa perturbação da ordem, desobedecendo às determinações da polícia, tentaram ontem realizar uma reunião de caráter ostensivamente sedicioso". Acrescentava que a polícia havia procurado agir com calma, mas que havia sido agressivamente recebida, resultando, do choque havido, alguns populares e policiais feridos.[3] A imprensa também comunicava que o interventor estaria fechando a Faculdade de Direito temporariamente até receber mais informações sobre a tragédia.

À tarde, enquanto o aniversário do Estado Novo era celebrado no Teatro Municipal,[4] milhares de pessoas enfrentaram a chuva e foram ao cemitério da Consolação para o enterro de Jaime Carlos da Silva Teles, primo do livre-docente Gofredo da Silva Teles Júnior (cujo pai, o 'Godofredão', era presidente do Conselho Administrativo do Estado). No enterro estavam, dentre outros, Júlio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Euclides Figueiredo, Roberto Simonsen, Gastão Vidigal, César Lacerda de Vergueiro, Herbert Levy, Horácio Lafer e membros das famílias Macedo Soares e Abreu Sodré. Enquanto o povo cantava o hino nacional, o caixão baixou à sepultura; em seguida, representantes dos corpos discentes das faculdades de São Paulo proferiram discursos, alguns bem inflamados.[5]

No dia 11, Fernando Costa viajou de carro para o Rio a fim de conferenciar com Vargas; enquanto isso, folhetos mimeografados, contendo manifestos, circulares e versos, foram distribuídos em São Paulo. O interventor foi chamado de "fantoche inconseqüente", "rotundo, bobão, feito de nada"; Coriolano de Góis e Anísio Miranda receberam descrições mais terríveis. Uma circular distribuída por centros acadêmicos no Estado do Paraná condenava a "sádica" Polícia Especial de São Paulo. O "valente" Jaime da Silva Teles foi exaltado num folheto de versos intitulado *M.M.D.C.J.* (a inicial de Jaime sendo acrescentada à

[3] *O Dia*, São Paulo, 10 de novembro de 1943.
[4] *O Estado de S. Paulo*, 11 de novembro de 1943.
[5] Recortes de jornais nas coleções nas residências de Maria Alice Arrobas Martins e José Bonifácio Coutinho Nogueira. 'Breve relato das atrocidades policiais, praticadas em São Paulo, nos primeiros dias de nov. de 1943' (datilografado).

MMDC) que foi distribuído à noite, principalmente por estudantes da Escola Politécnica.[6]

Muitos dos folhetos foram rodados na casa de Fernando Barjas Millan, estudante do primeiro ano de Direito, no mimeógrafo 'emprestado' da Sociedade Harmonia de Tênis. Como os pais de Millan, espanhóis, temiam que sua casa se transformasse num centro de resistência,[7] os folhetos foram guardados em outros lugares, alguns deles na casa onde Severo Gomes morava com seus pais. Severo Gomes havia estado na linha de frente durante a manifestação do dia 5, mas como seu pai se preocupava com o rumo que as coisas tomariam na cidade, Severo ficou na fazenda dos Gomes em São José dos Campos no dia 9 de novembro.[8]

Muitos dos estudantes ficaram furiosos com uma circular noticiando que os estudantes da Faculdade de Medicina, Escola Politécnica e Escola de Engenharia Mackenzie "vêm a público para afirmar categoricamente que não apóiam o movimento de alguns colegas da Faculdade de Direito e responsabilizam os acadêmicos Hélio Mota, Germinal Feijó e Arrobas Martins pelos graves acontecimentos verificados nesta capital". Os estudantes chegaram à conclusão de que esta circular havia sido escrita pelo DEIP e distribuída (principalmente em frente à Faculdade de Medicina) por investigadores da polícia.[9] Uma resposta circulou rapidamente, refutando a circular "distribuída na madrugada do dia 12 por elementos estranhos à classe universitária", sendo assinada pelos presidentes do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz (Faculdade de Medicina), Centro Acadêmico Pereira Barreto (Escola Paulista de Medicina), Grêmio Politécnico (da Escola Politécnica) e Centro Acadêmico Horácio Lane (da Escola de Engenharia Mackenzie).[10]

[6] 'Traços rápidos' (verso em folha mimeografada). 'M.M.D.C.J.' (Verso em folha mimeografada), com notas escritas à mão por José Bonifácio Coutinho Nogueira.
[7] Fernando Barjas Millan, entrevista, São Paulo, 10 de agosto de 1982.
[8] Severo Gomes, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
[9] 'Ao povo de S. Paulo', São Paulo, 11 de novembro de 1943, com notas escritas à mão por José Bonifácio Coutinho Nogueira.
[10] Roberto Barbosa, José Botelho Filho, Oswaldo Barros e Arnaldo G. Senna, 'Aviso ao povo'.

Neste meio tempo, Fernando Costa passava duas horas com Vargas no Palácio do Catete, em 12 de novembro, e viajava de volta a São Paulo. Ao chegar ao Palácio dos Campos Elíseos, depois da meia-noite, encontrou os secretários de Estado Abelardo Vergueiro César, Teotônio Monteiro de Barros Filho e Luís de Anhaia Melo esperando por ele. O interventor lhes comunicou as decisões a que haviam chegado no Rio, uma delas sendo a libertação dos prisioneiros políticos de São Paulo, contra os quais não havia nenhuma acusação formal. (Isso pôs fim à prisão domiciliar de onze dias dos professores Waldemar Ferreira, Ernesto Leme e José Soares de Melo.) Uma outra decisão foi renovar o secretariado, encontrando-se substitutos para os três visitantes do interventor (que já haviam apresentado seus pedidos de demissão) e para o secretário de Segurança, Coriolano de Góis. O major Anísio Miranda não continuaria como comandante da Polícia Especial, pelo menos durante o período de investigação. O pedido de demissão de Cardoso de Melo Neto, diretor da Faculdade de Direito, seria aceito.[11]

Falando à imprensa depois que seus três visitantes se retiraram, Fernando Costa anunciou que havia concordado com seus pedidos de demissão. Em seguida, trancou-se com Coriolano de Góis e o major Vieira de Melo, recém-chegados aos Campos Elíseos. Esta visita havia sido induzida por um telefonema em que Benjamim Vargas havia dito a Vieira de Melo: "Vá dizer a Coriolano para apresentar seu pedido de demissão porque, se ele não fizer isso, sua demissão sairá daqui (Rio)". Já tendo tomado conhecimento das notícias transmitidas por Benjamim Vargas, o interventor aceitou a demissão de Coriolano e sugeriu que o major Vieira de Melo ficasse em seu lugar. O major, oficial do Estado-Maior do Exército, numa missão temporária de trabalhar diplomaticamente a favor de Vargas, preferiu continuar no seu posto e recomendou Alfredo Issa Assaly, o jovem diretor-geral da Secretaria de Segurança, para sucessor de Coriolano.[12] No momento, Fernando Costa não indicou novas nomeações, mas deu ordens para que a Faculdade de Direito fosse reaberta.

11 *Diário da Noite*, 13 de novembro de 1943. *Folha da Noite*, 13 de novembro de 1943. *O Estado de S. Paulo*, 13 de novembro de 1943.
12 Hildeberto Vieira de Melo, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1961.

2. REAÇÕES DOS ESTUDANTES DE DIREITO (13-16 de novembro de 1943)

Vieira de Melo voltou aos Campos Elíseos às 9 horas da manhã do dia 13 de novembro, desta vez com os presidentes dos corpos discentes das faculdades, que expressaram sua satisfação pela demissão de Coriolano e Anísio Miranda, pela libertação de estudantes presos recentemente e pelo cancelamento de uma ordem para patrulhamento das ruas pela cavalaria. Os jovens visitantes mostraram ao interventor uma nota redigida por eles, pedindo aos estudantes que retornassem às salas de aula.[1]

Naquela tarde, o *Diário da Noite* descreveu os últimos acontecimentos como um "espetáculo de alegria e de satisfação delirante" na Faculdade de Direito, depois do que os estudantes de Direito distribuíram outra circular mimeografada, esta para repreender o jornal e acusar a "maliciosa deturpação" nos *métodos motafilhares* (métodos de Mota Filho, ex-diretor do DEIP). A circular ressaltava que nem uma semana se havia passado desde a morte de Jaime Carlos da Silva Teles, "mártir de nobre causa, símbolo de um ideal", e que "muitos outros jovens, vítimas da fúria irracional da Gestapo brasileira, gemiam, ainda, em seus leitos de dor". A circular admitia que "o grande sofrimento" havia causado algum consolo, mas retratava as demissões do "salteador Anísio Miranda e do jagunço Coriolano" como "uma dose de morfina, concedida à opinião nacional" por um governo que, na verdade, não havia mudado suas idéias.[2]

1 *Diário da Noite*, 13 de novembro de 1943.
2 'Explicação necessária' (folha mimeografada)

Os partidários de Coriolano enviaram a Vargas uma história incrível que responsabilizava "uma das praças da Polícia Especial" pelas mortes e ferimentos. Esse policial, "vendo seu comandante alvejado, movido pela excitação do momento, fez alguns disparos de pistola para o chão, resultando ferimentos em 21 pessoas, entre populares e estudantes e a morte do comerciário Jaime da Silva Teles". Segundo o relato, Coriolano e a Polícia Especial haviam, com sua "maneira enérgica e criteriosa", evitado "ocorrências mais lamentáveis"; era, portanto, uma pena que Coriolano tivesse sido dispensado, devido à 'fraqueza' do interventor e à colaboração de alguns secretários de Estado com a obra subversiva de membros do antigo Partido Democrático. O relato dizia que os efeitos da "infeliz solução" do interventor poderiam ser vistos nas repetidas "manifestações públicas contra o regime e o presidente", nos cinemas, bares e restaurantes. Ressaltava também que "diariamente são presos nos cinemas de São Paulo estudantes e populares que vaiam o presidente sempre que este aparece na tela no decorrer de filmes nacionais".[3]

José Bonifácio Coutinho Nogueira escreveu uma carta a seu pai, Paulo Nogueira Filho; mas a carta, em vez de chegar a Buenos Aires, caiu nas mãos de censores e foi transcrita em um dos relatórios oficiais enviados a Vargas e a outras autoridades envolvidas com a 'segurança nacional'.[4] A carta dizia:

> Conforme você já deve ter tido conhecimento, estou vivo por uma simples questão de sorte. Os acontecimentos do dia 9 por pouco que me roubam criminosamente a vida... Eu tinha de ser dos que estavam à frente dos colegas e, de fato, as balas da 'especial' vieram encontrar-me no devido posto. Não tinha a pretensão de ser 'líder'... Mas num momento como o que atravessamos, sem a menor dúvida o mais sério de todos por que temos passado, seria incapaz de fugir dos meus deveres, de minha tradição de família... A nossa tradicional faculdade brilhou, deu uma tremenda lição de coragem e civismo... Derrubamos um Secretariado, tiramos de São Paulo um Coriolano, mas tudo isso é pouco — nós o sabemos — diante do sangue derramado... Doravante, nossos passos terão de ser dados com muita cautela... O país está em guerra, a opinião pública estará inteiramente conosco, se soubermos mantê-la atenta às duas coisas: o combate, no exterior, contra o nazismo, e, no interior, em prol de um levantamento moral. Teremos de saber sermos idealistas!
>
> Quanto ao caso em si, tenho a elogiar, em primeiro lugar, o Cardoso; depois o Anhaia Melo; e em terceiro lugar, o Teotônio e o Abelardinho, estes dois bem distanciados dos outros. O major Vieira de Melo também não agiu mal, dentro das suas funções; ao contrário, soube ser um diplomata de mãos cheias... Já me haviam elogiado esse cidadão, como exemplo de homem vivo e inteligente. Assim sendo, cruzou os braços diante da chacina que os Anísios e Coriolanos se alegraram em cometer e ficou bem-visto por todos.
>
> A faculdade está sem diretor, até o presente, nenhum dos catedráticos querendo dirigi-la. O Mota Filho teve a sua entrada proibida na escola...

A 16 de novembro, o diretor interino da Faculdade de Direito, Alvino Lima, presidiu uma reunião do corpo docente que nomeou uma comissão de professores para acompanhar a investigação anunciada pelo interventor. Durante a reunião, o professor José Soares de Melo, tendo acabado de passar onze dias incomunicável em prisão domiciliar, usou algumas expressões apropriadas ao mencionar a polícia que, segundo ele, lhe havia colocado o rótulo oprobrioso de 'conspirador'.[5]

Após a reunião do corpo docente, os professores se uniram aos estudantes na Sala Barão de Ramalho para testemunhar o encer-

[3] Documento XLII-41 no CPDOC (Ref. GV 43.11.08).

[4] 'Comentários sobre o movimento estudantil em São Paulo feitos por coparticipantes do mesmo', relatório da Segurança Nacional no CPDOC, papéis de Vargas (Documento XLII-380, 'Examinado 20 de novembro de 1943', Censor n.º 412).

[5] 'Breve relato das atrocidades policiais, praticadas em São Paulo, nos primeiros dias de nov. de 1943'.

ramento da 'sessão permanente' do Centro (iniciada a 31 de outubro). Com Hélio Mota presidindo, Germinal Feijó cumprimentou os representantes de corpos discentes de São Paulo e Rio de Janeiro e expressou os agradecimentos do Centro pelo apoio recebido de estudantes e professores durante a crise. Uma aprovação unânime recebeu sua moção de apreciação à atitude assumida por Cardoso de Melo Neto e outra que tornava Jaime Carlos da Silva Teles membro honorário do Centro Onze de Agosto. Waldemar Ferreira, falando em nome dos outros professores de Direito, especialmente José Soares de Melo e Ernesto Leme (que haviam sofrido a prisão domiciliar com ele), lembrou "o papel preponderante que sempre exercera a Faculdade de Direito de São Paulo, conjuntamente com a de Recife, nos destinos da nacionalidade". Devido à insistência dos estudantes, José Soares de Melo e Ernesto Leme também falaram.[6]

Os estudantes, juntamente com milhares de outros, haviam passado parte da manhã na igreja e no cemitério da Consolação, pois o dia 16 era o sétimo dia da morte de Jaime da Silva Teles.[7] Muitos estudantes voltaram ao cemitério no dia 17 para ajudar a celebrar o centésimo aniversário do nascimento de Martinico Prado, irmão de Antônio Prado e um dos primeiros partidários da causa republicana. O discurso em nome dos estudantes de São Paulo foi proferido por Afrânio de Oliveira, estudante mineiro do quarto ano, que havia sido preso dois anos antes por causa de um discurso no dia do aniversário de Rui Barbosa e havia perdido seu emprego como professor de história no Liceu de Artes e Ofício porque agentes da polícia acharam que seus pontos de vista iam fortemente de encontro ao Estado Novo. No cemitério da Consolação, ele falou à multidão que "há apenas uma semana aqui estivemos à beira do túmulo de um moço de vinte anos que tombou na praça pública, vítima das balas assassinas de um regime despótico e antibrasileiro".[8]

[6] Ibid. Recortes de jornais nas coleções nas residências de Maria Alice Arrobas Martins e José Bonifácio Coutinho Nogueira.
[7] Ibid.
[8] Afrânio de Oliveira, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1981. Afrânio de Oliveira, discurso na sepultura de Martinico Prado, São Paulo, 17 de novembro de 1943 (datilografado).

3. MAGANO, PRESIDENTE ELEITO DO CENTRO (fins de novembro de 1943)

Os acontecimentos da primeira metade de novembro de 1943 custaram ao Partido Acadêmico Conservador a posição de comando que havia ocupado anteriormente. Seu candidato à presidência do Centro, o popular Waldir Ribeiro de Lima, não era o único estudante a ter sido retirado da cidade por pais preocupados, que haviam previsto o perigo da violência policial. Entretanto sua ausência durante o tiroteio deixou-o em desvantagem.[1] Seu adversário principal, o candidato presidencial do Libertador, Haroldo Bueno Magano, encontrava-se ferido no hospital, um fato que o cabo eleitoral mais eficiente deste último, Astolfo Pio Monteiro da Silva, não permitia que o eleitorado estudantil esquecesse. Magano, indivíduo um tanto quieto, não se havia mostrado entusiasmado com os pronunciamentos de Lenício Pacheco Ferreira no Baile das Américas, mas havia dado total apoio ao movimento antigoverno após o Baile.[2] Após sua prisão de 2 a 5 de novembro, Magano participou da manifestação do dia 5 e da passeata do silêncio do dia 9.

Os conservadores tinham um candidato ferido em João Brasil Vita, concorrente a segundo secretário. Mas até mesmo tal circunstância foi usada para fortalecer a posição de Magano.[3] O Partido Libertador e o adversário libertador de Vita, Otávio Reis,

[1] Pedro Brasil Bandecchi, entrevista, São Paulo, 9 de agosto de 1982. João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.
[2] Haroldo Bueno Magano, entrevistas, 22 e 27 de julho de 1981. Haroldo Bueno Magano em 'A verdade histórica do 9 de novembro', entrevista no *Diário de S. Paulo*, 29 de novembro de 1973.
[3] Pedro Brasil Bandecchi, entrevista, 17 de agosto de 1982.

distribuíram proclamações, dizendo que este estava se retirando de cena em respeito a Vita, hospitalizado, e que todos deveriam votar em Vita, "candidato da unidade".[4]

Pouco antes da eleição, Fernando Jacob e Astolfo Pio Monteiro da Silva, líderes libertadores, convenceram o médico de Magano a permitir-lhe estar presente na eleição.[5] Enquanto os estudantes votavam, Magano ficava deitado perto, numa maca. Sob tais circunstâncias, Magano e os libertadores obtiveram uma vitória estrondosa (e João Brasil Vita tornou-se segundo secretário).

		Votos[6]
Para presidente:	Haroldo Bueno Magano (Libertador)	396
	Waldir Ribeiro de Lima (Conservador)	302
	Rui P. de Queiroz (Frente pela Dem.)	199
Para vice-presidente:	Renato Macedo (Libertador)	390
	Pedro Brasil Bandecchi (Conservador)	245
	Olavo de A. Pinto (Frente pela Dem.)	239

Depois da eleição, Magano entrou em contato com o coronel Tasso Tinoco, o novo chefe do Estado-Maior da Segunda Região do Exército, e o major Nelson de Aquino, também da Segunda Região. Magano lhes assegurou que, como presidente do Centro Onze de Agosto, iria liderar uma forte campanha em favor da Força Expedicionária Brasileira (FEB) no exterior, preferindo esta a movimentos que pudessem perturbar o esforço de guerra. Mais tarde fez uma afirmação semelhante ao novo secretário de Segurança, Alfredo Issa Assaly. Este não era o tipo de administração do Centro que os ativistas anti-Vargas desejavam. Magano, entretanto, acreditava que tal política seria da maior utilidade para o Brasil e que as autoridades

[4] Haroldo Bueno Magano, entrevista, 27 de julho de 1981 e papéis em seu álbum de recortes.
[5] Fernando Jacob, entrevista (por telefone), Fernandópolis, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
[6] Renato Pintaudi Macedo, carta a JWFD, São Paulo, 18 de agosto de 1981.

com quem ele havia falado estavam trabalhando para a democratização do país.[7]

O major Vieira de Melo, que havia desafiado Coriolano de Góis ao comparecer ao funeral de Jaime da Silva Telles e ao visitar os feridos, não gostou da nomeação de Tasso Tinoco, por Vargas, para chefiar o Estado-Maior da Segunda Região do Exército. O major logo percebeu que Tinoco tinha tendência a 'punir' estudantes por ele considerados subversivos, recrutando-os para servir na FEB[8] — contanto que eles não tivessem passado a tenentes da reserva ao completar o curso de dois anos do CPOR.[9] Os quatro primeiros, convocados no início de janeiro de 1944 para soldados rasos da FEB, foram Naldo Caparica, membro da comissão diretora do Partido Libertador, e três membros ativos da Frente Acadêmica pela Democracia; Geraldo Vidigal (presidente da Frente), Rui Pereira de Queiroz e José Vasques Bernardes. Alguns deles receberam a notícia da sua seleção, em primeira mão, pelo poeta Péricles Eugênio da Silva Ramos, que continuava com seu trabalho jornalístico depois de se formar ao final de 1943; tomou conhecimento das chamadas para a FEB porque era parte do seu trabalho lidar com a Agência Nacional, agência oficial de notícias.[10]

Pioraram as relações entre Tasso Tinoco e Vieira de Melo; este não desejava "alienar os jovens que seriam importantes mais tarde". Vieira de Melo, criticando também o que chamou de 'fraqueza' de Fernando Costa, deixou São Paulo em fevereiro de 1944 para ocupar um cargo na Casa Militar de Vargas.[11]

[7] Haroldo Bueno Magano no *Diário de S. Paulo*, 29 de novembro de 1973.
[8] Hildeberto Vieira de Melo, entrevista, 5 de agosto de 1981.
[9] José Carlos Moraes Abreu, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1982.
[10] Péricles Eugênio da Silva Ramos, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1982. (Péricles Eugênio da Silva Ramos ocupava um cargo editorial importante no *Correio Paulistano*.)
[11] Vieira de Melo, entrevista, 5 de agosto de 1981.

4. ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO (dezembro 1943-março 1944)

Dentre os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, os partidários de Vargas, pequena minoria, permaneciam muito discretos; a única exceção era José Barbosa, adepto declarado, abertamente. Tendo completado seu quarto ano e tendo sido eleito presidente da Academia de Letras da Faculdade de Direito, Barbosa aceitou um convite para falar, a 21 de dezembro de 1943, em presença de Vargas, na inauguração do Serviço de Assistência aos Trabalhadores Intelectuais. Depois do discurso, Barbosa recebeu ordens do Centro Onze de Agosto para comparecer diante de uma assembléia que iria julgá-lo. Embora não tivesse obedecido à ordem, Barbosa publicou sua defesa num folheto, explicando que seu discurso havia sido proferido simplesmente em seu próprio nome, como estudante e jornalista: "Invoquei, a certa altura, o nome do estudante proletário, do estudante pobre, mas do estudante pobre de todo o Brasil. Daqueles que lutam nas redações e revisões dos jornais, dos que não recebem gordas mesadas e frigem os miolos até altas horas da noite para ganhar o seu pão e manter os seus estudos".[1]

Barbosa frisou a necessidade de união de todos os brasileiros na época de guerra. Acusou seus caluniadores de violar a liberdade de pensamento e, portanto, de praticar o "fascismo democrático... muito mais perigoso, e por isso mesmo mais condenável, do que todas as demais formas de fascismo". Ressaltou que, no seu discurso, havia pedido ao governo um aumento

[1] José Barbosa, 'Mensagem ao presidente do C.A. Onze de Agosto', impressa, uma página, São Paulo, 27 de dezembro de 1943.

no salário de jornalista e permissão para se tornar voluntário da FEB, merecendo o primeiro pedido uma referência especial no discurso que Vargas proferiu de improviso naquele dia.

Concluindo, Barbosa disse que a fim de evitar discórdia na turma da Faculdade de Direito a que sempre se orgulhou de pertencer, estava apresentando sua demissão do tradicional e glorioso Centro Onze de Agosto. Acrescentou ainda: "É para mim doloroso... assumir essa atitude pouco depois do Natal de 1934, e às portas do Ano Novo que se aproxima." A 29 de dezembro uma nota na imprensa comunicou que o Centro, numa assembléia extraordinária no dia 27, havia decidido, por unanimidade, expulsar José Barbosa.[2] O relato não esclarecia com precisão por que dois estudantes, Geraldo Vidigal e Teófilo de Siqueira Cavalcanti, votaram contra a expulsão.[3]

Rivaldo Assis Cintra, primeiro orador do Centro, também teve problemas porque alguns dos ativistas anti-Vargas afirmavam que ele havia se modificado, passando a não saber de que lado ficar.[4] Um folheto venenoso, assinado 'Os contra-DIP', argumentava que o ex-inimigo do Estado Novo se havia tornado "o Assis Cintra do tempo integralista... o sem caráter, o sem opinião, o sem escrúpulos, o mesquinho, o adulador dos endinheirados e dos distribuidores das tetas do Tesouro nacional. Mame agora, seu Rivaldo! Indiscutivelmente o figurão Macedo Soares e o 'cavalar' Osvaldo Aranha lhe poderão dar de chupar uma das muitas tetas de que dispõem". O folheto pedia a Assis Cintra para não se esquecer de que "os canalhas do seu tipo — e eles são muitos — serão apontados ao asco público".[5]

No entanto, Assis Cintra, o conservador, foi escolhido para orador da turma na formatura porque sua oratória foi consi-

[2] Recorte de jornal (sem fonte), 29 de dezembro de 1943 (na coleção de José Bonifácio Coutinho Nogueira).
[3] Geraldo de Camargo Vidigal, 'Um estudante paulista na FEB', manuscrito de livro, p. 39.
[4] João Adelino de Almeida Prado Neto, entrevista, São Paulo, 27 de julho de 1982. Arthur Octavio de Camargo Pacheco, entrevistas, 6 de agosto de 1981 e 6 de agosto de 1982. Paulo Henrique Meinberg, entrevista, 1.° de agosto de 1981.
[5] Folha mimeografada, assinada 'Os contra-DIP'.

derada melhor que a do libertador Israel Dias Novaes e de Arrobas Martins, da Frente, num concurso julgado por um painel de oito (professores e estudantes). Portanto, na noite de 14 de janeiro de 1944, no Teatro Municipal, Assis Cintra compartilhou dos refletores com Mário Mazagão, escolhido para paraninfo pelos formandos. Mazagão, 44 anos, professor de Direito Administrativo, havia sido em 1933 secretário de Justiça e secretário de Segurança no Secretariado de Armando de Sales Oliveira e, em dezembro de 1937, havia abandonado seu cargo de juiz do Tribunal de Apelação do Estado, por força de dispositivo legal do Estado Novo. Mazagão fazia seus alunos trabalharem muito e conquistava o respeito destes.[6]

No Teatro Municipal, Assis Cintra falou, com erudição e eloqüência, sobre as oportunidades para se preservar as tradições do direito, a civilização cristã, a democracia e a liberdade, apesar do momento desencorajador em que se improvisavam tribunais de emergência e órgãos administrativos substituíam o "verdadeiro Poder Judiciário".[7] O orador, fazendo um retrospecto das contribuições da Faculdade de Direito de São Paulo à civilização e liderança brasileiras, declarou que "ainda recentemente, compelidos a preservar seus brios de cidadãos livres, os moços desta academia lavraram, pelo sangue, o solene protesto contra as violências totalitárias".

Participantes na resistência se estusiasmaram mais com o discurso seguinte, de Mário Mazagão:[8] "Em verdade vos digo que se jamais me envaideci de investiduras que poderiam ter lisonjeado os dias da minha juventude, cabe-me agora, na madureza, encher o peito de orgulho, por paraninfar a turma desse ano de 1943, em que o rubi das nossas cores tingiu de encarnado o asfalto das ruas." Acrescentou Mazagão que "a faculdade está contente convosco, e não vos posso fazer melhor elogio".[9]

Mazagão afirmou que "os exércitos da democracia mergulham em fogo e sangue para que, de futuro, em qualquer latitude, nenhum governo entenda que cumpre sua missão cuidando do que é material e transitório, com desprezo do que pertence à dignidade e vida cívica da nação; para que ninguém seja obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei... para que a casa constitua asilo inviolável do cidadão, e ninguém possa aí penetrar, salvo nos casos da lei; para que ninguém seja preso sem culpa formada, exceto em flagrante ou por decisão judiciária; para que todos possam reunir-se pacificamente e sem armas, e discutir os negócios públicos; para que seja livre a manifestação do pensamento pela imprensa e pela tribuna, respondendo cada um pelos abusos que cometer; para que, numa palavra, se restaure e redoire aquilo que a civilização custosamente criou e enobrece a vida humana. Porque, sem esses direitos e garantias fundamentais, os povos não passam de rebanhos tangidos pela audácia dos aventureiros" (Flávio Galvão, escrevendo em *O Estado de S. Paulo,* anos depois, chamou o discurso de Mazagão de "um desafio aos órgãos de repressão e à censura do DIP").[10]

Um banquete oferecido na noite de 7 de fevereiro no Clube Comercial homenageou 13 estudantes de Direito que, no quarto ano em 1943, foram considerados brilhantes pela "atitude desassombrada que assumiram, no decorrer de todo o ano passado, nas lutas de que participaram em defesa dos ideais de liberdade e democracia". Membros da sociedade de São Paulo acom-

6 *O Estado de S. Paulo,* 20 de agosto de 1933. *A Gazeta,* 29 de novembro de 1943. Biografia de Mário Mazagão e notas autobiográficas nos arquivos de *O Estado de S. Paulo.* Flávio Galvão, 'Mário Mazagão, advogado, professor, juiz e político', *O Estado de S. Paulo,* 21 de março de 1980.

7 'Discurso de Rivaldo de Assis Cintra, orador da turma de 1943, da Faculdade de Direito do largo de São Francisco' (cópia impressa).

8 Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981.

9 'Discurso do professor Mário Mazagão, paraninfo da turma de bacharéis de 1943, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo' (cópias impressas e mimeografadas).

10 Flávio Galvão, 'Mário Mazagão, advogado, professor, juiz e político'.

panharam os estudantes na homenagem aos 13 e na atenção aos discursos feitos por Sinésio Rangel Pestana e Luís Francisco da Silva Carvalho, que se havia unido à Frente Acadêmica pela Democracia como estudante do terceiro ano, em 1943. Germinal Feijó falou em nome do grupo homenageado que, além de si próprio, era constituído por Afrânio de Oliveira, Aloísio Álvares Cruz, Celso Braga (FEB), Cícero de Toledo Piza, Domingos Marmo, Francisco Camargo de Almeida Prado, Geraldo Vidigal (FEB), José Carlos Moraes Abreu, José Gonçalves Santana (Juca), Nasser Bussamra, Rui Pereira de Queiroz (FEB) e Vítor Tieghi.[11]

Sinésio Rangel Pestana, da Sociedade Amigos da América, presidiu um banquete semelhante a 3 de março de 1944, este oferecido no Esporte Clube Pinheiros para homenagear vinte dos novos bacharéis que se distinguiram durante o curso de cinco anos "nos movimentos cívicos da Faculdade de Direito de São Paulo". Segundo uma descrição do evento, "a presença de elementos das várias correntes políticas democráticas do Brasil deu à reunião o caráter de um congraçamento político, para definição de atitudes em face dos problemas criados pela imperiosa necessidade de democratização do país". Os principais oradores foram Lenício Pacheco Ferreira (que falou em nome dos novos bacharéis) e Germinal Feijó.

Lenício Pacheco Ferreira declarou que a turma da Faculdade de Direito havia sido presa e metralhada e, quando manietada, havia assistido ao mais tenebroso dos espetáculos: a destruição de tudo o que lhe era mais caro, os objetos mais sagrados de suas convicções. Feijó afirmou que Vargas, fazendo uso do 'perigo comunista' na década de 30, havia adotado "o velho instrumento de propaganda fascista". Voltando-se para a atual, Feijó declarou que os estudantes universitários haviam obtido unidade de ação e pensamento, em nome da democracia no

[11] Recorte de jornal (sem data ou fonte) na coleção de José Bonifácio Coutinho Nogueira. 'Banquete em homenagem aos bacharéis de 1944', menu, quatro páginas, 7 de fevereiro de 1944.

Brasil, e apelavam por uma demonstração semelhante daqueles que se haviam associado ao PRP, ao Partido Constitucionalista, à Aliança Nacional Libertadora, ao movimento tenentista e ao Partido Socialista. "Sabemos", disse ele, "que entre vós ainda há ressentimentos a esquecer, divergências a superar".[12]

[12] 'Jantar... No salão de festas do Esporte Clube Pinheiros, dia 29 de fevereiro' (convite, no cartão). 'Ao povo brasileiro' (uma folha, impressa) e documento de oito páginas datilografadas, descrevendo o banquete no Clube Pinheiros de 3 de março de 1944. O banquete homenageou Alceu Dias de Aguiar, Anésio Abadio de Paula e Silva, Arlindo de Camargo Pacheco Filho, Celso Galvão, Cory Porto Fernandes, Hélio Mota, Hiram Mayr Cerqueira, Inês Bustamante Guil, Israel Dias Novaes, João José Pereira Ferraz, João Sanchez Postigo, Joaquim Gomes dos Reis Neto, José Carlos Pereira Geribelo, José Vasques Bernardes, Lenício Pacheco Ferreira, Luís Gonzaga Arrobas Martins, Osvaldo Reverendo Vidal, Paulo Henrique Meinberg e Romulo Fonseca.

Parte X

Resistência a Todo Vapor

1. CHAMADAS PARA O SERVIÇO MILITAR (1944)

Luís Arrobas Martins, que se incorporou à firma de advocacia do professor José Soares de Melo em fins de 1943, requereu uma bolsa de estudos do Conselho Britânico no Rio que lhe permitisse estudar numa universidade na Inglaterra ou Escócia. Escreveu dizendo que desejava uma oportunidade para estudar "in a country where democratic principles are practiced", e que ambicionava ser professor da Universidade de São Paulo.[1]

A 26 de janeiro de 1944, logo após o requerimento ter sido enviado pelo correio, Arrobas recebeu ordens para servir na artilharia costeira em Santos. Já em junho de 1942 suas visões políticas o haviam excluído do CPOR, embora tivesse ali treinado; agora, Arrobas tinha o pressentimento de que seu desejo de servir no exterior era negado pelo mesmo motivo.[2] Recorreu, portanto, a Reynaldo Saldanha da Gama, professor anti-Vargas de Mineralogia, que havia se tornado major na FEB.[3] Mas foi em vão; a 9 de março, Arrobas passou a ser soldado no 6º Grupo Motorizado de Artilharia de Costa, em Santos. Como escreveu a José Bonifácio Coutinho Nogueira, a 12 de julho, Arrobas sentia-se "a vegetar na dormência improdutiva dos quartéis". Embora seu pedido da bolsa de estudos ao Conselho

[1] Maria Alice Arrobas Martins, entrevista, 4 de julho de 1981. Luís Arrobas Martins, carta (rascunho escrito à mão, sem data) ao Conselho Britânico.

[2] 'Chamada de reservistas', *Folha da Manhã*, 27 de janeiro de 1944. Maria Alice Arrobas Martins e filho Luís, entrevista, 4 de julho de 1981.

[3] Luís Arrobas Martins, carta ao professor Reynaldo Saldanha da Gama, São Paulo, 31 de janeiro de 1944.

Britânico tivesse sido aprovado, as autoridades militares brasileiras não lhe permitiram tirar proveito deste fato.[4]

Neste meio tempo, muitos de seus ex-colegas de Faculdade foram alistados na FEB. Geraldo Vidigal, Rui Pereira de Queiroz, Naldo Caparica e José Vasques Bernardes, recrutados no início de janeiro de 1944, passaram a ser soldados no 6º Regimento de Infantaria (Regimento Ipiranga) e partiram das arcadas a 28 de março de 1944. No seu discurso de despedida, disse Caparica: "Liberdade! Justiça! Democracia! Foi por vós que fomos morrer no largo do Ouvidor!" Expressou também confiança de que os jovens que continuassem na "velha e querida Faculdade" fariam dela um quartel da liberdade, "de prontidão para a luta interna" no Brasil.[5] Vidigal cruzou os mares até a Itália como membro do primeiro contingente que partiu do Rio no *General Mann* a 2 de julho de 1944. Os outros três partiram no segundo contingente, a 22 de setembro.

Em janeiro de 1945, quando o professor Ernesto Leme falou como paraninfo dos expedicionários acadêmicos, o número havia crescido para 15,[6] e ainda mais tarde passou a 25: Antônio Carlos S. Correia, Antônio Leme da Fonseca Filho, Antônio Moreno Gonzalez (oficial), Antônio Teodoro de Freitas (oficial), Armando Vieira Castelo (oficial), Cândido Teobaldo de Souza Andrade (sargento), Carlos Mendes Coelho (oficial), Celso Braga, Clovis Garcia (oficial), Eduardo Ramos de Oliveira, Eurípedes Simões de Paula (oficial), Fernando Correa da Rocha (oficial da Força Aérea), Francisco da Silva Prado (oficial), Francisco de Assis Bezerra de Menezes, Geraldo de Camargo Vidigal, Hélio Barreto Mateus (oficial), José Vasques Bernardes, Kioschi Sakai, Naldo Caparica, Paulo Gomes, Roger Jules de Carvalho Mange (oficial), Rui Caldeira Ferraz (oficial), Rui Pereira de Queiroz,

[4] Luís Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Coutinho Nogueira, Santos, 12 de julho de 1944. Correspondência entre Arrobas Martins e o Conselho Britânico, 1944, e cartas a Arrobas Martins, 29 de setembro, 4 de outubro de 1944, acerca dos oficiais do Exército brasileiro e sua bolsa de estudos (na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins).

[5] A. Almeida Júnior, *Sob as arcadas*, pp. 317-318.

[6] 'Oração do professor Ernesto Leme, que paraninfou o expedicionário', *Diário de S. Paulo*, 28 de janeiro de 1945.

Túlio C. Campelo de Souza (oficial) e Ubirajara Dolacio Mendes (oficial).[7]

Aqueles com posto de oficial haviam completado o curso do CPOR. Túlio Campelo, que havia entrado na FEB como segundo-tenente e perdido uma perna ao pisar em uma mina alemã na Itália, acabou por alcançar o mais alto posto dos 25: tenente-coronel da reserva. O sargento Cândido Teobaldo de Souza Andrade, na frente de batalha o tempo inteiro, tornou-se segundo-tenente da reserva. O piloto Fernando Correa da Rocha, que voou em 75 missões aéreas, foi condecorado várias vezes por seu heroísmo.[8]

Muitos dos que não haviam completado o curso do CPOR foram mandados para a seção de Serviços Especiais, que não era na frente de batalha, sendo dirigida pelo major Reynaldo Saldanha da Gama, veterano da revolução anti-Vargas de 1932, cuja mente se voltava exclusivamente para a democracia. Dentre os que publicavam o jornal da FEB, *O Cruzeiro do Sul*, atividade dos Serviços Especiais, estavam Naldo Caparica, Rui Pereira de Queiroz, José Vasques Bernardes e Antônio Leme da Fonseca Filho.[9]

A 11 de agosto de 1944, Geraldo Vidigal enviou da Itália uma declaração ao Centro Onze de Agosto, expressando confiança no "grande baluarte da retaguarda democrática";[10] a declaração foi publicada em vários jornais no Brasil e reproduzida no convite para o Baile das Américas daquele ano. Vidigal foi o editor dos primeiros números de *E a Cobra Fumou!*, publicados pelo 1º Batalhão do Regimento Ipiranga, em Tarquínia, agosto de 1944. (Alguns números continham a notação: "Não registrado no DIP".) Em fins de 1944, enquanto seu livro de poesias *Predestinação* recebia boas críticas no Brasil, Vidigal publicava *Vanguardeiro* ao norte da Itália, onde o inverno havia

[7] Lista fornecida por José Vasques Bernardes, São Paulo, agosto de 1982.

[8] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), São Paulo, agosto de 1982.

[9] Geraldo Vidigal, entrevistas, 3 e 17 de agosto de 1982.

[10] Geraldo Vidigal, notas datilografadas para JWFD, São Paulo, julho de 1981. *Correio Paulistano*, 13 de setembro de 1944. Carlos Lacerda, 'Retratos do DIP', *Correio da Manhã*, 11 de março de 1945.

reduzido as ações de combate.[11] Naldo Caparica, ocupado em editar *O Cruzeiro do Sul*, escreveu a Ruy Nazareth, estudante de Direito, que "o Geraldo foi citado em boletim por ato de bravura. Assumiu o comando numa situação perigosa".[12]

[11] *E a Cobra Fumou!*, Ano I, n. 1 (Acampamento em Tarquínia, 17 de agosto de 1944). 'E a cobra fumou!', *Diário Carioca*, 21 de julho de 1945. Geraldo Vidigal, *Predestinação* (prefácio de Mário de Andrade), Livraria Martins Editora, São Paulo, 1944, e críticas em *O Globo*, 24 de fevereiro de 1945, *Jornal do Commercio*, 25 de março de 1945, *A Gazeta*, 16 de janeiro de 1945.

[12] Paulo Nogueira Neto, 'Geraldo Vidigal', *Mocidade Paulista*, janeiro de 1945. 'Enviaram seus votos da frente de batalha', *Folha da Noite*, 20 de outubro de 1944. 'Os estudantes de Direito combatem valiosamente na Itália', *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1945.

2. A RESISTÊNCIA E O PROLETARIADO (abril-agosto de 1944)

Os estudantes de Direito anti-Estado Novo, sem conseguir imprimir material subversivo, contaram unicamente com mimeógrafos até cerca de abril de 1944, quando, nas palavras de Paulo Duarte, obtiveram "um pequeno prelo e tipos em quantidade suficiente para rápidas composições".[1] José Bonifácio Coutinho Nogueira foi o primeiro a usar o prelo ao lançar uma publicação subversiva, a *Resistência*, dirigida por ele, Germinal Feijó e três ex-alunos: Antônio Costa Corrêa, Roberto de Abreu Sodré e Francisco Morato de Oliveira.[2] Seu primeiro número, constando de quatro páginas e datado de abril de 1944, explicava que seu objetivo era

> reunir e organizar um pouco desse enorme descontentamento que vai pelo país, polarizar algumas dessas incoercíveis aspirações de liberdade que se agitam no espírito de todos os brasileiros. *Resistência* é um órgão das oposições democráticas do Brasil... Congrega elementos de todas as correntes políticas nacionais, democráticas, desde os liberais até à extrema-esquerda, elementos saídos das antigas organizações socialistas, comunistas e da Aliança Nacional Libertadora, das novas organizações democráticas que estão operando no território nacional...

[1] Paulo Duarte, 'Cento e vinte e sete anos da imprensa paulista', *O Estado de S. Paulo*, 25 de janeiro de 1954, p. 85, citado em Antônio Barreto do Amaral, 'Jornalismo acadêmico', separata da *Revista do Arquivo Municipal*, n.º 190 (1977), p. 266.

[2] Antônio Barreto do Amaral, 'Jornalismo acadêmico', p. 266.

Resistência será um jornal ilegal... porque o direito de crítica e de organização de atividades políticas, existente em qualquer nação democrática, não é concedido aos brasileiros pelas leis do regime vigente.[3]

A *Resistência* escreveu que o Estado Novo, "um regime de estagnação social e corrupção generalizada", gastava a maior parte do orçamento federal em propaganda, organização policial e na concessão de privilégios especiais aos militares, cujo apoio era comprado numa maneira digna dos mais retrógrados caudilhos sul-americanos. Consta que o Estado Novo, para obter a aprovação dos Estados Unidos, fez concessões que iam muito além de uma cooperação entre aliados.

A *Resistência* recomendava o uso de sabotagem, propaganda, manifestações públicas, greves, não-colaboração e isolamento de partidários do regime de modo a que o programa da *Resistência* fosse posto em execução. O programa exigia: 1) convocação imediata de eleições para uma assembléia constituinte; 2) supressão imediata do DIP e da censura (com exceção do que constituísse segredo militar); 3) demissão imediata de fascistas de cargos do governo; 4) anistia a todos os emigrados e presos políticos (com exceção dos quinta-colunistas); 5) liberdade de expressão, imprensa, reuniões, greves e organização de partidos políticos; 6) medidas antiinflacionárias; 7) melhoria geral dos salários, sobretudo no campo; 8) apoio à agricultura; e 9) participação efetiva na guerra.[4]

A *Resistência* elogiava Monteiro Lobato, Mário Pinto Serva, Anísio Teixeira, Osvald de Andrade e Heráclito Sobral Pinto ("cinco destacados intelectuais recentemente proibidos de escrever na imprensa") e acrescentava que dos recentes atos de censura do governo, o mais sério foi a proibição da venda do romance *Fronteira agreste*, escrito por Ivan Pedro Martins, esquerdista há muito no exílio.[5] Outros artigos no número de

[3] 'Resistência, o nosso jornal', *Resistência*, abril de 1944.
[4] Ibid.
[5] 'Atentado à inteligência', *Resistência*, abril de 1944.

abril descreviam o "massacre de 9 de novembro de 1943" e os acontecimentos que levaram até este.[6]

A *Resistência* afirmava que, vindo a São Paulo para falar aos operários no estádio do Pacaembu a 1º de maio, Vargas explicaria o tiroteio de 9 de novembro como apenas "outro lamentável equívoco", e tentaria provar como "é querido entre o povo". "Os operários da Cia. Antártica e da Brahma", dizia a *Resistência*, seriam "postos nos grandes caminhões à força para assistir à passagem do novo Deus".[7]

A *Resistência* não era a única a menosprezar o plano de Vargas de falar em São Paulo. A Frente Acadêmica pela Democracia distribuiu uma circular mimeografada que dizia que o propósito da grande "demonstração trabalhista" seria burlar a boa fé dos operários. Segundo previsões da circular, os operários apresentariam uma petição de melhores condições que Vargas prometeria considerar, apenas para comunicar posteriormente que o veto de seu ministro da Guerra lhe impossibilitava concordar com suas merecidas aspirações — da mesma forma com que o presidente tinha o hábito de dizer que Dutra e o Exército se opunham à volta da democracia. Era tempo, declarava a circular, de Vargas assumir a responsabilidade de seus atos e não culpar o ministro da Guerra, que patrioticamente organizava a Força Expedicionária para lutar na Europa, pelo afastamento definitivo de governos ditatoriais no mundo. "Ou o chefe da nação quer de fato o regime democrático", dizia a circular, "ou pretende perpetuar o regime de 10 de novembro, conforme insinua pela pena de seu irmão Viriato Vargas no jornal *Brasil-Portugal* diariamente. E se não quer mesmo dar satisfações ao povo, assuma, então, a responsabilidade dos seus atos e não atire a culpa em terceiros."[8]

Uma multidão calculada em mais de 50 mil pessoas lotou o estádio do Pacaembu para aclamar a garantia de Vargas no Dia do Trabalho de que um futuro pós-guerra brilhante aguardava a classe operária, especialmente se os inimigos de casa,

[6] 'O massacre de 9 de novembro', 'Antevéspera da chacina — Baile das Américas' e 'O comício', *Resistência*, abril de 1944.
[7] 'O comício', *Resistência*, abril de 1944.
[8] 'Getúlio Vargas em São Paulo', uma folha mimeografada.

tais como "a intransigência de interesses privados" e o "egoísmo de classe", fossem derrotados. O presidente argumentou que o povo não podia matar a fome com o direito de voto nem educar os filhos com o direito de reunião. Prometendo serviços de assistência social em bases mais amplas, capazes de favorecer um maior número de trabalhadores e amparar mais eficazmente suas famílias, Vargas recomendou que todos os operários entrassem para seus sindicatos. A 2 de maio, antes de voar de volta ao Rio, Vargas acompanhou os operários numa cerimônia na qual se lançou a pedra angular da Casa do Trabalhador, no bairro do Brás.[9]

Quando a *Resistência,* no seu quarto e último número, comentou o discurso do Dia do Trabalho, concordou com observadores que pensavam ser a proclamação de "um vasto programa social", feita por Vargas, o discurso político de um candidato à presidência. A *Resistência* também salientou que, durante as duas semanas anteriores ao discurso, todos os jornais haviam empreendido uma campanha de propaganda para lembrar aos leitores "tudo o que o Estado Novo e Getúlio Vargas já fizeram pelos trabalhadores". Aos relatos dos jornais a *Resistência* chamou de "uma falsificação tão completa de fatos históricos recentes" que a opinião pública se dividia.[10]

Após o discurso de Vargas no Dia do Trabalho (e o primeiro número da *Resistência*), o esquerdista Antônio Cândido de Melo e Souza achou que a *Resistência* era dirigida à classe média e não dizia nada a respeito do trabalhador. Como os outros esquerdistas, também se preocupava com a necessidade de o movimento, patrocinado pela *Resistência,* dar atenção ao proletariado. O movimento, ilegal, havia se tornado conhecido como a Frente de Resistência. Dentre seus principais esquerdistas, alguns deles tendo formado o Grupo Radical de Ação Popular (GRAP), estavam Paulo Emílio Sales Gomes, de 27 anos (recém-formado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), Antônio Costa Corrêa, Germinal Feijó, o jornalista Paulo Zingg e Antônio

[9] *O Estado de S. Paulo,* 30 de abril, 3 de maio de 1944. *The New York Times,* 2 de maio de 1944.
[10] 'Getúlio Vargas *versus* democracia', *Resistência,* Ano I, n.º 4 (agosto de 1944).

Cândido de Melo e Souza. A maioria dos componentes da Frente de Resistência era liberal, mas os esquerdistas trabalhavam com eles de bom grado por causa da mútua oposição à ditadura de Vargas.[11]

O quarto número da *Resistência,* publicado em agosto de 1944, continha um artigo de primeira página, 'Proletariado brasileiro', que dizia que "nos operários urbanos e rurais do Brasil reside uma das maiores esperanças de regeneração social e política porque eles constituem uma força viva. O proletário tende à boa fé quando desprovido de consciência de classe, mas nunca à ingenuidade que nela supõem os mandões do Estado Novo fascista".[12] Segundo o artigo, o trabalhador urbano, consciente de muitas coisas, sabia que não tinha amigos em quem "o reduz à miséria pela comédia do salário mínimo", verdadeiro truque de prestidigitador que, aumentando ao mesmo tempo o ordenado e a inflação monetária, fazia esta anular aquele. O proletário urbano sabia que os sindicatos eram ninhos de exploradores, espertalhões que montam sobre os ombros dos seus irmãos para dar a mão ao governo e transformar uma instituição teoricamente livre e de defesa de classe no pior dos instrumentos de opressão e abafamento. Por outro lado, dizia a *Resistência,* o proletariado do campo nada sabia e vivia na miséria.

A *Resistência* retratou o governo como simplesmente fazendo discursos enquanto os camponeses e proletários urbanos apertavam seus cintos e os sindicatos esmagavam a liberdade de classe. Concluindo que o proletariado já sabia que não podia mais dar crédito a esta "incrível palhaçada" do governo, a *Resistência* convocou o proletário do Brasil para a "resistência ao Estado Novo fascista!"

[11] Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 7 de agosto de 1981. Paulo Zingg, entrevista, São Paulo, 9 de julho de 1981.
[12] 'Proletariado brasileiro', *Resistência,* Ano I, n.º 4.

3. OS LIBERTADORES E A FRENTE EM BUSCA DA DEMOCRACIA (abril-agosto de 1944)

Os banquetes em homenagem aos estudantes, oferecidos após o encerramento do ano letivo de 1943, foram idéia do grupo minoritário dos democratas exaltados. A 20 de abril de 1944, o Partido Libertador, o mais popular, ofereceu um jantar na Casa Anglo-Brasileira em homenagem a três formandos de dezembro de 1943 que haviam prestado valiosa contribuição ao partido, mas que não haviam sido homenageados no Esporte Clube Pinheiros: Astolfo Pio Monteiro da Silva, Jarbas Teixeira de Carvalho e Zwinglio Ferreira. Os discursos contrastaram com os proferidos por Feijó nos banquetes anteriores. Magano, presidente do Centro, se opunha à agitação que pudesse prejudicar o esforço de guerra e prometeu que o Partido Libertador exerceria "uma política democrática sem quixotismos e sem ostentações mentirosas".[1]

João Nery Guimarães, presidente do Libertador, tendo refletido muito sobre democracia, frisou no seu discurso que direitos deveriam ser acompanhados pela atenção a responsabilidades. Declarou que "se hoje em dia se nota por toda parte, e *por parte de todos,* um desrespeito à autoridade da lei, criando uma atmosfera irrespirável de inquietação, não é nessa lei que iremos encontrar a razão desse mal-estar, mas nos próprios indivíduos, que apresentam, na sua generalidade, os sintomas mais alarmantes de esmorecimento da fé religiosa, de desprestígio à

[1] Haroldo Bueno Magano, entrevista, 27 de julho de 1981. Recorte de jornal (abril de 1944) na coleção na residência de João Nery Guimarães.

autoridade paterna e de indisciplina escolar, indícios mais do que evidentes da desagregação social!" Continuando, citou Hans Kelsen, teórico legal alemão, dizendo que "a multidão aceita sem vacilar as prerrogativas da democracia; porém são poucos os que compreendem o fundo e o alcance de seus princípios. É fácil gritar: liberdade, igualdade, fraternidade!"[2]

João Nery Guimarães disse aos seus colegas libertadores que "se fosse permitida a palavra 'totalitário' no seu sentido de intolerância política, caberia bem a nomenclatura dos nossos democratas — democratas totalitários. Democratas recentes, democratas recentíssimos, democratas da direita, democratas da esquerda (os quais estão em moda), democratas com exclusividade de uso do termo, democratas na palavra e tiranos na ação, democratas para efeito de simpatia pessoal, tudo isso existe em abundância na Faculdade de Direito de São Paulo. Uma coisa, porém, rareia nas arcadas como a água no deserto: *democratas democráticos.* Democratas que pensem, ajam e defendam a democracia, *servindo-a* e não *servindo-se* dela para fins particulares ou partidários".

Enquanto os libertadores perseguiam sua política de praticar uma democracia "sem ostentações mentirosas", membros da Frente Acadêmica pela Democracia distribuíam manifestos anti-Estado Novo. A polícia, dando uma 'batida' numa pensão, apoderou-se de milhares de cópias de um manifesto que Gabriel Cesário Cury havia ajudado a elaborar. Cury, trancafiado numa cela, recebeu vários socos na cabeça enquanto interrogadores procuravam saber onde o manifesto havia sido mimeografado.[3] A polícia também invadiu a casa de Severo Gomes e seus pais, na época da visita de Vargas no Dia do Trabalho, e encontrou mais boletins anti-Estado Novo transferidos para lá da residência de Fernando Millan. O rico pai de Severo possuía um arsenal de metralhadoras datadas de meados da década de 30,

[2] João Nery Guimarães, *Discurso proferido na homenagem prestada pelo Partido Acadêmico Libertador aos seus antigos diretores, Astolfo Pio Monteiro da Silva, Jarbas Teixeira de Carvalho e Zwinglio Ferreira, no dia 20 de abril de 1944, na Casa Anglo-Brasileira.*

[3] Gabriel Cesário Cury, entrevista, São Paulo, 6 de agosto de 1981. Sylvio de Campos Mello Filho, 'A luta pela volta da democracia', *O Onze de Agosto,* 1946.

quando Armando de Sales Oliveira criou a Polícia Especial de São Paulo e sugeriu que os Gomes e outras pessoas guardassem algumas das armas da polícia em suas casas. Severo Gomes e seu pai ficaram detidos por dez dias em frias celas, e até mesmo a mãe de Severo teve que agüentar doze horas de detenção enquanto era interrogada.[4]

No início de julho de 1944, o Estado Novo criou uma onda de repressão. Revistas da oposição, como *Diretrizes,* de Samuel Wainer no Rio, e *Ilustração,* de Paulo Zingg em São Paulo, foram fechadas, e Coriolano de Góis foi nomeado chefe de Polícia do Distrito Federal.

Fernando Millan chegou à conclusão de que uma "mensagem dos paulistas ao povo do Rio de Janeiro" sobre Coriolano deveria ser distribuída no Rio. Millan trabalhou tanto na idéia que a 'mensagem' acabou ficando conhecida como sendo dele. Ao elaborá-la em agosto, em apenas uma folha mimeografada, Millan contou com a ajuda de seu irmão mais velho, Roberto (estudante de Medicina), José Bonifácio Coutinho Nogueira, Paulo Nogueira Neto e Luís Francisco da Silva Carvalho.[5] Quando Millan chegou de trem na capital federal (sua primeira visita), uma de suas duas malas cheias de cópias da 'mensagem' caiu aberta na estação ferroviária da Central do Brasil no Rio e cópias se espalharam pelo chão; contudo, policiais, alheios à natureza dos papéis, o ajudaram a colocá-los de volta na mala. Na distribuição das 'mensagens', Millan foi ajudado por estudantes de Direito de São Paulo em férias no Rio, tais como Benjamin Pereira de Queiroz (muito eficiente), Olavo de Almeida Pinto e Ênio de Novais França, além de Naldo Caparica, que aguardava seu embarque para a Itália.[6] Foi um ato corajoso, pois a polícia do Rio, sob a direção de Coriolano de Góis, estava arrebanhando inimigos suspeitos do Estado Novo com uma energia tão grande como nunca se havia visto igual, pelo menos nos últimos anos.

[4] Severo Gomes, entrevista, São Paulo, 25 de agosto de 1981.
[5] José Bonifácio Coutinho Nogueira, notas escritas à mão numa cópia da 'Mensagem dos paulistas ao povo do Rio de Janeiro'.
[6] Ibid. Fernando Barjas Millan, entrevista, São Paulo, 10 de agosto de 1982.

A mensagem de Fernando Millan comunicava aos cariocas que o ditador Vargas havia convocado Coriolano de Góis para o Rio a fim de se manter no poder de um regime fascista e de causar "a mais cruel das espezinhações que o nosso povo já sofreu em toda a sua história". A mensagem frisava que Coriolano, a maior confiança do Catete, havia espancado com coronhadas e cacetadas os democratas estudantes de Direito, que pacificamente se reuniam em sua própria casa, tendo sido, então, responsável pelo assassínio de "homens, mulheres e crianças do povo", por ordenar o envio de tanques e metralhadoras da Polícia Especial, comandada pelo major Anísio Miranda — "atualmente pessoa de destaque na polícia carioca". A mensagem concluía com uma chamada para os cariocas se defenderem sabotando os atos de Coriolano e lembrando-lhes que "sabeis que sua coragem consiste unicamente em assassinar o povo desarmado e indefeso".[7]

Membros da Frente Acadêmica pela Democracia participaram do comício comemorando a libertação de Paris, em agosto de 1944. Esta manifestação, sem ser exclusiva da Frente, realizou-se no largo de São Francisco. Estudantes carregavam bandeiras de países que lutavam contra o Eixo. Como nenhuma bandeira da União Soviética tivesse sido encontrada, fabricou-se uma bem apropriada com material vermelho, na qual algo semelhante a um martelo e uma foice foi colado; deram-na para Rui Mesquita segurar. Oradores, como Germinal Feijó, aproveitaram a ocasião para atacar a ditadura de Vargas. Após a cerimônia, muitos dos participantes foram presos no bar Jequiti e detidos por dois dias na Superintendência da Ordem Política e Social. Dentre os presos estavam Feijó, Afrânio de Oliveira, Rui Mesquita, Celso Medeiros, Jorge Mesquita Mendonça e Alfredo Mesquita (irmão de Júlio de Mesquita Filho e fundador da Escola de Arte Dramática).[8]

[7] 'Mensagem dos paulistas ao povo do Rio de Janeiro', São Paulo, agosto de 1944 (folha mimeografada).
[8] Rui Mesquita, entrevistas, São Paulo, 25 de julho de 1981 e 5 de agosto de 1982. Afrânio de Oliveira, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1981.

4. O CASO MOTA FILHO (junho-agosto de 1944)

A 18 de março de 1944 a imprensa noticiou que "o governo de São Paulo nomeou o Sr. Cândido Mota Filho para a cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito" e que "o ato do interventor Fernando Costa teve a melhor repercussão nos círculos universitários e jurídicos do país".[1]

Cândido Mota Filho, 46 anos, há muito professor livre-docente, havia sido assistente do governador de São Paulo, Pedro de Toledo, durante a Revolução Constitucionalista, e sido eleito para a Assembléia estadual em 1934, como membro do Partido Constitucionalista. Seu interesse em ajudar crianças desamparadas fez com que Vargas lhe pedisse o esboço de um estatuto para a criação do Departamento Nacional da Criança; em junho de 1941 Vargas o nomeou chefe do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) de São Paulo. Em setembro de 1943, Mota Filho demitiu-se do DEIP.[2]

No início de junho de 1944, os estudantes de Direito de São Paulo se declararam em greve, visando ao cancelamento da nomeação do ex-diretor do DEIP para professor (feita sem o concurso habitual). A greve se estendeu pelas férias de julho e entrou por agosto.[3]

[1] *A Manhã*, 18 de março de 1944.
[2] 'Traços biográficos do professor Cândido Mota Filho', nos arquivos de *O Estado de S. Paulo*.
[3] A. Almeida Júnior, 'A resistência acadêmica e o Estado Novo', uma série de seis artigos em *O Estado de S. Paulo*, novembro de 1953. Vide segundo artigo.

Em junho, logo após o início da greve, Magano, presidente do Centro, lamentando a agitação, procurou entrar num acordo. Durante suas negociações com Cândido Mota Filho e o interventor, concordou-se que se os estudantes retornassem às aulas imediatamente, providências seriam tomadas para que Cândido Mota Filho não lecionasse.[4]

Oponentes de Magano e suas negociações distribuíram um folheto mimeografado, repreendendo "aqueles que, gratuitamente, pelo único prazer de nos humilhar, vomitam insultos, falsas acusações, taxando-nos de vadios, desordeiros, *bons vivants*... Há, em muito maior número, os que nos defendem e que por nós têm simpatia". O folheto continuava, dizendo que

> nosso objetivo era, e é, destituir o Sr. Mota Filho do cargo de professor desta faculdade. Essa foi a deliberação de todos... Não aceitemos, agora, medidas protelatórias. Nada de panacéias. Não concordamos, pois, com o ajuste, extemporaneamente idealizado, sem a nossa aprovação. Será lícito, porventura, regressar às aulas e aguardar, tranqüilamente, até setembro, a destituição do Sr. Mota Filho?... ... Adiar, protelar, transferir para amanhã a destituição do Sr. Mota Filho é inocentá-lo, é proclamá-lo vítima de calúnias. O afastamento, só isso não basta. Já se achava ele afastado antes da greve e aceitá-lo, nas condições propostas, é ser derrotado fragorosamente... Colegas!! Não aceitemos promessas, eis que, no mais das vezes, elas se tornam indefinidas.[5]

Ao apresentar os termos de seu acordo negociado a uma assembléia do Centro, Magano encontrou sentimentos inflamados. A maioria queria que Mota Filho apresentasse claramente um pedido de demissão da cadeira e não estava disposta a acabar com a greve enquanto pendesse algo a ser decidido. Além disso, criticaram Magano por negociar sem a autorização do Centro

[4] Haroldo Bueno Magano, entrevista, 2 de julho de 1981. Renato P. Macedo, entrevistas, 5 e 20 de agosto de 1981.
[5] 'Colegas!', uma folha mimeografada.

e por fazê-lo sozinho. A proposta de Magano foi derrotada por uma margem de aproximadamente dois a um.[6]

Magano, portanto, pediu uma licença da presidência do Centro e Renato P. Macedo tornou-se presidente interino. A greve teve fim a 14 de agosto quando o Centro escutou a leitura de uma carta de Mota Filho que deixava claro que o ex-diretor do DEIP não aceitaria a indicação do interventor para professor catedrático nem para dar aulas de Direito Constitucional.[7]

Esta vitória do Centro sucedeu a uma outra, anunciada à associação pelo presidente interino, Renato Macedo, a 27 de julho. O juiz Clovis de Morais Barros (primo do pai de Hermann de Morais Barros) havia concedido uma indenização pela destruição material causada pela invasão da Polícia Especial na Faculdade de Direito, a 2 de novembro de 1943.[8] O juiz (cuja decisão foi mantida por unanimidade no Tribunal de Apelações) condenou o Estado a pagar mais de quatro mil cruzeiros (antigamente chamados de mil-réis) ao Centro e quantias adicionais aos concessionários do bar e do salão de barbeiro. Decretou que as autoridades não deveriam ter espancado os estudantes nem praticado atos de vandalismo mesmo se existissem motivos ou razões de ordem legal para que se efetuassem as prisões. Informou que o perito não havia encontrado evidências de inscrições e desenhos ofensivos às autoridades públicas, denunciados pela acusação, e acrescentou que mesmo que estes fossem reais, jamais poderiam justificar o comportamento da polícia.[9]

[6] Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, 4 de agosto de 1981. Renato P. Macedo, entrevista, 20 de agosto de 1981. Haroldo Bueno Magano, entrevista, 27 de julho de 1981.

[7] A. Almeida Júnior, 'A resistência acadêmica e o Estado Novo'. Vide segundo artigo.

[8] Luís de Azevedo Soares, entrevista, 11 de agosto de 1982. Hermann de Morais Barros, entrevista. 14 de agosto de 1982.

[9] Renato P. Macedo, circular, São Paulo, 27 de julho de 1944, e anexo de seis páginas (Afonso Botelho de Abreu Sampaio, escrivão do cartório do primeiro ofício privativo dos feitos da Fazenda estadual desta comarca e capital do Estado de São Paulo etc., São Paulo, 19 de julho de 1944). Vide também apresentação legal do Centro Acadêmico Onze de Agosto (cópia na coleção na residência de Maria Alice Arrobas Martins).

5. ARROBAS ACONSELHA (julho de 1944)

A 12 de julho, durante a greve contra a indicação de Mota Filho, Arrobas Martins escreveu de Santos a José Bonifácio Coutinho Nogueira para alertar que futuras manifestações públicas contra o 'ex-diretor do DEIP' seriam contraproducentes na medida em que o problema dizia respeito apenas à Faculdade de Direito. Aconselhou que os estudantes de Direito, tendo firmemente estabelecido uma posição, deveriam deixar que a iniciativa de negociações partisse "do outro lado", e, enquanto aguardassem resposta, deveriam fazer propaganda e exercer pressão para uma greve universitária geral.[1]

No entanto, escreveu Arrobas, levar o caso à "praça pública" daria uma importância desmerecida ao "engrossador da ditadura" e confirmaria a fama mais ou menos generalizada de que os acadêmicos não passavam de arruaceiros. Acrescentou ainda:

> Se passarmos a apelar para o povo a todo instante, inclusive em casos de somenos valor, como esse, estaremos procurando o nosso próprio descrédito... Reservemos a colaboração preciosa do povo para as ocasiões chaves, quando tivermos alguma coisa substancial para dizer-lhe ou pedir-lhe, quando nós nos pudermos apresentar diante dele como mocidade que pensa dentro das largas frontei-

[1] Luís Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Coutinho Nogueira, Santos, 12 de julho de 1944.

ras sociais e nacionais e não como crianças que se divertem com bombinhas e fogos de artifício. Só devemos levar ao povo os problemas que ele sente e compreende.

Na carta, Arrobas demonstrava interesse pela futura campanha de Luís Francisco da Silva Carvalho, da Frente Acadêmica pela Democracia, para a presidência do Centro. Um ano antes, quando Luís Francisco era estudante do terceiro ano, Arrobas havia providenciado para que ele se associasse à Bucha, que ainda tentava reconquistar um pouco da sua antiga glória. De uma turma de 182, Luís Francisco havia sido um dos não mais que dez membros que se tornaram bucheiros.[2]

"Como vão os entendimentos com a turma de Ruy Nazareth?", perguntava Arrobas a José Bonifácio; "uma aliança com eles, firmada em princípios políticos bem definidos, tanto no campo interno, como no externo, trará um valioso impulso à candidatura do Luís".[3] Ruy Nazareth, a quem Arrobas se referia, mostrava tendências esquerdistas que não eram apreciadas por alguns de seus colegas libertadores. Ruy era popular e profundamente interessado em política nas arcadas. Residente em São José do Rio Preto e filho de um médico da Bahia, Ruy Nazareth era rico, casado e mais velho do que a maioria dos estudantes.[4]

Na carta, Arrobas alertava contra a repetição de conchavos de objetivos meramente eleitorais. "A química suspeita das combinações em função de vaidades", escreveu ele, levaria a novas cisões. E insistia para que a exclusão na "nossa gente" de quem não estivesse perfeitamente identificado com ela "seria misturar o trigo e o joio de que falam as Escrituras".[5]

Concordando com José Bonifácio acerca da necessidade do apoio das academias aos "nossos movimentos", Arrobas escreveu que isto "nunca foi por nós esquecido. Fomos sempre, porém, inábeis ao consegui-lo. Em fins de 1941, o Bé (Roberto

[2] Luís Francisco da Silva Carvalho, entrevista, São Paulo, 15 de agosto de 1982.
[3] Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Nogueira, 12 de julho de 1944.
[4] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), São Paulo, agosto de 1982.
[5] Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Coutinho Nogueira, 12 de julho de 1944.

de Abreu Sodré), o Germinal, o Costinha (Costa Corrêa) e outros estavam decididos a abandonar a política acadêmica, para cuidar apenas da política externa. Chegaram mesmo a redigir um manifesto nesse sentido. Quando pediram a minha opinião, combati resolutamente a idéia deles... Ponderei-lhes que as nossas campanhas só teriam repercussão se contassem com a adesão consciente ou forçada da nossa estudantina. E que essa adesão, só a obteríamos se tivéssemos prestígio junto dela. O prestígio, você sabe, vem da atividade política interna. Eles concordaram comigo. Por causa disso, a contragosto, conservaram-se na política acadêmica militante. Agora, jeito para conquistar eleitores, nunca o possuímos. Sempre nos mantivemos em círculo fechado. Revelamo-nos sempre mais propensos a criticar do que a agradar. Formamos um grupo de ótimos amigos e de péssimos cabos eleitorais".

6. AUTORIDADES REAGEM À PROPAGANDA ELEITORAL DO CENTRO (outubro-novembro de 1944)

As campanhas para a eleição anual do Centro, marcada significativamente para 10 de novembro,[1] despertaram o interesse de mais estudantes do que nunca e receberam mais publicidade na imprensa diária do que no passado. No entanto alguns líderes estudantis tiveram problemas porque o crescente clamor pelo fim do Estado Novo, evidente na propaganda eleitoral, coincidia com o período de intensificada repressão iniciado em julho.

Quando 396 estudantes de Direito se reuniram a 15 de setembro para a escolha da chapa do Libertador, o popular Ruy Nazareth conquistou facilmente a indicação para presidente do Centro.[2] Se alguns libertadores ficaram descontentes com suas tendências esquerdistas, consolaram-se com o ponto de vista representado pela maioria dos outros candidatos da chapa.[3]

No início do ano, os libertadores haviam tido outra de suas cisões, desta vez porque seis membros da comissão diretora, citando "os métodos secretos pró-governo" de Magano e como este tratou do caso Mota Filho, deixaram o partido.[4] Os seis eram: Juca Santana, escritor de versos, Vítor Tieghi, Cícero de Toledo Piza, Aloísio Barbosa Ferreira, Rui Junqueira de Freitas Camargo e Fernando Jacob (considerado voltado para idéias

[1] Luís Francisco da Silva Carvalho, entrevista, São Paulo, 15 de agosto de 1982.
[2] 'Processo de seleção de candidatos', *O Libertador*, Ano V, n.º 10 (10 de novembro de 1944).
[3] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), p. 29.
[4] José Gonçalves Santana, entrevista, São Paulo, 16 de agosto de 1982.

esquerdistas). Após a indicação de Ruy Nazareth, os seis redigiram uma circular explicando que, embora não estivessem ligados a nenhum partido, sentiam-se obrigados a participar da eleição e recomendavam que votassem em Ruy. A circular chamava atenção para as privações econômicas de estudantes pobres, que "só se explicam dentro de uma sociedade tipicamente burguesa", e pedia por ensino grátis em todos os níveis.[5]

A circular foi inspirada em parte por uma determinação para se evitar a vitória do mais forte rival dos libertadores, os conservadores.[6] O candidato presidencial do Conservador, Aloysio Ferraz Pereira, o poeta com a virtude de ter sido ferido a 9 de novembro de 1943, dizia à imprensa que, enquanto seu partido representasse "imortais princípios democráticos", não seria constituído por "extremistas" e não se deixaria levar pela "cegueira de ideologias mal estudadas"; também clamava pela "renovação temperada de bom senso".[7] O manifesto do Partido Conservador defendia a "união de todos" em torno da democratização do Brasil, e lamentava que seus adversários, ao rejeitarem a união, insultassem os conservadores. Em resposta aos insultos, os conservadores insistiam que os frutos trazidos por eles durante um período de quase dez anos só podiam ter vindo de um partido "inequivocamente democrático" e frisavam que eles haviam sido responsáveis pelo Centro durante o grande comício pró-guerra em agosto de 1942 e a luta contra "as balas da tirania" em novembro de 1943.[8]

Atacando os libertadores, o manifesto do Conservador dizia que "nunca um nosso presidente tomou decisões à revelia e contra a declarada vontade da democrática Assembléia", nem foi chamado à fala e rejeitado pela classe. "Nunca membros da nossa comissão diretora se viram na contingência de abandonar o partido devido à incoerência de atitudes." Concluindo, dizia o

[5] Aloysio Marcondes Barbosa Ferreira, Cícero de Toledo Piza, Fernando Jacob, José Gonçalves Santana, Ruy Junqueira de Freitas Camargo e Victor Tieghi, 'Aos colegas da Faculdade de Direito', Arcadas, novembro de 1944.
[6] José Gonçalves Santana, entrevista, 16 de agosto de 1982.
[7] *Folha da Noite*, 5 de outubro de 1944, p. 2.
[8] Partido Acadêmico Conservador, manifesto, Arcadas, novembro de 1944.

manifesto que "os que hoje sorrateiramente procuram atingir" Aloysio Ferraz Pereira, "foram forçados, ante a voz unânime da academia, a saudar o heroísmo... O sangue por ele derramado em prol da democracia... diz bem da atitude decidida que ele manterá como presidente do Centro Acadêmico Onze de Agosto".

Membros da Frente Acadêmica pela Democracia se reuniram a 26 de setembro no Clube Escandinávia e aceitaram por aclamação uma chapa encabeçada por Luís Francisco da Silva Carvalho. Ao mesmo tempo, escolheram uma nova diretoria do partido, constituída por José Carlos Morais Abreu (presidente), Afrânio de Oliveira, Wilson Minervino, Antônio Cláudio Fernandes Rocha, Benjamin Pereira de Queiroz, Olavo de Almeida Pinto, Carlos Eduardo de Camargo Aranha, Jair Carvalho Monteiro, Renato Amaral Sampaio Coelho, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Roberto Brotero de Barros, Carlos Eduardo Barreto e José Bueno de Aguiar.[9]

A imprensa deu boa cobertura à Frente, que não esperava ganhar a eleição, mas que aproveitava cada oportunidade que surgisse para promover manifestações públicas em favor da democracia.[10] No sábado, 23 de outubro (aniversário da passeata fascista em Roma), a Frente começou a trazer multidões de estudantes (dentre eles, Paulo de Tarso Santos, estudante do primeiro ano, e Francisco Chagas Rodrigues, do quarto ano) das arcadas para um churrasco com banda de música e discursos homenageando "o cidadão democrata do mundo" e celebrando o colapso do fascismo italiano.[11] A distribuição de cópias da 'Oração aos moços', de Rui Barbosa, em 1920, feita por Luís Francisco Carvalho, levou o *Diário da Noite* a louvar a Faculdade de Direito por sua devoção à democracia.[12] A imprensa também deu publicidade aos votos para Luís Francisco enviados

[9] Recorte de jornal (sem fonte ou data) na coleção de Antônio Cláudio Fernandes Rocha (Rio de Janeiro).
[10] Luís Francisco da Silva Carvalho, entrevista, 15 de agosto de 1982.
[11] Recortes de jornal (30 de outubro de 1944, sem fonte) na coleção de Luís Francisco Carvalho e Antônio Cláudio Fernandes Rocha.
[12] Luís Francisco Carvalho, entrevista, 15 de agosto de 1982. 'Uma velha lição de Ruy', *Diário da Noite*, 13 de outubro de 1944.

da Itália em correspondência a José Carlos Morais Abreu, por Geraldo Vidigal e Cândido Teobaldo de Souza Andrade.[13]

A Frente também distribuiu uma "cópia autêntica do já histórico manifesto de 2 de novembro de 1943, pedra angular dos acontecimentos que resultaram na chacina de 9 de novembro". Além de estar com a data errada, não era, entretanto, um documento autêntico nem nas palavras nem nas assinaturas. Dentre elas não constava a de José Barbosa, expulso do Centro em dezembro de 1943.

O manifesto eleitoral mimeografado da Frente foi escrito por José Carlos Morais Abreu com a ajuda de Luís Francisco Carvalho e, na parte sobre "a democracia de amanhã", de Arrobas Martins.[14] Após fazer um retrospecto da história desse "pugilo de moços... ardorosos adversários da ditadura" que haviam, desde o início, demonstrado coragem para reagir ao regime de Vargas, o manifesto reivindicava a democratização do Brasil. Esta mudança, dizia ele, não deveria ocorrer por meio da 'carta' de 10 de novembro de 1937 ou de um plebiscito acerca da mesma pois isso "seria pactuar com o regime que nos deu a Gestapo e as prisões e exílios políticos, a censura e o DIP, o Tribunal de Segurança condenando brasileiros exclusivamente por serem oposicionistas, a inflação monetária e a crescente miséria dos operários e dos trabalhadores rurais". Ao contemplar 'a democracia de amanhã', o manifesto da Frente criticava o regime liberal em vigor em sociedades democráticas do século passado, constituído por classes privilegiadas. O manifesto dizia que idéias democráticas de igualdade e liberdade deveriam ser reinterpretadas ao ponto de se evitar que desigualdades econômicas criassem desigualdades políticas.[15]

Ao contrário da Frente, o manifesto do Partido Libertador foi impresso. Este dizia que "o regime político instituído pelo gol-

[13] 'Enviaram seus votos da frente de batalha', *Folha da Noite*, 20 de outubro de 1944. 'Um brasileiro votando na frente de batalha', *Diário da Noite*, 9 de setembro de 1944.
[14] Notas escritas à mão por José Bonifácio Coutinho Nogueira na cópia do 'Manifesto político da Frente Acadêmica pela Democracia'. José Carlos Morais Abreu, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1982.
[15] 'Manifesto político da Frente Acadêmica pela Democracia', São Paulo, 5 de novembro de 1944.

pe de 1937 agoniza sob o clamor que já não é mais possível abafar" e que "é preciso que a mocidade acadêmica esteja de sobreaviso contra as tentativas de que o neofascismo lançará mão para se conservar no poder, sob as aparências de um regime democrático, coonestado por um plebiscito que devemos denunciar à nação como um escárnio ao sacrifício dos nossos irmãos que sustentam na Europa a luta contra a opressão, como um ludíbrio ao povo brasileiro que reclama, antes das eleições, liberdade de organização dos partidos e anistia aos exilados e aos presos políticos".[16]

A Superintendência da Ordem Política e Social considerou subversivos os manifestos da Frente e do Partido Libertador. Portanto, as autoridades instauraram procedimentos legais contra os signatários de cada manifesto e encaminharam os casos ao Tribunal de Segurança Nacional, no Rio. Vinte e seis estudantes foram indiciados no processo contra "Luís Francisco da Silva Carvalho e outros" porque o manifesto da Frente havia sido assinado por seus candidatos, assim como por sua comissão diretora. Os libertadores indiciados foram os 14 membros da sua comissão diretora, inclusive o presidente do Partido, João Nery Guimarães, e o vice-presidente do Centro, Renato P. Macedo.[17]

Além disso, como o manifesto do Libertador havia sido impresso, agentes da Superintendência da Ordem Política e Social destruíram a impressora que havia sido utilizada e prenderam o tipógrafo (em casa, às 2:00 da manhã) por três semanas.[18]

[16] 'O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito', Arcadas, 12 de outubro de 1944.
[17] Notas escritas à mão por José Bonifácio Coutinho Nogueira na cópia do 'Manifesto político da Frente Acadêmica pela Democracia'. Luís Francisco Carvalho, entrevista, 15 de agosto de 1982. Sylvio de Campos Mello Filho, 'A luta pela volta da democracia', *O Onze de Agosto*, 1946, pp. 13-18.
[18] Sylvio de Campos Mello Filho, 'A luta pela volta da democracia'.

7. O CENTRO ELEGE NAZARETH E EXPULSA CÉLIO COSTA (novembro de 1944)

A campanha de Ruy Nazareth correu tão bem e a organização caça-votos liderada pelo presidente do partido, João Nery Guimarães, foi tão eficaz que a aposta pré-eleitoral favoreceu fortemente os libertadores. Apesar disso, o interesse nos resultados continuava intenso. As colunas da imprensa diária se enchiam com declarações de concorrentes e descreviam a atenção dada pela população paulista à batalha democrática nas urnas das arcadas.

Com o número de membros do Centro calculado em 1.200, foram registrados 1.063 votos, inclusive os dos ex-presidentes César Lacerda de Vergueiro, Eduardo Vergueiro de Lorena, Antônio Pereira Lima, Roberto Victor Cordeiro, Antônio Carlos de Abreu Sodré, Trajano Pupo Netto, Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro e Hélio Mota. Estudantes do primeiro e segundo anos votaram na Sala Barão de Ramalho, e os outros, na Sala João Mendes Júnior. Às 8:00 da noite, na presença de uma multidão, trinta representantes de partidos conferiam a contagem enquanto Magano e seus assistentes presidiam.[1]

Os resultados finais, anunciados depois da meia-noite, deram uma vitória estrondosa aos libertadores, que conquistaram todos os lugares nas duas comissões e todos os da diretoria, à exceção de primeiro secretário (conquistado pelo conservador Antônio de Castro Assunção). O resultado da corrida presidencial foi o seguinte: 543 votos para Nazareth, 356 para Aloysio Fer-

[1] Recortes no caderno de João Nery Guimarães.

raz Pereira (Conservador) e 164 para Luís Francisco Carvalho (Frente).[2]

Na Itália, Naldo Caparica ficou exultante com a vitória de seu grande amigo Nazareth e deu-lhe os parabéns numa carta datada de 11 de dezembro. "Você sabe", escreveu ele, "quanto a nossa escolhinha representa para mim. Os meus amigos daí e as lutas que junto travamos são talvez o pedaço mais importante da minha vida." Descrevendo o efeito que a notícia da eleição havia provocado em seis ex-estudantes de Direito, que iam jantar quando o correio chegou, Caparica disse a Nazareth que muito vinho, do bom, foi consumido e que "o 'De Gaulle' (Rui Pereira de Queiroz) foi obrigado a nos acompanhar num *quin-quin-querum* (grito de batalha da Faculdade de Direito em latim macarrônico) a você. Alás, como bons democratas, demos uma chance à Frente e ao nosso grande amigo Luisinho (Luís Francisco). Só quem não a teve foi o Conservador, cujo ilustre representante, o dr. Bezerrote (Francisco de Assis Bezerra de Menezes, da turma de 1943), acabara de nos deixar, seguindo para outros lados, onde o esperava o Bernardes (José Vasques Bernardes)". Nazareth também recebeu notas de congratulações de Bezerra e Bernardes.[3]

Pouco antes da eleição, Célio de Oliveira Costa, estudante do quinto ano, deixou cair sua carteira de trabalho da Superintendência da Ordem Política e Social perto de uma das duas mesas de bilhar do Centro Onze de Agosto, tendo sido encontrada por Renato Amaral Sampaio Coelho.[4] Na carteira, estavam escritas as palavras 'agente reservado' e, assim, a 8 de novembro, Célio Costa, uma pessoa calma, foi intimado a comparecer diante de líderes do Centro, que o puseram em estado de choque ao acusá-lo de ser um agente secreto ou espião da polícia. Seus acusadores distribuíram um boletim sem assinaturas que apresentava um fac-símile da carteira de trabalho

[2] Ibid.
[3] *Correio Paulistano*, 23 de janeiro de 1945 (no caderno de Geraldo Vidigal).
[4] Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevista, São Paulo, 8 de julho de 1981. Meinberg, entrevista, São Paulo, 1.º de agosto de 1981. João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.

e proclamava que "o Sr. Getúlio Vargas transformou esse jovem estudante num espião, num traidor dos seus colegas de faculdade". O boletim alertava contra outros espiões e pedia aos estudantes que pegassem a todos eles e os entregassem "à justiça do povo".[5]

Célio Costa recebeu ordens para se defender numa assembléia do Centro na Sala Brasílio Machado (terceiro andar da Faculdade de Direito), a 9 de novembro. Sua solicitação por mais tempo foi negada e ele teve de enfrentar uma assembléia hostil, com Germinal Feijó sendo o principal acusador.[6]

O trabalho de Célio Costa como funcionário na Superintendência não tinha nada a ver com espionagem; suas explicações, porém, foram em vão, e apenas um estudante, Quintino Ferreira Millás, levantou a voz para defendê-lo.[7] Quando Célio Costa frisou que havia sido espancado pela polícia e preso em 2 de novembro de 1943, seus acusadores declararam que tal tratamento lhe havia sido dado somente para despistar os estudantes.[8] O réu foi considerado culpado.

Depois que o apelo de Célio Costa por um estudo mais apurado e um reexame em outra assembléia foi negado, ele redigiu uma declaração comparando sua condenação às de tribunais fascistas. Ridicularizou a acusação de que havia feito relatos por telefone à polícia e acrescentou que o fato de não estar associado à liderança política estudantil o colocava numa posição de não ter o que contar de interessante à polícia. Sua declaração contava em detalhes o trabalho de escritório que vinha exercendo na Superintendência, desde 1942, para ganhar um estipêndio mensal de 400 cruzeiros. O trabalho incluía preencher fichas de italianos buscando papéis salvo-condutos, tornados necessários depois que o Brasil rompeu relações com o Eixo, sendo financiado por um fundo conhecido como *verba reservada;* daí a classificação de alguns empregados como *agentes reservados.*[9]

[5] 'Os processos nazistas do Estado Novo' (uma folha impressa).
[6] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), p. 20.
[7] Ibid. (re Quintino Ferreira Millás).
[8] Célio de Oliveira Costa, 'Aos meus amigos e colegas' (duas páginas impressas), São Paulo, 1.º de dezembro de 1944.
[9] Ibid.

8. ATIVIDADES ANTI-VARGAS
(de dezembro de 1944 a janeiro de 1945)

Depois que Vargas aceitou um convite da Associação Comercial de São Paulo para comparecer à comemoração do seu quinquagésimo aniversário a 7 de dezembro de 1944, um grupo de estudantes da Frente Acadêmica pela Democracia falou sobre a necessidade de se fazer um protesto contra a visita do ditador. Os estudantes gostaram da idéia de Benjamin Pereira de Queiroz de se encher a cidade de folhetos, atacando a visita, e encarregaram José Bonifácio Coutinho Nogueira de elaborar um plano para distribuí-los. Finalmente, o plano adotado foi o de se jogar os folhetos simultaneamente de edifícios bem altos.[1]

Benjamin Pereira de Queiroz ('Basil Rathbone') fez o rascunho do folheto e José Bonifácio levou-o até a residência de Fernando Millan, onde cópias foram mimeografadas. No folheto lia-se, em parte, o seguinte:

> Insensível ao sofrimento da população laboriosa e ao desprezo dos paulistas, o ditador Getúlio Vargas avilta novamente São Paulo com a sua presença. Brasileiros! Paulistas! Enquanto passais fome e vossos filhos morrem por falta de leite, este mesmo homem, criador do Estado Novo fascista, constrói Quitandinhas com o vosso dinheiro e se banqueteia com os banqueiros e capitalistas que exploram o vosso trabalho; são sempre os mesmos Roberto Simonsen, Brasílio Machado, Horácio Lafer, Gastão Vidigal e outros que juntamente com os ministros e chefes do Estado Novo se enchem de dinheiro, enquanto vós passais fome...
>
> Todos aqueles que aplaudirem e formarem ao lado do ditador Getúlio serão marcados e, tal como se fez em Paris e Roma, justiçados no dia da vitória.
>
> Que São Paulo inteiro esteja de luto enquanto aqui estiver o ditador Getúlio!...
>
> O Brasil e São Paulo exigem as eleições imediatas para a Assembléia Nacional Constituinte.[2]

Luís Francisco de Carvalho, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Benjamin Pereira de Queiroz, Ênio de Novais França e Fernando Millan foram os que mimeografaram as cópias. Por uma votação de 3 a 2, decidiram deixar o nome do banqueiro Gastão Vidigal, embora fosse este tio de Geraldo e Marcelo Vidigal. No entanto, depois que 15 mil folhetos já haviam sido rodados, Ênio de Novais França mudou de idéia e concordou com Luís Francisco e José Bonifácio que o nome de Vidigal deveria ser omitido.[3] O estêncil, portanto, foi modificado, e pode tê-lo sido mais de uma vez, pois algumas circulares omitiam o nome de Horácio Lafer enquanto mantinham o de Vidigal.[4] Por volta das 4:00 da tarde no dia 6 de dezembro, o perigoso trabalho de produzir trinta mil cópias havia sido completado com a ajuda de José Carlos Morais Abreu e Antônio Cláudio Fernandes Rocha, entusiastas da Frente. José Carlos Morais Abreu lembra ter-se escondido, um pouco mais tarde, na casa de Antônio Cláudio porque a polícia jamais suspeitaria do pai deste, Sinésio Rocha, procurador-geral do Estado. Sinésio nem podia imaginar que sua casa estava sendo usada para atividades anti-Vargas.[5]

[1] José Bonifácio Coutinho Nogueira, 'Um batismo de fogo', duas páginas datilografadas.

[2] 'Povo de São Paulo', uma folha mimeografada (cópia na residência de José Bonifácio Coutinho Nogueira).

[3] José Bonifácio Coutinho Nogueira, 'Um batismo de fogo'.

[4] 'Povo de São Paulo' (cópia na coleção de Antônio Cláudio Fernandes Rocha, Rio de Janeiro). Cartas a JWFD de José Bonifácio Coutinho Nogueira (São Paulo, 9 de setembro de 1982) e Antônio Cláudio Fernandes Rocha (Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1982).

[5] José Carlos Morais Abreu, entrevista, 4 de agosto de 1982. Antônio Cláudio Fernandes Rocha, entrevista, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1982.

Às 5:00, depois que os folhetos foram colocados em pacotes, realizou-se uma reunião no escritório de Roberto de Abreu Sodré. Nela, Germinal Feijó se opôs ao plano para a distribuição de folhetos, mas este recebeu total apoio de Roberto de Abreu Sodré e Cory Porto Fernandes (formado em dezembro de 1943 pela Faculdade de Direito, mas ainda um líder estudantil na Escola de Sociologia e Política). Paulo Emílio Sales Gomes, formado pela Faculdade de Filosofia, esquerdista extremado antiestalinista, meditava sobre a questão.[6]

Naquela noite, às 2:00 horas da manhã, Paulo Nogueira Neto, Benjamin Pereira de Queiroz e Fernando Millan reviram o plano no apartamento de Hélio Mota e resolveram executá-lo ao meio-dia; a hora, porém, foi adiada numa reunião às 10:00 da manhã, realizada no escritório de advocacia de Wilson Rahal. Rahal, José Bonifácio, Millan, Sérgio Brotero Junqueira, Renato Amaral Sampaio Coelho e Afrânio de Oliveira acertaram a distribuição para as 5:30 da tarde.

Rahal, José Bonifácio e Ivo Cariani (dentista) transportaram os folhetos da casa de Carlos Eduardo de Camargo Aranha até o escritório de José Bonifácio, na firma da família Nogueira, a Sociedade Predial Ester, onde ficaram vigiados por Paulo Nogueira Neto. À tarde, os conspiradores pegaram suas partes.

Fazendo sua ronda, Paulo Nogueira Neto mostrava-se satisfeito. Fernando Millan estava na rua Barão de Itapetininga; Luís Francisco Carvalho, ajudado por sua irmã Lygia (especialista em distribuir circulares subversivas), na rua Xavier de Toledo; Armando de Morais Barros (neto de Paulo), na rua Marconi; Sérgio Brotero Junqueira, na rua Boa Vista; Renato Amaral Sampaio Coelho, no Edifício Central; Maurício Freitas Guimarães Hess e Flávio Pinho de Almeida, na praça do Patriarca; Carlos Eduardo de Camargo Aranha, na rua Líbero Badaró; Ênio de Novais França, no edifício Paulista de Seguros; Benjamin Pereira de Queiroz, no largo de São Francisco; Álvaro Roberto Mendes Gonçalves, no edifício Sulacap; e José Bonifácio, no edifício do Banco de São Paulo, na rua São Bento, perto da praça Antônio Prado.

[6] José Bonifácio Coutinho Nogueira, 'Um batismo de fogo'.

Escrevendo na noite de 7 de dezembro acerca do episódio, José Bonifácio registrou o medo que sentiu ao subir as escadas, ao atirar para o ar centenas de folhetos e ao descer, sozinho, receoso de que cada pessoa por quem passava pudesse ser um "truculento soldado da Polícia Especial". Quando tudo terminou, os folhetos subversivos tendo causado "uma grande repercussão em toda a cidade", Bonifácio viveu o que talvez foi "a maior alegria" de sua vida. "A polícia", disse ele, "nada pôde fazer, diante da perfeita organização do grupo... Os prédios do Banco de São Paulo, do Mappin e da Sulacap foram interditados e submetidos a rigorosa revista, mas tardiamente."[7]

Um dos que jogaram os folhetos foi Paulo Zingg, proibido de escrever para publicações depois que sua *Ilustração* foi fechada. Zingg pertencia ao Grupo Radical de Ação Popular (GRAP) e à minoria esquerdista da Frente de Resistência. Sua atividade a 7 de dezembro resultou em prisão por vários dias.[8] Carlos Eduardo de Camargo Aranha também foi preso a 8 de dezembro, aumentando seu número total de prisões para onze.[9]

Na formatura, realizada no Teatro Municipal, na noite de 10 de janeiro, homenagens acadêmicas foram prestadas a Ester de Figueiredo Ferraz, uma das oito jovens formadas.[10] Francisco Camargo de Almeida Prado ('Chico Machão'), orador da turma e ex-diretor do Partido Conservador, declarou que os estudantes de Direito queriam "que esses três poderes, que integram a soberania nacional, se efetivem numa esfera democrática, incompatível com a eliminação do Legislativo ou, crime mais hediondo ainda, com a absorção do Judiciário pelo Executivo". "Nunca pudemos compreender a imprensa sufocada", disse ele.[11]

Depois da cerimônia, estudantes, com seus amigos e famílias, foram para bares, lotando o popular bar Franciscano (na rua

[7] Ibid.
[8] Paulo Zingg, entrevista, São Paulo, 9 de julho de 1981.
[9] Carlos Eduardo de Camargo Aranha, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1982.
[10] *O Estado de S. Paulo*, 29 de dezembro de 1944 e 11 de janeiro de 1945.
[11] Francisco Camargo de Almeida Prado, 'Discurso do orador da turma de 1944', *O Onze de Agosto*, 1946, pp. 49-57.

Líbero Badaró) — cujo conhecido afresco retratando pessoas bebendo cerveja na Baviera havia sido pintado de novo, sob ordens da polícia, após a entrada do Brasil na guerra.[12] Lá, nas primeiras horas do dia 11 de janeiro de 1945, todos os que tomavam cerveja aplaudiram quando um deles retirou a fotografia de Vargas e a destruiu. Apesar de até mesmo agentes da polícia, à paisana, terem aplaudido também, o DOPS abriu um inquérito dias depois. Alguns estudantes de Direito que haviam estado presentes, inclusive Flávio Galvão, do primeiro ano (recentemente eleito para a Comissão de Sindicância do Centro), foram indiciados. Acusações contra eles ("crime contra o presidente da República") foram encaminhadas ao Tribunal de Segurança Nacional.[13]

[12] 'Re-fresco', João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.
[13] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), pp. 31-33.

Parte XI

O Crepúsculo do Estado Novo

1. JUVENTUDE PAULISTA A FAVOR DE UMA FRENTE UNIDA COM EDUARDO GOMES (fevereiro de 1945)

Quando aproximadamente 250 escritores brasileiros se reuniram em São Paulo, em fins de janeiro de 1945, para o I Congresso de Escritores, aprovaram resoluções reivindicando democracia e liberdade de expressão. Também foi aprovada uma moção estendendo cumprimentos a Geraldo Vidigal e outros escritores brasileiros que lutavam na Itália pelos princípios que o Congresso de Escritores defendia no Brasil.[1]

Geraldo Vidigal, Rui Pereira de Queiroz e Celso Braga, que teriam se formado se não estivessem na Itália, foram lembrados nos discursos da cerimônia de formatura a 10 de janeiro e no Clube Comercial a 7 de fevereiro, quando um banquete homenageou os recém-formados que "durante o curso da Faculdade de Direito de São Paulo mais se destacaram na luta pela democratização do Brasil".[2] O banquete, refletindo a reputação alcançada pelo movimento democrático nas arcadas,[3] atraiu mais de duzentos oposicionistas ao Estado Novo de todo o Brasil, inclusive figuras ilustres como Artur Bernardes, José Eduardo do Prado Kelly (representando Eduardo Gomes, brigadeiro da Força Aérea), Virgílio de Melo Franco, Pedro Aleixo, Milton Campos, Gilberto Freire, Juraci Magalhães, Dario de Almeida Ma-

1 *O Estado de S. Paulo*, 28 de janeiro de 1945.
2 Além de Rui Pereira de Queiroz, Celso Braga e Geraldo Vidigal, os estudantes homenageados eram Afrânio de Oliveira, Aluísio Alvares Cruz, Cícero de Toledo Piza, Domingos Marmo, Francisco Camargo de Almeida Prado, Germinal Feijó, José Carlos Morais Abreu, José Gonçalves Santana, Nasser Bussamra e Vítor Tieghi.
3 Luís Francisco da Silva Carvalho, entrevista, 15 de agosto de 1982.

galhães, Daniel de Carvalho, José Franzen de Lima, Levy Carneiro, Mário Brant, João Mangabeira, Carlos de Lima Cavalcanti, Guilherme Flores da Cunha (representando José Antônio Flores da Cunha) e Hermes Lima. Dentre os do grande contingente paulista estavam Paulo Duarte, Júlio Prestes de Albuquerque e Miguel Costa.[4]

No Clube Comercial, os antigetulistas calcularam que estava próximo o fim do Estado Novo na medida em que os generais Dutra e Góis Monteiro, antigos suportes do Estado Novo, queriam agora democracia, e Vargas falava sobre realizar eleições. No ataque ao Estado Novo, os oradores não demonstraram ter reservas; Luís Francisco Carvalho prestou uma homenagem aos novos formandos e Germinal Feijó, que havia finalmente recebido seu diploma, falou em nome do grupo homenageado.

Os discursos de Luís Francisco e Feijó foram extraordinariamente semelhantes.[5] Ambos fizeram um retrospecto, ano após ano, das atividades antigoverno nas arcadas desde a implantação em novembro de 1937 ("por mãos criminosas", disse Luís Francisco) do que chamaram de um Estado policial corrupto, empobrecedor e fascista. Ambos enfatizaram a enormidade do dever de superar os 'pecados' e 'males' provenientes do Estado Novo (Luís Francisco disse que a tarefa era grande demais para ser completada com os sacrifícios de uma única geração). Ambos concluíram dizendo que a construção da 'Terceira República' exigiria uma frente unida, poderosa, e insistiram para que a antiga geração pusesse de lado as divergências e seguisse o exemplo da juventude que, segundo eles, estava unida para a deposição final do Estado Novo e para a construção de um Brasil democrático.

[4] Uma lista mais completa, incluindo muitos paulistas eminentes, é dada na caligrafia de Germinal Feijó na cópia de seu discurso de 7 de fevereiro de 1945 (dada a JWFD).

[5] 'Discurso pronunciado por Luís Francisco Carvalho no Clube Comercial, dia 7 de fevereiro de 1945' (nove páginas datilografadas). Germinal Feijó, 'Discurso aos jovens advogados formados em 1944 e que durante o curso da Faculdade de Direito de São Paulo mais se destacaram na luta pela democratização do Brasil, realizado nos salões do Clube Comercial em 7 de fevereiro de 1945' (oito páginas mimeografadas).

Feijó revelou que os estudantes universitários militantes, tendo adquirido experiência política, estavam elaborando uma plataforma, não com a idéia de criar um partido próprio, mas a fim de oferecer "o vigoroso impulso de uma geração que, sem vinculações com os velhos partidos, quer aproximar-se do povo". Ao rejeitar os partidos de pré-1937 por estarem superados, Feijó admitiu que muito havia sido aprendido com os liberais e com os militantes da esquerda. Agora insistia para que polêmicas ideológicas fossem relegadas ao futuro.

A plataforma de Feijó reivindicava o estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética. Salientando que tal sugestão levaria alguns "porta-vozes do fascismo indígena", tais como o *Brasil-Portugal*, a apregoar "que somos comunistas", o orador afirmou que "o perigo comunista" era sempre um pretexto usado para manobras reacionárias. Expressando sua suspeita acerca da promessa do governo de realizar eleições, Feijó insistiu para que estas utilizassem o voto direto e secreto e que incluíssem uma eleição para uma assembléia constituinte. "Exigimos", acrescentou, "a supressão imediata do DIP e... a abolição do Tribunal de Segurança."

Fazendo ressoar suas palavras, Feijó declarou que as reivindicações enumeradas "são as dos valorosos combatentes do forte de Copacabana que, em 1922, lançaram o primeiro grito de rebelião contra as oligarquias reacionárias", cujo sobrevivente foi o "ardoroso democrata... Eduardo Gomes". Eram também as reivindicações dos que "escreveram páginas de heroísmo sem par, lutando contra a corrupção das instituições democráticas" e cujo espírito estaria presente, nas futuras eleições, na pessoa de Miguel Costa; da lendária Coluna Prestes, representada por um Juarez Távora; da grande revolução democrática de 1930, cujas aspirações "estarão renovadas nos combatentes de hoje, que são um Juracy Magalhães, um Virgílio de Melo Franco, um Manoel Rabelo, um Estilac Leal ou um Flores da Cunha"; da Revolução Constitucionalista de 1932, cujo ideal de legalidade estaria representado por um Euclides Figueiredo, um Waldemar Ferreira, um Aureliano Leite ou um Ibrahim Nobre; dos movimentos da Aliança Nacional Libertadora, cuja vitalidade democrática e popular reviveria nos nomes de um Hercolino Cas-

cardo ou de um Caio Prado Júnior; das campanhas eleitorais de 1937, cujas esperanças reviveriam e se revigorariam na volta à atividade política de Armando de Sales Oliveira e José Américo de Almeida; e de todos os que nunca se submeteram à ditadura, como Antônio Carlos de Abreu Sodré e João Sampaio.

Em fins de fevereiro e início de março, Vargas tomou medidas que significaram a morte do Estado Novo. A primeira delas, o fim da censura da imprensa, seguiu-se ao fracasso do DIP em punir o *Correio da Manhã* pela publicação, a 22 de fevereiro, da entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda. A imprensa, sua liberdade esmagada pelo DIP durante tanto tempo, de repente se encheu de declarações de pessoas ilustres que odiavam Vargas. Muitas das declarações aclamavam a idéia, adiantada por José Américo, de que o brigadeiro Eduardo Gomes deveria tornar-se o candidato anti-Estado Novo à presidência.

Em São Paulo, no domingo de 25 de fevereiro, a maior parte da primeira página do *Diário de S. Paulo* era dedicada ao "pensamento político da mocidade paulista" — uma coleção de entrevistas com Germinal Feijó, Luís Arrobas Martins, Paulo Emílio Sales Gomes e Paulo Zingg.[6] Nenhum dos quatro gostava da recente proposta do gabinete de Vargas para que a Constituição de 1937 sofresse emendas que proporcionariam uma eleição presidencial e outras mudanças na estrutura política do Brasil. Feijó, Arrobas e Paulo Emílio declararam que "a carta de 1937" deveria ser totalmente abolida por ser ilegal e fascista. "Somente uma Assembléia Nacional Constituinte", disse Zingg ao *Diário de S. Paulo*, "poderá dar à Terceira República a estrutura jurídica e política que almejamos".

Ressaltando que o trabalho de uma assembléia constituinte seria lento, Paulo Emílio recomendou a eleição de um governo provisório porque "não está o atual governo em condições de presidir aos trabalhos de uma Assembléia e representar o Brasil nas conferências de paz". Acrescentou que "o nome com prestígio nos meios oposicionistas, para candidato à presidência provisória da República, é o do brigadeiro Eduardo Gomes". Feijó, expressando o "entusiasmo" da juventude pela candidatura de Eduardo Gomes à presidência, sugeriu que os postos do governo, durante a fase pré-Constituinte, devessem ser entregues a homens que inspirassem confiança à nação pela sua fidelidade aos ideais democráticos.

Na sua entrevista, Feijó fez a primeira propaganda da União Democrática Nacional (UDN), "coligação que nasceu das forças democráticas de resistência ao Estado Novo". Disse que a juventude apoiava a UDN e que, "como parcela mais ativa e mais conseqüente da resistência à ditadura", não podia deixar de representar um importante papel na coligação. Este papel, disse Feijó ao *Diário de S. Paulo*, seria diferente do movimento clandestino do passado mas "não quer dizer que estejamos descuidando da resistência ativa contra o que resta da ditadura". Pelo contrário, continuou, a juventude estava preparada para reagir às manobras que se esperava que o governo fosse empreender para trapacear o Brasil quanto à democracia.

Alertando contra uma nova lei eleitoral que seria um logro, Arrobas Martins recomendou o uso da de 1932. Acrescentou que era, portanto, desnecessário que Marcondes Filho, ministro da Justiça desde 1942, trabalhasse numa nova lei. Segundo Arrobas, ele "deve estar exausto com o esforço despendido na ingrata defesa de uma causa que acabou confessando perdida".

Arrobas enfatizou a necessidade de uma renovação completa nas áreas políticas e sociais para permitir que a humanidade alcançasse uma condição de vida favorável a um total desenvolvimento. Assim como Feijó em 7 de fevereiro, Arrobas tachou as velhas correntes políticas de "superadas". Quanto à futura eleição presidencial, notou o amplo apoio dado a Eduardo Gomes em oposição a Vargas que, segundo ele, "foi violentamente repelido... por todos os bons democratas e pela opinião nacional" e que "não pode continuar nem voltar". Arrobas explicom que mesmo se "não fosse o Sr. Eduardo Gomes o patriota e o democrata inatacável que sempre demonstrou ser, só o fato da sua candidatura ser contrária à do Sr. Getúlio Vargas e aos princípios do Estado Novo bastaria para conquistar as nossas simpatias e arrastar a grande maioria do povo brasileiro".

[6] 'Pensamento político da mocidade paulista', *Diário de S. Paulo*, 25 de fevereiro de 1945.

2. FRACASSO DE COMÍCIOS ESTUDANTIS EM SÃO PAULO E RECIFE (início de março de 1945)

Os inimigos de Vargas tinham um problema: o presidente havia conseguido apoio com a propaganda sobre a legislação social de seu governo. O problema agravou-se ainda mais com o desenvolvimento, iniciado em fins de 1944, de um relacionamento trabalhista entre o governo de Vargas e o CNOP, o grupo mais organizado do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O CNOP, reivindicando "união nacional com Vargas", achou-se livre para penetrar nos sindicatos trabalhistas, oficialmente reconhecidos, sendo eficaz neste trabalho.

Os estudantes de Direito anti-Vargas em São Paulo não estavam alheios ao problema ao organizarem, com a ajuda de centros acadêmicos de outras faculdades, um 'comício monstro' a ser realizado na praça da Sé, dia 2 de março. O comício, o primeiro no país desde o fim da censura,[1] exaltaria a democracia e intercederia pela candidatura de Eduardo Gomes à presidência.

O Centro Onze de Agosto, antevendo o que chamou de "as intrigas que o governo lançaria entre o operariado e a classe universitária", distribuiu folhetos antes do comício. Endereçada 'aos trabalhadores' e assinada 'os estudantes de São Paulo', a redação era de José Bueno de Aguiar ('Chiriba'), estudante do quinto ano e membro da comissão diretora da Frente Acadêmica pela Democracia.[2] "Os estudantes de São Paulo", diziam os folhetos, "são filhos do povo e com o povo lutam pelo Brasil.

[1] Flávio Galvão, 'Observações' (datilografado), p. 35.
[2] José Bonifácio Coutinho Nogueira, notas escritas à mão no folheto *'Aos Trabalhadores'*.

Cuidado com as manobras fascistas que, neste instante, pretendem criar confusão e separar os trabalhadores dos estudantes. É pela melhoria das condições de vida do povo que os estudantes têm tombado nas ruas de São Paulo".[3]

O costume de pintar mensagens nos muros em toda a cidade teve início quando Flávio Galvão e alguns outros estudantes passaram a noite anterior ao comício utilizando tal método para convocar o povo para a praça da Sé.[4] Apesar da forte chuva, o comício atraiu uma grande multidão, inclusive cerca de quinhentos estudantes de todas as faculdades.[5] Cartazes proclamavam a volta da liberdade.

Após as observações iniciais de Ruy Nazareth e a leitura de uma proclamação aos trabalhadores, um destes dirigiu-se à multidão, atendendo a um pedido dos estudantes. Entretanto, durante seu discurso, surgiram os primeiros apartes, que aumentaram muito mais no discurso seguinte, feito por Paulo Emílio Sales Gomes, esquerdista anti-Vargas.[6] Os gritos de 'nós queremos Getúlio' e 'abaixo os estudantes' quase impediram os dois oradores seguintes (um estudante de Direito e outro trabalhador) de prosseguirem. O resto do programa (que requisitava oradores de quatro faculdades) foi esquecido, pois oposicionistas aos estudantes, com cacetes embrulhados em papel, transformaram o comício numa batalha. Descrevendo a cena num artigo em *O Onze de Agosto,* Flávio Galvão escreveu que:

> No microfone instalado na porta da Catedral, os estudantes defendiam galhardamente as suas posições, procurando não aumentar o início do conflito. Vários apelos feitos por professores e pessoas de representação que se encontravam no local, aos elementos da Guarda Civil, resultaram improfícuos, pois os guardas não se esforçaram em manter a ordem. Vendo a insistência dos agitadores em perturbar de qualquer maneira o comício, alguns acadêmicos, de

[3] 'Aos trabalhadores', folheto mimeografado, assinado 'Os estudantes de São Paulo'.
[4] Flávio Galvão, 'Observações', p. 35.
[5] Duílio Crispim Farina, entrevista, São Paulo, 7 de agosto de 1982.
[6] Flávio Galvão, 'Abrindo fogo', *O Onze de Agosto,* 1946, pp. 91-92.

forma mais enérgica, tentaram dispersá-los. Várias brigas e correrias foram verificadas, tendo sido feito o uso de cacetes e pedradas, de lado a lado.

Muitas pessoas ficaram feridas, dentre elas Paulo Henrique Meinberg, bacharel da Faculdade de Direito, e Roberto Millan, irmão de Fernando. Retirando-se para as arcadas, os estudantes de Direito cantaram o hino nacional "como para recordar que ali estavam para defender os ideais democráticos do povo brasileiro". Seus inimigos pró-Vargas, seguindo-os até o largo de São Francisco, atiraram pedras que quebraram janelas da Faculdade de Direito.[7]

A imprensa noticiou que o choque havia sido causado por "elementos provocadores adrede importados da capital federal, aquelas pessoas que, com demonstrações favoráveis ao Sr. presidente da República, interferiram no comício". No entanto uma investigação da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo revelou que "tais pessoas eram, na realidade, elementos da população local, na maioria operários e vendedores de jornais".[8]

No dia do choque em São Paulo, 2 de março, Vargas deu uma entrevista coletiva à imprensa no Rio. Os jornalistas tinham muitas perguntas para o presidente, que recentemente havia assinado uma emenda constitucional para abrir caminho para a eleição de congressistas e de um novo presidente, e tomando providências para substituir Marcondes Filho, ministro da Justiça, e Coriolano de Góis, chefe de polícia do Distrito Federal. Em resposta às perguntas, Vargas falou sobre estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética e disse que estudaria possíveis anistias, caso por caso. O DIP, disse ele, se limitaria a promover cultura brasileira. Quanto à assembléia constituinte, argumentou não ser necessária na medida em que o Congresso teria poderes para modificar a Constituição de 1937.

No dia seguinte, em frente à Faculdade de Direito de Recife, estudantes realizaram um comício de apoio a Eduardo Gomes e em seguida desfilaram pela cidade até a praça da Independência. Lá uniram-se a uma multidão, que incluía trabalhadores pró-

[7] Ibid.
[8] *O Estado de S. Paulo*, 4 de março de 1945.

Vargas, para ouvir discursos feitos da sacada do *Diário de Pernambuco*, jornal que apoiava os pontos de vista dos estudantes anti-Vargas. Enquanto o professor Gilberto Freire falava, ouviram-se tiros. Um trabalhador, na multidão, e um estudante, na sacada, perderam suas vidas; várias pessoas ficaram feridas.[9] O estudante Demócrito de Souza Filho havia sido primeiro secretário do Sindicato dos Estudantes de Pernambuco.

Enquanto as manchetes no Brasil responsabilizavam o interventor Etelvino Lins e sua polícia estadual pelo derramamento de sangue, a Secretaria da Segurança Pública de Pernambuco divulgou uma declaração acusando o *Diário de Pernambuco* pela atitude que "vem assumindo, na mais franca agitação subversiva, instigando, por todos os meios, a discórdia social, explorando principalmente a classe universitária, na qual vem fomentando incoercíveis paixões políticas". A declaração dizia que os primeiros tiros foram disparados contra os trabalhadores pró-Vargas, tendo partido dos escritórios do jornal e que outros tiros se seguiram durante a 'confusão' que se formou.[10] O brigadeiro Eduardo Gomes enviou sua solidariedade à família do estudante morto e disse: "Confio em Deus que, para a honra do Brasil, não ficará impune esse crime, o qual, tão tragicamente, marca o início de uma jornada que será, sem dúvida, de trabalhos e de sofrimentos, de dor e de ação."[11]

Como conseqüência da morte do jovem pernambucano, escreve Arthur José Poerner, 'declarando guerra ao governo, a UNE mobilizou estudantes". Poucos dias depois, a 8 de março, a UNE participou do primeiro comício anti-Estado Novo em grande escala, que não apresentou problemas, realizado em frente ao Teatro Municipal no Rio. O estudante Paulo Silveira, ao lado de outros oradores, como José Antônio Flores da Cunha e Maurício de Lacerda, reivindicou democracia e anistia. Após o comício, os estudantes marcharam para a sede da UNE cantando o hino nacional.[12]

[9] Ibid., 6 de março de 1945. Vide também Virgílio A. de Mello Franco, *A campanha da UDN*, pp. 176-183, e Etelvino Lins, *Um depoimento político*, p. 23.
[10] *O Estado de S. Paulo*, 6 de março de 1945.
[11] Ibid.
[12] Arthur José Poerner, *O poder jovem*, pp. 183-184.

3. A UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA (junho de 1945)

A UDN, formalmente criada no Rio a 2 de abril, representava uma série de correntes anti-Vargas. Na sua lista de fundadores estavam o ex-presidente Artur Bernardes, o ex-interventor Ademar de Barros, o professor Waldemar Ferreira, os ex-candidatos à presidência Armando de Sales Oliveira (estando para voltar ao Brasil e morrer de câncer) e José Américo de Almeida, o comunista Astrojildo Pereira, o socialista João Mangabeira e seu irmão Otávio Mangabeira (que havia servido no Ministério de Washington Luís). Um dos principais organizadores foi Virgílio de Melo Franco, de Minas.[1] Dentre os muitos paulistas que ajudaram estavam Roberto Victor Cordeiro e o adoentado Antônio Carlos de Abreu Sodré.

Em São Paulo, a Frente de Resistência, que havia sido representada pela *Resistência*, organizou um comitê executivo provisório, constituído por Antônio Costa Corrêa, Antônio Cândido de Melo e Souza, Carlos Engel, Cory Porto Fernandes, Germinal Feijó, Israel Dias Novaes, José Bonifácio da Silva Jardim, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Luís Arrobas Martins, Luís de Azevedo Soares, Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg, Roberto de Abreu Sodré, Romulo Fonseca e Wilson Rahal. Membros alternativos do comitê eram Celso Galvão, José Carlos Morais Abreu, Benjamin Pereira de Queiroz, Luís Francisco Carvalho e Renato Amaral Sampaio Coelho.[2]

[1] Maria Victoria de Mesquita Benavides, *A UDN e o udenismo*, pp. 27-28.
[2] 'Anteprojeto do manifesto da Frente de Resistência' (sete páginas mimeografadas), São Paulo, 7 de abril de 1945.

Esses nomes apareceram no esboço de um manifesto datado de 7 de abril e endereçado especialmente aos trabalhadores urbanos e rurais e aos jovens nas fábricas e escolas. O manifesto declarava que a Frente de Resistência se encontrava "na esquerda" e que os signatários iriam se bater pelo socialismo, continuando independentes das tradicionais correntes da opinião esquerdista do Brasil. Segundo a Frente de Resistência, a democracia podia ser alcançada apenas com a correção de uma situação em que os grandes fazendeiros, industriais e comerciantes já haviam falado muito. A classe média e o operariado haviam dito algumas palavras. Os trabalhadores de terra eram a grande voz muda. O manifesto apoiava Eduardo Gomes e apresentava uma plataforma reivindicando modificações na estrutura agrária (a liquidação dos latifúndios improdutivos), ensino gratuito em todos os níveis e controle estatal do crédito, dos transportes, dos serviços de utilidade pública e das indústrias básicas.

A Frente de Resistência expressava a esperança de se unir a um partido nacional de esquerda, "com suficiente democracia interna". Suas outras opções eram formar uma ala de esquerda de um partido nacional nitidamente progressista ou unir-se a grupos semelhantes em outros Estados e, assim, formar um partido separado.[3]

Paulo Emílio Sales Gomes, profundamente interessado pela Frente de Resistência, esperava atrair Luís Carlos Prestes para o movimento anti-Vargas. Conseguiu falar com Prestes no Rio depois que João Alberto Lins e Barros, o novo chefe de polícia do Distrito Federal, anunciou que o prisioneiro comunista poderia receber todas as visitas que quisesse. Paulo Emílio passou tanto tempo com Prestes que Germinal Feijó e Cory Porto Fernandes, em visita ao Rio, acharam que ele estivesse mantendo Prestes atualizado acerca de toda a situação. Mais tarde tomaram conhecimento através de um Paulo Emílio decepcionado que Prestes, mal conseguindo ouvir, havia falado durante horas sobre a necessidade de uma união com Vargas.[4] O jornalista Carlos La-

[3] Ibid.
[4] Cory Porto Fernandes, entrevista, São Paulo, 5 de agosto de 1981. Rui Mesquita, entrevista, São Paulo, 25 de julho de 1981.

cerda escutou a mesma história de Prestes. E líderes estudantis no Rio, tais como Vítor Konder e Paulo Silveira, ouviram o prisioneiro dar seu apoio ao CNOP em vez de aos comunistas anti-Vargas.[5]

Libertado juntamente com outros prisioneiros políticos a 18 de abril, Prestes deixou clara a sua posição durante uma conversa com Eduardo Gomes e uma entrevista com a imprensa: rejeitava as candidaturas de Eduardo Gomes e Dutra, ministro da Guerra, cujo nome estava sendo apresentado por políticos próximos ao governo. Alguns admiradores políticos de Prestes (inclusive os intelectuais Astrojildo Pereira e Mário Schemberg) retiraram o apoio dado anteriormente a Eduardo Gomes. No entanto os esquerdistas ligados à Faculdade de Direito de São Paulo continuaram a se opor fortemente a Vargas. A linha pró-Vargas adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi criticada por Germinal Feijó e Renato Amaral Sampaio Coelho durante uma visita ao comunista Jorge Amado, cuja recente biografia exaltando Prestes tornou-se um *best-seller*.[6]

Em fins de abril, quando muito se ouvia em elogios a Prestes, à União Soviética e a Stalin, uma proclamação democrática antiesquerdista foi divulgada nas arcadas por um grupo que incluía alguns libertadores que haviam feito objeções anteriormente à associação de *democratas exaltados* com a esquerda. Refutando a proclamação, Joaquim Franco Garcia, estudante do quinto ano, declarou ao *Diário da Noite* ser ela fascista e reacionária; também acusou seus autores de apoiarem um individualismo arcaico e de ajudarem Vargas ao procurarem enfraquecer a coligação liberal-esquerdista na UDN.[7]

A descrição de Joaquim Franco Garcia da UDN como uma coligação liberal-esquerdista não pôde esconder o caráter predominantemente liberal da UDN e era este caráter que aborrecia

[5] Moacir Werneck de Castro, entrevista, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1979. Paulo Silveira, entrevistas, Rio de Janeiro, 29 de outubro e 28 de novembro de 1967, 20 de junho de 1979.
[6] Renato Amaral Sampaio Coelho, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1981.
[7] Flávio Galvão, entrevista, São Paulo, 20 de agosto de 1982. Flávio Galvão, 'Observações', pp. 26-27. Declaração de Joaquim Franco Garcia no *Diário da Noite*, São Paulo, 3 de maio de 1945.

os esquerdistas. Enquanto os liberais da Frente de Resistência, como Arrobas Martins, Roberto de Abreu Sodré e José Bonifácio Coutinho Nogueira, trabalhavam para a UDN[8] (Arrobas sendo diretor de sua organização estadual), Paulo Emílio organizava um grupo político esquerdista radical em São Paulo com esquerdistas da Frente de Resistência, tais como Germinal Feijó e Antônio Costa Corrêa. Este novo grupo, a União Democrática Socialista (UDS), divulgou um manifesto redigido por Paulo Emílio com a ajuda de Antônio Costa Corrêa, Paulo Zingg, Cory Porto Fernandes e Antônio Cândido de Melo e Souza.[9] Sob muitos aspectos, sua plataforma se assemelhava à redigida pela Frente de Resistência a 7 de abril, mas era mais enérgica ao reivindicar um regime socialista no Brasil e "uma democracia sem classes". Ao discutir a competição entre Dutra e Gomes, o manifesto da UDS dizia que a candidatura de Dutra polarizava as forças mais reacionárias, ao passo que a de Gomes, embora apoiada por alguns representantes dos velhos partidos conservadores, atraía forças capazes de garantir uma assembléia constituinte.

O manifesto foi assinado por Antônio Cândido de Melo e Souza, Antônio Costa Corrêa, Benedito Barbosa, Celso Galvão, Carlos Engel, Eliza Romero, Germinal Feijó, Israel Dias Novaes, Jacinto Carvalho Leal, Luís Lobato, Paulo Emílio Sales Gomes, Paulo Zingg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Romulo Fonseca ('professor Picard').[10] A UDS atraiu uns poucos esquerdistas paulistas como Arnaldo Pedroso d'Horta e Febus Gikovate, extrotskista.[11] Entretanto, continuou infinitesimal comparada à UDN e aos dois partidos nacionais criados por auxiliares de Vargas. Um, o Partido Social Democrático (PSD), foi lançado por interventores, como Fernando Costa, que apoiavam a candidatura de Dutra. O outro, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi fundado por Marcondes Filho e outros associados

[8] Jair Carvalho Monteiro, entrevista, São Paulo, 4 de agosto de 1982.
[9] Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevistas, São Paulo, 8 de julho e 7 de agosto de 1981.
[10] *Manifesto da União Democrática Socialista* (15 páginas impressas).
[11] Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevistas, 8 de julho e 7 de agosto de 1981.

ao Ministério do Trabalho. Este segundo partido nomeou Vargas seu presidente honorário e permaneceu, durante algum tempo, como o PCB, sem um candidato presidencial.

Em julho, a UDS, mais para a esquerda do que o PCB, divulgou um boletim interno ressaltando que a linha comunista no Brasil e em outros lugares passava a ter como ponto de referência básico, quase exclusivo, não as necessidades do proletariado, e sim a política exterior da União Soviética. Exigia-se do proletariado a renúncia à luta de classes, por meio de uma política de "união nacional" e de "pacificação" interna. A UDS acrescentou que a política do PCB era uma negação do marxismo e que nem promoveria o movimento socialista nem acarretaria a emancipação dos trabalhadores.[12]

[12] União Democrática Socialista, boletim interno, n.º 1 (julho de 1945).

4. AS ARCADAS E A ELEIÇÃO NACIONAL (fins de 1945)

Geraldo Vidigal, o primeiro estudante de Direito de São Paulo a voltar da Itália, chegou no Brasil a tempo de participar do VIII Conselho Nacional de Estudantes, que se reuniu no Rio em fins de julho de 1945. Vidigal tomou conhecimento de que se esperava que o vencedor[1] da disputa presidencial da UNE fosse um outro veterano da FEB, Augusto Vilas-Boas,[2] esquerdista apoiado pelos comunistas e queremistas (manifestantes pró-Vargas associados aos Partidos Trabalhista e Comunista). No entanto o trabalho de José Bonifácio Coutinho Nogueira foi decisivo ao conquistar a presidência da UNE para Ernesto Bagdócimo, partidário de Eduardo Gomes.[3] Vidigal, cujas publicações e experiência na FEB lhe atribuíram considerável influência, teve participação no resultado ao proferir um discurso em favor de Bagdócimo.[4]

A UDN, assim triunfante na disputa da UNE, sofria dissenções; conseqüentemente, o número de partidos políticos (supostamente 'nacionais' de acordo com a nova legislação eleitoral) cresceu. Gaúchos ressuscitaram o Partido Libertador (PL) e mineiros associados a Artur Bernardes fundaram o Partido Republicano nacional (PR). Haroldo Bueno Magano uniu-se ao PR por não

[1] Geraldo Vidigal, entrevista, 17 de agosto de 1982.
[2] Arthur José Poerner, *O poder jovem*, p. 182.
[3] Geraldo Vidigal, notas datilografadas para JWFD, São Paulo, agosto de 1982.
[4] Geraldo Vidigal, entrevista, 6 de agosto de 1981.

estar se entendendo bem com Arrobas Martins e seu grupo, ativo na UDN.[5]

Em agosto os esquerdistas da UDN, como João Mangabeira, Hermes Lima e Eliezer Magalhães, criaram um novo partido, a Esquerda Democrática (ED). Este, com suas muitas figuras conhecidas — como Miguel Costa, seu líder em São Paulo —, provou ter mais atrativos do que a pequena, local e mais radical UDS, que acabou por desaparecer; seus membros se associaram à ED, assim como um bom número de estudantes de Direito de São Paulo.[6] Em setembro Ademar de Barros deixou a UDN e passou a participar da fundação do Partido Republicano Progressista, que, assim como a UDN, PR, PL e ED, apoiava Eduardo Gomes na sua disputa contra Dutra. O novo partido de Ademar era pequeno — quase tão pequeno quanto o Partido Popular Sindicalista, partido parlamentarista fundado por volta da mesma época por Miguel Reale e José Adriano Marrey Júnior, 56 anos, nomeado por Vargas para o Departamento Administrativo de São Paulo em 1941 e tendo trabalhado como secretário de Justiça de Fernando Costa de novembro de 1943 a junho de 1945.[7]

Nas arcadas, aproximadamente 85% dos estudantes estavam a favor de Eduardo Gomes, e todos os quatro partidos estudantis, na guerra pelos postos do Centro, deixavam evidentes seu apoio ao brigadeiro. Ruy Nazareth, presidente do Centro, nomeou um Diretório Acadêmico pró-Eduardo Gomes, de 30 membros, que incluía João Nery Guimarães, José Bonifácio Coutinho Nogueira, Luís Francisco Carvalho, Vicente Marotta Rangel (do quarto ano), Mílton Lopes de Oliveira (do terceiro ano), Heitor Mayer (do segundo ano) e dois que haviam sido feridos em novembro de 1943: Luís Afonso Cardoso de Melo de Álvares Otero e João Brasil Vita (membro do PR).[8]

Ao reunir-se para escolher três delegados para a primeira convenção estadual da UDN, o diretório se decidiu por João Nery Guimarães (que obteve a maioria dos votos), Heitor Mayer e Milton Lopes de Oliveira. João Nery Guimarães, autor do pró-Gomes 'O aeronauta da esperança', em *A Balança,* passou a dirigir o trabalho da UDN nas arcadas.[9] O pavor de que a eleição presidencial nacional de dezembro pudesse ser cancelada, como em 1937, levou-o a entrar num acordo com José Antônio Rogê Ferreira ('Toni'), chefe do Diretório PSD pró-Dutra da Faculdade de Direito e bom jogador de futebol. Rogê Ferreira, que teve dois tios pró-Dutra (um deles José Carlos de Macedo Soares),[10] concordou com João Nery Guimarães que os grupos rivais deveriam se concentrar, não em se atacar mutuamente, mas em fazer todo o possível para transformar a eleição presidencial nacional em realidade, a despeito das chamadas dos queremistas e do Partido Comunista para que Vargas continuasse no poder.[11]

Temores de um cancelamento da eleição eleitoral foram dissipados depois que os militares, entusiasmados pela eleição, derrubaram Vargas em 29 de outubro. A mudança fez de José Linhares, juiz do Supremo Tribunal Federal, presidente interino do Brasil e levou o professor Sampaio Dória ao cargo de ministro da Justiça. Em São Paulo, José Carlos de Macedo Soares passou a interventor; o professor emérito Francisco Morato, 77 anos, a secretário de Justiça; e o professor Antônio Ferreira de Almeida Júnior, a secretário de Educação e Saúde. Todos estes, in-

[5] Haroldo Bueno Magano, entrevista, 27 de julho de 1981.

[6] Benjamin Pereira de Queiroz, entrevista, São Paulo, 10 de agosto de 1982. Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, 8 de julho de 1981. Antônio Cândido de Melo e Souza, entrevista, 8 de julho de 1981. Wilson Rahal, entrevista, Campinas, 21 de julho de 1979. Afrânio de Oliveira, entrevista, São Paulo, 18 de agosto de 1981. Paulo Zingg, entrevista, 9 de julho de 1981.

[7] Regina Sampaio, *Ademar de Barros e o PSP* (São Paulo: Global Editora, 1982), p. 51. Miguel Reale (entrevista, 16 de agosto de 1982) explicou que o Partido Popular Sindicalista era parlamentarista. 'José Adriano Marrey Júnior', *Ordem* (publicação reservada a maçons), Ano I, n.º 5 (março de 1974). Artigos sobre José Adriano Marrey Júnior no *Correio Paulistano,* 15 e 19 de junho de 1941, *Diário Popular,* 22 de novembro de 1943 e *A Gazeta,* 22 de novembro de 1943, 4 de junho de 1945 e 14 de abril de 1953.

[8] 'Diretório da UDN pró-Brigadeiro Eduardo Gomes na Faculdade de Direito de São Paulo', recorte de jornal no caderno de João Nery Guimarães.

[9] Ibid. João Nery Guimarães, 'O aeronauta da esperança', *A Balança,* Ano VII, n.º 27 (julho-agosto de 1945).

[10] Renato P. Macedo, entrevista, São Paulo, 26 de julho de 1982. José Antônio Rogê Ferreira, entrevista, São Paulo, 26 de julho de 1982.

[11] José Antônio Rogê Ferreira, entrevista, 26 de julho de 1982. João Nery Guimarães, entrevista, 16 de agosto de 1981.

clusive Linhares, eram membros da Bucha, que parecia ter reconquistado sua influência,[12] especialmente com seu figurão, Macedo Soares, na interventoria. 'Toni' Rogê Ferreira, líder pró-Dutra nas arcadas, recebeu um cargo no gabinete de seu tio, o novo interventor, o que lhe permitiu dar assistência a estudantes de Direito que voltavam da FEB com problemas financeiros e outros.[13]

Quando Luís Carlos Prestes, depois de libertado, falou aos paulistas, o estádio do Pacaembu ficou lotado assim como quando Vargas lá esteve em maio de 1944. No entanto pouco interesse popular foi demonstrado quando Dutra, candidato à presidência, falou no estádio; os admiradores de Eduardo Gomes tiveram que admitir que a aparição do brigadeiro lá, depois da deposição de Vargas, foi um desastre. Não só havia amplos setores vazios no estádio como também os convites haviam sido enviados de modo a colocar a elite nos melhores lugares, à sombra; isso deu crédito a boatos, espalhados por inimigos do brigadeiro, de que o candidato da UDN não tinha interesse nos votos dos trabalhadores.[14] Enfrentando este público frustrante, o estudante de Direito Luís Francisco Carvalho recebeu Eduardo Gomes com um discurso que repetia o refrão da Frente de Resistência sobre uma democracia baseada na "seiva nas classes médias, no proletariado industrial e nas grandes massas rurais".[15]

Antes das eleições nacionais de 2 de dezembro, Nazareth, presidente do Centro, divulgou uma réplica ao que chamou de "recentes publicações dos agentes de propaganda do general Dutra". Nazareth declarou que o Centro, "de acordo com a sua tradição de luta e por deliberação da maioria dos estudantes, reunidos em assembléia geral, apóia intransigentemente a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes". Poucos dias depois, na véspera das eleições, algumas jovens organizaram o pró-Dutra Diretório Feminino do PSD da Faculdade de Direito de São Paulo, "o único feminino de caráter político que existe na Faculdade".[16]

[12] João Nery Guimarães, entrevista, 31 de julho de 1982.
[13] Geraldo Vidigal, entrevista, 3 de agosto de 1982.
[14] João Nery Guimarães, carta a JWFD, 13 de agosto de 1982. Luís Francisco Carvalho, entrevista, 15 de agosto de 1982. Antônio Cláudio Fernandes Rocha, entrevista, Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1982.
[15] Luís Francisco Carvalho, discurso (10 páginas datilografadas, original na coleção de Luís Francisco Carvalho).

Nesta época, Vargas, aposentado no Rio Grande do Sul, tinha dado um último empurrão na cambaleante campanha de Dutra ao passar o PTB para o seu lado. Assim, José Barbosa e José Gomes Talarico, sustentadores do PTB, puderam apoiar Dutra com a bênção do ex-presidente. Dutra também contava com o apoio do Partido de Representação Popular, de Plínio Salgado, que patrocinava a corrida congressional de Gofredo da Silva Teles Júnior (Gofredinho), livre-docente da Faculdade de Direito.[17]

Trabalhando por Dutra no PSD estavam o banqueiro Gastão Vidigal, Ulisses Guimarães (ex-líder do Partido Acadêmico Conservador) e César Lacerda de Vergueiro (criador do Centro Onze de Agosto).[18] Assim como Horácio Lafer, Gastão Vidigal tornou-se candidato do PSD a congressista federal. César Lacerda de Vergueiro entrou na disputa como candidato do PSD ao Senado federal, deparando-se com dez outros concorrentes, inclusive Getúlio Vargas (PTB), Marcondes Filho (PTB), Luís Carlos Prestes (PCB), professor Ernesto Leme (UDN) e Francisco de Paula Rodrigues Alves (UDN). Como as exigências de residência não eram rígidas, o nome de Vargas pôde ser apresentado pelo PTB nas corridas senatoriais e congressionais em muitos Estados. De maneira semelhante, o PCB usou o nome de Luís Carlos Prestes, que estava viajando por todo o Brasil fazendo discursos, na propaganda de seu candidato presidencial, Iedo Fiuza, engenheiro não-comunista.

Professores e bacharéis da Faculdade de Direito estavam bem representados na quantidade de paulistas disputando cadeiras na Câmara dos Deputados. Dentre eles, o único recém-formado no-

[16] Ruy Nazareth, "A mocidade com o brigadeiro", São Paulo, 28 de novembro de 1945, reimpresso em *O Onze de Agosto*, 1946, p. 92. *O Estado de S. Paulo*, 1.º de dezembro de 1945.
[17] Hélio Silva, *1945: porque depuseram Vargas* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira), p. 278. *O Onze de Agosto*, 1946, p. 46. *O Estado de S. Paulo*, 26 de outubro de 1945.
[18] Cardoso de Melo Neto, 'Gastão Vidigal', *Digesto Econômico*, julho de 1951. *Tribuna da Imprensa*, 2 de julho de 1956. *Correio Paulistano*, 8 de janeiro de 1947.

tável no trabalho da resistência era Germinal Feijó, um dos três candidatos da ED que competiam concorrentemente nas chapas da UDN e do PR. Este fato levou o PSD a descrever a UDN como concorrendo com "três comunistas, da Esquerda Democrática, mais marxistas que Luís Carlos Prestes". Além de Feijó, eles eram Eliezer Magalhães, ativo na Aliança Nacional Libertadora em 1935, e João da Costa Pimenta, líder trabalhista e ex-comunista que havia ajudado a fundar o PCB em 1922. Os partidários de Dutra chamavam Feijó de "conhecido comunista, o estudante perpétuo".[19]

Dentre os candidatos congressionais UDN-PR, sem conexão com a ED, estavam o professor Mário Mazagão, Francisco Oscar Penteado Stevenson (livre-docente da Faculdade de Direito), Luís Antônio da Gama e Silva (livre-docente da Faculdade de Direito), Paulo Nogueira Filho, Altino Arantes, Antônio Pereira Lima, Plínio Barreto, Luís de Toledo Piza Sobrinho, Aureliano Leite, Carlota Pereira de Queiroz e Herbert Levy. O sogro de Levy, Waldemar Ferreira, era presidente do diretório estadual da UDN.

Na lista do PDC (Partido Democrata Cristão) constavam os nomes de Antônio Cesarino Júnior e Alvino Ferreira Lima, professores de Direito. A lista do PSD incluía os professores de Direito José Joaquim Cardoso de Melo Neto, José Carlos de Ataliba Nogueira e Honório Fernandes Monteiro, assim como o livre-docente Gofredo da Silva Teles Júnior (apresentado como candidato pelo Partido de Representação Popular). Eusébio Rocha Filho, estudante de Direito do segundo ano e partidário de Vargas, entrou na corrida congressional pela chapa do PTB.[20]

[19] *O Estado de S. Paulo*, 22 e 29 de novembro de 1945.
[20] Sobre Eusébio Rocha Filho, vide Flávio Galvão, 'Observações', pp. 38-39.

5. ELEIÇÃO NAS ARCADAS (novembro de 1945)

Naldo Caparica, tendo servido na Itália, estava de volta às arcadas em agosto de 1945 para completar seu último ano. Seu desempenho na FEB assegurava-lhe que ele seria um candidato popular à presidência do Centro. Embora houvesse sido membro da comissão diretora do Partido Libertador, voltou da Itália com idéias esquerdistas, que significavam pouca harmonia entre ele e a maioria dos líderes do Libertador. De qualquer maneira, a ala da esquerda do partido, liderada por Ruy Nazareth, presidente do Centro[1] e por alguns que haviam abandonado a diretoria do Libertador em 1944, estava ansiosa por criar um novo partido, o Movimento Acadêmico Renovador.

A criação do novo partido foi, em parte, obra de Aloysio Ferraz Pereira, ex-presidente do Partido Conservador e seu candidato em 1944 à presidência do Centro. Aloysio Ferraz Pereira, voltado para a ala progressista da Igreja Católica, tornou-se o teórico do Movimento Acadêmico Renovador.[2] Para a satisfação de Fernando Jacob, amigo de Nazareth e Caparica, os renovadores lançaram a candidatura presidencial de Caparica, "antigo preso da polícia política de Coriolano de Gois e... bravo 'pracinha' das montanhas geladas dos Apeninos".[3] Aloysio, que estava repetindo o ano por motivo de doença, tornou-se o pre-

[1] Aloysio Ferraz Pereira, entrevista, São Paulo, 19 de agosto de 1982.
[2] Ibid.
[3] João Nery Guimarães, entrevistas, 16 de agosto de 1981 e 21 de agosto de 1982. Movimento Acadêmico Renovador, 'Manifesto programa: a luta da nossa geração', Arcadas, outubro de 1945 (quatro páginas impressas).

sidente do novo partido. Dentre os outros vinte membros da comissão diretora provisória estavam uma jovem mulher, três ex-diretores do Libertador, Domenico Martirani (eleito tesoureiro do Centro na chapa do Conservador em 1942) e Waldir Troncoso Peres, que foi eleito primeiro orador do Centro na chapa do Libertador encabeçada por Nazareth e que agora disputava a reeleição como um renovador. Os renovadores eram a favor de um "novo processo de luta eleitoral, em que o interesse pelo debate dos problemas que mais inquietam os nossos tempos assume importância capital e faz recuar para o plano da simples boêmia acadêmica a cabala do chope e do teatro".[4]

A posição assumida por Aloysio Ferraz Pereira ocasionou a morte do outrora poderoso Partido Acadêmico Conservador.[5] Sua comissão diretora, reunindo-se na noite de 23 de agosto, decidiu colaborar com um outro partido novo: a União Democrática Acadêmica, que atraía alguns remanescentes da oligarquia liberal (os antigos PRP e PD)[6] e que ofereceria uma chapa eleitoral constituída, em parte, de ex-conservadores. Entretanto a saída do nome Conservador da disputa acarretou uma dura repreensão da parte de João Brasil Vita e de cinco outros membros da debandada comissão diretora do Conservador. Numa mensagem impressa, esses seis denunciaram seus colegas: "Sobre as vossas cabeças cairão as lágrimas e os suores daqueles que construíram, com sacrifício, o castelo magnífico que por tanto tempo habitamos... Amanhã... aqueles que foram traídos... dirão — e não a nós — estas palavras: NÃO FOSTES DIGNOS DA NOSSA CONFIANÇA!"[7]

A nova União Democrática Acadêmica recusou a renovação daqueles que propunham "experimentação de novas fórmulas político-sociais importadas" e expressou seu antagonismo àqueles "que pretendem renovar mas não se renovam antes a si mesmos; aos que falam de democracia e liberdade e são eles mes-

[4] Movimento Acadêmico Renovador, 'Manifesto programa'.
[5] Aloysio Ferraz Pereira, entrevista, 19 de agosto de 1982.
[6] Ibid.
[7] Humberto da Silva Ramos, João Brasil Vita, José Cabral, José Roberto Siqueira, Laercio de Oliveira Lima, Manoel Pedro Pimentel e Waldemar Maricondi, 'Mensagem aos colegas membros do Partido Acadêmico Conservador', Arcadas, agosto de 1945 (uma página impressa).

mos a própria encarnação do arbítrio e da violência".[8] A União Democrática Acadêmica indicou candidatos para seis dos dez cargos da diretoria do Centro, dentre eles, Haroldo Santos Abreu, para presidente, e Vicente Marotta Rangel, para primeiro orador. Marotta, que lecionava História da Filosofia em cursos preparatórios e vestibulares, foi o membro do Diretório Acadêmico pró-Eduardo Gomes que proferiu a oração na cerimônia de formatura do CPOR local, para a qual Eduardo Gomes foi escolhido paraninfo.[9]

O Movimento Acadêmico Renovador e a União Democrática Acadêmica, menos poderosa, não eram os únicos novos partidos. Líderes da Frente Acadêmica pela Democracia, já com dois anos, dentre eles Rui Pereira de Queiroz, de volta da Itália, Luís Francisco Carvalho e Renato Amaral Sampaio Coelho, fundaram o Movimento Democrático Acadêmico; porém consideraram a medida como simplesmente uma mudança de nome de seu partido. Salientando em seu manifesto que eles haviam participado em todas as lutas anti-Estado Novo, nomearam Marcelo Vidigal para a presidência do Centro. Seu partido era fraco e apresentava candidatos para apenas cinco dos dez cargos da diretoria do Centro.

O Partido Acadêmico Libertador foi o único a se apresentar com o mesmo nome usado em eleições passadas, e seus líderes continuaram com o programa de "popularizar o partido", dando atenção à maioria dos estudantes que ganhavam a vida e que haviam dedicado pouco tempo às atividades políticas nacionais pelas quais a Faculdade de Direito era famosa. Lincoln Sooma, cujos pais eram japoneses e que anteriormente se havia afastado assustado da política estudantil, conquistou uma cadeira na comissão diretora do Libertador durante a eleição do partido realizada em agosto para preenchimento de vagas.[10] Cada um que trabalhava pelo Libertador era encarregado de transformar

[8] 'Plataforma político-administrativa de Haroldo Santos Abreu, candidato à presidência do Centro Acadêmico Onze de Agosto pela União Democrática Acadêmica' (duas páginas impressas).
[9] Convite à 'solenidade de declaração de aspirantes ao oficialato da reserva ... na praça de Esportes do Clube Atlético Paulistano', 20 de outubro de 1945.
[10] *O Estado de S. Paulo*, 4 de agosto de 1945. João Nery Guimarães, entrevista, 21 de agosto de 1982.

dois estudantes em eleitores do partido na eleição do Centro de novembro.[11]

Para seu candidato presidencial, o Partido Acadêmico Libertador escolheu Sílvio de Campos Melo Filho, o astro em corrida que havia sido levado, coberto de sangue, até a Santa Casa de Misericórdia em 9 de novembro de 1943. Salim Belfort, candidato vice-presidencial, que nunca falava mal de ninguém, sendo leal aos libertadores e seus amigos, era considerado um segundo Cherkaski ('menino de ouro'). Ele e Sílvio de Campos Melo Filho estavam dentre os aproximadamente vinte estudantes que, juntamente com Roberto Victor Cordeiro, compareceram a um jantar no Jóquei Clube de São Paulo, oferecido a Paulo Nogueira Filho no seu retorno do exílio. Os libertadores antiesquerdistas haviam ficado desapontados com a posição progressista que Nogueira Filho, político hábil, expressou naquela noite. Para eles, parecia excessivamente progressista.[12]

Apresentando suas plataformas para o país, todos os quatro partidos acadêmicos enfatizavam a necessidade de melhorar o quinhão do povo. Os 35 fundadores do Movimento Democrático Acadêmico (entre os quais, duas mulheres) escreveram: "É de transcendente importância nossa reaproximação com o povo, o verdadeiro povo, dos campos, das ruas e das fábricas; depois de nossos oito anos de silêncio forçado, é natural que o proletariado imagine integrados, na máquina das forças opressoras, os mesmos estudantes de Direito que de fato participaram, nas primeiras linhas, da luta para que a todos sejam dadas iguais oportunidades."[13]

Os renovadores, cujo candidato, Caparica, era elogiado na imprensa comunista, apresentavam uma plataforma bem branda e alertavam contra "idéias extremistas". Os outros partidos davam ênfase ao perigo do poder econômico. Os libertadores, rotulados de 'conservadores' pelos comunistas, expressavam respeito pela propriedade privada, reivindicavam a intervenção do Estado a fim de se evitar a exploração do homem pelo homem.[14] A União Democrática Acadêmica, novo lar de alguns dos conservadores e rotulada de 'direitista' pelos comunistas, apresentava a plataforma menos conservadora. Louvava os comunistas por terem ensinado: 1) que o liberalismo econômico deixava a classe operária carente face ao capitalismo desenfreado e 2) que o capitalismo havia se transformado num sistema mundial de estrangulamento dos países fracos e pobres pelos ricos e fortes, arrastando-os a todos nas grandes guerras de amplitude universal. Proclamando que o fim da era do capitalismo e do liberalismo econômico estava próximo, a União Democrática Acadêmica dizia que todos tinham o direito e o dever de trabalhar, que o povo deveria ter participação concreta no governo e que era obrigação do Estado resolver a questão social.[15]

Caparica era o grande favorito para conquistar a presidência do Centro. No entanto, perto do fim da campanha, os libertadores, numa assembléia do Centro, lhe perguntaram se ele acreditava em Deus ou se era materialista.[16] Corajosamente Caparica deixou clara sua posição esquerdista; com isso, porém, perdeu um pouco do seu eleitorado (católicos, em particular, se opuseram a ele).[17] A votação deu a presidência do Centro ao libertador Sílvio de Campos Melo Filho.

Os libertadores conquistaram sete dos dez cargos para a diretoria; os renovadores (partido de Caparica) passaram a ocupar cargos de primeiro secretário e bibliotecário, enquanto a União Democrática Acadêmica, o de primeiro orador (Vicente Marotta Rangel).

[11] João Nery Guimarães, entrevista, 16 de agosto de 1981.
[12] Flávio Galvão, 'Observações', p. 28.
[13] 'Nós, estudantes de Direito', anunciando a criação do Movimento Democrático Acadêmico, com 35 assinaturas (quatro páginas impressas, sem data).
[14] 'O Partido Acadêmico Libertador aos estudantes de Direito', *Arcadas*, 12 de outubro de 1945 (quatro páginas impressas, assinado por 12 membros da comissão diretora).
[15] 'Aos acadêmicos de Direito', apresentando a candidatura de Haroldo Santos Abreu (duas páginas impressas, sem data ou nome do partido).
[16] João Nery Guimarães, entrevistas, 16 de agosto de 1981 e 31 de julho de 1982.
[17] Aloysio Ferraz Pereira, entrevista, 19 de agosto de 1982.

Parte XII

Epílogo: O Fracasso de Pós-Estado Novo

1. AS ELEIÇÕES NACIONAIS DE 1945

Com a volta do Brasil à democracia eleitoral, veteranos da resistência da Faculdade de Direito de São Paulo trabalharam pela renovação do país de acordo com idéias expressadas nas arcadas e pela derrota do getulismo nas urnas. A atenção dada ao povo em manifestos de estudantes de Direito era inspirada por esses dois objetivos. Os entusiastas da resistência argumentavam que Vargas, mantido no poder pelo aparato de um Estado policial, não tinha grande apoio popular e esta crença parecia se confirmar pela imprensa, livre de censura. Também ponderavam que o Estado Novo, no seu zênite, havia agido com muito mais severidade em relação a líderes trabalhistas subversivos do que a estudantes subversivos.[1] Além disso, estavam convencidos de que os homens fortes pró-Vargas em sindicatos trabalhistas oficialmente reconhecidos, produtos do fascismo brasileiro, não eram verdadeiros representantes de sua classe. Esperava-se que os trabalhadores recebessem e compartilhassem da visão da resistência de um novo e brilhante Brasil construído por uma classe média com perspectivas para o futuro, por estudantes e pelo proletariado.

As forças anti-Vargas, aguardando uma vitória nas urnas a 2 de dezembro de 1945, ficaram estupefatas quando os resultados trouxeram a derrota para Eduardo Gomes e revelaram que Vargas tinha enorme apoio entre os trabalhadores. José Bonifácio Coutinho Nogueira, escrevendo em 1960 acerca do revés de de-

[1] José Carlos Morais Abreu, entrevista, 4 de agosto de 1982.

zembro de 1945, explicou que "as primeiras eleições, frustradas pela demagogia, fraudadas por um alistamento apressado, converteram-se numa decepção. O povo... mostrava-se despreparado para o exercício do direito do voto...; era-lhe tão difícil assinar as folhas da justiça eleitoral e colocar na sobrecarta a cédula quanto distinguir o homem público autêntico do demagogo vulgar!"[2]

A derrota em dezembro dos partidos políticos anti-Vargas observou-se principalmente no Estado de São Paulo devido ao grande número de trabalhadores industriais. Em São Paulo, Eduardo Gomes obteve 377.613 votos contra os 780.546 de Dutra (PDS-PTB) e os 192.867 de Iedo Fiuza (PCB). A disputa por duas cadeiras no Senado Federal foi um triunfo para os candidatos Marcondes Filho e Vargas, do PTB, cujos nove rivais derrotados incluíam Luís Carlos Prestes, em terceiro lugar, e o professor Ernesto Leme, em quinto. Para congressistas de São Paulo, a UDN obteve 285.962 votos contra um total de 717.114 do PSD-PTB (479.414 para o PSD e 237.700 para o PTB); o PCB obteve 189.422 votos. O resultado deu 16 congressistas paulistas ao PSD, sete à UDN, seis ao PTB e quatro ao PCB. O Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano Progressista de Ademar de Barros, de vida curta, conquistaram, cada um, uma cadeira de São Paulo.[3]

Quatro membros do corpo docente da Faculdade de Direito de São Paulo se elegeram para a Câmara dos Deputados federal, que se reuniu com o Senado em fevereiro de 1946 para elaborar uma nova Constituição. Três deles conquistaram suas cadeiras pela chapa do PSD (José Carlos de Ataliba Monteiro, Honório Fernandes Monteiro e Gofredo da Silva Telles Júnior). O quarto, Mário Mazagão, era, sem sombra de dúvida, o melhor caçavotos da UDN. Seus colegas udenistas na bancada paulista eram Paulo Nogueira Filho, Plínio Barreto, Aureliano Leite, Romeu de Andrade Lourenção, Altino Arantes e Luís de Toledo Piza Sobrinho.

[2] José Bonifácio Nogueira, 'Redenção política do Brasil', *O Globo*, 9 de outubro de 1960.
[3] *Anuário estatístico do Brasil*, Ano VII, 1946, pp. 516-518. *O Estado de S. Paulo*, 8 de janeiro de 1946.

Vargas, que obteve cerca do mesmo número de votos para congressista de São Paulo que todos os outros candidatos do PTB somados, recusou as cadeiras de São Paulo para as quais foi eleito (vindo a ser, em vez disso, senador pelo Rio Grande do Sul). Sua cadeira congressional de São Paulo foi para o primeiro suplente do PTB: o estudante de Direito Eusébio Rocha Filho.[4]

[4] Flávio Galvão, 'Observações', p. 38.

2. A ALIANÇA DOS ANTIGETULISTAS COM QUADROS (1960-61)

Em menos de uma semana depois da eleição de 1945, *O Estado de S. Paulo* foi devolvido a Júlio de Mesquita Filho e Francisco Mesquita. Dois novos repórteres, Afrânio de Oliveira e Júlio de Mesquita Neto, foram acrescentados à equipe do jornal,[1] que, sob a direção dos Mesquita, lutou furiosamente nos anos seguintes contra Vargas e seus partidários.

A batalha do líder udenista Antônio Carlos de Abreu Sodré foi abreviada com a sua morte em novembro de 1946. Mas foi levada adiante por outros udenistas em São Paulo como Roberto de Abreu Sodré, que veio a ser governador do Estado em 1966, e Luís Arrobas Martins (este e Luís Francisco de Carvalho participaram do Secretariado de Abreu Sodré).

Paulo Nogueira Filho, depois de sua eleição para o Congresso pela chapa da UDN, rompeu relações com Waldemar Ferreira e Júlio de Mesquita Filho e criou a Ação Popular Renovadora. Este novo partido logo se tornou parte de um outro novo partido, o Partido Social Progressista (PSP), fusão do Partido Republicano Progressista (de Ademar de Barros), Partido Popular Sindicalista (de Miguel Reale e Marrey Júnior) e do Partido Agrário Nacional.[2] Os principais membros do diretório do PSP eram Ademar de Barros (presidente), Miguel Reale (vice-presidente) e Nogueira Filho (secretário geral). Renato Macedo e Jarbas Teixeira de Carvalho acompanharam Nogueira

[1] Afrânio de Oliveira, entrevista, 18 de agosto de 1981. Rui Mesquita, entrevista, 5 de agosto de 1982.
[2] Regina Sampaio, *Ademar de Barros e o PSP*, p. 51.

Filho quando este se aliou a Ademar de Barros, mas muitos outros amigos de Nogueira Filho, como Roberto Victor Cordeiro, recusaram-se a acompanhá-lo.[3] Sem amigos em *O Estado de S. Paulo*, Ademar foi eleito governador em janeiro de 1947 com a ajuda comunista.

Os antigetulistas, sofrendo suas "gloriosas derrotas", testemunharam o retorno de Vargas à presidência do Brasil "nos braços do povo" (e com o apoio de Ademar e do PSP) nas eleições de 1950. Também foram testemunhas do apoio popular dado ao getulismo com a 'carta testamento' do ex-ditador, tornada pública depois do seu suicídio em 1954.

Jânio Quadros, conhecido nas arcadas por sua poesia, tornou-se o mais sensacional caça-votos do Brasil. Depois de suas eleições como candidato do PDC a vereador em 1947 e a deputado estadual em 1950, conquistou uma vitória esmagadora para a prefeitura de São Paulo em 1953, pela chapa de dois partidos pequenos: o PDC e o PSB (Partido Socialista Brasileiro, sucessor da Esquerda Democrática).

Em 1954, depois de romper com André Franco Montoro do PDC, Quadros concorreu ao governo do Estado com o apoio do PSB, PTN (Partido Trabalhista Nacional) e de uma ala do PTB.[4] Opunham-se a ele o candidato Ademar de Barros, cujo PSP havia se transformado no partido mais bem organizado do Estado, e o governo de Lucas Garcez, em que César Lacerda de Vergueiro, Antônio Sylvio Cunha Bueno e Ulisses Guimarães, líderes do PSD, eram influentes.[5] Em oposição a Jânio e Ademar, o governo do Estado lançou uma chapa que apresentava Francisco Prestes Maia para governador e Cunha Bueno para vice-governador, com o apoio do PSD, PDC, PR e UDN (liderada em São Paulo pelo professor de Medicina Legal, Antônio de Almeida Júnior).

[3] José Bonifácio Coutinho Nogueira, entrevista, 3 de agosto de 1982. Renato P. Macedo, entrevistas, 5 e 20 de agosto de 1981. João Nery Guimarães, entrevistas, 16 de agosto de 1981 e 21 de agosto de 1982.
[4] Viriato de Castro, *O fenômeno Jânio Quadros* (São Paulo; Palácio do Livro, 1959), pp. 86-109.
[5] Castilho Cabral, *Tempos de Jânio e outros tempos* (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962), p. 54.

A disputa foi uma outra "gloriosa derrota" para a UDN e *O Estado de S. Paulo,* pois, em outubro de 1954, Quadros conquistou uma bonita vitória sobre Prestes Maia e venceu Ademar de Barros por uma pequena margem de votos. Alguns analistas responsabilizaram a ligação de Prestes Maia com a UDN pelo seu fraco desempenho. Consta também que a UDN foi parcialmente responsável por levar Vargas ao suicídio em agosto.[6] Lamentando que as campanhas de Ademar e Jânio desceram "ao nível mais baixo", *O Estado de S. Paulo* só podia chegar à conclusão de que "o eleitorado ainda não aprendeu, parece-nos, a distinguir entre o bom e o mau". Escreveu que "um eleitorado, com a cabeça no lugar, não hesitaria um minuto para escolhê-lo" (Prestes Maia).[7]

Na ascendência política de Quadros, papéis proeminentes foram desempenhados por alguns estudantes de Direito da época do Estado Novo.[8] Dentre seus primeiros partidários estavam Jair Carvalho Monteiro, Paulo Henrique Meinberg, Wilson Rahal, Gabriel Cury, Hiram Mayr Cerqueira e deputados federais (ou futuros deputados) como Afrânio de Oliveira (que deu cobertura da imprensa favorável ao jovem e popular político), Germinal Feijó, Cory Porto Fernandes, José Antônio Rogê Ferreira e Luís Francisco de Carvalho. Um outro partidário foi Francisco Morato de Oliveira, que começou sua presidência notável no Instituto de Previdência do Estado de São Paulo quando Quadros era governador; foi eleito deputado federal em 1962, mas morreu antes que pudesse assumir seu mandato. Ainda houve outros como Lenício Pacheco Ferreira, Renato Sampaio Coelho e o deputado federal Israel Dias Novaes. Auro de Moura Andrade, deputado federal, trabalhou na campanha de Quadros para governador e foi eleito senador na mesma época. Francisco de Paula Quintanilha Ribeiro associou-se ao governador Quadros como chefe da sua Casa Civil.

Quadros, deputado federal pelo PTB em 1959, foi indicado para a presidência do Brasil pelo PL, PDC, PTN e UDN, atraídos por seu desempenho governamental e capacidade de conquistar votos. A 3 de outubro de 1960, Quadros derrotou facilmente Ademar de Barros e o marechal Henrique Lott, candidatos à presidência. Embora Quadros na sua campanha tivesse se revelado independente da UDN e chamado Vargas de "um grande patriota",[9] e embora a vice-presidência tivesse sido conquistada por um getulista, a vitória de Quadros convenceu os oponentes ao getulismo de que sua longa batalha havia sido, afinal, vencida. *O Estado de S. Paulo* declarou que "a vitória da democracia vai-se tornando uma derrota de proporções inéditas na história política do país para os remanescentes do getulismo. Estes... acabam de sofrer o repúdio da maioria daqueles que de 45 para cá ainda acreditaram na sinceridade dos que se apresentaram nos pleitos eleitorais como lídimos campeões da causa proletária. O operariado brasileiro acabou por aprender a lição... A desmitificação do povo, a sua tardia mas real descoberta da verdade é a melhor recompensa que podíamos receber".[10]

José Bonifácio Coutinho Nogueira (eleito presidente da UNE em 1946), secretário da Agricultura de São Paulo, escreveu em *O Globo,* em outubro de 1960, que, "acima de tudo, vemos na sua (Quadros) campanha e na sua vitória o triunfo da mensagem renovadora pela qual lutou a nossa geração desde os bancos escolares... Durante vinte anos, com os olhos e o pensamento postos no futuro da pátria, um pequeno grupo lutou ininterruptamente para que se tornasse possível o 3 de outubro de 1960. A nossa missão foi cumprida".[11]

No entanto a missão havia sido cumprida por uma aliança com um político independente que confiou menos no 'pequeno grupo' do que no seu grande séquito pessoal. Um autêntico

6 Viriato de Castro, *O fenômeno Jânio Quadros,* pp. 104-106.
7 *O Estado de S. Paulo,* 1 e 6 de outubro de 1954.
8 Uma prestativa contribuição à lista que se segue foi dada por Jair Carvalho Monteiro (entrevista, 4 de agosto de 1982).
9 Thomas E. Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964* (New York: Oxford University Press, 1967), pp. 190-191. Vladimir Reisky de Dubnic, *Political Trends in Brazil* (Washington, D.C. Public Affairs Press, 1968), p. 111.
10 *O Estado de S. Paulo,* 6 de outubro de 1960.
11 José Bonifácio Nogueira, 'Redenção política do Brasil', *O Globo,* 9 de outubro de 1960.

membro do grupo não se teria demitido irresponsavelmente da Presidência após sete meses no poder, ameaçando o país com desastres. Depois que a renúncia de Quadros foi aceita pelo senador Auro de Moura Andrade (PSD), que presidia o Congresso, "os remanescentes do getulismo" recuperaram seu controle tradicional do Poder Executivo do país.

3. A ALIANÇA DOS ANTIGETULISTAS COM OS MILITARES (1964)

Uma nova aliança dos antigetulistas, desta vez com figuras militares, prometia reverter o revés causado pela renúncia de Quadros. Em 1964, o Exército, com considerável apoio da classe média, interveio para pôr fim ao exercício do poder pelos que clamavam ter herdado o manto de Vargas. *O Estado de S. Paulo* saudava a vitória da "democracia liberal" sobre a tradição do "populismo e fascismo" estabelecida por Vargas e continuada por seus sucessores. Roberto de Abreu Sodré, Herbert Levy e os veteranos da MMDC descreveram o golpe militar como que inspirado pelo respeito à democracia e à Constituição. Um manifesto dos "professores catedráticos e livres-docentes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo" expressou "o seu júbilo pela restauração da ordem democrática no país". Dentre seus signatários estavam Luís Eulálio de Bueno Vidigal, diretor da Faculdade de Direito, Ernesto Leme, Miguel Reale, Mário Mazagão, Teotônio Monteiro de Barros Filho, José Carlos de Ataliba Nogueira, Noé Azevedo e Honório Fernandes Monteiro.[1]

Os militares, porém, após assumirem o controle da política brasileira, mal concretizaram os objetivos dos estudantes da resistência que, entre 1938 e 1945, haviam denunciado a repressão policial e exigido democracia e liberdade de expressão. Com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, os militares instituíram um regime pelo menos tão repressivo quanto o Estado Novo e que durou ainda mais tempo.

[1] *O Estado de S. Paulo*, 2 e 3 de abril de 1964.

Assim, durante a maior parte do período pós-1945, os bacharéis antigetulistas viveram sob um regime que descreveram como getulista ou, ainda, que negava os direitos políticos e individuais pelos quais haviam lutado quando estudantes. Durante este intervalo de 35 anos, muitos destes ex-estudantes chegaram à conclusão de que Vargas, como chefe de Estado, não era tão mau como pensavam quando lutavam contra sua ditadura. Embora sem fechar os olhos à repressão praticada pela polícia durante o Estado Novo, este grupo de ex-estudantes de Direito da resistência acabou por descobrir razões que aprovavam a filosofia de governo de Vargas que, dizem eles hoje, proporcionou satisfação, simultânea e astutamente, às classes operárias e à indústria pesada.[2] Alguns dos que se haviam associado à esquerda concluíram criticamente que "nós, estudantes, motivados em parte por romantismo e em parte por ignorância, fomos hostilizados pelas classes operárias e pela maioria do povo".[3] Estas acusavam o movimento estudantil de não ter objetivos "suficientemente amplos".

Um outro grupo — maior, que inclui aqueles que trabalharam para a UDN — permanece fiel a argumentos usados contra Vargas durante os tempos escolares. Seus membros reafirmam que as realizações ou reformas sociais iniciadas durante o Estado Novo foram o resultado de "pragmatismo"[4] ou "imposições do tempo",[5] e que Vargas era um "típico caudilho", contrário fundamentalmente à democracia e aos "homens da lei". João Nery Guimarães escreve que "a lendária figura do soldado gaúcho, de lenço vermelho no pescoço, amarrando seu cavalo, em 1930, no Senado federal, no Rio de Janeiro, no fundo retrata Vargas".[6]

[2] Paulo Henrique Meinberg, entrevista, 1.º de agosto de 1981. Fernando Barjas Millan, entrevista, 10 de agosto de 1982. Paulo Henrique Meinberg, Renato Amaral Sampaio Coelho e Hiram Mayr Cerqueira, entrevista, 8 de julho de 1981.

[3] Wilson Rahal, entrevista, Campinas, 21 de julho de 1979. Antônio Costa Corrêa, entrevista, 14 de agosto de 1982. Fernando Barjas Millan, entrevista, 10 de agosto de 1982.

[4] José Bonifácio Coutinho Nogueira, entrevista, 9 de agosto de 1982.

[5] João Nery Guimarães, carta a JWFD, São Paulo, 13 de agosto de 1982, p. 9.

[6] Ibid.

João Nery Guimarães, que ajudou a tornar o Partido Acadêmico Libertador um partido popular anti-Estado Novo, não teve o problema que levou Arrobas Martins a escrever, em 1944, acerca do grupo mais ativista e restrito: "Jeito para conquistar eleitores, nunca possuímos... Revelamo-nos sempre mais propensos a criticar do que a agradar. Formamos um grupo de ótimos amigos e de péssimos cabos eleitorais."[7]

Os problemas dos bacharéis liberais anti-Vargas, após a queda do Estado Novo, se assemelhavam aos vividos anteriormente nas arcadas pelo grupo a que pertencia Arrobas Martins. Lutando por ideais nobres, os portadores da 'mensagem renovadora' foram rápidos ao denunciar a desonestidade no governo e tendências que consideravam não-democráticas ou demagógicas. Esperavam que sua campanha atraísse um público grande, inclusive os trabalhadores. Mas a UDN, a que muitos dos bacharéis pertenciam, tinha que sustentar, dentre outras coisas, a acusação de ser elitista.[8]

Em 1944 Arrobas revelou ceticismo acerca de alianças e insistiu para que fossem excluídos da "nossa gente" todos os que não fossem perfeitamente identificados com ela.[9] Era inevitável, entretanto, que os bacharéis liberais anti-Vargas, tendo concluído, na década de 50, que sua fervorosa mensagem não podia competir com o populismo, fizessem alianças, principalmente quando acreditavam que gente de fora levava sua mensagem a sério. As alianças, que em 1960 e 1964 pareciam, finalmente, trazer vitórias em nível nacional, decepcionaram os que sonhavam enterrar o getulismo ao darem vida aos ideais democráticos que haviam inspirado seu movimento de resistência contra o Estado Novo.

[7] Luís Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Coutinho Nogueira, Santos, 12 de julho de 1944.

[8] Benjamin Augusto Pereira de Queiroz, entrevista, 10 de agosto de 1982.

[9] Arrobas Martins, carta a José Bonifácio Coutinho Nogueira, Santos, 12 de julho de 1944.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA PELA LINOLIVRO S/C COMPOSIÇÕES GRÁFICAS LTDA. E IMPRESSA NA GRÁFICA EDITORA BISORDI LTDA., PARA A EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A., EM JULHO DE MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO.

Não encontrando este livro nas livrarias, pedir pelo Reembolso Postal à EDITORA NOVA FRONTEIRA S.A. — Rua Maria Angélica, 168 — Lagoa — CEP 22.461 — Rio de Janeiro